República Federativa do Brasil

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II — Nº 282 QUINTA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 1988 BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 — ATA DA 307ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 27 DE JULHO DE 1988

I — Abertura da sessão

II — Leitura da ata da sessão anterior que é, sem abservações, assinada.

III — Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 003/88 — Do Senhor Constituinte Paulo Ramos, participando que, a partir de 8 de julho do corrente, assumiu a Liderança do Partido da Mobilização Nacional — PMN, junto à Assembléia Nacional Constituinte.

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Cesar Cals Neto, participando que, a partir de 22 de junho do corrente, assumiu a Liderança do Partido Social Democrático—PSD, junto à Assembléia Nacional Constituinte.

IV — Pequeno Expediente

NILSON GIBSON — Visita do Ministro Borges da Silveira, da Saúde, a Palmares e Petrolina, Estado de Pernambuco.

PAULO PAIM — Necessidade de resposta do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte às investidas do Presidente José Sarney contra a instituição. Realização, em Brasília, de Plenária Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares. Documentos de entidades sindicais favoráveis à manutenção de avanços sociais na Constituição.

ADYLSON MOTTA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte Improcedência dos argumentos suscitados contra o Projeto de Constituição.

OLÍVIO DUTRA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte. Realização, em Brasília, de Plenária Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares. Greve dos servidores do Banco do Brasil.

IRMA PASSONI — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte. Artigos "Economia e Inflação dos Paulistanos", "Maílson nega congelamento" e "A Caminho da Hiperinflação", publicados no **DF Repórter** e revista **Veja.**

DORETO CAMPANARI — Repúdio às acusações do governo norte-americano aos industriais brasileiros de pirataria internacional, de utilização de patentes estrangeiras no Brasil. Liberação, pelo Ministério da Saúde, da importação de vacina cubana preventiva da meningite meningocócica do tipo B, em fase experimental.

BENEDITA DA SILVA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

GONZAGA PATRIOTA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte Planejamento e ordenação do setor agrícola nacional

JOSÉ GENOÍNO — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte. Improcedência dos argumentos suscitados contra o Projeto de Constituição.

DIRCE TUTU QUADROS — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

ADROALDO STRECK — Despreparo do Presidente José Sarney para o exercício da chefia da Nação.

VICTOR FACCIONI — Interferência indébita do Governo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ COSTA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

ELIAS MURAD — A indústria farmacêutica nacional e a proteção às patentes de medicamentos.

CÉSAR MAIA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

AMAURY MULLER — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

ROBSON MARINHO — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

ADOLFO OLIVEIRA (Pela ordem) — Falecimento do ex-Deputado Federal Gilberto Azevedo

PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Pesar da Mesa pelo falecimento do ex-Deputado Federal Gilberto Azevedo.

FRANCISCO KUSTER — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

ANTÔNIO CÂMARA — Fixação do salário mínimo profissional para os técnicos industriais de nível médio

BRANDÃO MONTEIRO — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

RAQUEL CÂNDIDO — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte. Denúncia da Frente Parlamentar Nacional de violação de direitos humanos contra garimpeiros no Estado de Rondônia.

CHAGAS RODRIGUES — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte

ARNALDO FARIA DE SÁ — Relatório do Ministro Renato Archer, da Previdência e Assistência Social, sobre implicações das futuras normas constitucionais no campo financeiro da Previdência Social.

DIRCE TUTU QUADROS (Pela ordem) — Requisição pelo Ministro Leônidas Pires, do Exército de tempo em cadeia de rádio e televisão para proceder à avaliação da conjuntura nacional.

CARDOSO ALVES — Legitimidade do pronunciamento do Presidente José Sarney sobre o Projeto de Constituição.

ADEMIR ANDRADE — Nota do PSB sobre pronunciamento do Presidente José Sarney, em cadeia de rádio e televisão.

ABIGAIL FEITOSA — Criação da Câmara Brasileira das Empresas de Capital Nacional.

LEITE CHAVES — Pronunciamento do Presidente da República sobre o Projeto de Constituição. Tentativa de entendimento das lideranças partidárias para votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição.

LISÂNEAS MACIEL — Pronunciamento do Presidente da República sobre o Projeto de Constituição.

CELSO DOURADO — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

NELSON FRIEDRICH — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO ZARZUR — Significado da visita do Presidente José Sarney à China.

SAMIR ACHÔA — Combate à violência e ao crime organizado nos grandes centros urbanos.

IVO LECH — Análise social, econômica e política do País

PAULO MACARINI — **Declaraão dos Direitos da Natureza,** obra do Dr. Fernando Rigon, Concórdia, Estado de Santa Catarina.

ÁTILA LIRA — Transcurso do 46º aniversário de criação da Fundação SESP, vinculada ao Ministério da Saúde.

ANTÔNIO SALIM CURIATI — Maior amparo, no futuro texto constitucional, aos aposentados, pensionistas e idosos

GEOVAH AMARANTE — Segurança nos presídios.

OSVALDO BENDER — Urgência nas conclusões dos trabalhos da CPI do Senado Federal destinada a apurar irregularidades e atos de corrupção no Governo Federal.

PEDRO CANEDO — Falecimento do ex-Deputado Federal Geraldo Pina.

FARABULINI JÚNIOR — Correção da incidência do "trileão" sobre os rendimentos dos profissionais da advocacia.

JUAREZ ANTUNES — Apreensão dos trabalhadores e da população de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, com o futuro da Companhia Industrial Santa Matilde.

JOSÉ CAMARGO — Êxito de simulação promovida pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo com o impedimento da circulação de veículos na área central de São Paulo. Consequências de greve dos funcionários da Fundação para o Remédio Popular, Guarulhos, Estado de São Paulo.

PAULO SILVA — Realização do Encontro dos Empresários Nacionais, promovido pela Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, em Brasília.

JÚLIO COSTAMILAN — Conveniência de reconsideração pelo Presidente da República nos termos de pronunciamento feito à Nação sobre o Projeto de Constituição.

EVALDO GONÇALVES — Cultura do sisal no Estado da Paraíba.

OSWALDO TREVISAN — Transcurso do 46º aniversário de criação da Fundação SESP.

SIQUEIRA CAMPOS — Aceitação, pelo orador, de candidatura a Governador do futuro Estado do Tocantins.

LUIZ GUSHIKEN — Greve dos servidores do Banco do Brasil.

MÁRIO MAIA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

JORGE ARBAGE — Inexistência de acordo entre as lideranças partidárias na Assembléia Nacional Constituinte para a manutenção, no segundo turno de votação do Projeto de Constituição, da jornada de seis horas em turnos de revezamento.

JOSÉ CARLOS GRECCO — Solidariedade aos servidores da ECT, em greve.

MESSIAS SOARES — Análise do discurso do Presidente José Sarney sobre o Projeto de Constituição.

ROBERTO D'ÁVILA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

JONAS PINHEIRO — Protesto contra demissões de técnicos extensionistas da Emater, Estado do Mato Grosso, por motivação exclusivamente política.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS — Reestruturação do complexo de mecanismos institucionais ligados à agropecuária.

MOZARILDO CAVALCANTI — Conquistas dos profissionais do magistério.

NOEL DE CARVALHO — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

CARLOS VINAGRE — Artigo "Eletronorte e Celpa esquecem Baixo Tocantins", publicado no jornal **A Província do Pará.**

DIONÍSIO HAGE — Consternação pelo naufrágio do barco "Correio do Arari", em Cachoeiro do Arari, Estado do Pará.

JOAQUIM BEVILACQUA — Repúdio às investidas intimidatórias do Presidente José Sarney contra a Assembléia Nacional Constituinte.

ONOFRE CORRÊA — Candidatura da Drª Darcy Terceiro à Prefeitura de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

MANOEL MOREIRA — Realizações da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

ANTONIOCARLOS MENDES THAME — Solidariedade aos servidores grevistas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo.

V — Ordem do dia

Votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição (art. 29, § 4º, do Regimento Interno.)

PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Convocação dos Constituintes a plenário. Regozijo com a ação da Assembléia Nacional Constituinte e enaltecimento do Projeto de Constituição.

JOSÉ LOURENÇO (Pela ordem) — Exigência do PFL de introdução de alterações no texto constitucional aprovado em primeiro turno.

PRESIDENTE — Anúncio da votação, em globo, do Projeto de Constituição, ressalvados os destaques.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) — Imperatividade da votação por títulos do Projeto de Constituição, consoante disposto no art. 11 da Resolução nº 3.

NELSON JOBIM (Pela ordem) — Contradita à questão de ordem do Constituinte Bonifácio de Andrada.

PAES LANDIM (Pela ordem) — Prevalência das normas da Emenda à Constituição nº 26 sobre regras regimentais e instruções baixadas pela Presidência.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) — Submissão ao Plenário do processo de votação adotado pela Presidência. Encaminhamento da votação da matéria segundo as normas do art. 6º da Resoluçao nº 3.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem) — Esclarecimento das razões da decisão da Presidência de não-acolhimento, para a votação em segundo turno, de destaques para a votação em separado.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Contradita à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

RICARDO IZAR (Pela ordem) — Possibilidade de encaminhamento da matéria em votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Ricardo Izar. Razões do não-acolhimento, pela Presidência, de destaques para votação em separado na votação em segundo turno do Projeto de Constituição.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem) — Inexistência de base jurídica na decisão da Presidência de não acolher destaques para votação em separado na votação em segundo turno do Projeto de Constituição.

JOSÉ LOURENÇO, GASTONE RIGHI, BRANDÃO MONTEIRO, ROBERTO FREIRE, HAROLDO LIMA, AMARAL NETTO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ADEMIR ANDRADE, ARNALDO FARIA DE SÁ, ADOLFO OLIVEIRA, ARTUR DA TÁVOLA, MESSIAS SOARES, NELSON JOBIM, BERNARDO CABRAL (Relator) — Encaminhamento da votação.

GASTONE RIGHI (PTB), AMARAL NETTO (PDS), JOSÉ LOURENÇO (PFL) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação.)

GASTONE RIGHI (Pela ordem) — Falecimento do ex-Deputado Federal Gilberto Azevedo.

PRESIDENTE — Solidariedade da Mesa ao pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Gilberto Azevedo.

OCTÁVIO ELÍSIO (Pela ordem) — Razões da ausência da Constituinte Cristina Tavares da presente sessão.

FERNANDO GOMES (Pela ordem) — Razões da ausência do Constituinte Francisco Pinto da presente sessão.

PRESIDENTE — Aprovação do Projeto de Constituição, ressalvados os destaques. Convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para o dia 28, às 13h30min

VI — Encerramento

Discurso do Constituinte Paes Landim, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 18-3-88, que se republica por haver saído com omissões: Encaminhamento da votação da Emenda nº 2.003, ao § 4º do art. 74.

2 — MESA (Relação dos membros)

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 — COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

Ata da 307ª Sessão, em 27 de julho de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÀS 13:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa — PSB; Acival Gomes — PMDB; Adauto Pereira — PDS; Ademir Andrade — PSB; Adhemar de Barros Filho — PDT; Adolfo Oliveira — PL; Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS; Aécio de Borba — PDS; Aécio Neves — PMDB; Affonso Camargo — PTB; Afonso Arinos — PSDB; Agassiz Almeida — PMDB; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Airton Cordeiro — PFL; Airton Sandoval — PMDB; Albano Franco — PMDB; Albérico Cordeiro — PFL; Albérico Filho — PMDB; Alceni Guerra — PFL; Aldo Arantes — PC do B; Alércio Dias — PFL; Alexandre Costa — PFL; Alexandre Puzyna — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Almir Gabriel — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloysio Chaves — PFL; Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Pacheco — PFL; Álvaro Valle — PL; Alysson Paulinelli — PFL; Amaral Netto — PDS; Amaury Muller — PDT; Amilcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Anna Maria Rattes — PSDB; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Britto — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Antoniocarlos Mendes Thame — PFL; Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Ferreira — PFL; Antonio Gaspar — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Antonio Perosa — PSDB; Antonio Salim Curiati — PDS; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Faria de Sá — PT; Arnaldo Martins — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Artenir Werner — PDS; Artur da Távola — Asdrubal Bentes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Átila Lira — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Basílio Villani — PTB; Benedicto Monteiro — PTB; Benedita da Silva — PT; Benito Gama — PFL; Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSDB; Bezerra de Melo — PMDB; Bocayuva Cunha — PDT; Bonifácio de Andrada — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Caio Pompeu — PSDB; Cardoso Alves — PMDB; Carlos Alberto Caó — PDT; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Cardinal — PDT; Carlos Chiarelli — PFL; Carlos Cotta — PSDB; Carlos Mosconi — PSDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Carrel Benevides — PTB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Célio de Castro — PSDB; Celso Dourado — PMDB; César Cals Neto — PDS; César Maia — PDT; Chagas Neto — PMDB; Chagas Rodrigues — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Cid Carvalho — PMDB; Cid Sabóia de Carvalho — PMDB; Cláudio Ávila — PFL; Cleonâncio Fonseca — PFL; Costa Ferreira — PFL; Cunha Bueno — PDS; Dálton Canabrava — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Darcy Pozza — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Délio Braz — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Dionisio Dal Prá — PFL; Dionísio Hage — PFL; Dirce Tutu Quadros — PSDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Edison Lobão — PFL; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Edmilson Valentim — PC do B; Eduardo Bonfim — PC do B; Eduardo Jorge — PT; Eduardo Moreira — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Elias Murad — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Erico Pegoraro — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Euclides Scalco — PSDB; Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Expedito Machado — PMDB; Ézio Ferreira — PFL; Fábio Feldmann — PSDB; Fábio Raunheitti — PTB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Fernandes — PMDB; Fausto Rocha — PFL; Felipe Mendes — PDS; Feres Nader — PTB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Henrique Cardoso — PSDB; Fernando Lyra ; Fernando Santana — PCB, Fernando Velasco — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Flávio Rocha — PL; Florestan Fernandes — PT; Floriceno Paixão — PDT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Carneiro — PMDB; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Kuster — PSDB; Francisco Rollemberg — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Francisco Sales — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gastone Righi — PTB; Genebaldo Correia — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Geovah Amarante — PMDB; Geovani Borges — PFL; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Geraldo Fleming — PMDB; Gerson Camata — PMDB; Gerson Peres — PDS; Gidel Dantas — PMDB; Gil César — PMDB; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Guilherme Palmeira — PFL; Gumercindo Milhomem — PT; Gustavo de Faria — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Haroldo Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Lucena — PMDB; Humberto Souto — PFL, Iberê Ferreira — PFL; Ibsen Pinheiro — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Irajá Rodrigues — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Irma Passoni — PT; Ismael Wanderley —

PMDB; Israel Pinheiro — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Ivo Cersósimo — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Jalles Fontoura — PFL; Jamil Haddad — PSB; Jarbas Passarinho — PDS; Jayme Paliarin — PTB; Jayme Santana — PSDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Agripino — PMDB; João Alves — PFL; João Calmon — PMDB; João Carlos Bacelar — PMDB; João Castelo — PDS; João Cunha — PMDB; João da Mata — PDC; João de Deus Antunes — PTB; João Herrmann Neto — PMDB; João Lobo — PFL; João Machado Rollemberg — PFL; João Menezes — PFL; João Natal — PMDB; João Paulo — PT; João Rezek — PMDB, Joaquim Bevilacqua — PTB; Joaquim Francisco — PFL; Joaquim Haycckel — PMDB; Jofran Frejat — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Jorge Arbage — PDS; Jorge Bornhausen — PFL; Jorge Hage — PSDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Agripino — PFL; José Camargo — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Grecco — PSDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Costa — PSDB; José da Conceição — PMDB; José Dutra — PMDB; José Egreja — PTB; José Elias — PTB; José Fernandes — PDT; José Fogaça — PMDB; José Genoíno — PT; José Geraldo — PMDB; José Guedes — PSDB; José Ignácio Ferreira — PMDB; José Jorge — PFL; José Lins — PFL; José Lourenço — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Luiz Maia — PDS; José Maranhão — PMDB; José Maurício — PDT; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Paulo Bisol — PSDB; José Queiroz — PFL; José Richa — PSDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; José Serra — PSDB; José Tavares — PMDB; José Teixeira — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; José Tinoco — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; José Viana — PMDB; José Yunes — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Juarez Antunes — PDT; Júlio Campos — PFL; Júlio Costamilan — PMDB; Jutahy Magalhães — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Lael Varella — PFL; Lavoisier Maia — PDS; Leite Chaves — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Leopoldo Peres — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Levy Dias — PFL; Lezio Sathler — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Louremberg Nunes Rocha — PTB; Lourival Baptista — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luís Roberto Ponte — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Luiz Marques — PFL; Luiz Salomão — PDT; Luiz Soyer — PMDB; Luiz Viana — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Castro — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marco Maciel — PFL; Marcondes Gadelha — PFL; Marcos Lima — PMDB; Marcos Queiroz — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Mário Assad — PFL; Mário Covas — PSDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Correa — PDT; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Campos — PSDB; Mauro Miranda — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Meira Filho — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Botelho — PTB; Mendes Ribeiro — PMDB; Messias Messias Soares — PTR; Michel Temer — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Mussa Demes — PFL; Myrian Portella — PDS; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Nelson Aguiar — PDT; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB, Nelton Friedrich — PSDB; Nestor Duarte — PMDB; Ney Maranhão — PMB; Nilso Sguarezi — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Noel de Carvalho — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Octávio Elísio — PSDB; Odacir Soares — PFL; Olívio Dutra — PT; Onofre Corrêa — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Macedo — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PTB; Oswaldo Almeida — PL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Ottomar Pinto — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paes Landim — PFL; Paulo Delgado — PT; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Marques — PFL; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Ramos — PMN; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PSDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Pedro Ceolin — PFL; Percival Muniz — PMDB; Pimenta da Veiga — PSDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Sousa — PSDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido ; Raquel Capiberibe — PSB; Raul Belém — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Renan Calheiros — PSDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ricardo Fiuza — PFL; Ricardo Izar — PFL; Rita Camata — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Balestra — PDC; Roberto Brant ; Roberto Campos — PDS; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Freire — PCB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Rodrigues Palma — PTB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Ronan Tito — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Medina — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Samir Achôa — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Sérgio Brito — PFL; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Sílvio Abreu — PSDB; Simão Sessim — PFL; Siqueira Campos — PDC; Sólon Borges dos Reis — PTB; Sotero Cunha — PDC; Tadeu França — PDT; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Valter Pereira — PMDB; Vasco Alves — PSDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Fontana — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Vilson Souza — PSDB; Vinicius Cansanção — PFL; Virgildásio de Senna — PSDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Vitor Buaiz — PT; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Waldec Ornélas — PFL; Waldyr Pugliesi — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Wilma Maia — PDS; Wilson Campos — PMDB; Wilson Martins — PMDB

I — ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — A lista de presença registra o comparecimento de 393 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. ADYLSON MOTTA, servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. NILSON GIBSON, servindo como 1º-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III — EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Constituinte Paulo Ramos, nos seguintes termos:

LIDERANÇA DO PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Ofício nº 003

Brasília, 8 de julho de 1988.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional
Constituinte
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nesta data, assunto a Liderança do Partido da Mobilização Nacional — PMN, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Nacional Constituinte.

Solicito, respeitosamente, sejam tomadas as medidas cabíveis.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

Atenciosamente, **Paulo Ramos,** Deputado Federal Constituinte (PMN/RJ).

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Constituinte Cesar Cals Neto, nos seguintes termos:

Brasília, DF, 22 de junho de 1988

Excelentíssimo Senhor
Deputado Federal Ulysses Guimarães
Digníssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente,

Tenho a honra de vir à presença do eminente Presidente para comunicar que assumi, nesta data, a Liderança do Partido Social Democrático (PSD) na Assembléia Nacional Constituinte.

Ao tempo em que me coloco à inteira disposição de Vossa Excelência, encareço-lhe seja providenciada a infra-estrutura imprescindível ao bom funcionamento do referido partido.

Na oportunidade, reafirmo-lhe a expressão do meu particular apreço a distinguida consideração. — **Cesar Cals Neto,** Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, o Ministro da Saúde, nosso colega Deputado Borges da Silveira, está hoje, dia 27 de julho, inaugurando obras da Fundação SESP nas cidades pernambucanas de Palmares e Petrolina. Trata-se de comemorações dos 46 anos de criação daquela entidade.

Desejo, neste momento, ressaltar o importante papel que a Fundação SESP desempenha nas pequenas cidades do interior brasileiro, nas regiões de maior pobreza, atendendo significativamente às populações de baixa renda. Apenas quem conhece as dificuldades da vida do interior pode aquilatar o trabalho altamente elogiável da Fundação SESP. Nas grandes cidades e nas capitais, infelizmente, esse desempenho, muitas vezes, sequer é notado.

A Fundação SESP, Sr. Presidente, possui quase 800 unidades de saúde no País; administra 573 sistemas de abastecimento de água e esgoto; sua rede de hospitais, centros e postos de saúde contam com 1.860 leitos. Já implantou 1.300 sistemas de abastecimento de água, sendo que 97% em localidades onde a população é inferior a 50.000 pessoas.

Fiel às suas origens, a Fundação SESP, hoje brilhantemente dirigida por um ex-colega nosso, Dr. Tapety Júnior, está presente também em regiões desoladas ou críticas, como, por exemplo, Serra Pelada, Jari e Carajás.

Ao fazer este registro, desejo externar a gratidão do povo brasileiro, principalmente daquele que habita as pequenas vilas e povoados do sertão, diante desse trabalho gigantesco da Fundação SESP. A todos os seus dirigentes e funcionários deixo um muito obrigado sincero, partido do fundo do coração de todos aqueles que foram beneficiados por esse trabalho admirável. Ao longo de 46 anos, tivemos atividades marcadas por alto profissionalismo, especializadas e inteiramente voltadas para a valorização da qualidade de vida do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem, assistimos, em cadeia nacional, a mais uma investida sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Na oportunidade, o Sr. Presidente da República, José Sarney, tentou transmitir à opinião pública a impressão de que a culpa do caos em que se encontra a Nação é da Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, até meu filho sabe que os culpados disso tudo são a ditadura, que durou mais de vinte anos, e, depois, o Plano Cruzado, na Nova República, identificado na figura incompetente do atual Presidente da República. Chega a ser um absurdo alguns representantes do Plano dizerem que a culpa da inflação, que já aponta na direção dos 1.000% ao ano, é da nova Constituição, que nem foi promulgada — creio que o será em 7 de setembro.

A fala de ontem, do Presidente da República, no meu entendimento, não merece maiores considerações, até porque S. Exª disse uma série de inverdades. E a verdade tem de ser dita também publicamente.

Meu apelo é, pois, de que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte use igualmente a televisão, em cadeia nacional, para mostrar, de público, o outro lado da moeda — a verdade. Num dia, as multinacionais vão à televisão atacar os pequenos avanços da Constituinte; no outro, o Presidente da República. E os jornais de hoje já estampam que provavelmente os militares também irão à televisão com os mesmos propósitos. Já estou até esperando que amanhã ou depois, também em cadeia nacional, apareçam a UDR, os banqueiros e outros mais.

Minha sugestão — dirigindo-me à Mesa, neste momento — é a de que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte vá à televisão, explique o que está acontecendo e enfatize a importância dos poucos avanços aqui assegurados, normais em qualquer país civilizado do mundo.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero também registrar que hoje se realiza, aqui em Brasília, no auditório do Anexo IV, uma plenária de entidades a nível nacional, sob a coordenação da CUT, da CGT, da CPB, da Fenage, da Conan, da Contag, da Andes e da CNTI. Dela participei hoje pela manhã, com os representantes de todos os Estados do País, quando se decidiu que o movimento sindical brasileiro deve ficar em estado de alerta permanente, para se contrapor à investida do setor reacionário, representado pelo Presidente da República, ontem, na televisão.

Pretendemos também, hoje, após o término da sessão, entregar um documento ao Presidente da República, afirmando que a classe trabalhadora não abre mão dos pequenos avanços conquistados até o momento na Constituinte.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria ficasse registrado nos Anais da Assembléia três documentos. O primeiro, da Associação Profissional das Empregadas Domésticas, que fazem um apelo à Constituinte no sentido de que sejam mantidos seus direitos e, se possível, ampliados, por entenderem que trabalham tanto quanto as outras trabalhadoras deste País. O segundo é assinado por todos os sindicatos da cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, também em defesa das mínimas conquistas asseguradas com relação aos direitos dos trabalhadores. Finalmente, o terceiro, que considero muito importante, é assinado pela Federação dos Trabalhadores de Hospitalidade e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Rio Grande do Sul, pela Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Rio Grande do Sul, pela Federação dos Trabalhadores da Área de Saúde do Rio Grande do Sul, pela Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, pela Federação dos Trabalhadores dos Transportes do Rio Grande do Sul e pela CUT e CGT, também do Rio Grande do Sul. Nele se pede conste dos Anais da Constituinte o fato de que o movimento sindical gaúcho já se encontra em estado de alerta, sendo que, a partir do próximo fim de semana, mandará a Brasília, todas as semanas, dois ônibus, com o objetivo de acompanhar a votação, visando à manutenção dos direitos dos trabalhadores e à ampliação da reforma agrária no segundo turno.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS DO RGS

Aos Senhores Deputados Constituintes

Os empregados domésticos da Região Sul, reunidos no 7º Encontro Regional, na cidade de Porto Alegre, nos dias 16 e 17 de julho/88, com representação das Associações da Classe das cidades de Lajes-SC; Bagé, Santiago, Santa Maria, São Gabriel, Rio Pardo, Pelotas, Dom Pedrito, Canoas, Uruguaiana, Passo Fundo e Novo Hamburgo-RS, vem através do Deputado Constituinte Paulo Renato Paim, dirigir-se aos Senhores Constituintes para expor e requerer o que segue:

— Os trabalhadores domésticos entendem que houve um pequeno avanço em relação aos seus direitos trabalhistas e sociais durante o primeiro turno da Assembléia Nacional Constituinte, tais como: salário mínimo (piso salarial), inc. IV; irredutibilidade do salário, inc. VI; 13º salário, inc. VIII; repouso semanal remunerado, inc. XIV; férias anuais de 30 dias, inc. XVI; aviso prévio proporcional, inc. XVIII; e aposentadoria, inc. XXI, todos do artigo 7º;

— Os trabalhadores domésticos, na sua maioria, composto por mulheres, se vêem discriminadas diante das outras trabalhadoras, quando não forem recolhecidas legalmente como mulheres, com o fim de terem direito à licença maternidade.

Diante do exposto, colocamos nossa posição quanto aos nossos interesses:

— Que esperamos que o que foi até agora aprovado até o primeiro turno permaneça na íntegra, como prova de força e conscientização dos Senhores Constituintes, pois queremos sinceramente, acreditar na palavra daqueles que votaram a favor primeiramente.

— Eperamos também que, a licença maternidade que hoje sequer abrange nossa categoria profissional, passe a fazer parte do que nos é de direito, através da votação em 2º turno, pois assim, a nossa condição de mulher, sexo feminino, será reconhecida na forma da lei, pois que de fato sabemos que somos mulheres.

Porto Alegre, 17 de julho de 1988. — **EDY DA SILVA PEREIRA** — POA/RS e outras.

Ao companheiro
Paulo Renato Paim
Porto Alegre — RS

As entidades representativas das categorias profissionais abaixo subscritas, preocupadas com a votação do 2º turno da Constituinte, vem a presença de V. Exª, exporem o seguinte:

— Considerando, que a crescente articulação da Direita, no sentido de serem suprimidas as conquistas sociais obtidas no 1º turno;

— Considerando, que tais conquistas (jornada de 44 horas, turno de revezamento de 6 horas, horas extras 50%, lincença maternidade, férias com acréscimo de 30%, prescrição de 5 anos, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, etc), já incorporaram o patrimônio do trabalhador brasileiro;

— Considerando, que embora a já combalida harmonia social, mantem-se o trabalhador brasileiro na expectativa de ver entrar em ação tais conquistas;

— Considerando, que a supressão de tais conquistas, levará o trabalhador brasileiro a mais uma desilusão;

— Resolvem, pedir a V. Exªs, para não pouparem esforços, no sentido de serem mantidas as conquistas obtidas no 1º turno.

Temos a certeza que gozarão de imorredoura graditão do trabalhador brasileiro.

Atentamente.

Bagé, 8 de julho de 1988. — Sindicato dos Empregados no Comércio de Bagé, **João Carlos, R. Martiso,** Presidente — Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Bagé — RS, **Dagimar Posser Bozza,** — Presidente — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Bagé, **Nicanor Coelho Fara,** Presidente — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, **Rubens Carlos Dias** — Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Bagé — S T.I. da Alimentação de Bagé, **Delmar F. Dias,** Presidente — Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Bagé, **Serafim P. P. Porciúncula,** Presidente.

* * *

Os trabalhadores do Rio Grande do Sul, reunidos nesta data em Plenário Estadual, analizando o trabalho desenvolvido pela Assembléia Nacional Constituinte até o momento, vêm manifestar sua preocupação com as votações em seu segundo turno, pois existe a possibilidade de que as frágeis conquistas, no setor social não sejam mantidas. Diante disso, às pressões que o empresariado e o próprio Governo estão fazendo, vêm de público reiterar que os trabalhadores se manterão vigilantes em Brasília através de caravanas continuarão denunciando aqueles Deputados e Senadores, que traírem a confiança da população menos favorecida, divulgando em suas bases eleitorais, esse comportamento anti-trabalhador.

Por outro lado, os trabalhadores vêm demonstrar grande preocupação com a grave crise em que está mergulhada a Nação, e com a inércia e a falta de credibilidade do Governo Federal, que resulta em instabilidade e insegurança em todo o conjunto da sociedade. e principalmente porque, quando toma alguma medida, sistematicamente esta é contra os interesses dos trabalhadores.

O arrocho salarial sem precedentes, está levando o povo ao desespero, fato que é reconhecido pelos próprios empresários, em manifestações recentes nos veículos de comunicação.

A política econômica, adotada neste País, é desastrosa, pois favorece aos especuladores, que são uma minoria, em detrimento da expressiva maioria que produz a riqueza da Nação.

Segundo os dados fornecidos pelo DIEESE - Departamento de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas, a ração básica essencial, constituída de treze produtos, aumentou 157,43%, enquanto os salários tiveram um reajuste muito abaixo desse índice no mesmo período.

Em junho de 1988 o custo da ração essencial representava 70,76% do Piso Nacional de Salários, restando apenas 29,24 para serem gastos com habitação, vestuário, educação, transporte etc... Somente o transporte aumentou, no primeiro semestre de 1988, 219,60%, índice que demonstra claramente a disparidade com o reajustamento dos salários. A perda salarial apurada pelo DIEESE, nos últimos doze meses, representou 40,25% numa média ponderada, pois, somente para os trabalhadores com data-base no mês de julho, a perda representa 84,10%.

Diante dessa situação caótica, os trabalhadores exigem do Governo Federal:

— Rigoroso controle do déficit público.

— Que se ponha um freio nos altos índices inflacionários, os quais são alimentados pelo próprio Governo Federal, através do constante aumento do preço de seus serviços.

— Adoção de uma política salarial respaldada numa escala móvel de salários, com reajustes de acordo com a inflação apurada no mês.

— Recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, hoje piso nacional de salários, adotando para tanto os índices apurados pelo DIEESE.

Porto Alegre, 23 de julho de 1988. — Federação dos Trabalhadores de Hospitalidade e Turismo — Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul — Federação dos Trabalhadores no Comércio — Federação dos Trabalhadores da Construção Civil — Federação dos Trabalhadores da Área da Saúde — Federação dos Trabalhadores da Alimentação — Federação dos Trabalhadores dos Transportes — Centrais Sindicais — CUT e CGT.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, ontem, no horário geralmente reservado às novelas, tivemos o desprazer, e é com tristeza que o digo — de ouvir o Sr. Presidente da República. Em 29 minutos, S. Exª teceu um rosário de críticas aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. E, por coincidência, mais uma vez o pronunciamento do Sr. Presidente da República é precedido de uma reunião de S. Exª com os Ministros militares, amplamente divulgada por fotografias e noticiários dos jornais. O que nos leva a acreditar que tal manifestação, embora muito cautelosa nos seus termos, teve de fato um caráter intimidatório, ao iniciar-se o segundo turno de votação do texto constitucional. Ou seja, aquilo que antes se fazia veladamente, com discrição, se fez de forma escancarada ontem.

Começou S. Exª com algumas obviedades, alguns truísmos, alguns ditos até acacianos sobre a origem dos recursos, sobre a função da Constituinte, "que não pertencia apenas a um partido político", para, depois, entrar em críticas a aspectos que me parecem dignos de alguma reflexão.

Quando S. Exª falou na questão dos decretos-leis, que geraria o caos jurídico no País, alegou, para a utilização desse instrumento de exceção, o fato de a Constituinte estar absorvendo as funções do Congresso Nacional, como se apenas agora, a partir de um ano e meio, S. Exª tivesse baixado decretos-leis. Todos sabem que desde o início de seu Governo — já faz três anos e meio — S. Exª vem-se utilizando de decretos-leis, tendo já baixado cerca de duzentos. Então, não é válido o argumento de que essa dupla função do Congresso Nacional, com a absorção dos trabalhos constituintes, tenha determinado a utilização desse expediente.

Falou também S. Exª sobre a anistia, como se o Governo não tivesse responsabilidade alguma nessa iniqüidade praticada contra o pequeno e microempresário, contra a população brasileira em geral.

Quanto à Previdência Social, seus dados são contestados pelo próprio Ministério da área. Até parece estar, o titular deste sendo exonerado ou pedindo exoneração, por não concordar com as falaciosas informações prestadas em torno dos números relativos aos futuros gastos da Previdência Social.

Poderia abordar ainda outros aspectos, mas o que desejo enfatizar, Sr. Presidente, é que esta Assembléia está perdendo os últimos resquícios da sua respeitabilidade, está perdendo sua soberania , característica intrínseca ao Poder Constituinte. No momento em que o Chefe do Executivo deixa de comportar-se como Presidente para insinuar-se como professor de Direito Constitucional, quando S. Exª se arvora em regente da Constituinte, com poderes tutelares, pelo simples fato de ter cumprido a formalidade de convocar a Constituinte, quando tudo isto acontece, este Poder não pode parmanecer de braços cruzados Temos de dar uma resposta a isso! E a melhor forma de fazê-lo é trabalhar, concluindo de vez a votação do texto constitucional.

É esse o apelo que quero fazer aos colegas e à Presidência, para que não mais ensejemos oportunidades aos que vieram denegrir nossa imagem, na elaboração do texto constitucional. É estranho que o Presidente faça esse pronunciamento — se é que S Exª tem o direito de fazê-lo — só depois do primeiro turno, que contou com a participação das suas lideranças em aprovações unânimes e negociadas em plenário Nada disso foi poupado ontem nas críticas do Presidente. E a conclusão a que lamentavelmente se chega é de que o Presidente da República está procurando confronto com esta Assembléia, Sr. Presidente

O Poder Executivo não tem interesse em que se aprove o texto constitucional. Até porque seria limitado o seu poder, embora não ocorra diminuição da receita conforme indicado ontem. Haverá, isto sim, transferência de receita. Ontem S. Exª não falou a verdade, quando afirmou que haveria diminuição de 20% nas receitas Haverá de fato um critério mais justo de distribuição das rendas públicas.

Sou obrigado a imaginar que temos de terminar o nosso trabalho. Se não concluirmos a elaboração do texto constitucional em certo espaço de tempo, estaremos ajudando o Governo em:

sua tentativa de criar um impasse entre os Poderes, para que não seja proclamada a nossa Carta este ano, e S. Exª, encontre um bode expiatório para justificar seu desastrado período de Governo Talvez S. Exª esteja tentando confundir a opinião pública, já com antecedência, procurando — repito — justificar o malogro da sua administração, tentando jogar sobre a Constituinte a culpa pelo que acontece no seu Governo, quando é sabido que nova Constituição só deverá entrar em vigor, numa previsão otimista, dentro de dois meses — ou, quem sabe, até de um ano, a depender da vontade do Planalto.

Estes são o alerta e o protesto que desejava fazer como integrante desta Constituinte que tem procurado, observadas suas limitações pessoais, encarar com serenidade o trabalho a que se propôs. Seria covardia assistir a tudo isso de braços cruzados, sem deixar registrado, pelo menos, o meu repúdio, o meu protesto e a minha contestação à fala de ontem do Sr Presidente da República, a qual espero seja a última, porque, do contrário, não haverá mais sentido no fato de nos encontrarmos aqui reunidos.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT — RS Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, S. Exª, o Presidente da República, usou por meia hora, ontem, uma cadeia nacional de rádio e televisão para se opor aos modestos avanços até aqui obtidos no texto constitucional aprovado no primeiro turno da Constituinte. O Presidente da República deveria ter poupado a Nação dessa charla Se S. Exª tivesse falado anteontem, por ocasião do informe publicitário realizado pelas multinacionais, teria sido coerente. Acabou transmitindo uma posição semelhante à das "viúvas" do golpe militar, que querem a manutenção dos decretos-leis e da autoridade do Presidente da República acima das discussões do Congresso e da Nação. S Exª acabou revelando que quer uma Constituição ainda mais retrógrada do que o insatisfatório texto aprovado no primeiro turno, o que é estranho, pois tem maioria no Congresso Constituinte Na verdade o Plano Cruzado, uma artimanha de Sarney, fez com que para cá viessem parlamentares comprometidos com setores empresariais que S. Exª defendeu, ontem, em seu pronunciamento.

É estranho, ainda o fato de as questões levantadas pelo Presidente da República não terem sido objeto de discussão, aqui, pelas lideranças dos partidos que o apóiam. O pronunciamento é uma crítica do Presidente a si mesmo e à sua incapacidade e incompetência, ou, realmente, um entendimento do Governo com setores extrapartidários, interessados em tumultuar o processo normal do Congresso Constituinte?

S Exª é contra a reforma tributária e a democratização do uso do dinheiro público, que deve ser repassado, agora, para os Estados e municípios. Queixa-se de que haverá uma diminuição dos recursos na área federal Por que? Porque estes vão passar para a área dos Estados e municípios, e poderão ser melhor aplicados lá, democratizada, inclusive, a forma de sua aplicação.

Queixa-se o Presidente da República de tantas coisas, que revelam a sua desinformação, ou intencional má-informação, e não se queixa de um dos grandes equívocos cometidos por esta Assembléia Nacional Constituinte, por maioria e por pressão do próprio Governo: a ampliação em mais de um ano, do mandato de S. Exª

O que está sendo altamente dispendioso para o povo brasileiro é o Governo do Presidente Sarney Até hoje não se conhece o custo das manobras do Planalto para ver aprovado, por maioria, o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney

O Presidente da República diz estar muito preocupado com as Disposições Permanentes, mas não será o seu Governo que sofrerá as consequências que alega existirem no texto aprovado em primeiro turno. Mas não se viu alguém mais preocupado com as Disposições Transitórias do que o Presidente da República S. Exª investiu, e muito, no que se refere aos recursos públicos, através das lideranças, aqui e fora daqui, para exercer pressão sobre o Congresso e para obter a aprovação dos cinco anos de mandato presidencial, mesmo contra a vontade esmagadora do povo brasileiro. Insurge-se agora contra o direito de greve, contra o direito de sindicalização do funcionalismo público, já assegurado, há décadas, até mesmo há séculos, em países democráticos dos mais diferentes matizes ideológicos

S. Exª, o Presidente da República, teria feito melhor se abstivesse de falar.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Hoje, no auditório do Anexo IV, realizava-se uma reunião plenária nacional de entidades sindicais, democráticas e populares, há muito programada. É o outro lado da pressão legítima sobre este Congresso. É a pressão popular. As principais lideranças sindicais deste País — CUT, CGT, CPB, FENAJ, CONAM, CONTAG, ANDES, CTNI — trazem a cada Constituinte as principais reivindicações dos trabalhadores, através de um manifesto, dirigido aos Constituintes e ao povo trabalhador, a ser entregue a todos os Deputados, às Lideranças Partidárias e ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

A assembléia permanente da Plenária Nacional pretende ter a duração do segundo turno da Constituinte, com a mobilização de todos os setores populares representados nesta Assembléia e em todas as unidades federativas do País Essa plenária estará em vigilância permanente até a votação dos dispositivos referentes aos direitos dos trabalhadores.

Sr Presidente, para encerrar, quero lembrar que 130 mil funcionários do Banco do Brasil estão em greve contra a política econômica deste Governo. E um aspecto desta, em particular, é o congelamento da URP. Na negociação direta com os representantes do Governo e a diretoria do Banco do Brasil, buscam um entendimento, o mais rápido possível, para esse movimento legítimo. Retomaram a greve, nesta quarta-feira, em razão da intransigência do Governo. E os trabalhadores das mais diferentes categorias e dos recantos do País opõem-se à posição assumida pelo Presidente da República em favor do grande empresariado nacional, que quer uma Constituição apenas para alguns, isto é, para os secularmente privilegiados neste País.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quanto pior para Sarney, melhor para o Brasil.

O Presidente Sarney, ontem, em seu pronunciamento à Nação, não transmitiu confiança, não foi claro em suas colocações, não se portou como um Presidente da República à altura do cargo que exerce. Foi prolixo, fez afirmações soltas, sem ser objetivo. Foram 25 minutos enfadonhos, nos acusou, acusou a Assembléia Nacional Constituinte de tornar o País ingovernável. A ingovernabilidade já está acontecendo, o seu Governo é medíocre. Assim como foi medíocre o seu pronunciamento.

S. Exª diz que vão acabar com a merenda escolar, quando Paulo Miranda, seu amigo pessoal, já o fez: inventou cinco milhões de merendas escolares a mais, porque são cinco milhões de estudantes-fantasmas que incluiu na taxa da merenda. Então não venha S. Exª acusar este Parlamento.

A Deputada Dirce Tutu Quadros já solicitou a presença de Paulo Miranda na Comissão de Fiscalização e Controle — e a denúncia está comprovada, tanto que assim que S. Sª já foi afastado do cargo.

S. Exª foi evasivo quando disse que alguns artigos podem desencorajar a produção. Quais? Por quê?

— Dispositivos que em vez de enriquecer vão empobrecer; passa a regredir em vez de progredir; com a política do Sarney quem está progredindo? Quem está enriquecendo?

O País sabe que não dispomos de recursos suficientes para atender a todas as necessidades e finalidades do Estado. Isto é genérico. S. Exª fez acusações graves contra esta Constituinte, responsabilizou-nos, sem demonstrar razões reais. Afirmou, por exemplo, perda de receita, quando isto não é verdade. Haveria, sim, repasse desta receita aos Estados e Municípios, descentralizando não extinguindo. Acusou-nos de adicionar 5,6 milhões de dólares à Previdência, quando sabemos que o Ministro da Previdência contradiz suas afirmações.

Quais são os cálculos do Presidente e quais são os cálculos do Ministério?

A aposentadoria das mulheres e professores aos 25 anos de serviço já foi uma conquista de vários anos e não quebrou o Estado, não quebrou ninguém.

O Presidente Sarney demonstrou claramente contradições em seu pronunciamento. Disse, ao mesmo tempo, que "defendia uma Carta moderna com avanços sociais"; no restante do seu pronunciamento condenou os avanços na Previdência, na concessão do seguro-desemprego, que deve ser um salário mínimo. O que dá para garantir um salário mínimo? O direito de sobreviver é o que o Presidente Sarney não quer. O Presidente é contra os poucos avanços sociais, é favorável aos privilegiados, à política entreguista. Crescimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento social, pois não deixamos de crescer economicamente, assim como a miséria cresce na proporção maior.

O Presidente foi claramente o porta-voz dos ricos, do poder militar e dos interesses multinacionais.

Segundo o Deputado Nilson Gibson, cinco minutos antes, estamos vivendo um pré-dezembro de 1968. O pronunciamento do Presidente foi em direção aos interesses das multinacionais. S. Exª não defende a Nação brasileira e o seu povo.

Portanto, é melhor que S. Exª renuncie já, efetivamente.

Solicito, Sr. Presidente, que façam parte do meu pronunciamento artigos importantes do **DF Repórter** de hoje: "Economia — A inflação dos paulistanos" e "Maílson nega congelamento", e um artigo da revista **Veja,** "A caminho da hiperinflação".

Sr. Presidente, é preciso que fique registrada nesta Casa — até peço aos Srs. Constituintes que a leiam — a reportagem da revista **Veja,** de 27 deste mês, intitulada "A espiral do desastre". Um economista alemão compara a hiperinflação de 1923, na Alemanha, com a inflação brasileira de hoje, afirmando que a dívida externa é irresgatável

MATÉRIAS A QUE SE REFERE A ORADORA:

"ECONOMIA

A inflação dos paulistanos

O Índice de Preços ao Consumidor, para os paulistanos com rendimentos entre dois e seis salários mínimos, registrou na segunda quadrissemana de julho — 20-6 à 17-7 — a taxa de 21,18%, contra a apurada no período imediatamente anterior de 20,67%. Os grupos de despesas que mais pressionaram a taxa pesquisada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da USP, foram alimentação com variação de 24,81%, despesas pessoais, 21,63% e educação com 37,53%. No grupo dos alimentos, segundo o economista do Instituto, Heron do Carmo, a carne com elevação de 42,41% representou a maior alta. Segundo o economista, por causa da entressafra, até outubro as carnes deverão continuar pressionando o índice, com aumentos superiores ao da inflação. Os cereais — arroz e feijão — apresentaram uma tendência declinante nos preços, com uma alta de 22,79%, contra o índice de 28,8% apurado na primeira quadrissemana do mês. Também os produtos "in natura" frutas, legumes e verduras com variação de 19,49% registraram tendência de queda. Para o economista, a pesquisa da FIPE deverá fechar o mês de julho com uma inflação de 22%, caso os preços dos cereais e produtos "in natura" mantenham as tendências favoráveis apresentadas. Contudo, avaliou Heron do Carmo, a divulgação de previsões elevadas do índice oficial poderá criar uma inflação de expectativa, gerando as remarcações de preços nos supermercados.

MAÍLSON NEGA CONGELAMENTO

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, procurou, ontem, transmitir uma mensagem de confiança na economia apesar da escalada inflacionária estar espalhando o pânico em todos os setores da economia, principalmente depois que o IBGE admitiu que o Índice este mês poderá superar a casa dos 24%, próximo, portanto, aos 26% registrados em julho do ano passado, quando, no desespero o governo baixou o Plano Bresser, congelando preços e salários durante três meses. Maílson afastou pela enésima vez qualquer tentativa de choque, congelamento ou tabelamento, considerou essa alternativa um suicídio político em face do quadro econômico atual e destacou que o governo prepara a adoção de três medidas específicas: 1 — aumentar a arrecadação de impostos através da antecipação da cobrança dos mesmos; 2 — desovar estoques reguladores de alimentos agropecuários para conter a especulação como os preços; e 3 — reduzir levemente os reajustes das tarifas públicas "críticas". A escalada inflacionária está provocando queda da arrecadação tributária, porque existe grande defasagem entre o fato gerador do imposto e sua efetiva entrada no caixa. Para resolver esse problema, Maílson destacou que o governo antecipara a cobrança dos tributos. Atualmente a defasagem é de 45 a 60 dias e poderá cair para algo entre 20 e 30 dias. A liberação dos estoques servirá, principalmente, para conter a escalada dos preços da carne, do milho e do arroz. E, finalmente, Maílson prometeu reajustar um pouco abaixo da inflação as tarifas públicas. Não será uma redução brusca para evitar que haja, em conseqüência da contentação dos preços, aumento do déficit público.

Veja

A CAMINHO DA HIPERINFLAÇÃO

Existem condições muito parecidas entre a situação brasileira atual e da Alemanha de entre guerras, que viveu um período hiperinflacionário crítico — que criaria as sementes para o surgimento do nazismo. Essa é a conclusão a que chegou o ecomnoista alemão Dirk Berg-Schlosser, especialista no assunto e que concedeu uma entrevista exclusiva a revista Veja dessa semana. Basicamente existe um fator que une as duas situações, do Brasil e da Alemanha: o endividamento externo. Segundo Schlosser, a dívida brasileira é irresgatável. O país foi — segundo afirma — vítima da armadilha dos juros e a comunidade financeira internacional deve se preparar para a realidade inevitável de que não há condições de resgate da dívida. Além disso, o montante já pago em nome do serviço da dívida já é tão expressivo, que os banqueiros internacionais não podem alegar falta de pagamentos. Para o economista alemão o Brasil deveria se preocupar em reforçar a política econômica relativa ao mercado interno e perder as ilusões quanto as possibilidades de que as exportações resolvam todos os problemas. Em primeiro lugar, não existe elasticidade de demanda suficiente — se as exportações aumentarem muito, o preço internacional despenca e a receita total com as vendas diminui. Em segundo lugar, o país não pode fazer sacrifícios internos ilimitados sem desestabilizar o processo político. Schlosser afirma que fatores sociais e políticos devem ser levados em conta para a explicação da inflação, e não apenas fatores econômicos. Quanto à hiperinflação propriamente dita ela se manifesta toda vez que a inflação é crescente e não se estabiliza mesmo num patamar elevado.

Entrevista: *Dirk Berg-Schlosser*

A ESPIRAL DO DESASTRE

"A inflação não e invencível." A afirmação é do economista alemão Dirk Berg-Schlosser, um especialista no estudo da mais catastrófica inflação deste século — a hiperinflação que arrasou a economia da Alemanha em 1923, alcançando em outubro daquele ano a fantástica taxa de 25000% ao mês. Em apenas um ano, a cotação do dólar saltou de 4 279 marcos para 1 trilhão de marcos. Tanto na hiperinflação alemã de 1923 como na inflação brasileira de hoje, Berg-Schlosser encontra um ponto em comum: a relação direta com dívidas externas astronômicas e, a seu ver, impossíveis de pagar. Berg-Schlosser, formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Munique e em Ciências Políticas pelas universidades de Augsburgo, na Alemanha, e Berkeley, na Califórnia, estará esta semana no Brasil para falar sobre "Endividamento, esforços de estabilização, conflitos sociais e democracia" num simpósio internacional sobre democratização da Economia, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Ele tem uma visão original dos problemas econômicos — sobretudo da inflação. "É um erro nos debruçarmos exclusivamente sobre os fatores meramente econômicos", diz ele. "Os fatores políticos e sociais precisam também ser colocados em primeiro plano".

Berg-Schlosser, 44 anos, é filho de uma antiga família de fazendeiros da cidade de Brandemburgo, perto de Berlim. Ele tinha 1 ano e 3 meses quando a família perdeu suas propriedades e partiu de carroça em direção ao oeste fugindo das tropas soviéticas que se aproximavam da antiga capital alemã, nos últimos dias da II Guerra Mundial. Professor catedrático da Universidade Philipps, em Marburgo, Alemanha Ocidental, ele é casado e tem duas filhas adotivas — Alka, nascida no Quênia, onde Berg-Schlosser viveu durante alguns anos, e Sita, nascida na Índia. Na semana passada, na biblioteca de sua casa, com uma linda vista para o antigo castelo dos condes de Hesse, que domina a paisagem de Marburgo, ele falou a Veja.

A política não pode ser só monetarista

Veja — *Qual a maneira de se baixar a inflação?*

Berg-Schlosser —A minha abordagem do problema se baseia na constatação de que hoje não basta mais investigar o fenômeno da inflação recorrendo aos parâmetros e fórmulas convencionais, para depois se admirar com o fato de não funcionarem mais. É preciso incluir os processos políticos e sociais na análise da inflação. Os governos adotam uma política puramente monetarista e acabam posteriormente descobrindo o engano, por não haverem considerado as influências de determinados grupos de interesse políticos e sociais, atingidos de maneira diversa pelo processo. Para citar o exemplo brasileiro, o engano pode culminar com o fracasso como o do Plano Cruzado.

Veja — *Os mecanismos disparadores de alta de preços ainda são os mesmos que provocaram a hiperinflação alemã de 1923?*

Berg-Schlosser — Os mecanismos nunca são idênticos, mas existem grandes semelhanças entre eles. A principal causa da inflação alemã foi a derrota na I Guerra Mundial. As potências vencedoras exigiram o pagamento de reparações de guerra numa dimensão atronômica: 132 bilhões de marcos-ouro — uma soma que já naquela época correspondia a 31,5 bilhões de dólares e a Alemanha não estava em condições de pagar. Os bens móveis, como os navios, as locomotivas e também o carvão, haviam sido já confiscados pelas potências vencedoras. O governo passou a emitir dinheiro. Ao mesmo tempo, existiam grupos de interesse que souberam tirar proveito da

situação e cujas ações contribuíram para o aumento da inflação. O golpe decisivo para a hiperinflação foi a ocupação da região carbonífera do Ruhr por tropas francesas e belgas em janeiro de 1923, a fim de cobrar em bens móveis os pagamentos atrasados das reparações de guerra a que Alemanha estava obrigada

Veja — *Em que momento uma inflação se transforma em hiperinflação?*

Berg-Schlosser — Nos países industrializados ocidentais, as taxas de inflação se movimentaram nos últimos anos em torno dos 10% ao ano — e isto foi considerado por elas como alarmante, principalmente pela Alemanha Ocidental, onde a atual taxa de inflação é de 1,1% ao ano. Ou seja, o Brasil estaria feliz se tivesse essa taxa — que é praticamente diária, por semana... Em vários países do Terceiro Mundo, houve nos últimos anos taxas em torno de 100% ao ano. Na Bolívia, a inflação passou dos 1000% e na Argentina chegou bem perto. Enquanto uma inflação se mantiver mais ou menos constante, mesmo a uma taxa de 100% ao ano, ainda não podemos falar de hiperinflação. É possível, em parte, controlá-la administrativamente pela indexação, como a correção monetária, que funciona bastante bem no Brasil. Mas, no momento em que uma inflação, além de uma taxa elevada, acusa também tendências galopantes, como se nota atualmente no Brasil, então já podemos falar em termos de hiperinflação.

A inflação estimula cinismo e egoísmo

Veja — *Quem ganha e quem perdeu com a hiperinflação?*

Berg-Schlosser — Em períodos de inflação alta, perdem os que precisam do dinheiro em espécie para viver e ganham os que possuem bens móveis e imóveis. Na Alemanha no início dos anos 20, perderam os trabalhadores, pois os reajustes dos salários sempre corriam atrás da alta de preços. Perdeu a chamada "nova classe média", dos empregados e funcionários públicos, enquanto a situação foi um pouco melhor para a "antiga classe média" dos comerciantes, camponeses e profissionais liberais. Os ganhadores foram sobretudo aqueles que tinham acesso a divisas estrangeiras, os que trabalhavam com exportações e os especuladores.

Veja — *Quais são as consequências sociais e políticas da hiperinflação?*

Berg-Schlosser — A inflação agravou os antagonismos entre os grupos da sociedade alemã. Ela abalou os conceitos tradicionais da ordem, da propriedade e da moral. As leis passaram a ser cada vez menos respeitadas. Germinou nessa época a semente nazista que iria conduzir o país ao colapso total em consequência da II Guerra Mundial. Stefan Zweig, o escritor que se suicidou no Brasil, escreveu: "Nada encheu os alemães de tanta amargura e de tanto ódio — e os preparou tão bem para Hitler — como a inflação" Hoje, os alemães têm verdadeiro pavor só diante da palavra inflação.

Veja — *Com a inflação alta, muda o comportamento das pessoas?*

Berg-Schlosser — É típico dos países com alta inflação que as pessoas se tornem mais individualistas. A inflação fomenta especulações de todos os gêneros, além de redobrar a inclinação por loterias e corridas de cavalos, na esperança de se conquistar a sorte grande. Ela contribui para o cinismo e o egoísmo, a falta de escrúpulos e a desilusão, em conseqüência de uma desorientação generalizada. Tudo isso também aconteceu na Alemanha do começo da década de 20. Ao consumo excessivo e à vida luxuosa dos que se beneficiam com a inflação, opõem-se o cinismo, a amargura e a criminalidade da massa prejudicada pela inflação.

Veja — *Que semelhanças existem entre a inflação alemã de 1923 e a do Brasil hoje?*

Berg-Schlosser — O mais importante é que ambas foram provocadas pelo endividamento externo. na Alemanha, foram as reparações de guerra No Brasil, os créditos contraídos junto à comunidade bancária internacional. O segundo paralelo importante é que as dimensões dessas dívidas são tão enormes que o seu resgate se tornou impossível em condições econômicas normais. Uma dívida externa que chega perto do Produto Nacional Bruto do país devedor não pode mais ser paga. No Brasil, a dívida externa corresponde a algo em torno de um terço de seu PNB. Isso é irresgatável.

Veja — *Qual a saída para a dívida externa brasileira?*

Berg-Schlosser — Assim como a Alemanha em 1923, não existe uma perspectiva realista para que o Brasil pague a sua dívida de mais de 130 bilhões de dólares. A única solução possível é a de que uma parcela substancial da dívida externa brasileira seja perdoada ou que os juros sejam reduzidos consideravelmente. Isso significa que aqueles que mais tiraram proveito do endividamento — em primeiro lugar os bancos internacionais que concederam os créditos e durante muito tempo cobraram juros reais muito elevados — precisam lançar uma parte da dívida brasileira em sua conta de prejuízos. Além disso, as somas devolvidas pelo Brasil já atingiram proporções tão elevadas — por causa dos juros pagos em taxas acima da média do mercado — que também por critérios de justiça deveria haver uma renúncia a uma boa parte do pagamento da dívida. Em poucas palavras: o Brasil foi vítima da armadilha dos juros, e precisa sair dela.

Veja — *Até que ponto as centenas de bilhões de dólares de dinheiro especulativo que circulam pelas praças financeiras internacionais também são responsáveis pela inflação?*

Berg-Schlosser — O problema tem dois aspectos. O primeiro é o fenômeno moderno em si, com somas bilionárias que podem ser transferidas hoje em poucos minutos de Tóquio para Nova York, ou para onde quer que seja, com todas as consequências negativas de especulação com somas tão monstruosas. O segundo aspecto diz respeito à origem dessas somas de dinheiro, ou seja, à fuga desses recursos de numerosos países em desenvolvimento. Com 8% de evasão de capital, relativos ao ano de 1987, o Brasil ainda se encontra numa situação melhor do que a Argentina, de onde saíram ilegalmente pelo menos 65% das importações de capital no ano passado.

Veja — *No Brasil, o déficit público tem sido apontado como a maior causa da inflação. O senhor concorda com isso?*

Berg-Schlosser — O déficit estatal sempre pende como uma espada de Dâmocles sobre a economia. Aumenta-se a distância da espada ou se reforça o fio que a prende — mas a situação fundamental não se alterou Juntamente com o indispensável acordo sobre a redução da dívida externa, o Governo precisa criar as condições para que o déficit público volte a uma relação aceitável no tocante ao PNB e aos seus ingressos. Não se trata apenas de reduzir gastos, mas também de garantir que aqueles que tiveram rendas consideráveis paguem os impostos correspondentes.

O mercado interno precisa crescer

Veja — *O aumento das exportações não seria uma saída para aliviar o quadro inflacionário?*

Berg-Schlosser — Os problemas do Brasil não poderão ser solucionados forçando-se indefinidamente as exportações, como pensam os funcionários do FMI e também alguns membros do próprio Governo brasileiro. Nesse sentido, o Brasil está se defrontando com o mesmo dilema da Alemanha depois da I Guerra. Não existe suficiente elasticidade da demanda para os produtos agrícolas que o País exporta. Se o Brasil tentar colocar cada vez mais café e soja no mercado internacional, os preços acabarão caindo e, no final, o produto da exportação poderá ser até menor. Um cidadão alemão não irá tomar mais xícaras de café por dia só porque o preço caiu para a metade.

Veja — *E os produtos industrializados?*

Berg-Schlosser — O Brasil tem mais chances que numerosos outros países, mas também aqui existem limites muito claros. Sobretudo os países que concederam empréstimos ao Brasil não estão dispostos a importar cada vez mais produtos industrializados brasileiros se estes aumentam a concorrência interna e acabam fomentado o desemprego. O resultado são as medidas protecionistas que países como os Estados Unidos tomam a fim de impedir a entrada de produtos brasileiros. As exportações constituem, portanto, um instrumento muito limitado, a médio e longo prazo, para a solução dos problemas de endividamento externo e da inflação no Brasil.

Veja — *O que o senhor recomenda, então?*

Berg-Schlosser — Acho que a longo prazo o Brasil deveria concentrar suas atenções no grande potencial do mercado interno, em vez de se orientar apenas pelas exportações. É preciso criar as condições necessárias para os processos de produção e de crescimento econômico interno, com o aumento do poder aquisitivo da população. Esses processos podem ser defendidos muito mais efetivamente contra as influências de fora. Ao mesmo tempo, deveriam ser fomentados de maneira ainda mais resoluta a cooperação econômica e o comércio inter-regional — e nesse sentido os acordos feitos com a Argentina e o Uruguai são um bom começo.

Não se pode congelar por oportunismos

Veja — *A hiperinflação resulta fatalmente num avanço político da direita?*

Berg-Schlosser — É preciso ver primeiro quem são os atingidos pela inflação. Na Alemanha, foram os trabalhadores, a nova classe média, os aposentados e os donos de obrigações do governo. Esses grupos foram um alvo fácil para os elementos radicais da direita. Na América Latina, sobretudo nos anos 60, teve-se a impressão de que boa parte da população achava que os regimes democráticos estavam falidos e não poderiam mais cumprir suas promessas no setor econômico. Esses também foram os motivos da ascensão militar ao poder no Brasil em 1964 Mas, no final das contas, constatou-se que os militares não estão em condição de conduzir a economia de forma melhor que os civis, estigmatizados como corruptos. Nem pela sua qualificação nem pela sua origem os militares estão em condições de entender melhor os processos econômicos. Além disso, nos meios militares também transparecem depressa os seus próprios interesses corporativos. Ou seja: melhores salários, privilégios, e assim por diante. Esta é uma lição que ainda está fresca na memória de todos.

Veja — *Depois do fracasso do Plano Cruzado acentuou-se uma descrença da população em relação aos políticos e à política. Isto tem algo a ver com a inflação?*

Berg-Schlosser — Há duas formas de apoio ao governo, analisadas pelas ciências políticas. Uma é o apoio específico, ou seja, o apoio popular advindo da satisfação de expectativas materiais a curto prazo — por exemplo, preços estáveis, renda pessoal satisfatória e crescimento econômico. Apóia-se a eficiência do governo. Um bom exemplo foi o chamado "milagre econômico alemão" nos anos após a II Guerra Mundial. Ele fez com que os alemães simpatizassem com as novas instituições democráticas, mas não porque se tivessem transformado em democratas convictos da noite para o dia. Bem diferente é o apoio difuso, ou seja, o apoio amplo a longo prazo que resulta da convicção da população de que um regime democrático corresponde melhor aos anseios de dignidade humana do que uma ditadura, não importa de que tipo. No Brasil existem apenas indícios do apoio específico e o apoio difuso, por ora, ainda não se faz notar.

Veja — *Existem exemplos históricos de que o congelamento de preços e salários tenha acabado com a inflação para sempre?*

Berg-Schlosser — O congelamento apenas pode atenuar tensões momentâneas. No momento em que os controles são afrouxados, explodem novamente todos os fatores anteriores, responsáveis pela inflação. É necessária, portanto, uma concepção política mais ampla, que garanta a produção e o acordo com os empresários e os sindicatos. É indispensável aquilo que se chama de interesse próprio esclarecido ou seja, o próprio governo tem de demonstrar que tem um plano e que está firmemente decidido a executá-lo, não apenas por causa de um oportunismo momentâneo ou dentro da mentalidade do salve-se-quem-puder mas porque quer mesmo solucionar problema a longo prazo.

Veja — *No Brasil existe quase um desprezo pela moeda nacional. Isso não contribui também para uma mentalidade inflacionária?*

Berg-Schlosser — Bem, se o brasileiro percebeu que 1 cruzeiro não vale mais nada e que a seguir também o cruzado não vale mais nada, sua frustração é inevitável. Mas não se deve subestimar a capacidade popular de assumir novas posições. Afinal de contas, existe exemplos de outros países onde a estabilização monetária teve êxito. Isso presupõe que se coloque em ordem o sistema produtivo do país. Juntamente com outras medidas pode-se então mudar também a moeda e, se os esforços forem coroados de êxito, com certeza também será superada a mentalidade inflacionária e a moeda do país será outra vez honrada. Afinal de contas, não são poucos os economistas que consideram a inflação hoje como um problema menos central mais controlável do que o desemprego a dependência externa ou o desenvolvimento econômico em geral. A inflação não é invencível.

A injustiça está nas estruturas

Veja — *Em tese, desapareceria a inflação se se voltasse a uma economia de troca?*

Berg-Schlosser — O dinheiro trouxe uma série de problemas, mas não existe alternativa para ele, e, ademais, o sistema de trocas nem sempre é justo. Posso contar um bom exemplo. Na Alemanha, durante a grande inflação, após a II Guerra Mundial, em mercado negro inédito no país criou situações grotescas. A moeda indireta eram os cigarros. Pois bem: um mineiro de carvão, trabalhando 50 horas por semana, ganhava o equivalente a um maço de cigarros por semana. Mas, se ele tivesse em casa uma galinha que botasse todos os dias um ovo, ele poderia vender os ovos ao preço de vinte cigarros a unidade. Isto é, a galinha produziria por dia o mesmo que o mineiro ganhava numa semana de trabalho duro.

Veja — *O dinheiro não pode também ser injusto?*

Berg-Schlosser — A injustiça independe do meio de pagamento. A injustiça está contida nas estruturas sociais, na política, nos sistemas de produção.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB — SP. *Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Constituintes, as injúrias do governo norte-americano, acusando os nossos industriais por pirataria internacional, no caso da utilização de patentes de fábricas estrangeiras revelam, ao mesmo tempo, ignorância e má fé

Basta que os norte-americanos busquem informação no GATT para saber que o Brasil não mantém acordo sobre marcas com nenhum país do mundo e, assim, segundo a doutrina da reciprocidade, somos pagos, pelas outras nações, com a mesma moeda.

O emprego do curare em cirurgia, como paralisador da musculatura lisa ou para diminuir sua tonicidade, foi descoberto por brasileiros na floresta amazônica, e hoje todas as nações utilizam esse remédio, sem nunca ter pago um tostão de **royalties** ao Brasil.

Saibam os **yankees** que nossa bandeira tem como símbolo uma cruz de estrelas, e não a caveira dos navios piratas que os ascendentes dos norte-americanos usavam em seus navios, durante séculos, para **razzias** espetaculares na África, na Ásia e no Novo Mundo.

Não adiantam as ameaçadoras retaliações.

Podemos perfeitamente buscar, para a nossa espetacular produção de grãos, os mercados europeus e do Oriente Médio, do Japão e dos países nórdicos, da Alemanha e da Itália.

Já é tempo de exportarmos café para a União Soviética e a China, com mais de um bilhão de consumidores potenciais.

Seria uma boa resposta à retaliação norte-americana não vendermos este ano, aos Estados Unidos, uma tonelada de soja nem um galão de sucos cítricos, de que precisa seu povo para aplacar sua fome e sua sede, depois de um ano terrível de seca e neve, como jamais tiveram em sua história.

Enquanto isso, nossa produção de grãos está perto dos setenta milhões de toneladas.

Se os americanos se julgam prejudicados — quando os japoneses, os alemães, os italianos e os suíços não falam em pirataria de marcas de remédio — recorram ao GATT ou aos tribunais internacionais. Mas não venham com ameaças vazias, que demonstram, apenas, como a indústria americana de remédios manda no governo de Ronald Reagan.

O que ele devia fazer era aplicar, ali, um novo **new deal** e uma lei antitruste mais abrangente, punindo seus próprios piratas internacionais.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Uma vacina que apresenta setenta por cento de eficácia em experiências clínicas controladas não pode ser um instrumento desprezível para a saúde pública.

Tal o caso de um preventivo da meningite meningocócica do tipo B, fabricado em Cuba, que teve vetada a sua importação, alegando-se encontrar-se em fase experimental.

Não é fácil citar o caso de vacina eficiente cem por cento, e sua eficácia dependerá, sempre, de condições especialíssimas do paciente e da segurança do seu emprego.

Se, na verdade, as Secretarias Estaduais de Saúde são autônomas para comprar medicamentos, sua importação depende de liberação do Ministério da Saúde, por intermédio da Cacex, o que não vai impedir que pacientes abonados obtenham o novo medicamento, diretamente em Cuba, por intermédio de turistas e pilotos de aeronave, sendo risível considerar "contrabando de remédios" uma iniciativa sem fim lucrativo.

Tem razão o Secretário de Saúde de São Paulo, o Dr. José Aristódemo Pinotti, quando afirma:

> "Não precisamos de autorização do Ministério para conversarmos com os cubanos sobre as experiências científicas. A troca de informações é livre e somente quando tivermos uma decisão a respeito da importação dos medicamentos é que temos que falar com o Ministro."

Deve-se lembrar que estamos importando da França o "Salvant Diluent" e o "Neninfogacoque", ainda em experimentação, ao preço de três mil cruzados a dose, segundo se propala, muito mais caro do que o produto cubano

O Ministro da Saúde parece compreender que a colaboração científica internacional não tem

fronteiras e deve liberar o produto, que está numa fase experimental encorajadora

Sobre o assunto, Sr. Presidente, solicito a V. Exª que constem dos Anais desta Assembléia os seguintes artigos:

"MENINGITE PODE FECHAR ESCOLAS

Pinotti e Silveira se encontram na sexta para discutir a importação da vacina

A epidemia de meningite meningocócica do tipo B não está sob controle em São Paulo e pode até mesmo levar ao fechamento das escolas se na volta às aulas, for constatado aumento do número de casos da doença. O alerta é do secretário José Aristodemo Pinotti, da Saúde, que insistiu ontem na necessidade de importação da vacina oferecida pelo govèrno cubano. Pinotti acredita que conseguirá convencer o ministro Borges da Silveira, da Saúde, a rever sua posição. "Se não autorizar a entrada das vacinas", disse, "o ministro será responsável por isso, mas não acredito que ele chegue a esse limite".

O secretário reuniu-se, ontem, com o governador Orestes Quércia e deverá encontrar-se, sexta-feira, com Borges da Silveira. Preocupado, não disfarçou a intranqüilidade com a epidemia, que poderá agravar-se com o retorno de milhões de crianças às aulas. A Secretaria de Saúde, garantiu, controlará rigorosamente todas as escolas, em especial as da rede estadual, observando a evolução do processo epidêmico "Se a volta às aulas for responsável pelo crescimento do número de casos de meningite, poderemos até mesmo fechar temporariamente as escolas "

Pinotti explicou que as vacinas, cuja importação continua proibida, já foram testadas em Cuba, em situação semelhante à de São Paulo, e demonstraram sua eficácia, controlando a doença antes que ela atingisse níveis próximos aos de uma epidemia. De qualquer forma, a Secretaria da Saúde já começou a elaborar um plano para uma possível campanha de vacinação contra a meningite do tipo B. Contando com as 50 mil doses, prometidas pelo governo cubano, o secretário diz que inicialmente serão vacinadas crianças menores de cinco anos, desnutridas, que estejam frequentando creches ou escolas.

Em seguida, diante da intenção do governo de Cuba de enviar semanalmente cerca de 20 mil doses de vacina, outras crianças serão imunizadas, garantiu. Segundo ele, a Secretaria da Saúde registrou, até a semana passada, uma média de duas mortes por dia No último fim de semana, apesar do surgimento de cinco novos casos e ontem mais quatro, não foi registrado nenhum óbito. "Estamos, até agora, com 32 ou 33 óbitos e os casos se concentram na Capital e em 14 ou 15 municípios da região da Grande São Paulo."

Ontem,o secretário de Saúde, José Aristodemo Pinotti, assumiu formalmente a cadeira de titular de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a chefia da clínica de ginecologia do Hospital das Clínicas.

Falsa expectativa

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, confirmou em Curitiba que as 50 mil doses de vacina contra a meningite tipo "B", produzidas em Cuba, "só entrarão no Brasil com autorização do ministério, ou não entrarão". Silveira explicou que o ministério deverá assinar convênio com o governo de Cuba para que as vacinas sejam previamente testadas no Brasil, antes do início da aplicação, que só deverá acontecer daqui a um mês O ministro disse que possíveis divergências com o governador Orestes Quércia estão superadas, mas não vai permitir que "São Paulo tome decisões independentes".

"Conversei por telefone como governador Quércia e expliquei que ele estava errado em querer importar essas vacinas que ainda nem foram lançadas na própria Cuba. Lá elas só serão oficialmente lançadas em outubro. Além disso, expliquei que o governo de São Paulo provocaria falsa expectativa na população, pois Cuba só tem capacidade de exportar 20 mil vacinas a cada 15 dias, atendendo única e exclusivamente o Brasil." Segundo o ministro, isso não é suficiente para iniciar uma campanha de vacinação em São Paulo, onde são necessárias, no mínimo, um milhão de doses. Silveira afirmou que já está quase tudo pronto para a assinatura do convênio com Cuba, que, além de exportar a vacina, se ela for aprovada pelo Ministério, também transferirá tecnologia, permitindo sua produção no Brasil.

CASOS CHEGAM À REDE PARTICULAR

A meningite do tipo B já começou a preocupar os hospitais particulares da cidade. No Hospital Israelita Albert Einstein, um dos mais bem equipardos da Capital, duas pessoas morreram nos últimos meses e outras nove continuam em tratamento. "O Einstein é um termômetro da população", acredita Marcos Fongaro, coordenador da Comissão de Infecção Hospitalar, para quem o número de casos da doença deve estar aumentando" "Se aqui já estamos atendendo doentes de classes privilegiadas, isso significa que existe uma grande epidemia na Capital". Já o Hospital Sabará, especializado em pediatria, registrou 11 casos de meningite no mês de julho, sendo dois do tipo B. Nas clínicas especializadas, a população protege as crianças, vacinando-as contra a doença. Só a Clínica de Imunização Professor Vicente Amato Neto vacionou 59 crianças durante este mês contra as meningites dos tipos A e C, mais perigosos que a B.

VACINA É DEFENDIDA POR ESPECIALISTAS

Dois especialistas defenderam ontem a importação da vacina cubana contra meningite do tipo B, Calil Farhat, professor de pediatria da Escola Paulista de Medicina, com especialização em infecções infantis e membro da comissão permanente de assessoramento à imunização da Secretaria da Saúde, acha que isso deve ocorrer "o mais rápido possível para controlar a epidemia brasileira". No Rio. Keyla Marzochi, diretora do Hospital Evandro Chagas, da Fundação Oswaldo Cruz, não vê motivo para desconfianças em relação à vacina: "O centro de pesquisa que a produziu é reconhecido como um dos mais capacitados do mundo no estudo de doenças infecciosas".

Segundo Keylia, a eficácia da vacina cubana contra a meningite B já foi comprovada em testes realizados com amostras de bactérias coletadas no Rio de Janeiro e os resultados iniciais mostraram que há "perspectiva clara para aplicação a curto prazo no Brasil". Como é muito difícil haver variação entre o tipo de meningococo B identificado no Rio e o que tem infectado os doentes paulistas, "a vacina também é eficaz para controlar a doença em São Paulo", diz a especialista. Calil Farhat lembra que o governo cubano testou a vacina em mais de 200 mil pessoas naquele país, enquanto Keyla, que fez parte do grupo de cientistas responsáveis pelos primeiros testes da vacina para a imunização no Brasil, garante: o Instituto Adolpho Lutz, de São Paulo, tem condições de realizar em no máximo 15 dias testes com o primeiro lote de vacinas que chegar de Cuba. "Deveriam ser feitos, rapidamente, testes em 200 amostras infectadas com meningite B em São Paulo para saber se a bactéria é idêntica à cubana", diz.

O superintendente do Hospital das Clínicas, Vicente Amato Neto, professor de moléstias infecciosas da Faculdade de Medicina da USP, desconhece a vacina e discorda de outros especialistas. "A epidemia", diz, "não é grave".

Era o que tinha a dizer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero crer que o Presidente Sarney é ingênuo demais, tendo em vista sua abordagem ontem, ou então S. Exª teve uma atitude leviana com relação às conquistas dos trabalhadores e de vários segmentos sociais na Assembléia Nacional Constituinte.

Ouvi perplexa, estarrecida, por quase meia hora, como Constituinte legítima, pois recebi o voto direto do povo para aqui defendê-lo, o disparate expresso por S. Exª, com total ignorância da vontade do povo.

Gostaria de assinalar alguns dos desejos do povo, aos quais o Presidente José Sarney é contrário. O povo não aguenta mais o arrocho salarial, o congelamento da URP e a dívida externa que não tem condição de pagar, nem com a própria vida, com o desemprego e com a inflação galopante que aí está. O Presidente Sarney, com sua política econômica, vai ao Fundo Monetário Internacional.

Vemos aqui, hoje, um grupo de pessoas que, apoiado pela OAB, pediu ao Governo o mesmo tratamento dado aos animais. Estou falando de todas as pessoas que estão desabrigadas, sem direito à moradia em Brasília e que fazem sua manifestação ali em frente Registro o seu manifesto falando da política de moradia do atual Governo No entanto, ouvimos o Presidente José

Sarney atribuir à Assembléia Nacional Constituinte a responsabilidade pela sua política habitacional no setor carente da população. Disse S. Exª que as medidas que aqui tomamos inviabilizarão seu projeto social. O povo não queria, em hipótese alguma, que o Presidente José Sarney tivesse cinco anos de mandato. Entretanto, S. Exª quis cinco anos. O povo também não queria, e não quer, que a Ferrovia Norte-Sul seja construída à custa da sua miséria. Mas o Presidente José Sarney quer. S. Exª disse ainda que seremos os responsáveis, em sua política social, pela falta do leite na mesa dos pobres; que estamos empobrecendo a classe média e tirando a merenda escolar dos estudantes — sabemos que essa merenda já foi tirada há muito tempo.

E, pasmem, S. Exª questiona a contribuição que as mulheres trabalhadoras dão à Previdência Social, quando o projeto transfere direitos também aos dependentes dessas contribuintes! Não queremos privilégios, enquanto trabalhadoras que somos. Estamos reivindicando na Assembléia Nacional Constituinte que se reconheçam esses direitos, que nosso dependente, que pode ser um marido ou outra pessoa, usufrua dos benefícios decorrentes de nossa contribuição.

O pior de tudo, exatamente no momento em que há uma retaliação norte-americana com relação a vários produtos brasileiros, é que o Chefe da Nação, em nenhum momento, disse que medidas tomará enquanto governante, diante dessa retaliação. Percebemos que S. Exª questiona o fechamento das portas ao capital estrangeiro dizendo que a iniciativa privada ficará prejudicada. Gostaria de ressaltar que o Presidente, que está de olho na conquista do setor previdenciário social, não vê por que os remédios estão na lista da retaliação. S. Exª não consegue enxergar que a participação média de cada empresa estrangeira é trinta vezes maior que a das empresas nacionais. Portanto, não há necessidade de S. Exª estimular essa participação. Queremos ouvir a palavra do Presidente da República com relação à política econômica, ao congelamento da URP, à grande dívida externa brasileira, à auditoria dessa dívida.

Sr. Presidente, gostaria que o discurso que tenho em mãos constasse na íntegra dos Anais desta Assembléia.

Repito que a atitude do Presidente José Sarney, se não foi ingênua, no mínimo foi leviana no que diz respeito aos representantes na Assembléia Nacional Constituinte — nós, que recebemos o voto direto do povo para interferir a seu favor.

DISCURSO A QUE SE REFERE A ORADORA:

Sr. Presidente, Srªs e Srs Constituintes, o Projeto de Constituição aprovado em primeiro turno incorporou algumas reivindicações antigas do movimento popular aos direitos sociais e políticos, preservação do meio ambiente, dentre outros que merecem apreciação, sem com isto considerar que o texto signifique um grande avanço, porém, conquistas pelas quais vários segmentos sociais empenharam-se em defender.

Fomos vítimas das forças conservadoras, a grande elite representada pelo Centrão, que impediram as diretas para Presidente em 1988, reforma agrária, tendo o texto constitucional ficado aquém do Estatuto da Terra dificultando a desapropriação de latifúndios, na verdade inviabilizando a penalidade aos que detém grandes terras e nada produzem

Nesta reflexão, considero o texto cabível de crítica e merecendo do Partido dos Trabalhadores apreciação no sentido de não referendar nesta votação do segundo turno o que consideramos em grande parte conservador e neutralizante, mantendo dispositivos que sustentam injustiças e desigualdades. Penso que esta decisão, caso consumada, partirá de princípios, exames e reflexões, como já disse, por entender que o texto não mexeu na estrutura da propriedade, não alterou o papel das Forças Armadas, não amplia a participação da sociedade civil. Portanto, temos razão de sobra para questionar com visão global este processo. Vamos mais adiante: temos legitimidade, somos transparentes e não ficamos na defensiva ou mesmo tendo atitudes oportunistas como as dos que querem zerar a Constituinte, numa atitude irresponsável.

O significado do nosso voto não é no sentido de ampliar essas conquistas, que apesar de tímidas significam direitos e liberdades reivindicados pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro Nosso voto é de oposição às forças conservadoras de direita composta de Centrão e Governo que querem, a todo custo, suprimir 35 artigos com 22 parágrafos que vão desde o direito do turno de seis horas ao monopólio da União sobre o petróleo. Por isso o PT se reserva o direito de protestar

Srs. Constituintes, a Assembléia Nacional Constituinte merece ser defendida por nós da interferência externa, inclusive do capital estrangeiro, das multinacionais que exibiram anteontem na televisão, por quase 10 minutos, como necessárias à salvação do Brasil, indispensáveis em todos os sentidos, mandando recado para a Assembléia Nacional Constituinte mostrando o poder lobista de quem pode dizer o que quer, como quer. Como algumas coisas se confundem neste País, é para deixar qualquer brasileira estupefata!

Sr. Presidnete, neste momento quero reportarme à fala de 29 minutos, em cadeia nacional de rádio e televisão, do Sr. Presidente da República. Incrível! Fantástico! Extraordinário! Não estou fazendo julgamento da Assembléia Nacional Constituinte. Quero apenas lembrar, aos colegas que a votação do segundo turno não é a homologação do primeiro, o que V. Exªs votaram. Tornará este País ingovernável, portanto, a Assembléia Nacional Constituinte, caso não haja revisão no texto; será responsável pela desordem jurídica, pelo fechamento à iniciativa privada; estarão suprimindo empregos, tirando o leite dos pobres, a merenda escolar, deixando sem habitação os de baixa renda, prejudicando cada vez mais a classe média — pobre classe média! Portanto, a pobreza, a regressão será acentuada. Com isto a ingovernabilidade será notória. Que lástima! O presidente deixará de assistir os pobres se tiver que cumprir os direitos dos pobres adquiridos constitucionalmente.

Perguntaria: os aposentados, os trabalhadores, por acaso, não são os que produziram e continuam produzindo?

— É absurdo as mulheres contribuintes repassarem benefícios aos seus maridos ou dependentes?

— É absurdo requerer aposentadoria proporcional?

— Colocar o atendimento prioritário do mercado interno como essencial ao bem estar da população, ao desenvolvimento e autonomia tecnológica da Nação?

— Será que o Presidente conhece realmente o povo?

Se não, vejamos: o povo quis quatro anos e ele cinco; o povo não pode pagar a dívida externa, e ele já voltou ao FMI; o povo está morrendo de fome, e ele construindo ferrovia; o povo querendo aprovar seus interesses na Constituinte, e ele quer mudar; o povo votou diretamente nos seus representantes para a Assembléia Nacional Constituinte. Como o Presidente explica sua defesa à iniciativa privada e ao capital estrangeiro no momento em que o governo americano impõe sanções restritivas ao País e o Presidente não diz uma palavra sequer às retaliações propostas?

Defender as multinacionais sem explicar, contudo, quanto custa para cada brasileira e brasileiro é, no mínimo, não conhecê-los, ou melhor, ignorá-los.

Presidente que está de olho na conquista do setor previdenciário social e não vê por que os remédios estão na lista de retaliação é fato grave. É bom lembrar-lhe que a ALANAC (Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais) esclarece que a participação média de cada empresa estrangeira é 30 (trinta) vezes maior do que a participação média das empresas nacionais.

Como podemos ver, não há necessidade de estimular empresas estrangeiras, a não ser que se queira, de vez, acabar com as nacionais.

Confesso, perplexa, como funciona a democracia neste País. Os empresários têm dinheiro, vão para a televisão por quase dez minutos e fazem pressão O Presidente da República fala quase meia hora, bate o martelo. Eis aí sua sentença.

De novo indago: e o povo? Só lhe restam os poucos representantes comprometidos com ele na Assembléia Nacional Constituinte para repudiar, neste momento, esta interferência descabida e dizer: Sr. Presidente da República, no momento em que V. Exª, tão enfaticamente, defende direito internacional, gostaria de lembrar-lhe que a Assembléia Nacional Constituinte coloca-se no exercício pleno de sua função (pelo menos os que têm o mínimo de respeito pelo povo) em defesa dos direitos dos trabalhadores. Não haverá recuo. Apenas manteremos, numa postura equilibrada, nosso compromisso com o povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB — PE Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs Srs. Constituintes, antes do meu pronunciamento, desejo, em nome da soberania desta Assembléia Nacional Constituinte, apresentar meu protesto contra a fala, de ontem à noite, do Presidente José Sarney, ameaçadora da nossa soberania, pelo fato de tentar conduzir a população brasileira ao descrédito ou mesmo ao desespero, quanto ao que aqui fazemos.

O Presidente da República disse que com a promulgação da nova Constituição brasileira o País será ingovernável. Não sei se o País está sendo governado agora, já que o Presidente joga o povo contra o Poder Legislativo e atinge a Assembléia Nacional Constituinte.

Os poucos avanços que conseguimos S. Exª quer suprimir através do **lobby** presidencial e dos empresários, enfim, dos que insistem em comprometer a soberania nacional e desejam continuar mamando nas tetas do Governo.

Portanto, registro meu protesto contra o pronunciamento do Presidente da República. Acho que, ao invés de se valer da televisão, mais uma vez, para enganar o povo, que já passa fome e vive na miséria, S. Exª deveria levar a todos, com força e coragem, a esperança de melhores dias. Contudo, o que faz S Exª é induzir o povo a vender o que tem e depositar o produto da venda na poupança. É o que acontece hoje, no País: ao invés de produzir, a população vende o que tem para depositar dinheiro na poupança.

Sr. Presidente, aproveito os quatro minutos que ainda me restam para ler duas páginas de um pronunciamento que acho importante fazer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — A Mesa esclarece que só restam ao orador dois minutos e meio.

O SR. GONZAGA PATRIOTA — Sr. Presidente, agradeço o esclarecimento.

Meu pronunciamento refere-se à monocultura do Brasil.

Sabemos da necessidade de diversificar a agricultura. Onde há cana-de-açúcar, que se plantem também culturas de subsistência. Onde existe cebola, que haja também cultura de subsistência

Sr. Presidente, tendo em vista a exigüidade do tempo, peço a V. Exª que meu pronunciamento seja considerado como lido e conste dos Anais desta Assembléia.

Agradeço a V. Exªs a paciência, vez que hoje se preparam para dar início à votação no segundo turno da Constituinte.

DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Sr Presidente, Srs. Constituintes, há muito tempo, reclamam-se no Brasil um planejamento e ordenação no setor agrícola, capaz de evitar cenas grotescas, assistidas por uma população carente de alimentação, como a queimada de toneladas de produtos, em contestação a preço de mercado. Neste País, já se queimou café, já se incendiou cebola e já se deixou perder toneladas de alimentos indevidamente estocados à espera de preço.

Nos últimos anos, costumou-se atribuir a responsabilidade por todos os problemas do setor agrícola ao atravessador, ou seja, àquele que pouco oferece ao produtor e muito quer ganhar do revendedor. Sua figura, entretanto, embora danosa ao sistema de comercialização, representa apenas mais um elemento, entre tantos que manuseiam o produto até que o mesmo chegue ao consumidor.

Mais do que isso, deve o Governo brasileiro assumir toda a sua parcela de culpa, identificada pela falta de planejamento e de ordem no encaminhamento das questões agrícolas. Assistimos, nos últimos anos, a um incentivo desordenado ao cultivo da cana-de-açúcar, dentro do Proálcool, programa que visava a atenuar os prejuízos do País, com relação à importação de um petróleo cada vez mais raro e caro e que já ameaçava a oferta de combustíveis no mercado interno.

O que se viu foi a criação descabida de uma monocultura em terras até então utilizadas para a produção de alimentos.

Pior do que isso é que programas, como esse do álcool, ou outras empreitadas, como produção de soja para exportação, são iniciados sem considerar fatores primários de sistematização, especialmente estocagem e distribuição.

Não se considera, por exemplo, se determinada região, escolhida para o plantio de um produto qualquer, possui armazéns suficientes para guardar a produção esperada, ou se há transporte satisfatório para seu escoamento

É preciso que cada região brasileira saiba exatamente o que, como e quando plantar, de acordo com a disponibilidade de armazéns, de estocagem e transporte.

De nada adianta, por exemplo, que a terra de determinada região seja favorável ao plantio de soja, se naquele local não se tem condições de estocagem, e a oferta de transportes é insuficiente. Deixar o comando de tal planejamento a cargo do Ministério da Agricultura, de secretarias estaduais ou de coordenadoria é atualmente o que menos importa.

Significa muito mais ter-se um planejamento subdividido, através do qual a cultura esteja adequada ao tipo de terra, o financiamento aos resultados, a armazenagem e o escoamento a uma política de transporte compatível.

Aliada a esse quadro, deveria haver uma política agrícola realmente eficiente e planejada que garantisse a adequação do volume de determinada produção às necessidades de mercado e exportação, a fim de que os preços representassem um retorno justo do investimento. Além do mais, seria viável uma continuidade administrativa, a nível de governo, que estivesse acima de interesses políticos e particulares

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, acho que até obrigação manifestar aqui nossa opinião sobre o discurso proferido pelo Presidente da República na noite de ontem.

Do ponto de vista político, considero esse pronunciamento inaceitável, pois fere a soberania da Assembléia Nacional Constituinte e interfere, como S. Exª muitas vezes já fizera, no desenvolvimento dos nossos trabalhos. Portanto, politicamente, trata-se de um pronunciamento inaceitável e condenável. O Presidente José Sarney não tem condições políticas, legais e éticas para, diante da opinião pública, dizer o que disse ontem em relação à Assembléia Nacional Constituinte.

O Presidente José Sarney, apesar de sua habilidade em endereçar algumas questões, omitiu pontos e faltou com a verdade. Por exemplo: as emendas casuísticas tipo trem-da-alegria foram todas bancadas pela Liderança do Governo. Pergunto se o Presidente Sarney puxou as orelhas do seu Líder no Senado, o Senador Marcondes Gadelha, do Deputado Cardoso Alves, do Deputado Inocêncio Oliveira, Vice-Líder do PFL, e as de tantos outros liderados, como seu sobrinho Albérico Cordeiro, que votaram a favor da anistia fiscal e tributária, visto que, de uma hora para outra, S. Exª aparece falando contra essa anistia como se ela fosse uma iniciativa da oposição, quando, na realidade, foi iniciativa das Lideranças do Governo.

Ainda sobre a questão da Previdência Social, ameaça o Presidente que o País se tornaria ingovernável. Na verdade, o País é ingovernável nas mãos do Sr. José Sarney, que quer, com base em decretos-leis e na tutela militar, dirigir este País. Trata-se daquela idéia de que o País só é governável com autoritarismo e repressão. É isto que está na questão de fundo do discurso que aqui condenamos.

No tocante a direitos dos trabalhadores e ordem econômica, as Lideranças do Governo aqui estão propondo suprimir a propriedade da União do subsolo, bem como o monopólio estatal das telecomunicações, defendendo a abertura do País ao capital estrangeiro Na verdade, o Governo está defendendo o maior entreguismo da História deste País.

S. Exª também fez coro com os empresários contra os direitos dos trabalhadores É aquela velha tecla dos empresários brasileiros: esta Constituinte não toca, não fere, não ameaça o sistema capitalista brasileiro; apenas os empresários não aceitaram que essas pequenas concessões sejam aprovadas como foram no primeiro turno.

Sr. Presidente, temos uma posição clara de divergência quanto ao texto constitucional. Já dissemos isso várias vezes, principalmente sobre aqueles pontos essenciais que fazem a moldura da futura Constituição do País. Temos uma posição: manter os avanços, que são parciais, e, com emendas supressivas, buscar exatamente suprimir os obstáculos maiores. Por isso, nós, do PT, somos contrários politicamente a esse tipo de projeto. No entanto, achamos que nossa posição é totalmente diferente da posição daqueles que querem torpedear o processo constituinte, dos que mais querem, a pretexto dessa situação política criada, fortalecer a ultradireita, seja no plano civil, seja no militar.

Esse foi o sentido do pronunciamento do Sr. Presidente da República, que tergiversa, que à opinião pública dá informações incompletas, falsas, para ocultar o seu objetivo, que é a saída autoritária, repressiva, consagrando o que temos chamado de governo civil de tutela militar. (Muito bem!)

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diz a infinita sabedoria popular, em relação aos boquirrotos e desastrados, que "sempre perdem a oportunidade de ficar calados". Não posso deixar externar, quanto ao pronunciamento do Vice-Presidente José Sarney, ontem, em rede nacional de rádio e televisão, o mesmo que o povo, já hoje, afirma.

Mas, antes de comentar seu pronunciamento, tão esperado por todos nós, que desse desgoverno esperamos tudo, não me furto a tecer alguns juízos quanto ao papel a que se presta o supremo mandatário.

Os homens cumprem em suas vidas inexorável destino, levados pelas mãos fortes da história de seus povos, suas pátrias, seus companheiros de credo e de fé ideológica. Franklin Roosevelt, o homem no **New Deal** americano, resgatando o sonho de seu povo e, de uma cadeira de rodas, recebendo a consagração como o grande esta-

dista de seu país; De Gaulle e Churchill, líderes forjados nas adversidades da Segunda Grande Guerra, comandando a resistência de seus povos à expansão nazista na Europa; e o admirável Adenauer, reerguendo dos escombros da mais cruel de todas as guerras uma nação em chamas, arrasada, ferida, humilhada, para transformá-la em pujante potência econômica, numa grande democracia liberal, numa sociedade eqüitativa e feliz. E o exemplo magnânimo de Juan Carlos, restituindo à Espanha, depois de meio século de dominação franquista, os brios da nação democrática e avançada.

Em suma, Srs. Constituintes, cada um cumpre seu destino. Aqui mesmo, no nosso combalido Brasil, temos os exemplos de Rodrigues Alves, num governo liberal e construtivo. Podemos lembrar que, mesmo em meio à franca inclinação fascista do Estado Novo, o inesquecível Presidente Getúlio Vargas deu início a uma série de leis e avanços consideráveis em política de defesa do trabalhador. E, pagando o preço da própria vida, Getúlio preferiu deixá-la para entrar na História.

E José Sarney?

Prefere deixar a história para cair na vida, regredindo a sua infância e, com os dinheiros públicos, construir um trenzinho "norte-sul", ligando a Praça dos Três Poderes à praia do Calhau. Não vai à TV explicar seu Governo, mas não se inibe em tecer reparos à atuação da Assembléia Nacional Constituinte, que deveria ser respeitada.

Se o Sr. José Sarney não pensou ainda, deve atentar para o fato de que sua postura conservadora e consoante com os interesses do grande capital externo, está preparando o terreno pantanoso onde se dão os golpes de estado.

Em seu discurso, uma encenação primária e bisonha, além de fazer considerações absolutamente dispensáveis, o atual Presidente diz estar recebendo "de todos os lados sinais de confiança". Lamento, todavia, que neste "todos" não esteja incluído o povo brasileiro.

Diz também, o Sr. José Sarney que o sistema previdenciário naufragará após promulgada a nova Carta Magna, se mantidas algumas conquistas sociais. Antes de pronunciar seu discurso alarmista, o Presidente deveria ter feito valer sua autoridade e demitido, de forma sumária, o Sr. Renato Archer, Ministro da Previdência e Assistência Social, que disse exatamente o contrário de seu chefe alguns dias atrás.

Em outro ponto, continuando sua catilinária, o Presidente diz que os brasileiros receiam que a nova Constituição torne o país ingovernável. Nisso, principalmente, o Sr. José Sarney está enganado, e o povo não tem porque temer: nem sua desastrada passagem pela Presidência conseguiu tal coisa. Duvido que a futura Carta Magna possa gerar situação caótica como a que vivemos sob a égide de seu infeliz desgoverno.

Todos os pontos do discurso do Sr. José Sarney podem ser rebatidos. Peça mais inoportuna e infeliz não poderia haver. Sem estilo, repetitiva, rococó, redigida por um ex-assessor do Sr. Paulo Maluf, pouco se recomenda para um homem público com veleidades literárias...

Torno a repetir, como já o fiz quando o mesmo Presidente nos atacou em seu programa "Conversa ao pé do rádio": conclamo todos os brasileiros a desligarem seus aparelhos televisores e seus rádios todas as vezes em que o Sr. José Sarney faltar com respeito à Constituinte e ao povo brasileiro. Não podemos dar IBOPE a quem não governa o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, vou acrescentar algo ao que já foi dito aqui sobre a lamentável presença do Sr. José Sarney, ontem, em cadeia de rádio e televisão.

Toda a sua preocupação com o futuro do País, no fundo, é com o seu mandato. Conseguiu S. Exª os 5 anos, mas, promulgada a nova Constituição, terá diminuído, no mínimo, em 50% seu poder de fogo, seu poder de decisão. Então, um Governo que já é melancólico, que administra por decretos-leis, será seguramente trágico no próximo ano, quando a nova Constituição limitar a força e o poder de mando do Presidente da República. Somos obrigados, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, a ouvir um depoimento de um homem despreparado, cuja assessoria, pelo jeito, não conhece as quatro operações, nem mesmo a adição, porque os números ontem apresentados por S. Exª são mentirosos, não refletem o que, efetivamente, irá acontecer após a promulgação da nova Carta.

Finalmente, alguém como o Presidente José Sarney, que trata com desprezo as questões administrativas de um país como o nosso, não pode mostrar nenhuma preocupação com o nosso presente, tampouco com o nosso futuro. Além de não administrar democraticamente, fazendo tudo à revelia do Congresso Nacional, S. Exª, que não conseguiu nenhum voto, nem o dele próprio, para chegar onde está, transformou-se em verdadeiro caxeiro, parando três dias em Portugal e fazendo uma visita de quatro ou cinco dias à União Soviética. Alguém que tivesse a mínima sensibilidade para dividir os problemas brasileiros, de uma maneira assim tão acintosa, não passaria por cima de tudo e de todos, cumprindo verdadeiros programas de turismo, como tem feito o Sr. José Sarney em sucessivas viagens ao exterior.

Por isso, qualquer brasileiro poderia ter ido à televisão, rádio ou jornal, falar da inoportunidade do texto que aqui está sendo discutido, da futura Constituição, menos o atual Presidente da República, que em três anos e meio de governo conseguiu o que talvez nenhum outro brasileiro conseguisse, ou seja, promover a baderna econômica em que o País se encontra.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, quem assistiu, ontem à noite, ao Presidente José Sarney falando através da cadeia total de emissoras de rádio e de televisão do País, e não fosse um observador mais atento, concluiria que S. Exª estaria chegando ao Brasil depois de uma longa viagem, dezoito meses ausentes, pois procedeu como alguém que estivesse alheio ao processo constituinte durante todo o período em que os Constituintes estiveram trabalhando. Falou como alguém que não tivesse nada a ver com o Plano Cruzado, que se constituiu no maior engodo, na maior traição político-eleitoral da História deste País, e base da vitória para a Aliança Democrática do PMDB — PFL obter a maioria de 2/3, com poder decisório total na Assembléia Nacional Constituinte. Falou como alguém que não tivesse nada a ver com a Aliança Democrática, com as forças que a compõem, o PMDB e o PFL. Mas qualquer observador mais atento ou qualquer dos 140 milhões de brasileiros sabe que não foi assim.

Para provar, bastaria lembrar a participação do Governo na decisão sobre o mandato presidencial de cinco anos, evitando ainda a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo, mantendo com isso o presidencialismo. Tudo nos dá a impressão de que o PMDB e o PFL no governo se preocuparam com os cinco anos e o presidencialismo, ou seja, apenas com o mandato presidencial e o sistema de Governo, enquanto que o PMDB e o PFL, na Constituinte, se preocuparam e se preocupam na verdade, apenas com as eleições municipais e com a sucessão presidencial. Tudo meramente fisiológico e eleitoreiro. A luta do Poder pelo Poder e não "do povo, pelo povo e para o povo", como caberia na luta democrática. O resto é problema do resto, só que o resto somos todos nós os 140 milhões de brasileiros, que não integram a cúpula do Governo, do PMDB e do PFL, tampouco a cúpula da Assembléia Nacional Constituinte, com sua Mesa Diretora e respectivas Lideranças.

Sr. Presidente, o economista alemão, Dirk Berg-Schlosser, em entrevista à revista **Veja,** nas páginas amarelas desta semana, fala das consequências de todo o processo inflacionário, e ainda mais hiperinflacionário, dizendo que a inflação estimula o cinismo e o egoísmo — e eu acrescentaria, a hipocrisia — destruindo, principalmente, os valores morais da sociedade. Nunca vivemos um momento de hiperinflação como agora. Ainda há pouco e não quero roubar o mote do discurso do nobre Constituinte José Costa — dizia-me S. Exª que o **overnight** ontem teria atingido o patamar dos 40%, o que significa 1,33% ao dia.

Sr Presidente, também nunca tivemos um período de tanto cinismo, egoísmo e hipocrisia como o que estamos vivendo agora. E esse cinismo, essa hipocrisia e esse egoísmo se traduzem principalmente na atitude daqueles que deveriam dar o exemplo à Nação, de desprendimento, sinceridade, autenticidade e humildade.

Sr. Presidente, já tivemos oportunidade de dizer que não será na base do confronto que vamos estabelecer a melhor decisão em matéria de elaboração constitucional. É lamentável que o Brasil esteja seguindo o exemplo da triste experiência portuguesa, que tanto custou àquele país. E o Primeiro-Ministro de Portugal esteve aqui lembrando isso. Os portugueses levaram algum tempo corrigindo e pagando as conseqüências do confronto. Poderíamos ter seguido o exemplo da Espanha, na base do consenso, mas, já que isso não foi possível. é muito pior não chegarmos a um desiderato, à conclusão da missão de tanta responsabilidade que recebemos do povo brasileiro, ou seja, elaborar a nova Carta, depois de dezoito meses de tantas expectativas, que fazê-lo mesmo com as consequências de alguma imperfeição. Não fazê-la significará, pura e simplesmente, o vazio institucional, o impasse político E aí o resultado poderá ser ainda mais adverso. Será o retrocesso e, quem sabe, a triste argentinização da política brasileira.

O Governo da Nova República já conseguiu argentinizar nossa economia e agora quer argen-

tinizar a política industrial, que tanto custou àquele País. Nós, gaúchos, que estamos lá perto dos argentinos, sentimos talvez mais que qualquer outro brasileiro quanto sofreram e estão sofrendo, quanto pagaram e estão pagando. Querem também argentinizar o processo político? O "bordaberyzar" o Brasil? Bastaria lembrar que a consequência, na Argentina de Isabelita Perón, ao frecassar a democracia, foi a morte de mais de 3.. mil argentinos, cujos corpos até hoje estão sendo reclamados pelas mães, esposas, irmãs e namoradas, as chamadas "loucas da Plaza de Mayo".

Espero que haja bom senso nesta Assembléia. Se ela não tem conseguido caracterizar a ação do Governo, que, pelo menos aqui os 559 representantes do povo brasileiro consigamos finalizar o trabalho de elaboração constitucional com bom senso, com consenso, com espírito público. Não será na base da contemporização ou do confronto que construiremos o melhor para o Brasil e para todos os brasileiros. (Palmas.)

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs Constituintes, o Sr. Presidente da República levou ontem aos lares de 140 milhões de brasileiros em fala que, pelo seu conteúdo, pelas perspectivas oferecidas, poderia ser qualificada de apocalíptica.

S. Exª disse que a futura Constituição tornaria o País ingovernável. Em primeiro lugar, falou das despesas. Afirmou que a futura Constituição determinaria uma perda de receita de quase 20% em 1989, o que ocasionaria impactos diretos e imediatos sobre o Orçamento Geral da União, da ordem de 12 bilhões de dólares. Quanto à seguridade, ocorrerão, segundo S. Exª, despesas consideradas incalculáveis, gastos realmente excepcionais, por ele estimadas em cerca de 5,6 bilhões de dólares No final de seu discurso, S. Exª falou da excessiva carga tributária que a nova Constituição criaria para os brasileiros.

Sr. Presidente, Srs Constituintes, o pronunciamento do Presidente da República foi ontem mesmo desmentido por uma notícia singela, divulgada pelo noticiário da televisão: o **overnignt** atingiu ontem a marca recorde de 40%, ou seja, 1,33% ao dia, e o dólar no mercado paralelo, no **black,** atingiu a cotação de 345 cruzados.

Isso evidenciava a desorganização total da economia. E por quê? Sem dúvida alguma, porque foi a herança de 20 anos de ditadura, em que os escândalos das instituições financeiras foram custeados pelo Banco Central sem que o Presidente Sarney, então Líder do Governo, manifestasse, em qualquer momento, sua contrariedade. Sr. Presidente, 20 anos de ditadura entregaram as riquezas do subsolo brasileiro às multinacionais e transferiram montanhas de minérios, nobres ou não, para o exterior sem a contrapartida do ingresso de récursos que pudessem educar nossos filhos, dar saúde aos nossos irmãos brasileiros e construir as estradas e rodovias de que necessitamos!

O ilustre Chefe do Executivo está assustado com as despesas que a futura Constituição possa criar. Na sua fala, S. Exª apresentou alguns argumentos que reputo inteiramente procedentes. O que S. Exª não disse, e que está por trás de seu pronunciamento, é que muitas dessas despesas foram criadas pelo seu partido ou pelos partidos que aqui lhe dão sustentação, sem que as Lideranças do Governo se manifestassem contrariamente. O Presidente da República, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em nenhum momento se preocupou em prestar à Constituinte uma colaboração construtiva ou com ela manter convivência fraterna. Ao contrário, sua preocupação foi tão-somente com os cinco anos de seu mandato. S. Exª, que hoje fala da preocupação que tem com as despesas a serem eventualmente criadas pela nova Carta, em nenhum momento, no passado recente, quando era Líder do Governo dirigido por sucesivos ditadores, aos quais serviu com muita lealdade, falou desses gastos. O acordo nuclear, por exemplo, envolvendo 40 bilhões de dólares — quantia muito superior a todas as despesas que listou em seu pronunciamento — nunca foi por S. Exª criticado. Agora mesmo não disse quanto foi isto, do dinheiro público, para a aprovação dos cinco anos de seu mandato, ou quanto o Governo está gastando, por exemplo, no projeto de modernização das Forças Armadas, ou quanto está custando o projeto da Marinha para a construção de um submarino nuclear, ou, ainda, quanto está custando à Nação reequipar o Exército brasileiro e a Força Aérea.

Não sou contra esses programas. O que discuto, Sr. Presidente, inclusive quanto ao prosseguimento do programa nuclear brasileiro, são os custos sociais. Quero saber se o povo brasileiro tem condições de bancar essa conta.

S. Exª procura, de fato, justificar o antiplanejamento do seu Governo, a sua incompetência gerencial, apontando supostos equívocos da Assembléia Nacional Constituinte. Por trás da sua fala, há o desejo inequívoco de golpear as instituições democráticas e de se somar às vozes daqueles que representam os grandes contrariados pelas pequenas reformas introduzidas na nova Constituição.

Sr. Presidente, é preciso que esta Assembléia medite, analise profundamente o discurso do Sr. Presidente da República e veja o que está por trás de suas palavras. Não tenho dúvida de que nas entrelinhas do pronunciamento do Sr. Presidente da República há um impasse institucional. Assim como grande parte da bancada que aqui lhe dá sustentação, S. Exª investe num golpe de Estado, investe na dissolução desta Constituinte e no agravamento do caos institucional e econômico a que o País está submetido no presente momento.

O SR. ELIAS MURAD (PTB — MG. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, a produção de insumos básicos ou matéria-prima é fundamental à sobrevivência da indústria farmacêutica de qualquer país. Em tese, a síntese desses fármacos novos estaria protegida pelas leis internacionais das patentes.

Muitos países, com a finalidade de estabelecer uma reserva de mercado em relação a certos produtos vitais à saúde da população, não respeitam a lei de patentes para os medicamentos. O argumento — bastante ponderável, por sinal — é que na área da saúde não devem existir exclusividades, sendo as descobertas, nesse setor, um patrimônio da humanidade e não um privilégio de um determinado país.

Assim, a Itália só passou a respeitar as patentes de medicamentos a partir de 1978, o Japão em 1977, a Dinamarca em 1983 e a Áustria em 1987. É que esses países, tecnologicamente desenvolvidos, nessas datas já se encontravam suficientemente preparados na especializada área e passaram a respeitar as patentes porque produziam também vários fármacos novos que eram do seu interesse proteger.

O Brasil, desde 1945 — através do Decreto-Lei nº 7.903 — não reconhece o registro de patentes para os produtos farmacêuticos. Em 1971, por intermédio da Lei nº 5.772, ficou consolidada essa posição. Portanto, há mais de 40 anos — se considerarmos o decreto e não a lei — o nosso País não respeita as patentes na área dos medicamentos, o que permitiu à indústria farmacêutica nacional a sobrevivência através da cópia de fármacos sintetizados em diferentes países.

A patente é, na verdade, uma reserva de mercado, que vigendo sobre determinados setores, é justificável. Na área da saúde, entretanto, ela passa a ser um privilégio injusto e altamente nocivo ao País. No caso particular dos medicamentos, ela dá direito a um monopólio que dura cerca de 16 anos, com os preços impostos pelo seu feliz proprietário, que geralmente o aumenta de maneira abusiva e a seu bel-prazer.

Vamos citar um exemplo apenas, recentemente constatado em um país latino-americano. O Diazepan, um tranqüilizante produzido pela multinacional suíça Hoffmann-la Roche, custa cerca de 2.400 dólares o quilo, enquanto que aquele produzido no próprio país fica por 40 dólares apenas, ou seja, o preço do laboratório que detém a patente é 3.000 por cento maior.

Só este exemplo mostra o que significará o preço de medicamentos no Brasil, se se voltar à prática do reconhecimento das patentes na área.

A retaliação anunciada pelos Estados Unidos tendo em vista o não-reconhecimento, pelo Brasil, da proteção às patentes na área dos medicamentos, chega com um atraso superior a 40 anos. É o caso de se perguntar: por que só agora?

Há uma coincidência interessante no momento. É que a Central de Medicamentos através de convênios com as universidades e as empresas, está desenvolvendo um programa para a obtenção de cerca de 150 fármacos atualmente importados. A proteção às patentes jogará por terra todo esse programa.

Torna-se, portanto, evidente que o Governo brasileiro — mesmo sob a ameaça de retaliações com outras áreas — deve continuar firme no seu propósito de não reconhecer as patentes na área farmacêutica. Outrossim, como uma proteção a mais à indústria farmacêutica genuinamente nacional, é importante a manutenção do dispositivo constitucional que dá preferência às empresas nacionais nas compras de bens e serviços pelo Governo. Este dispositivo e a prevalência da atual legislação sobre as patentes medicamentosas são fatores importantes para a reversão do quadro farmacêutico atual do País, onde 85% do faturamento da indústria estão nas mãos das transnacionais farmacêuticas.

Se não fizermos isso, poderemos continuar a dizer aquilo que já afirmamos várias vezes no passado: "A Indústria Farmacêutica Brasileira só tem de genuinamente nacional o ronco das máquinas. O resto é estrangeiro".

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Consti-

tuintes, na noite de ontem, o Sr. Presidente da República, em rede nacional de televisão e rádio, procurou atingir, com o seu pronunciamento, dois objetivos principais. O primeiro foi o de lançar uma nuvem de fumaça sobre a crise econômica, da qual o principal responsável é o próprio Governo.

A desorganização da produção vem do Plano Cruzado; o repique inflacionário vem da falta de autoridade e de legitimidade do Governo para conduzir a política de rendas. Estamos enfrentando um processo recessivo e de arrocho salarial que nos mostra a verdadeira natureza do Governo.

Por outro lado, aproveitando-se do desgaste que os políticos vêm sofrendo, por parte da opinião pública, na atual conjuntura, o Sr. Presidente da República procurou jogar a população contra a classe política, o Congresso Nacional e a Assembléia Nacional Constituinte, repetindo antigas fórmulas autoritárias,com vistas, mais uma vez, à desmoralização do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, o nosso partido reagirá, nesta tarde, por meio de nota oficial, quando deixará a nu essa tática canhestra do Governo da República. O PDT procurará também, por intermédio de sua Liderança, exigir do Presidente da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte uma resposta, para isso utilizando a mesma rede de comunicação usada pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, queremos que nessa Mesa se sentem não apenas o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e os partidos democráticos, mas também as principais lideranças na sociedade civil: OAB, ABI, CNBB etc.

A atual situação preocupa-nos sobremaneira. O que deseja o Sr. Presidente da República com essa tática de desmoralização do Poder Legislativo e da classe política? O que deseja o Sr. Presidente da República, ao tentar encobrir uma crise que não consegue enfrentar?

Mais uma vez fica claro, nítido, cristalino que a grande crise de governabilidade que sofre o País tem origem no próprio Presidente da República e na falta de eleições diretas para eleger o próximo Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte César Maia, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Muller.

O SR. AMAURY MULLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, ao ocupar, ontem à noite, uma cadeia nacional de rádio e televisão, e durante quase 30 monótonos e cansativos minutos, o Sr. José Sarney ofereceu à Nação um espetáculo profundamente deplorável, porque calcado na deliberada distorção dos fatos, apoiado na escandalosa mentira estatística e respaldado em argumentos frágeis, rotos, esfarrapados e demagógicos.

Que pretendeu o Sr. José Sarney? Antes de tudo, desviar a atenção da opinião pública da grave situação econômico-social em que ele próprio mergulhou o País. Um Presidente que continua de cócoras, rastejando aos pés da agiotagem internacional, permitindo que a excitação inflacionária atinja patamares insuportáveis, não tem autoridade ética, moral e política para dirigir qualquer tipo de crítica à soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

O que ele quer, na verdade, é promover a cizânia, é aproveitar a discórdia para lançar uns contra os outros, a começar pela opinião pública em detrimento das decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

A quem aproveita esse tipo de política senão às minorias que, há tantos anos, detêm o poder deste País e desgraçam a Nação? Experimentamos, numa fase ainda embrionária — a Constituição não foi promulgada — tímidos e pequenos avanços no campo do direito social dos trabalhadores e melhor definição de um modelo econômico capaz de garantir a soberania nacional e promover o bem-estar do povo brasileiro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Sr. José Sarney foi cínico e debochado, na medida em que pretendeu atribuir todas as mazelas por que passa o País a dispositivos ainda não consagrados em lei, mas democraticamente apreciados pela Assembléia Nacional Constituinte. No que tange, por exemplo, à Previdência Social, o Sr. José Sarney mentiu deslavadamente — e não sou eu quem o afirma, nem meu partido, o PDT; é o ex-Ministro Rafael de Almeida Magalhães, que diz que os números apresentados por Sarney em relação à Previdência Social são equivocados e precipitados. Na verdade, o novo texto cria compensações para a massa de benefícios de prestação continuada, através de novos recursos, a começar pelo Finsocial. O impacto inicial, que atingirá apenas o homem do campo e a mulher rural, não passará de 240 milhões. E até junho a Previdência Social exibia um superávit superior a 1 bilhão de dólares, ou muito mais de 300 bilhões de cruzados.

Então, Sr. Presidente, o Brasil que poderá resultar da nova Constituição não será, certamente, a subpotência a que se referiu o Sr. José Sarney, nem o país que poderia ser e não será. O Brasil já é uma subpotência sob os desmandos do Sr. José Sarney. O Brasil paga, agora, mais de 1 bilhão de dólares a título de juros de uma dívida que o povo não contraiu e que nem sabe para que foi feita. Antes de pagar, este Governo, se fosse responsável, se tivesse um mínimo de dignidade, teria não só decretado a moratória, como efetuado uma auditoria da dívida, para, através de um corte vertical, de uma espécie de radiografia, saber quem deve, por que deve e para onde foi o dinheiro emprestado.

Se já somos uma subpotência, não com trinta milhões de miseráveis, mas com mais de sessenta milhões de famintos, esfarrapados, subnutridos, doentes, analfabetos, como pensar que a nova Constituição poderá transformar o Brasil numa subpotência? E o Brasil, Sr. Presidente, precisa, mais do que nunca, ajudar os que nada têm. Os que não têm alimentos, os que não têm teto, os que não têm remédios, os que não têm terra, os que não têm escolas, os que não têm o "amanhã". Não será com o Governo que aí está, ilegítimo, arrogante, irresponsável e incompetente, que iremos ajudar os que nada têm. O texto, sim, apesar de sua timidez, de sua submissão, muitas vezes, a interesses subalternos e minoritários, poderá abrir novos caminhos, novas perspectivas para os milhões que nada têm.

Por isso, ao manifestar meu protesto, meu repúdio, minha repulsa, minha indignação pelo que fez de ruim, de mau para o País o Sr. José Sarney, ontem, por meio de uma cadeia nacional de rádio e televisão, quero exigir da Assembléia Nacional Constituinte uma atitude concreta e imediata.

Que o Sr. Ulysses Guimarães requisite não o mesmo espaço de trinta minutos concedido ao Sr. José Sarney para seus impropérios, mas o tempo suficiente para que, na condição de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, defenda a honradez e a dignidade deste Congresso Constituinte, tão dura e injustamente atingidas pela irresponsabilidade do Sr. Presidente da República. (Palmas. Muito bem!)

O SR. ROBSON MARINHO (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, a sociedade brasileira assistiu a uma incrível ação terrorista. Aos gritos, o Presidente da República procurou jogar o povo contra a Constituinte. Por causa dos avanços sociais, o País ficará ingovernável — disse o Sr. Sarney. Não é verdade. O País está ingovernado porque não tem governo. Segundo seus precários números, isso acontecerá porque as decisões da Constituinte provocarão impactos diretos e imediatos no orçamento geral da União da ordem de dois trilhões e duzentos bilhões de cruzados. Os custos adicionais da Previdência Social seriam de um trilhão de cruzados, a anistia fiscal custaria novecentos e vinte bilhões de cruzados, enquanto a anistia às micro e pequenas empresas ficaria em torno dos duzentos e oitenta bilhões de cruzados (essa cifra ele não citou, mas, por dedução, só pode ser esse o cálculo do Presidente para ter chegado ao total dos dois trilhões e duzentos bilhões de cruzados).

Ora, isso é simplesmente inacreditável. Todo mundo sabe, pela simples leitura diária dos jornais ou mesmo ouvindo os noticiários diários das rádios e televisões, que a Constituinte tende a não manter no segundo turno nenhuma das duas anistias. Portanto, se a Constituinte está prestes a excluir as duas anistias, os tais impactos diretos e imediatos previstos pelo Presidente da República serão reduzidos, de pronto, a um trilhão de cruzados, ou seja, aos custos adicionais da Previdência Social.

Contudo, até esses custos adicionais da Previdência são questionáveis. O próprio Ministro da Previdência lembrou fartamente, em reiteradas entrevistas, estar a Constituinte prevendo igualmente novas fontes de recursos para a Previdência. As despesas amparadas por números e citadas pelo Presidente da República foram essas. Somente essas. Nada mais. Entre as despesas incalculáveis entram inúmeros avanços sociais:

— equivalência de benefícios entre os trabalhadores urbanos e rurais;

— antecipação da idade-limite para aposentadoria dos trabalhadores rurais;

— aposentadoria proporcional das mulheres aos 25 anos;

— pensão ao marido, ou companheiro pela morte da segurada;

— reformulação do cálculo para pagamento da aposentadoria;

— concessão do seguro-desemprego com base no salário mínimo;

— ajuda para a manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda.

A Constituinte prevê recursos do Finsocial para atender a essas novas despesas. O Sr. Sarney discorda Acha que o Finsocial deve atender aos seus programas de Governo — merenda escolar, distribuição gratuita de leite, habitação popular e financiamento ao pequeno produtor rural. Primeiro: a Constituinte tem legitimidade e direito de estabelecer prioridades diferentes das do Governo nos investimentos sociais. O mais duro, porém, é o cinismo. A arreçadação do Finsocial é empregada também para outras finalidades, bem menos nobres do que as citadas pelo Presidente. Isso ele não falou. Há ainda outros recursos governamentais desviados para investimentos polêmicos e não prioritários, como a decantada Ferrovia Norte-Sul, ou o desenvolvimento do minúsculo e despovoado Território de Rondônia (ali está sendo construído um cais e um aeroporto supersônico, com sérias ameaças à preservação ecológica da ilha). A lista do desperdício de dinheiro público seria interminável. Benefícios aos segurados da Previdência a Constituinte não pode conceder. Jogar dinheiro fora o executivo pode, quanto queira, sem prestar contas

Segundo o nosso Presidente (e veja só a nossa infelicidade), também o direito de greve é excessivo; tudo por que se permite a greve política. Mas qual greve não é política? O motivo da greve pode ser econômico, mas o seu sentido é político. O que evita greve é justiça social, competência administrativa e política — não gritos, não legislação repressiva.

Estranhas, muito estranhas as razões do discurso do Presidente. Caminham bem as negociações na Constituinte, como sempre caminharam. E caminharam melhor se a Constituinte fosse melhor informada pelo Executivo; impossível imaginar também que o Presidente da República, com toda sua experiência política, com toda sua assessoria, não tenha entendido até agora que a Constituinte não está tornando o País ingovernável. A Constituinte está transferindo poder. O modelo centralizador foi esgotado em vinte anos de autoritarismo. Acabou. A Constituinte está promovendo a descentralização administrativa e política. O dinheiro para custear o Estado será o mesmo. Ao contrário do que se afirmou o Sr. Sarney, o aumento de impostos não será inevitável. Nem as emissões de moeda e de títulos do Governo. O problema é que todo esse dinheiro não vai mais ficar em Brasília. A Constituinte está transferindo dinheiro e poder aos Estados e Municípios. E o Governo da União terá de se ajustar à nova realidade, quer queira, quer não queira, cortando seus gastos, abdicando de encargos. Chegou a hora de o Brasil tentar um novo caminho, mesmo que o cidadão José Sarney não o deseje.

Sr. Presidente, o que o Presidente Sarney também não compreendeu foi que com a Constituinte o Governo Federal não está perdendo recursos. Estamos, sim, transferindo-os para os Estados e os Municípios, porque o sistema centralizador desses vinte anos de ditadura já sucumbiu Quer queira ou não o cidadão Sarney, haveremos de descentralizar a administração orçamentária. A Constituinte estabelecerá um novo modelo para o País, fortalecendo os Estados e Municípios onde o dinheiro será aplicado com mais eficiência e melhor fiscalizado pela população. Não podemos continuar nessa sucessão de incompetências, de safadezas e de corrupções praticadas pelo desgoverno do Sr. José Sarney.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Adolfo Oliveira, pela ordem

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exª e à Casa, com profundo pesar, que acaba de falecer, no Rio de Janeiro, nosso ex-companheiro, ex-colega, grande amigo e ex-Deputado Gilberto Azevedo. Em meu nome e no do meu partido, manifesto condolências à família enlutada e ao Estado do Pará, o qual S Exª representou com tanta dignidade e correção nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa recebe a notícia do passamento do ex-Deputado Gilberto Azevedo, transmitida pelo nobre Líder Adolfo Oliveira, e presta, neste momento, sua primeira homenagem àquele ilustre homem público, que, ainda recentemente, ocupou, com brilho e proficiência inexcedíveis, a chefia do Gabinete do Ministro da Previdência e Assistência Social.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, ontem à noite, a Nação foi tomada de assalto pela aparição de um personagem já muito conhecido dos brasileiros. O Presidente da República, investido da autoridade de primeiro mandatário da Nação, passou a agredir, de forma vil e covarde, o Poder Constituinte, na tentativa, desesperada, como verdadeira cassandra, de dizer "aos brasileiros e às brasileiras" que os Constituintes, os procuradores do povo, estavam inviabilizando o País com a nova Carta Magna para cuja elaboração foram convocados.

Pois bem, Sr. Presidente, urge que esta mensagem insana seja rebatida da forma mais veemente pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e pelos líderes dos partidos democráticos. É óbvio que não haverão de respondê-la aqueles capachos do Sr. Presidente da República, os serviçais, os mordomos palacianos que aqui ousam dizer que lideram bancadas, nem aqueles cidadãos que não têm espinha dorsal. Estes não vão responder. Mas os cidadãos de boa formação haverão de posicionar-se contra esse absurdo.

Espero que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em nome da sua soberania, saiba reagir a essa agressão, que traz no seu bojo a tentativa de um golpe vil e covarde, destinado a desestabilizar a marcha, o ritmo da estabilização democrática, buscada pelos que desejam uma vida digna para todos os brasileiros. Por isto, o Presidente da República, pretendendo desviar a atenção do povo em relação ao desgoverno que assola este País, ousa "profetizar" que o Brasil vai ficar ingovernável e não terá perspectivas com a nova Constituição.

Pois bem, chamo a atenção do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, dos líderes dos partidos democratas, dos representantes dos brasileiros — é óbvio que não falo aos representantes das multinacionais e do FMI com assento nesta Casa e que estão, através das suas bancadas, encastelados nos partidos ditos majoritários — para o fato de que, se não houver uma reação deste poder, será o mesmo que nos agacharmos diante da insanidade do Presidente da República, ao tentar cooptar-nos e levar à desmoralização, à submissão total a Assembléia Nacional Constituinte.

No momento em que os trabalhadores são assolados por uma inflação que já transcende os 24% e, segundo as previsões, se aproxima dos 30% para o próximo mês, esse incompetente, que se assenhoreou da Presidência e que, pela vontade de uma maioria submissa, ficará por cinco anos na chefia do País, agride este Poder.

Urge que o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, eleve sua voz, em nome dos democratas, para defender o País, a soberania da Constituinte e os brasileiros contra a ação nefasta, desencadeada através do pronunciamento do cidadão José Sarney!

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago à consideração dos eminentes pares reivindicações de uma categoria de servidores que vem sendo, há tempos, esquecida, não obstante a sua contribuição ao desenvolvimento das forças produtivas do País.

Trata-se dos técnicos industriais de nível médio, sobre os quais tramita, desde 1985, projeto do Deputado Floriceno Paixão, estabelecendo salário mínimo profissional em quantia igual a seis vezes o salário mínimo legal de maior valor.

A tramitação dessa proposição doi interrompida pelo início dos trabalhos da Constituinte e estaria com pareceres favoráveis das Comissões competentes.

Nada obsta a transformação desse projeto em lei, pois há muitos precedentes beneficiando diversas classes, e os técnicos focalizados já têm suas atividades regulamentadas (Lei nº 5.524/68), assegurando-lhes as atribuições de assistência às pesquisas tecnológicas e de orientação dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações, o que lhes dá o devido respaldo jurídico e moral para serem nivelados aos que conquistaram piso salarial.

Decreto-lei baixado no ano passado alterou os critérios a respeito da remuneração básica dos trabalhadores: criou o piso nacional de salários, ao qual ficaram proibidas as vinculações de outras retribuições e de quaisquer obrigações e o salário mínimo de referência, a que se permite servir de multiplicando de ordenados, tributos, pensões, proventos, compromissos contratuais etc.

Assim, o salário mínimo, propriamente dito, foi extinto.

Todavia, parece que a nova Constituição irá restabelecê-lo, mantendo o impedimento da vinculação. Apesar da confusão terminológica que será suscitada, é preciso que se reconheça ser a hora do trabalho geral o único parâmetro universal e permanente capaz de fixar os valores, não só das mercadorias como também da própria mão-de-obra.

De qualquer forma, até norma expressa em contrário, o salário mínimo de referência deverá persistir, e a alteração a ser procedida no Projeto

Floriceno Paixão poderá perfeitamente restringir-se à substituição do enunciado contido no art. 5º — **in fine** — "igual a 6 (seis) vezes o salário mínimo legal, de maior valor vigente no País", por: "igual a 6 (seis) vezes o salário mínimo de referência", o que deverá ainda ser observado no final do art. 6º, pelo mesmo motivo.

Contando com a indispensável compreensão do Plenário desta Casa, deixamos aqui o nosso apelo em favor daquela tão sacrificada mas esforçada categoria profissional.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não em meu nome pessoal, mas, utilizando o Pequeno Expediente, no da bancada do meu partido, desejo responder ao pronunciamento feito ontem pelo Presidente José Sarney.

O País assistiu, estupefato, ao Presidente da República convocar uma cadeia nacional de rádio e televisão para, com posições solertes e mentirosas, tentar mais uma vez jogar a sociedade brasileira contra a Assembléia Nacional Constituinte. O pronunciamento de S. Exª está a exigir desta Assembléia, especialmente da Mesa e do Presidente Ulysses Guimarães, uma resposta à altura, eis que o Presidente José Sarney, no seu pronunciamento, só faltou solicitar aos Ministros militares, aos militares e à população que fechassem a Assembléia Nacional Constituinte.

Durante muito tempo, vimos denunciando as posições do Presidente Sarney, mas, infelizmente, a Constituinte ainda não assumiu sua soberania. São lamentáveis as colocações feitas por lideranças aqui presentes, algumas praticamente pedindo o fechamento desta instituição, utilizando palavras de baixo calão para definir a Assembléia Nacional Constituinte. Até agora, porém, não foram tomadas providências em defesa da sua honra e da sua dignidade.

Sr. Presidente, não quero estender-me, mas espero que o Presidente Ulysses Guimarães tome uma decisão dura em relação ao posicionamento do Presidente José Sarney. Sabemos que o País vive, neste momento, uma crise econômica muito séria, que eleva a inflação, graças às perspectivas o mês do julho, a mais de 24%. O Governo mais incompetente da República liquidou as reservas cambiais do País e iludiu o povo no que diz respeito ao famoso Plano Cruzado. Este é um governo imoral — e está aí a CPI do Senado a comprovar o que dizemos —, que apadrinha escândalos todos os dias e que confisca salários. Entretanto, todas essas questões são esquecidas como por encanto, como se a crise brasileira fosse decorrente do trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

Erros temos, porque temos trabalhado. Quem não erra é o Presidente José Sarney, porque nada faz neste País. É o Presidente da República, este sim, quem está transformando o Brasil num país ingovernável.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem à noite, quero crer, sofremos uma das maiores agressões da história do Parlamento. Compete ao Presidente da nossa instituição posicionar-se com a altivez e firmeza que o caso requer, sob pena de uma alma penada nos levar a reboque da sua incompetência, servindo-se constantemente da injustiça e da mentira para lançar sobre a Assembléia Nacional Constituinte a pecha de incompetente, culpando-a pelo descalabro em que hoje se encontra a Nação.

Desta forma, é preciso que aqui, na trincheira da Assembléia Nacional Constituinte, não nos intimidemos, apesar da novela passada, isto é, daqueles que se locupletaram dos favores do Governo, dos vendilhões da Pátria, dos que querem a permanência de uma política entreguista a serviço de interesses escusos e inconfessáveis, daqueles que hoje nem mais têm vergonha sequer de utilizar os meios de comunicação para atingir seus fins.

Precisamos posicionar-nos firmemente quanto a este assunto e agir concretamente, passando à votação marcada para hoje, a fim de manter o texto constitucional já tão debatido e tantas vezes votado. Desta forma, aqui, em nosso local de trabalho, daremos uma resposta aos que, em todas as horas, quando querem mandar um recado, ficam atrás de generais, os quais deveriam cuidar das suas tropas, mas ficam a serviço de um presidente incompetente, que coloca as multinacionais durante dez minutos na televisão para tentar intimidar os que se dedicam ao trabalho de resgate da soberania do povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, também queremos mandar um recado aos generais: fiquem nos seus locais de trabalho e não sirvam como meio de intimidação à Assembléia Nacional Constituinte.

Aos nossos pares, àqueles que são maus Constituintes e maus brasileiros, pedimos que não nos tragam recadinhos de pé de ouvido. Não roubamos, não matamos e não corrompemos ninguém. Tão-somente estamos aqui tentando dar ao País aquilo de que ele necessita, escrevendo os novos rumos de uma pátria que se quer totalmente liberta no futuro Se ela já o fosse, o Sr. Presidente da República, que não foi eleito pelo povo e por isso não tem legitimidade, não ousaria, da forma como tem feito, enxovalhar e desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte, contra ela colocando a opinião pública.

S. Exª se esquece de que o déficit público também é resultado do que foi feito para mantê-lo com cinco anos de mandato. É só rebuscar e saberemos quanto custou cada voto daqueles que ficaram a favor dos cinco anos. Se somarmos todos os votos, teremos o valor desse ato e ficaremos sabendo quem está levando o Brasil à ingovernabilidade.

Cobro, portanto, do Sr. Ulysses Guimarães uma posição de firmeza, de clareza, neste assunto. Sob pena de S. Exª passar à História como conivente com esses rumos e com a temeridade constitucional que o País atravessa nesta hora.

FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA
Fundada em 7 de junho de 1956
Sede: Anexo II da Câmara dos Deputados — Telefones: 213-6958 e 224-7403

Deputado Raquel Candia.

Autorizo a divulgação e publicação

Exmo. Senhor Presidente da República;
Exmo. Senhor Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores;
Exmo. Senhor Ministro do Exército;
Exmo. Senhor Ministro das Minas e Energia;
Exmo. Senhor Ministro do Trabalho;
Exmo. Senhor Ministro da Justiça;
Exmo. Senhor Ministro do Interior;
Exmo. Senhor Procurador Geral da Justiça;
Exmo. Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-(OAB);
Exmo. Senhor Governador do Estado de Rondônia;
Exmo. Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado de Rondônia;
Exmo. Senhor Ministro Presidente do Conselho de Segurança Nacional.

A Frente Parlamentar Nacionalista, sociedade civil, constituída atualmente por 134 membros dos diferentes partidos com representação na Assembléia Nacional Constituinte, dirige-se a cada um de VV. Exas., sobre importante matéria de suas respectivas alçadas, solicitando urgentes e eficazes providências.

A Frente Parlamentar Nacionalista, em sessão de sua diretoria, tomou conhecimento de graves irregularidades, violações de direitos humanos, de contratos de trabalho, de exercício de direitos sindicais, de prática de crimes contra garimpeiros no Estado de Rondônia e objeto de denúncias a VV. Exas., e a outras autoridades pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia - SITERON. Os fatos constam de

memorial preparado por seu presidente, ANTONIO ACACIO MORAES DO AMARAL, e pela Deputada RAQUEL CANDIDO, contra a MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, controlada pela BRASCAN LTDA e pela BRITISH PETROLEUM, que exploram cassiterita naquela região, inclusive na faixa de fronteiras.

Como é do conhecimento de VV. Exas., a BRISTISH PETROLEUM que opera no Brasil sob o nome de BP DEVELOPMENT BRAZIL LTDA, e também em sociedade com SOHIO STANDARD OIL OF OHIO E KENNECOTT CARBORUNDUM, sem capital, "empresas de papel", como consigna a publicação "Quem é quem no Subsolo Brasileiro", do geólogo Francisco Chaves Fernandes, editado pelo MCT - CNPq, Brasília 1987, pág. 37, é empresa estatal britânica.

Consoante as normas de Direito Internacional Público, reconhecidas pelo Brasil, as nações estrangeiras apenas podem adquirir bens no País, para o funcionamento de suas embaixadas e serviços consulares; todas as demais operações patrimoniais dependem de tratado ou convenção sujeitos à aprovação do Congresso Nacional. Estas normas não foram levadas em consideração e o Brasil, na prática, continua como colônia - também do Império Britânico. As responsabilidades perante a história são evidentes e urgem providências para a extinção - deste humilhante quadro, especialmente diante dos que se descrevem a seguir.

A BRASCAN LTDA, com sede em Toronto, Canadá, além de associar-se ao grupo Patiño N.V., de Haia, expulso da Bolívia por fraudes fiscais, trabalho escravo e outras violações de direitos humanos em minas de estanho, também, no Brasil, apresenta origem escabrosa.

A BRASCAN LTDA é a empresa que detinha o controle da LIGHT AND POWER, concessionária dos serviços de eletricidade do Rio de Janeiro e São Paulo, cujo patrimônio fora transferido ao Estado, com as tarifas cobradas dos usuários brasileiros. Por um golpe que a imprensa norte-americana, na época, classificou de "A negociata do século", esse investimento foi novamente

pago pelo governo brasileiro, parte à vista e parte com transferência de empréstimos, perfazendo aproximadamente, um bilhão e meio de dólares. Com esses recursos, assim adquiridos, a BRASCAN LTDA, passou a exercer atividades de mineração, bancárias negócios de construção civil, etc., e a diretoria é a mesma da equipe, então constituída pelo Senhor ANTONIO GALLOTTI - ver o livro "A compra da Light - o que todo brasileiro deve saber", de A. Veiga Filho, Rio, 1979.

Esta operação da BRASCAN LTDA faz parte da dívida externa analizada na ação popular proposta pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil Instituto dos Advogados Brasileiros e Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro e que será também revista pela Comissão Instituída no art. 30 das Disposições Transitórias da nova Constituição.

A irregularíssima presença dessas empresas em território nacional prossegue com métodos de exploração mineral descritos na representação da Deputada RAQUEL CANDIDO e do Presidente do Sindicato da Categoria, em Rondônia, conforme documentos anexos.

O memorial vem acompanhado de numerosos depoimentos autenticados, peças de processos na Justiça Trabalhista, autos de infração, petições na justiça do Trabalho e recortes da imprensa local.

Mais ainda: os dirigentes sindicais encontram-se ameaçados de agressões pela guarda particular constituída por essa empresa e comandada por oficial do Exército que esteve vinculado à repressão e tortura, empresa acusada também de eliminação física de numerosos garimpeiros e operários, configurando-se um quadro de exploração colonial de minérios, semelhante ao que já ocorreu na África do Sul e Namíbia, até alguns anos passados e hoje extinto, graças à consciência da luta nacionalista empreendida pelos seguidores de Mandela, consciência que infelizmente, a mão-de-obra de Rondônia ainda não dispõe em nível adequado a defender-se. Na Namíbia e na África do Sul, os sindicatos de

minérios já são respeitados e, por isto, vemos a Anglo-American e outras empresas que exploram minas no continente negro, transferindo-se para a Amazônia, atraídas pelas vantagens proporcionadas - por autoridades sem escrúpulos e complacentes que exploram a ingenuidade de militares e trouxeram o Brasil para esta crise - social, econômica e política, em que desapareceu, inclusive, a dignidade humana.

Assim, a Amazônia vem, pouco a pouco, se transformando na NAMÍBIA brasileira, com todo o cortejo de depredações do solo, envenenamento dos rios, ameaças à navegação e à própria sobrevivência do povo amazônico, preocupando os meios científicos - do mundo inteiro, pelos reflexos que poderão acarretar à qualidade de vida no planeta.

As responsabilidades históricas de VV. Exas., nesses episódios, são indeclináveis.

Embora a Constituição em preparo contenha disposições expressas para extinguir este vexatório quadro no território nacional, essas empresas disporão ainda de quatro anos para transferir o controle acionário. Isto, entretanto, não significa que as autoridades possam permanecer de braços cruzados e indiferentes a esses acontecimentos.

Assim, esta Frente Parlamentar Nacionalista, que congrega 134 constituintes, vem solicitar a preciosa e patriótica iniciativa de VV. Exas., e das entidades que dirigem a contribuir para que esses fatos desapareçam, sejam apuradas as responsabilidades com a cassação de licenças e alvarás e dadas as garantias de vida e de pleno exercício das atividades sindicais e das profissões.

Comunica a VV. Exas., que está denunciando à CPI-do Senado que investiga corrupção e providenciando a instalação-de Comissão Parlamentar de Inquérito própria que, paralelamente-à ação das autoridades do Poder Executivo e do Poder Judiciário, deverá proporcionar cobertura à extinção deste lastimável quadro na vida social, política e econômica de nosso País.

Certo do apoio de VV. Exas., esta Frente agradece a comunicação das providências tomadas que serão divulgadas nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, para que a posteridade saiba do espírito público e patriótico de VV. Exas., também - neste episódio e da repulsa a essas violações das leis, uma vez comprovadas nos órgãos competentes.

Com a mais alta consideração.

HÉLIO DUQUE

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

Brasília, 21 de julho de 1988.

Exmo. Sr.
HÉLIO DUQUE
Frente Parlamentar Nacionalista
Assembléia Nacional Constituinte
Brasília - D.F.

Prezado amigo,

Venho, por intermédio desta, encaminhar a V.Sa. o depoimento do Sr. ANTONIO ACACIO MORAES DO AMARAL, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, do Estado de Rondônia, no qual denuncia a situação calamitosa por que atravessam os empregados da "Mineração Jacundá Ltda".

Essa empresa de mineração tem capital social de propriedade da BRASCAN e da estatal estrangeira BRITISH PETROLEUM.

DEPOIMENTO:

Em setembro de 1987, a categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias extrativas tentou articular-se junto às bases, com vistas à formação de um Sindicato da classe.

A empresa "Mineração Jacundá Ltda.", pertencente às multinacionais supracitadas reagiu contrariamente, não permitindo a filiação de seus empregados - ameaçados, não só de perda de emprego como, até, de morte. Inclusive o Sr. Benedito Costa Martins, irmão de criação e afilhado do Presidente José Sarney, sofreu esse tipo de pressão.

O Sr. Atílio Gesso, dia 22 de julho do corrente ano, deporá junto ao DOPS da Polícia Federal daquele Estado nortista, a respeito da existência de covas espalhadas ao longo das terras daquela mineradora, as quais são, eventualmente, localizadas pelo mesmo. Esse fato não só confirmou o assassinato de alguns dos trabalhadores [illegible] geral de causas desconhecidas), como propiciou uma apuração investigação do assunto.

Em 2 de outubro de 1987, a despeito de todas as pressões, houve a eleição, pela categoria profissional, de membros de diretoria, objetivando formalizar e concretizar a criação do supramencionado Sindicato - SITERON. A partir de 15 de outubro daquele mesmo ano, foi empossada a primeira Diretoria, presidida pelo ora deponente.

De setembro de 1987 a maio de 1988, porém, tanto o Presidente como os demais membros do

SITERON foram sistematicamente proibidos de manterem contacto com os empregados da mineradora Jacundá.

Em conseqüência, o deponente, na qualidade de responsável pela entidade e seus membros, procurou a Delegacia Regional do Trabalho, da Polícia, solicitando medidas cabíveis, junto à Polícia Federal, com vistas a romper os bloqueios [illegible] pelo ato proibitivo da empresa.

A D.R.T.- RO, prontamente atendeu à reivindicação, por considerá-la justa, e procurou acionar a Polícia Federal, de modo a garantir a vida dos sindicalizados ameaçados que estavam.

Dia 26 de janeiro de 1988, a Polícia Federal, a pedido [illegible] Coronel Rubem P. Sampaio [illegible] da empresa (conhecido, outrossim, como um dos mais "dedicado" torturadores do regime militar de 1964), contratado que fora, pela *BRASCAN* e a *BRITISH PETROLEUM*, para prender, pressionar e aplicar seus famosos métodos de tortura, nos trabalhadores da Mineração Jacundá Ltda. Utilizar, enfim, a experiência adquirida na década de sessenta, sobre todos os empregados que ousassem contrariá-la e/ou filiar-se ao SITERON.

No livro "Brasil, nunca mais", de Dom Paulo Evaristo Arns, o autor tece comentários bastante esclarecedores sobre as ações ominosas do *Coronel Rubem P. Sampaio*.

A mineradora [illegible] privadas [illegible] composta, atualmente por 80 (oitenta) homens fortemente armados e [illegible] tolherem a liberdade mais primordial do trabalhador - seja vigiando suas ações e manifestações de desagrado ou reprimindo, até com torturas, qualquer tentativa de aproximação do Sindicato. Essa milícia é comandada pelo Tenente Antonio Nauvo *Parisi, o qual recebe ordens, diretamente, do* Coronel Rubens Sampaio, sendo encarregado da aplicação, no dia a dia, de métodos de extrema repressão sobre os empregados, no que, aliás, recebia aval antecipado da mineradora.

O pânico impera, a ponto dos trabalhadores, aterrorizados pelo Tenente, não ousarem, sequer, solicitar qualquer tipo de melhoria de sua condição laboral, salarial, alimentar, habitacional, sanitária e de saúde. Enfim, o coronel, com *suporte da empresa* e subordinado subserviente conseguiu reimplantar um sofisticado regime nazi-fascista, dentro da Jacundá.

No mês de junho de 1988, Alcides de Moraes Mendes assumiu a Superintendência da mencionada empresa, em substituição ao Coronel [illegible].

Sampaio - foragido do Estado, em decorrência de denúncias na Midia, logo, procurado para prestação de depoimento junto à DOPS-P.F./RO.

O impacto das revelações feitas chegou não só ao povo de Santa Bárbara, como ao de todo o território nacional. No entanto, jamais abalaram a certeza de onipotência da Mineração Jacundá. E isso foi tão verdadeiro que, ao invés de verem modificada sua situação nessa empresa, os trabalhadores viram a continuidade das injustiças a que sempre foram submetidos, posse através dos métodos, no comportamento dos agentos repressores na forma de agir anteriormente empregada pelo Coronel. Finalmente, fora agravada a condição dos empregados daquela empresa, em decorrência da sofisticação na maldade, através da ordem recebida pelos altos escalões da "Mineração Jacundá Ltda.", de camuflarem e encobrirem, a qualquer preço, tanto os desmandos quanto as atrocidades lá cometidas.

São partícipes do corpo de assessoramento, aliás, remunerados a peso de ouro, alguns estrangeiros de nomeada, que auferem há dezenas de anos benefícios oriundos do extravio do pagamento de horas extras, cujo montante o trabalhador

Só para citar os mais ativos e participativos, temos:

- Eric Champeaux de La Bolay (francês radicado no Brasil, e que exerce o cargo de Gerente do Escritório da mineradora, na Capital do Estado;

- Rodolpho Acatauassu Tocantins (encarregado de intermediar, como eficiente "lobbyst" da empresa junto às autoridades Municipais, Estaduais e Federais, defendendo os interesses da mesma;

- Paulo Nunes Leal (coronel reformado, atualmente no exercício da função de Relações Públicas da BRASCAN e da BRITISH PETROLEUM Ltda.

Reforçando o absurdo dos fatos acima narrados, os dois primeiros são prepostos, indicados pela mineradora, junto ao Ministério do Trabalho, às Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado de Rondônia, ao Tribunal Regional do Trabalho desse Estado e ao Tribunal Superior do Trabalho, sediado em Brasília.

Por outro lado, essas autoridades representativas da "Mineração Jacundá Ltda.", jamais aceitaram qualquer tipo de acordo com seus empregados ou ex-empregados, restando a estes, tão só, a ratificação de suas reclamações vitoriosas nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Porto Velho, pelos Tribunais Regional do Trabalho e/ou Superior.

Há cerca de 3 (três) anos surgiu a figura do Sr. Ian Gordon Hall Dun (escocês contratado pela empresa para exercer diversas atribuições até chegar à função atual de Superintendente Geral da "Mineração Jacundá Ltda.", em Rondônia. Esse estrangeiro, hoje em dia, é quem recebe orientação direta do exterior, sobre a maneira de conduzir a administração da empresa, inclusive no que tange às medidas de exceção e repressão.

Figura temida e odiada pela maioria dos empregados, em decorrência do modo medieval de dirigir, o Sr. Dun, direta e indiretamente, consegue provocar nos trabalhadores uma autoviolentação, na medida em que se vêem forçados a optar entre matar ou morrer. Desse conflito, a grande vítima é, por absurdo que possa parecer, o único aliado e defensor imediato de seus direitos, qual seja, o Presidente do SITERON, a quem chegou notícia de breve linchamento, previsto, mais precisamente, para o dia 30 do corrente mês de julho. Que outra alternativa restaria a qualquer ser, vivendo em condições sub-humanas?

Movido pela imperiosa necessidade de sobrevivência, o depoente veio a Brasília, onde sabia poder contar com o apoio irrestrito, intemerato e destemido da Deputada Federal e Constituinte eleita por seu Estado, Raquel Cândido.

Aqui apresentará provas testemunhais e documentais que reforçam suas denúncias, muito mais do que a defesa da própria vida, a comprovação de suas afirmativas objetivam libertar seus companheiros: do cativeiro e trabalho escravo, além da total ausência de condição social ou econômica a que estão submetidos.

Dia 10 de julho de 1988, no Pátio da Rodoviária de Itapoã, foi realizada, após publicação de Edital de Convocação, Assembléia do Sindicato

dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas - SITERON. Este local foi escolhido em razão distância a empresa, alijatória da participação do trabalhador na Assembléia uma vez que dista 119 km. de Porto Velho.

O supracitado Sr. Atílio, por ser agricultor que distribuiu, durante 4 (quatro) longos e penosos anos, no interior da empresa multinacional, sensibilizado com os horrores eventualmente assistidos, além da justa causa dos trabalhadores da "Mineração Jacundá Ltda.", sindicalizados ou não, elevou sua voz nessa Assembléia, para denunciar tudo o que assistira, ainda que acidentalmente, inclusive o que chegara a seu conhecimento, através de depoimentos temerosos de um ou outro trabalhador daquela empresa, com referência às covas existentes em terras da mineradora.

Comovido ante tamanho sofrimento e per- [illegible] mente protificou-se a formalizar suas denúncias através de depoimento frente à autoridade respectiva, na DOPS da Polícia Federal, do Estado de Rondônia.

Além do Sr. Atílio, há o caso do Sr. Gulenilson Saraiva de Souza, ex-operador de equipamento pesado daquela empresa, o qual, em virtude de filiação e colaboração com o SITERON, foi ameaçado de espancamento e morte, no dia 7 de julho do ano em curso, pelo Tenente Antonio Neuvo Parisi. Por sorte, conseguiu fugir para Porto Velho e, atualmente, com o apoio desse Sindicato, deu entrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Velho, com o objetivo de obter ressarcimento de seus direitos trabalhistas mais legítimos.

Também na Justiça, o Sr. Adauto Almeida Sodré, com função similar a do caso anterior, reclamação trabalhista contra a "Mineração Jacundá Ltda.", por ter sido demitido sem justa causa, sob a alegação de assinatura de documento cujo conteudo não pudera ler (é semi-analfabeto), no qual comprometia-se, por todo 1 (um) ano, a arcar com as despesas de transporte de seus pertences (de Porto Velho a Santa Bárbara, aonde fora trabalhar), caso sofresse demissão, que a empresa impropriamente denomina "desmobilização" - como se a rescisão contratual prevista na C.L.T. desde 1945, não passasse de

remanejamento usualmente utilizado pelas Forças Armadas.

Após reiteradas e infrutíferas solicitações, ao Governador do Estado, Sr. Jerônimo Santana e ao Sindicato Nacional da Extração do Estanho – órgão patronal cujo Presidente, Sr. Orlando Euler de Castro, igual e casualmente preside a BRASCAN – no início de 1988, o SITERON enviou telex narrando a crise e o drama vivido pelos trabalhadores da "Mineração Jacundá Ltda." às seguintes autoridades:

– Constituintes;
– Ministros da Justiça, de Minas e Energia, de Educação e do Trabalho;
– Presidente da República.

Praticamente todos responderam, sendo que o Gabinete Civil da Presidência, sucinta e "objetivamente" prometeu remeter o caso a exame e posterior esclarecimento, através da Subchefia para Acompanhamento de Ação Governamental. Até agora, no entanto, nada. Tudo em vão? Ao contrário, a despeito da ameaça de linchamento feita ao Presidente do SITERON e, até, afrontas pessoais à Constituinte e Deputada Federal Raquel Candido, a luta continua, tanto que o Presidente desse Sindicato reiterou as denúncias anteriormente feitas, dia 15 de julho próximo passado, às autoridades supracitadas e veio, pessoalmente, a Brasilia, com todo um Dossiê contra a "Mineração Jacundá Ltda.", encontrando-se a documentação restante depositada na DOPS – P.F., em Porto Velho Rondônia.

ANTONIO ACACIO MORAES DO AMARAL
Presidente – SITERON

Como pode verificar, efusivo [illegible] timado Deputado [illegible] nos omi[illegible] algum tipo urgente de medida judicial.

Bem sabe do alto apreço em que o tenho por todo seu imenso saber e infindável coragem. Nada mais coerente do que rogar sua prestimosa e necessária ajuda, em momento tão crucial da história da pequenina Santa Bárbara, terra cujo

povo humilde e desesperançado honrou-me, elegendo para sua representante e porta-voz.

Atenciosa e respeitosamente sua admiradora,

CARTÓRIO [illegible]

22 JUL 1988

RAQUEL CANDIDO
PDT-RO

[illegible]
[illegible]ENTE PARLAMENTAR NACIO[illegible]
[illegible]ra dos Deputados
[illegible]o II - Sala C3
[illegible] - Brasília - [illegible]

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
RECONHECIMENTO

Reconheço, por semelhança com a (s) depositada (s) em nossos arquivos, a (s) firma(s) da

Raquel Candido
[illegible]

Dou fé. Brasília, 22 [illegible] de 19[illegible]
Em testemunho da verdade

Mauricio Gomes de Lemos, [illegible] Assunção
[illegible] Luiz Bonan Silva

Rua João Goulart nº 2172 - São Cristovão Cx Postal 1707 CEP 78900
Porto Velho Rondônia

ANº 317

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da. Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Velho -RO.

Aud: 15.08.88
Às 8:50

Em 15 de Agosto de 1988
Orlando Costa Mendonça
Auxiliar do Trabalho

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia- SITERON, estabelecido à Rua: João Goulart nº 2172 - São Christovão - Porto Velho-RO, inscrita no CGC. sob o nº 05.952.213/0001-37, por seus advogados ao final assinado (proc. anexo), com escritório à Rua Presidente de Vargas nº [illegible] -

V. Exa., apresentar a presente

AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Contra Mineração Jacundá, estabelecida nesta Capital, sito a Rodovia BR 364 - Km 106 - Setor Santa Barbara inscrita no CGC. sob o nº 01.359.766/0003-80, empresa participante do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Estanho.

[illegible] suscitada não pagou aos seus funcionários a antecipação salarial referente a variação da Unidade de Referência de Preços (URP) relativo ao mês de novembro de 1987 [illegible] trariando frontalmente [illegible] disposto no artigo [illegible] de 12 de junho de 19[illegible] [illegible] verbis.

" Fica assegurado aos Trabalhadores [illegible]

lo de antecipação salarial, o reajuste mensal dos salários, inclusive do salário mínimo, pensões, proventos e remunerações em geral, em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços (URP), excetuado o mês da data [illegible] ,

[illegible] contrariando ainda a cláusula 2[illegible] da Convenção [illegible] 1987, in verbis;

" Reajustes salariais:

As empresas que têm reajuste atualmente em outros meses, promoverão em primeiro de maio de 1988 um reajuste correspondente ao índice oficial do IPC acumulado [illegible] ao número de meses decorridos após o último reajuste. Os salários assim reajustados serão acrescidos de 4% (quatro por cento)

Parágrafo Único : Serão compensados todos e quaisquer aumentos salariais, voluntários ou compulsórios, inclusive [illegible], concedidos pelas empresas até [illegible], excluídos apenas os individuais decorrentes de promoção, mérito, transferência, equiparação salarial e [illegible] de aprendizagem "

[illegible] A diferença [illegible] do Dissídio Coletivo;

a- Pelo demonstrativo da suscitada temos:

- IPC acumulado de out/87 à [illegible]
  ..... 26[illegible]
- URP + adiantamento do mesmo período
  ..... 222,6[illegible]
- resultado = [illegible]
- conforme negociação = 1.2[illegible] X 1.10
  ... 1.04 = [illegible] = 42,92 %

III- O real; demonstrativo do suscitante:

a) IPC acumulado de novembro/87 à abril/88
  ... - 2.4494
b) URP + adiantamento do mesmo período -
  ... -.1.9330
c) resultado = 12671
d) conforme negociação = 12671 x 1.10 =
  ... 1.04 = [illegible] = 44,96%

IV- Desta forma, o Sindicato suscitante com base na Legislação e nas cláusulas do Dissídio Coletivo, pleiteia a URP do mês de novembro/87, bem como o pagamento das diferenças salariais decorrentes do não pagamento da referida antecipação salarial.

O suscitante, à vista do exposto, requer a V. Exa. se digne determinar a notificação da suscitada para compa- [illegible] diência [illegible], sob pena de revelia e confissão, consoante o artigo 844 da CLT; e, julgada a Ação de Cumprimento procedente pede a condenação da suscitada no pagamento das antecipações salariais acima referidas, acrescida de juros de mora, correção monetária, custas e despesas processuais.

Atribui à causa para efeito de alçada o valor de Cr$ 100.000,00 (Cem mil cruzados).

Porto Velho, 15 de julho de 1988.

EXMO. SR. DR.
ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
DD.
MINISTRO DE STADO DO TRABALHO
BRASILIA - DF

NAO HA MAIS COMO SUPORTAR AS AMEAÇAS, AS PESSOES E AS LESOES SOFRIDAS POR CENTENAS DE TRABALHADORES NA MINERAÇAO JACUNDA LTDA. NOSSOS IRMAOS TRABALHADORES VEM SENDO SUBMETIDOS A TRABALHO ESCRAVO, A HUMILHAÇOES DE TODA A SORTE, QUEBRA NOS SEUS DIREITOS. LIDERANÇAS SINDICAIS E PARLAMENTARES, COMO EH O CASO RECENTE DA DEPUTADA RAQUEL CANDIDO, SAO IMPEDIDOS DE INGRESSAR
NOS DOMINIOS DA MINERAÇAO JACUNDA LTDA, COMO SE EXISTISSE UM FEUDO, UM ESTADO APATRICA OU UM QUISTO INTERNACIONAL DENTRO DO NOSSO PAIS VIVENDO A MARGEM DAS LEIS, DESRESPEITANDO-AS , FERINDO E MATANDO O TRABALHADOR NACIONAL. JAH TEMOS DEPOIMENTO SOBRE A EXISTENCIA DE COVAS, ONDE SE ENCONTRAM OSSADAS DE NOSSOS IRMAOS E POR INCRIVEL QUE PAREÇA A MINERAÇAO JACUNDA LTDA MANTEM TROPA ARMADA TRANSFORMANDO A MINERAÇAO NUM CAMPO DE CONCENTRAÇAO. FOI JOGADO NO LIXO A CONVENÇAO COLETIVA DE TRABALHO ENTRE ESTE SINDICATO E A MINERAÇAO JACUNDA LTDA EM NOVEMERO DE L987, DIGO 1987 NA FIESP EM SAO PAULO. OS ANIMOS ESTAO EXALTADOS, A REVOLTA EH MUITO GRANDE PORQUE FAMILIARES ET AMIGOS DOS TRABALA, DIGO DOS TRABALHADORES QUE SE ENCONTRAM NESSE REGIME ESCRAVO QUEREM TOMAR MEDIDAS RADICAIS QUE PODERAO GERAR CONSEQUENCIAS IMPREVISIVEIS. NESSA HORA DRAMATICA SOLICITAMOS ENCARECIDAMENTE O URGENTE EMPENHO DE V. EXCIA., PARA POR UM FIM A ESTA INJUSTA SITUAÇAO.

RESPEITOSAMENTE

ANTONIO ACACIO MORAES DO AMARAL
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDONIA-SITERON

RUA JOAO GOULART, 2172 - PORTO VELHO/RO - CEP 78900 - SAO CRISTOVAO.

ESTADO DE RONDONIA.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS [illegible]DÚSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RO[illegible]
Rua João Goulart nº 31[illegible] - São Cristovão Cx Postal [illegible]
[illegible] Velho Rondônia

RELATÓRIO DE SE[illegible]RANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

[illegible] Jacundá Ltda, situada à BR 364 Km 10[illegible], Itapuã D'Oeste, Município de Porto Velho - RO, com [illegible] funcionários [illegible] de atividade [illegible] de Minérios ([illegible]), grau [illegible] de risco [illegible], encontra[illegible] com as seguintes irregularidades quanto à Portaria Ministerial Nº 3214/78, abaixo relacionadas:

1. O NÃO PAGAMENTO D[illegible] [P]ERICULOSIDADE

a) Deposito de Combustível, Centrais Elétricas (eletricista e eletricitários), [illegible] de Abastecimentos de Combustíveis, Depositos de Explosi[vos], Depositos de Gases, Caminhões Pipas para Abastecimentos e [illegible], Pessoal de Segurança, Higiene [illegible] Trabalho. (Técnicos de Segurança do Trabalho)

ADICIONAL DE PERICU[LO]SIDADE = 30% (trinta por cento) do Salário

Base: NR-16 e seus anexos e Decreto Lei Nº 93.412/86

2. O NÃO PAGAMENTO [illegible] [INS]ALUBRIDADE

c) Lubrificação, Lav[illegible], soldadores, Manutenção Whashy[illegible] / Plant, Oficina Mecânica (lavagem de peças [illegible] manipulação de solvente e gasolina)

ADICIONAL DE INSAL[UBR]IDADE = GRAU MEDIO = 20% (vinte por [cen]to) do Salário Mínimo de referência

NR- 15 anexos [illegible] e [illegible]

b) Laboratório de P[illegible], Coletores de Lixo Urbano, [illegible] / ([illegible] de [illegible]), Ambulatório, [illegible], [illegible], bombeiro e [illegible] (Saúde [illegible])

ADICIONAL DE I[NSALUBRIDADE] [illegible] GRAU MÁXIMO = [4]0% (quarenta [por] cento) do [Sal]ário Mínimo de [refe]rência. NR-15 (Agentes Biológicos)

Além do exposto acima, [a] referida empresa infringe ainda a NR 18, ítem 18.1.1; "as [illegible] de circulação e [illegible] devem ser mantidos desobstruídos"

NR-23, ítens 23.1.1 e 23.1.2 "Proteção contra Incêndio no Depósito Central de Combustível = 1.000.000 de litros de óleo".

NR-6, ítem 6.3 "Proteção Individual forma [illegible] Equipamentos de Proteção Individual"

NR-16, Quadro 2 "armazenamento de pólvoras químicas, artifícios pirotécnicos, produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas, armazenamento de gases,..."

NR-4 - Quadro II, "Dimensionamento do SESMT-Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, composto por Engenheiro de Segurança, Médico do Trabalho, Auxiliar de Enfermagem e Técnicos de Segurança do Trabalho (4)."

NR-24 -Ítem 24.3.10, "Água potável em condições higiênicas, fornecidas por meio de copos individuais, ou bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, proibindo a sua instalação em pias e lavatórios e o uso de copos descartáveis"

NR-24, Ítem 24.1.3 " Os locais onde se encontram instalações sanitárias, deverão ser submetidas a processo permanente de higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de odores, durante toda jornada de Trabalho"

NR-24, ítem 24.1.16, "Nas regiões onde não haja serviço de esgoto, devera ser assegurado aos trabalhadores um serviço de privadas, seja por meio de fossas adequadas, seja por outro meio ou processo que não afete a saúde pública, mantidas as exigências legais.

Como podemos notar a desrespeito para com a legislação Trabalhista no tocante à SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO é latente, tendo o trabalhador que arcar com prejuízos de salários e de sua saúde física e mental pela exposição continuada a inumeros riscos de toda espécie, [illegible] providencias da Empresa e do Serviço de Segurança [illegible] com o agravante,"A Empresa já foi por diversas vezes autuada e multada pelo Ministério do Trabalho pelo não cumprimento da lei inclusive em quase todos os casos como rei[illegible]"

Porto Velho, 19 [illegible]

[illegible]

Antonio Abadio [illegible]

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº [illegible]

De conformidade com a legislação em vigor, fica pelo presente Termo de Notificação, a empresa Mineração Jacundá Ltda. CGC n.º 043 5476/0003-80 localizada na Santa Bárbara Km-105 - BR-364 Município de Porto Velho com atividade de Extração de Minérios obrigada a cumprir as seguintes exigências de segurança e medicina do trabalho:

- Solicito que seja feito lavagem e limpeza constantemente nas cozinhas dos restaurantes 14 de Abril, Village e Estaf e também providenciado remoção e tratamento de lixo, de acordo com as normas da Saúde Pública, isto é: depósitos adequado p/ finalidade, retirada do material diariamente etc. NR-24 Item-24.4.12 Prazo P_2=10 dias

- Solicitamos que seja instalado vaso sanitário, lavatório e pias dotado de água corrente para o uso dos funcionários que fazem refeições no restaurante 14 de Abril. E que sejam submetidos a processo permanente de higienização todos os sanitários, lavatórios e fonneiros de todos os restaurantes, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de odores NR-24 Item-24.1.3. Prazo P_1=10 dias

- Solicito que seja canalizado para local adequado e longe do restaurante, a água que é proveniente das pias e lavatório da cozinha do restaurante Estaf. NR-24 Item-24.1.16. Prazo P_2=10 dias

Lavrei o presente Termo de Notificação em 3 vias, sendo a 1ª via entregue ao notificado para o atendimento das exigências no (s) prazo (s) concedido (s). O não cumprimento sujeitará a empresa à autuação na forma da lei. Aos notificados é facultado recorrer, com efeito suspensivo, para a autoridade competente, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação (§ 2.º do artigo 12 do Decreto 55.841/65).

Porto Velho, 11 de Março de 1988

Recebi a 1ª via.

CM 11.03.88

Mineração Jacundá Ltda

José Gilber D. Gaudes
Ag. de Insp. do Trabalho
Engenheiro

OBS: 1) O Agente da Inspeção deverá indicar, no final de cada infração verificada, o prazo concedido.
2) Outras exigências, quando houver, serão consignadas no verso.
3) O Termo de Notificação deverá acompanhar, obrigatoriamente o Auto de Infração lavrado.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 14190032

De conformidade com a legislação em vigor, fica pelo presente Termo de Notificação, a empresa MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA. CGC n.º 043 5776/0003-[illegible] localizada na SANTA BARBARA - BR-[illegible] Km-103 Município de PORTO VELHO com atividade de EXTRAÇÃO DE MINERIOS obrigada a cumprir as seguintes exigências de segurança e medicina do trabalho:

SOLICITAMOS QUE SEJA FORNECIDO ÁGUA POTÁVEL EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS ATRAVÉS DE COPOS DESCARTÁVEIS OU BEBEDOURO DE LATO INCLINADO E TAMBÉM FACA DE MESA, GARFO, COLHERES ETC. AOS TRABALHADORES QUE FAZEM REFEIÇÕES NO RESTAURANTE VILAGE
NR-24 ITEM - 24.3.10 PRAZO P =

SOLICITAMOS QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA DE NO MÁXIMO 15 EM 15 DIAS NAS CAIXAS DE GORDURAS DOS RESTAURANTES VILAGE. STAF. 14 DE ABRIL.
NR-24 ITEM - 24.4.12 PRAZO P = 10 DIAS

13/9/87 CJ 270/87 do setor de segurança da Jacundá

SOLICITAMOS QUE SEJA RETIRADO IMEDIATAMENTE TODAS AS GARRAFAS DE GAS BUTANO DA ÁREA DOS RESTAURANTES E COLOCADO EM ABRIGO CORRETO E LIMPO EM DISTANCIA DE NO MINIMO 45 METROS. AFASTADO DE LUGARES ONDE TENHA TRABALHADORES EM ATIVIDADES: NR-16 - QUADRO Nº 2

Lavrei o presente Termo de Notificação [illegible] via entregue ao notificado para [illegible] concedido (s). [illegible] Aos notificados é facultado recorrer, com efeito suspensivo, para a autoridade competente, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação (§ 2.º do artigo 12 do Decreto 55.841/65).

PORTO VELHO, 10 de MARÇO de 1988

Recebi a 1ª via.
[illegible] 11.03.88
Mineração Jacundá Ltda

José Gilber D. Quadros
Ag. de Insp. do Trabalho
Engenheiro

OBS: 1) O Agente da Inspeção deverá indicar, no final de cada infração verificada, o prazo concedido.
2) Outras exigências, quando houver, serão consignadas no verso.
3) O Termo de Notificação deverá acompanhar, obrigatoriamente o Auto de Infração lavrado.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 14190013

De conformidade com a legislação em vigor, fica pelo presente Termo de Notificação, a empresa ______ CGC n.º ______ localizada na ______ Município de ______ com atividade de ______ obrigada a cumprir as seguintes exigências de segurança e medicina do trabalho:

- Solicitamos que seja fornecido gratuitamente e em bom estado de conservação, botas, avental Luvas grossas aos trabalhadores dos refeitórios e padaria. NR-6 Item-6.3 Prazo P/= 10 dias

Solicitamos que seja construído um abrigo a uma distância de no mínimo 45 metros longe do local de trabalho dos funcionários do almoxarifado para colocar e estocar as garrafas de acetileno e oxigênio que se encontram ali instalada. NR-16 Quadro nº 2 Prazo - Imediato

Solicitamos que seja contratado para completar o quadro da empresa, os seguintes funcionários:
Dois técnicos de segurança do trabalho
01 (hum) engenheiro de segurança
01 (uma) enfermeira do trabalho.
NR-4 · Quadro II - Dimensionamento dos SESMT

Lavrei o presente Termo de Notificação em 3 vias, sendo a 1ª via entregue ao notificado para o atendimento das exigências no (s) prazo (s) concedido (s). O não cumprimento sujeitará a empresa à autuação na forma da lei. Aos notificados é facultado recorrer, com efeito suspensivo, para a autoridade competente, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação (§ 2.º do artigo 12 do Decreto 55.841/65).

Porto Velho, 11 de março de 1988

Recebi a 1ª via.
Em 11.03.88

Mineração Jacundá Ltda

José Glêber D. Guedes
Ag. de Insp. do Trabalho
Engenheiro

OBS: 1) O Agente da Inspeção deverá indicar, no final de cada infração verificada, o prazo concedido.
2) Outras exigências, quando houver, serão consignadas no verso.
3) O Termo de Notificação deverá acompanhar, obrigatoriamente o Auto de Infração lavrado.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 14190034

De conformidade com a legislação em vigor, fica pelo presente Termo de Notificação, a empresa Mineração Jacundá Ltda. CGC nº 043.5976/0005-80 localizada na Santa Bárbara BR-364 Km-105 Município de Porto Velho com atividade de Extração de Minérios obrigada a cumprir as seguintes exigências de segurança e medicina do trabalho:

- Solicitamos que seja construído uma Oficina p/ serviços de solda (Galpão) na Serra da Onça. NR-18 Item-18.3.1 Prazo P. = 15 Dias

- Solicitamos que seja construído sistema de segurança (Hidrantes de Água e Espuma) na área onde está localizado o Depósito Central de Combustível. NR-23 Item-23.1.1 e 23.2 Prazo P. = 15 Dias.

Obs: Sugerimos que seja colocado para de plantão permanente o carro de bombeiro que está a serviço da Firma.

via ... concedido (s). O não cumprimento sujeitará a empresa à autuação na forma ... Aos notificados é facultado recorrer, com efeito suspensivo, para a autoridade competente, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação (§ 2.º do artigo 12 do Decreto 55.841/65).

Porto Velho, 1 de Março de 1988

Recebi a 1ª via.

[illegible] 11 03.88

Mineração Jacundá Ltda

José Gilbar D. Guedes
Ag. de Insp. do Trabalho
Engenheiro
DRT-DF/CIP-1419

OBS: 1) O Agente da Inspeção deverá indicar, no final de cada infração verificada, o prazo concedido.
2) Outras exigências, quando houver, serão consignadas no verso.
3) O Termo de Notificação deverá acompanhar, obrigatoriamente o Auto de Infração lavrado.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 1141190100315

De conformidade com a legislação em vigor, fica pelo presente Termo de Notificação, a empresa MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA. CGC nº 043.[illegible]-80 localizada na SANTA BÁRBARA BR-364 KM-105 Município de PORTO VELHO com atividade de EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS obrigada a cumprir as seguintes exigências de segurança e medicina do trabalho:

SOLICITAMOS QUE SEJA INCLUÍDO NA FOLHA DE PAGAMENTO OS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES NA ÁREA DE RISCO DOS SEGUINTES SETORES:

1º) ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - (30% DO SALÁRIO BASE)
- DEPÓSITO GERAL DE COMBUSTÍVEL, CENTRAL ELÉTRICAS POSTOS DE ABASTECIMENTO, DEPÓSITO DE EXPLOSIVOS: TERÃO DIREITO AO ADICIONAL, TODOS AQUELES QUE TRABALHAM, SUPERVISIONAM E FISCALIZAM CONSTANTEMENTE ESTES LOCAIS. NR-16 PRAZO P = 15 DIAS

2º) ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
- SETOR DE LUBRIFICAÇÃO, LANTERNAGEM, MANUTENÇÃO DE WASHING, ENCANADOR QUE TRABALHAM EM REDES DE ESGOTO OFICINA MECÂNICA (LAVAGEM DE PEÇAS E MANIPULAÇÃO C/ SOLVENTES, GASOLINA, ETC). INSALUBRIDADE DE GRAU MÉDIO - 20% DO SALÁRIO MÍNIMO.
NR-15 ANEXO, 10.13. PRAZO P = 15 DIAS

Lavrei o presente Termo de Notificação em 2 vias, sendo a 1ª via entregue ao notificado para o atendimento das exigências no(s) prazo(s) concedido(s). O não cumprimento sujeitará a empresa à autuação na forma da lei. Aos notificados é facultado recorrer, com efeito suspensivo, para a autoridade competente, no prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação (§ 2º do artigo 12 do Decreto 55.841/65).

PORTO VELHO, 11 de MARÇO de 1988

Recebi a 1ª via.
EM 11.03.88
Mineração Jacundá Ltda

José Gilber[illegible]
Ag. de Insp. do Trabalho
Engenheiro

OBS: 1) O Agente da Inspeção deverá indicar, no final de cada infração verificada, o prazo concedido.
2) Outras exigências, quando houver, serão consignadas no verso.
3) O Termo de Notificação deverá acompanhar, obrigatoriamente o Auto de Infração lavrado.

COLEGA

O SINDICATO DECLAROU GUERRA A NOSSA MINERAÇÃO. VOCÊ JÁ PERCEBEU QUE É UMA GUERRA SUJA E INJUSTA, CUJA FINALIDADE NÃO É, NEM NUNCA FOI, DEFENDER O SEU INTERESSE. A FINALIDADE DE TUDO ISTO, INCLUSIVE DA GREVE, É TÃO SOMENTE ATINGIR A MINERAÇÃO, USANDO VOCÊ PARA ISTO.

O OBJETIVO DELES É FECHAR A MINERAÇÃO. VOCÊ SABE O QUE ISTO SIGNIFICA? PORTANTO A GUERRA É CONTRA VOCÊ TAMBÉM!

DE QUE LADO VOCÊ ESTÁ? CONTRA VOCÊ MESMO OU A SEU FAVOR? SE É A SEU FAVOR, DEMONSTRE ISTO NÃO DANDO [illegible]

PREGAÇÃO SUJA DO SINDICATO. TRABALHE ORDINARIAMENTE. VIVA! A [illegible] > SEU LADO!

A GUERRA SUJA CONTINUA... APARECEU NA MINA MAIS UM PANFLETO CHEIO DE BAIXARIA. TEMOS QUE ENTENDER QUE ESTE É O MÍNIMO DO SINDICATO A "PUCHAR A DESCARGA"!

A POLÍCIA FEDERAL NÃO CONSTATOU NADA CONTRA A MINERAÇÃO PORQUE NÃO HÁ NADA PARA SER CONSTATADO. É PURA INTRIGA!

QUE O SINDICATO NÃO NOS GARANTE É PRECISA DA "COLETA" DOS OUTROS TODO MUNDO SABE, NÃO É NADA INFAME.

A URP DE JAN/89 FOI ANTECIPADA EM OUTRA (4,69%) PORQUE OUTRA ERA [illegible] DO

Dissídio, NÃO TINHA URP. SINDICATO QUE
NÃO SABE ISTO, NÃO SABE DE NADA!
A DEPUTADA QUE VAI FALAR (VEREADORA MA.
É CANDIDATA A PREFEITURA DE PORTO VELHO
PODER É VOTO! ELA É CONTRA A MINERAÇÃO
PORQUE É FILHA DE GARIMPEIRO E TEM
RAIVA ISTO.
VAMOS FICAR NA NOSSA QUE É MELHOR!
MÁRIO MUNIZ dos SANTOS

RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM ITAPUÃ D'OESTE PARA OS TRABALHADORES DA MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA

LOCAL: PÁTIO DA RODOVIÁRIA DE ITAPUÃ D'OESTE

HORÁRIO: 17 HORAS

DIA : 10 DE JULHO DE 1.988

PRELIMINARES: No período de 30 de junho à 09 de julho de 1.988 quando se deu a convocação da ASSEMBLÉIA GERAL DOS TRABALHADORES DA MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, tivemos diversos obstáculos para fazer chegar aos nossos companheiros as Mensagens a eles encaminhadas. Após, conseguirmos fazer chegar as referidas mensagens (atraves do Sr.SULENILSON SALVA DE SOUZA - Moquinha), o mesmo foi ameaçado de espancamento pelo Sr. ANTONIO NEUTO PARISI - chefe da Milicia da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, caso continuasse a distribuir as mensagens. Posteriormente, foi expulso da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA e colocado fora da cancela que dista 8 kms de Itapuã e proibido de voltar sob qualquer protestos, tendo que caminhar todo o percurso. Outros trabalhadores e colaboradores do SITERON estão sendo demitidos por a

[illegible]dir e defender [illegible] direitos do Sindicalismo e trabalhadores. Detectamos também, diversos panfletos de autoria da MINERAÇÃO [illegible] CUNDÁ LTDA elaborados pelo Sr. MÁRIO NUNES DOS SANTOS -chefe de Recursos Humanos, achincalhando o SITERON e tentando denegrir [illegible] [illegible] a imagem e o nome da Nobre Deputada Constituinte RAQUEL CANDIDO nossa fiel defensora, numa linguagem ofensiva e [illegible] proprio dos canalhas.

CONCLUSÃO : No dia 10 de [illegible] de 1988, dia da ASSEMBLÉIA [illegible] [illegible] de aproximadamente [illegible] [illegible] [illegible] trabalho [illegible], maus tratos [illegible] trabalhadores e, toda uma série de arbitrariedades praticadas pela Administração da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA feitas pelo Presidente do SITERON e da Nobre Deputada Constituinte RAQUEL CANDIDO. Denunciou com muita propriedade, o que lhe é peculiar, a Deputada RAQUEL CANDIDO, a [illegible] do nosso minério, que é roubado pelas [illegible]

[illegible]

[illegible] sobre [illegible] assassinatos praticados pela [illegible] da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA com o intuito de amedrontar [illegible] trabalhadores, forçando-os ao trabalho escravo, sem as mínimas condições de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Segundo [illegible] denunciante, encontrou vários cadaverès jogados no meio do mato [illegible] mal enterrados. O número de participantes poderia ter sido [illegible] mo de 800 à 1.[illegible] trabalhadores não fosse a ação ameaçadora da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA e a suspensão dos horários dos ônibus, [illegible] para impedir que os trabalhadores se [illegible] [illegible] sobre [illegible], seus [illegible], vindo portanto [illegible] o artigo [illegible] CONSTITUIÇÃO DO BRASIL que assegura [illegible] [illegible] DIREITO DE IR E VIR. Felizmente, tivemos [illegible] [illegible] trabalhadores residentes em Itapuã [illegible] [illegible], [illegible] número de trabalhadores que conseguiram lograr a [illegible] JACUNDÁ LTDA e vieram participar da ASSEMBLÉIA GERAL que [illegible] de vários companheiros consegui/ mos ÊXITO. Todos os problems e ânseios dos trabalhadores foram

relacionados e [illegible] para JUSTIÇA [illegible]
Deputada RAQUEL CA[illegible] para providência [illegible]
[illegible] ção do pessoal no [illegible] Santa Barbará - Village da MINERAÇÃO / JACUNDÁ LTDA que normalmente é servido como mistura nas refeições OSSO DESCARNADO e nos refeitórios das frentes de serviço é servido CARNE ou FRANGO, caracterizando assim que o pessoal que está aguardando o seu turno de trabalho, não é merecedor de uma boa alimentação. Agradecemos mais uma vez a todos os companheiros e a nossa eterna gratidão, [illegible] e diretrizes / apoio a nossa NOBRE DEPUTADA CONSTITUINTE RAQUEL CANDIDO defesa dos trabalhadores. Tornamos público [illegible]

[illegible] a MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, cria um isolamento dos trabalhadores e intensifica campanha interna para que seus empregados desistam de suas filiações ao SITERON, passando novamente por cima das Leis do Trabalho, caracterizando novamente crime contra a Organização do Trabalho.

Porto Velho, 11 de Julho de 1988

[illegible]

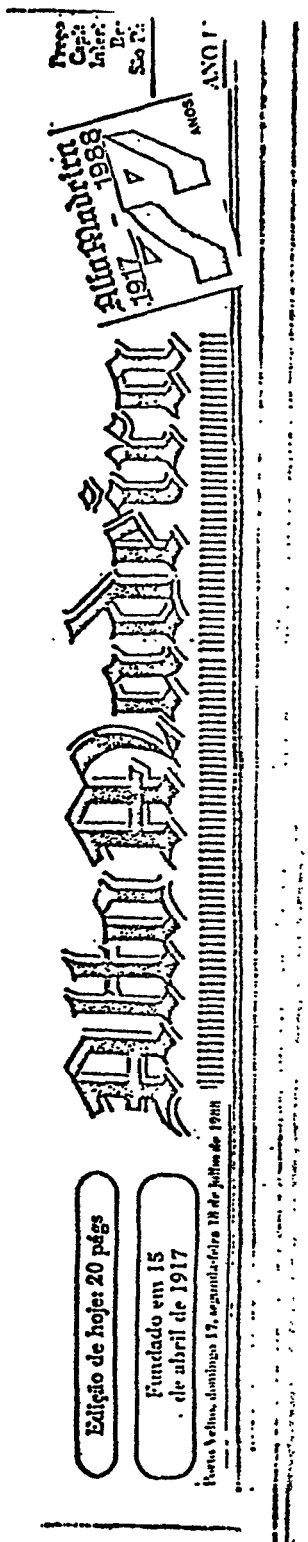
AOS LEITORES DO JORNAL ALTO MADEIRA

Tendo em vista matéria paga, publicada pelo Siteron, na edição de 12/07/88, com o título "Relatório da Assembléia Geral realizada em Itapuã do Oeste para os trabalhadores da Mineração Jacundá Ltda" cumpre-nos, a bem da verdade, informar:

1) Não se realizou uma Assembléia Geral em Itapuã, no dia 10, mas sim um comício político com a presença da candidata a prefeitura de Porto Velho, Raquel Cândido e do candidato a vereador, Ruben Cândido.
2) Não houve o comparecimento de 200 trabalhadores da Jacundá. O número não deve ter chegado a 20 empregados.
3) As mensagens que o Siteron tem tentado introduzir na Mineração à título de convocação, são todas injuriosas e ofensivas aos que trabalham na administração, cheias de palavras de baixo calão, impublicáveis.
4) Evasão de minério e não cumprimento de obrigações com o trabalhador e a legislação, bem como assassinatos só existem na imaginação deturpada de quem tem outros interesses em conluio com tais afirmações infundadas.
5) O número de participantes na "Assembléia" poderia ter sido realmente em torno de 800 ou mais trabalhadores da Mineração, se se tratasse realmente de uma Assembléia de verdade, dirigida por gente honesta, que estivesse a fim de tratar de assuntos sérios e verdadeiros. Entretanto os trabalhadores filiados ao Siteron já perceberam que estão sendo usados criminosamente por pessoas sem qualquer escrúpulos que se utilizam da sua contribuição para publicar matérias pagas, caríssimas, atacando com toda sorte de calúnias e inverdades a Mineração e seus administradores. Muitos trabalhadores querem é se desligar deste Sindicato, que só tem lhes feito mal, e não conseguem, porque a "diretoria" não aceita desligamentos.
6) Não houve qualquer suspensão de horário de ônibus no dia 10/07. Os ônibus circularam normalmente. Não havia era pessoas querendo ir para Itapuã, a não ser cerca de trinta pessoas, que viajaram normalmente no ônibus que saiu às 8 hrs do ponto, sem qualquer problema.
7) Não há qualquer diferença na qualidade ou no cardápio da alimentação servida atualmente nos diversos refeitórios da Mineração.
8) Não há nenhuma restrição ou proibição de circular qualquer órgão de comunicação dentro da Mineração. Quanto a TV Bandeirante, infelizmente seu sinal não chega de maneira adequada à Mineração, que por isto teve que instalar uma antena parabólica que capta o sinal de três emissoras, diretamente do satélite.

Porto Velho/RO, 12 de Julho de 1988.

MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA!



CORRESPONDÊNCIA [illegible]

PARA [illegible]

DE [illegible] – JOSÉ PIERRE [illegible]

DATA [illegible]

ASSUNTO: REF.: MUDANÇA

Solicito transporte [illegible] mudança do [illegible] Almeida Nobre, Reg [illegible]-5, U.O 531, [illegible] de 23/04/86, morador [illegible] – casa 04 – [illegible]

O mesmo compromete-se [illegible] partir da data [illegible] [illegible]/02/89, caso houver [illegible] imobilização [illegible] despesas, conforme [illegible] abaixo.:-

01 – [illegible] de casal c/ colchão
02 – 02 (duas) camas [illegible] c/ 3 [illegible]
03 – 01 (um) fogão [illegible] botijão
04 – 01 (uma) geladeira
05 – 03 (três) mesas [illegible] c/ 04 (quatro) cadeiras
06 – 01 (um) armário [illegible]
07 – 01 (um) guarda roupa c/ 2 (duas) portas
08 – 01 (uma) máquina de costura
09 – 01 (um) berço c/ colchão
10 – 01 (um) aparelho de som c/2 (duas) [illegible]
11 – 01 (uma) televisão [illegible]
12 – 01 (um) liquidificador
13 – 01 (um) [illegible]
14 – 01 (um) [illegible]
15 – 01 (um) jogo [illegible]

Atenciosamente,

De acordo

[illegible]
Funcionário

Demitido em 07-07-88: [illegible] sendo [illegible] para o transporte [illegible] seus materiais

OS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA-SITERON
Rua João Goulart nº2172 - São Cristovão Cx.Postal 1787 CEP 78900
Porto Velho Rondônia

ANC-324

DECLARAÇÃO

Tendo vindo a Porto Velho no dia 07 de julho de 1.988, deixando na Cancela da entrada da Mineração Jacundá Ltda o meu cartão de identificação (craxá) e ao retornar a Mineração Jacundá Ltda - setor Santa Barbará, encontrei anexado ao meu CRAXÁ um bilhte proibindo - me a adentrar no Setor Santa Barbará.(ESTE SR: ESTÁ PROIBIDO ADENTRAR À MINA, PEDIR P/ AGUARDAR. CHAMAR O SUP. PARA ACOMPANHÁ-LO AO INTERIOR DA MINA PARA QUE O MESMO POSSA APANHAR OS SEUS PERTENSES.) Tendo sido sumariamente DEMITIDO em virtude de pertencer ao quadro de associados do SITERON. E, por eu ser associado e colaborador do SITERON vi-me impedido de divulgar a ASSEMBLEIA GERAL e fui barrado pelo Sr. ANTONIO NEUVO PARISI - chefe da Milicia da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA que me ameaçou de espancamento e de morte. Foi quando logrei o referido senhor, que após, solicitou reforço dos milicianos Porém, consegui permanecer escondido em casa de amigos, sendo que o meu alojamento permanecia sob intensa vigilancia dos milicianos armados, inclusive revistaram a casa de meu cunhado a minha procura por diversas vezes nos dias 07 e 08 de junho próximo passado(Francisco das Chagas Saraiva), outro que já está na mira dos milicianos.

Porto Velho 11 de julho de 1.988

SULENILSON SARAIVA DE SOUZA
R.G. Nº 124.861 SSP-RO

ESTE SR. ESTÁ PROIBIDO
ADENTRAR A MINA, PEDIR
P/ AGUARDAR. CHAMAR O SUP.
PARA.. ACOMPANHA-LO AO INTERIOR
DA MINA PARA QUE O MESMO
POSSA APANHAR OS SEUS PERTENSES.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA-SITERON
Rua João Goulart nº 2172 - São Cristovão Cx.Postal 1757 CEP 78900
Porto Velho Rondônia

O senhor Francisco Pereira, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Acampamento da Mineração Jacundá Ltda, sito a rodovia BR-364 - Km 106 - Santa Barbara, para denunciar o que segue: Francisco Pereira com 46 anos de idade, funcionário padrão da Mineração Jacundá Ltda e o senhor Benício Souza Santos com 38 anos de idade, ambos empregados da Mineração Jacundá Ltda.

Francisco Pereira, denuncia que foi preso, viu-se despojado das mercadorias, que foram levadas e tidas como sendo roubadas do refeitório da mineração Jacundá Ltda.

Francisco Pereira, passou a ser pressionado para confessar o suposto roubo, sendo inclusive ameaçado de que se não confessasse que tinha roubado as mercadorias para levar para sua filha, os policiais da mineração Jacundá Ltda (que poderão ser identificados pessoalmente) iriam arrancar todas as suas unhas, uma por uma, dizendo que era assim que eles faziam com ladrão. Mantido incomunicável na sala do "QUATRO ZERO", horas mais tarde ele foi procurado por vários seguranças, inclusive o chefe do refeitório, e disseram que nada iria acontecer, que ele estaria liberado. Apenas iria perder a mercadoria, porque não tinha nota fiscal.

Francisco Pereira, diz que até se conformou, mais antes mostrou em sua residencia os sacos plásticos onde havia congelado a carne para resistir até Porto Velho sem estragar. Foi quando ofereceram a Francisco Pereira uma carona até Porto Velho e que para sua surpresa o carro que o transportava com mais tres (03) seguranças (que poderão ser identificados pessoalmente) estacionou em frente a 5ª Delegacia de Polícia onde lhe dava ordem de prisão a pedido de um dos seguranças. Imediatamente, o senhor Francisco Pereira foi recolhido ao xadrez e exposto à presença dos policiais civis com o que seria a prova de seu crime: um isopor

com mais de 20 quilos de carne bovina, vários quilos de queijo, calabresa e mortadela. Francisco Pereira alertou ao Delegado da 5ª Delegacia de Polícia que aquelas quantidades não lhe pertenciam,. Isso, porém não impediu que Francisco Pereira fosse autuado em flagrante, indiciado criminalmente e recolhido ao xadrez por oito dias. Francisco Pereira.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA-SITERON
Rua João Goulart nº 2172 - São Cristovão Cx.Postal 1787 CEP 78900
Porto Velho Rondônia

Francisco Pereira, apos ser libertado pelo advogado José Messias de Oliveira, retornou ao setor de trabalho para saber da sua situação junto a Mineração Jacundá Ltda, lhe foi informado que tudo já estava em Porto Velho, onde Francisco Pereira deparou com uma demissão POR JUSTA CAUSA, ficando assim prejudicado em oito (08) anos de trabalho. Finalizando Francisco Pereira, frizou que é analfabeto e por não saber ler, ficou mais fácil para a Mineração Jacundá Ltda forjar o furto suposto.
Berício Souza Santos, Raimundo Jardim Correia e Moisés Miranda dos Santos, também compareceram ao SITERON para testemunhar que Francisco Pereira é vítima de uma espécie de crime organizado dentro da Mineração Jacundá Ltda, que tem uma segurança irregular implantado o terror, Berício Souza Santos por ser testemunha de Francisco Pereira, afirmar estar sumariamente demitido.

Porto Velho-RO, 01 de fevereiro de 1988.

Francisco Pereira Francisco

ATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ENDEREÇO: Rua João Goulart, 2172 SÃO CRISTÓVÃO.
AV: ARIQUEMES Nº 1169 · CENTRO — CEP · 78 900 — PORTO VELHO - RO

COMPARECERAM NO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDONIA - SITERON, OS SENHORES; RONALDO PEREIRA ALVES, FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA COSTA E ANTONIO OLIVEIRA LAGOS, O PRIMEIRO RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE DE PORTO VELHO, SITO A RUA BAIRO TANCREDO NEVES, O SEGUNDO RESIDENTE NA AV FARQUAR S/Nº BAIRO DA BALSA E O TERCEIRO RESIDENTE NA RUA JACY PARANÁ 3050 BAIRO NOVA PORTO VELHO. NA OPORTUNIDADE, DENUNCIARAM FATOS QUE VEM OCORRENDO NO SETOR DE MINERIO SANTA BARBARA, ACAMPAMENTO DA CIA MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA - RO. HR 364 KM 103.5, COM SEDE EM PORTO VELHO A AV. CARLOS GOMES Nº 965, CONFORME A SEGUIR RELACIONAMOS.

a) Exigidos serviços contrarios aos bons costumes e alheios ao contrato.

b) Tratamento dos superiores e herarquicos com rigor excessivo.

c) Não cumprimento das obrigações contratuais.

d) Varios casos de demissao por justa causa sem nenhuma comprovaçao da empresa, causando sérios prejuizos aos demissionários que muitos são residentes em outros estados do País, ficando sem condições financeiras e amedrontados com os procedimentos de coação existente naquele setor de Mineração, ameaças de prisões, escolha entre pedir demissão ou ser demitido por justa causa, onde podemos citar as demissões do Sr. Epitácio Raposo Filho, Manoel albenor da Cruz e Domingos, digo José Domingos Guastti dos Santos, Sandro Renato Stolz, Edivaldo dos Santos Pinto e outros.

e) Uso de armas sem o devido registro tais como: Mágnus cal.38, Escopeta cal. 16, caranina puma cal.38 e varias tipos de revilveres de diversos calibres, inclusive até mesmo por apreensão da própria Segurança.

f) Aliciamento aos empregados a não se filiarem ao SITERON.

g) Arbitrariedades praticadas pelos administradores da Segurança.

Porto Velho-RO, 15 de janeiro de 1988

RONALDO PEREIRA ALVES

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA COSTA

ANTONIO OLIVEIRA LAGOS

EPITACIO RAPOSO FILHO

DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDONIA-SITERON
Rua João Goulart nº2172- São Cristovão Cx.Postal 1787 CEP 78900
Porto Velho Rondônia

Compareceu espontaneamente nos escritórios do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDONIA SITERON o Sr. BENEDITO COSTA MARTINS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Velho-RO, sito a Rua 10 canto com a rua 05 no Bairro Bela Vista, para denunciar torturas sofridas no Setor Santa Barbara da Mineração Jacundá Ltda no período trabalhado de setembro de 1979 a janeiro de 1985, portador da RG 252.647/SSP-RO, CIC-137.437.833-04. Confirmou que foi por várias vezes torturado pela MILÍCIA da Mineração Jacunda Ltda, inclusive sendo ameaçado de morte, sendo a primeira vez socorrido pelos companheiros de trabalho, quando retorna do turno de trabalho. A segunda vez foi socorrido pela sua esposa que ficou entre o chefe da milícia e odqcente. A terceira vez ao retornar de uma pescaria foi abordado e detido ppla milícia sob ameaça de ser assassinado porque me recusei a entrar na viatura da milícia. Confirmou também que é testemunha de varios espancamentos cometidos pelo Sr. Antonio Ferreira Gomes em pessoas no Setro Santa Barbara no Setor, digo da Mineração Jacundá Ltda. Confirmou também que sua saída se originou face as coações e ameaças de morte da milícia sob o comando do Sr. Antonio Ferreira Gomes. Confirmou ainda que foi admitido na função de servente, tendo sido classificado para a função de capataz de turno até a sua saída. Finalizando confirmou que a milícia da Mineração Jacundá Ltda nos Setores Santa Barbara e Santa Maria, sempre prenderam os empregadps e os visitantes, inclusive torturando-os; muitas das prisões e torturas eram apenas para a Mineração Jacundá Ltda se beneficiar de termos de rescisão contratual.

Porto Velho-ro, 11 de fevereiro de 1988.

Benedito Costa Martins

BENEDITO COSTA MARTINS

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDONIA-SITERON
Rua João Goulart nº [illegible] São Cristovão Cx Postal [illegible] CEP [illegible]
Porto Velho Rondônia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SITERON

O SITERON foi fundado em 30/08/86. O que antes existia era uma associação com um Presidente que sozinho se arvorava representante.

Assim o movimento SITERON DE RONDONIA [illegible] e significativa parcela dessa liderança ficava marginalizada e por isso tornou-se imperativo a implantação do real SITERON em Rondonia.

Foi nesse clima que, por ocasião das eleições no mês de Set/87, um grupo de 16 Sindicalistas, por não compactuarem com posturas exacerbadamente radicais e politicas, imprimiu uma comemoração com a presença do Ministro JOÃO WAGNER mais próxima de sua realidade e por isso foi bem aceito.

Companheiros, desnecessário se faz registrar e sob esse prisma constitui-se uma ruptura ideológica com níveis da organização Sindical pré-existente. Daí nasceu o SITERON.

Era mais um desafio lançado e aceito por esse grupo dos 16 e que logo encontrou adesão. Nascia também mais uma atividade que precisava germinar para o bem do trabalhador de Rondonia e o número de horas durante o dia continuava sendo 24, registrava-se nesse momento o conflito tempo versus níveis de atuação.

Já dizia o velho historiador inglês Arnold Toinbee que precisamos conhecer o passado, para entendermos o presente e prevermos o futuro. Numa primeira analise discorremos o país para com Rondônia e posteriormente Rondônia para com o país.

Rondônia é um estado "Sui generis", e essencialmente agricola cuja criação foi efetivada na época do regime de excessão, por um coronel que, concretizando conchavos de grupos políticos oriundos da esfera Federal, não observou efetivamente as reais viabilidades sociais e econômicas do antigo território Federal de Rondonia. Brasilia precisava dar ao PDS deputados e Senadores. Eis o verdadeiro motivo da criação do estado Rondônia.

Hoje, como consequência dessas irresponsabilidades quem mais sofre é o povo de Rondônia que tendo como seu principal empregador o governo do estado. Assim já podemos constatar que convivemos com elevados níveis d de imobilismo, face aos 21 anos absorvendo proibições de toda natureza ao mesmo tempo desestabilizando todas as formas de organização trabalhista, aliado ao distanciamento de Rondônia dos grandes centros mais informados e mais politizados

Foi com o intenso fluxo migratório que até hoje Rondônia é vitima, que encontrou ressonância a integração dessa demanda insatisfeita com a dita reforma agrária no centro-sul do país com os nossos trabalhadores.

Rondônia é vítima porque a migração que alcançou percentuais de 16.43% e o governo federal não estimulou na mesma proporção o ingresso de recursos para fazer face às disparidades daí decorrentes como saneamento básico, construção de estradas vicinais para escoamento da produção, hospitais, escolas, enfim toda infraestrutura capaz de satisfazer essa demanda.

Eis os ingredientes cuja somatória caracterizam o nosso incipiente movimento sindical.

Nós somos insignificantes nas relações de probeza e dependencia política, social, e econômica na esfera do Governo Federal. Os riscos não se importam com os pobres. Isso é verdade dentro e fora das hastes do SITERON; inclusive estrapola os limites do país.

Isso contribui para o agravamento da crise generalizada e de inquietante momento político, cuja situação atual é a manifestação da crise crônica e social e que se expressa em múltiplas demensões. Uma crise que é caudatória do acúmulo, ano após ano, de sucessivos equívocos e desacertos na condução da politica econômica e de demandas sociais não atendidas.

Uma crise que trás no seu bojo problemas estruturais e conflitos distributivos não resolvidos, hoje ainda mais exacerbada pela violenta política de contenção de salário do trabalhador. A crise é econômica, social, política e institucional.

Uma crise que se arrasta há vários anos e se insere num contexto maior de mudanças de modelos a nível mundial, exige ser tratada com seriedade, competencia a decisão politica independente.

Temos assistido a uma inércia no tratamento das grandes questões que aflingem a sociedade Brasileira, inércia que se desemboca no conservadorismo da politica economica e tem elevado a crescente marginalização, parcela significativa de trabalhador. E nós, do SITERON, temos a responsabilidade e a obrigação de não calar diante dessa opressão. Insistimos na necessidade de tratar a crise não apenas com medidas conjunturais, se o problema é de estrutura, mas com medidas que propiciem uma transformação significativa no padrão de crescimento.

Daí já podemos deslumbrar algumas das nossas dificuldades e estas refletem parte da nossa atual realidade. Por desconhecermos pormenorizada e ideológicamente, nós introduzimos todas as supracitadas lideranças sindicais na diretoria do SITERON, pois era o material humano que tínhamos na época. Eles aos poucos foram revelando sua verdadeira identidade e hoje temos conhecimento suficiente que o melhor é afastar alguns, outros, alocá-los em Diretoria em que possam produzir mais.

Em relação às nossas finanças, por muito tempo nosso índice de liquidez foi zero. De um lado a demora do repasse do governo e os poucos volumes da contribuição sindical são insuficientes até mesmo ao seu lado legitimo dono.

E quando há necessidade do SITERON participar nas plenárias da executiva nacional é o maior sufoco, visto que o executivo estadual é o maior detentor de recursos, quase tudo em Rondônia depende do governo, que por sinal está deixando muito a desejar e isso dificulta nosso relacionamento por que o SITERON tem uma postura, e não pode compactar com esses desmandos administrativos e sociais.

Nesse contexto devemos muito ao companheiro Ruben Cândido e Silva, eventualmente Delegado do Trabalho em Rondônia, que por sua postura em favor dos trabalhadores por várias vezes já foi pedida a sua cabeça. Uma maior conscientização do movimento sindical em Rondônia devo-se a esse apoio.

A luta travada no dia a dia com as empresas nós sofremos algumas baixas, dentre elas a que mais sentimos foi a do companheiro FRANCISCO PEREIRA, com repercussão a nível Nacional, pela forma em que foi conduzida pela Mineração Jacundá Ltda.

Por outro lado temos a satisfação de registrar algumas vitórias, dentre as quais destacamos a celebração de duas (2) comunicações uma nível Nacional e outra a nível Estadual.

Tudo isso em nossa gestão sem contar com a natural adesão de vários associados que por sua própria vontade vem aumentando.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Se por um lado é verdade que hoje a existência legal do SITTRICOM é um fato, por outro lado também é verdade que para se firmar como um Sindicato atuante é necessário algumas medidas tais como:

1. Maior assistência da CNTI em termos de intermediações para maior agilização na estruturação e este estruturado possa atuar melhor e com maior eficácia e eficiência.

2. Prosseguir no processo de filiação ao SIT RICOM cujo resultado é o compromisso político formalizado e arrecadação financeira.

3. Nas reuniões de plenário Nacional e Estadual com o comitê a tempo.

Sintetizando companheiros, a realidade do SITTRICOM não é muito diferente da CNTI. Sem recursos não se faz muita coisa. A diversificação ideológica do grupo, sendo fértil ao debate e muito democrático, dificulta a sua administração e vez por outra convivemos com a fatasma do "Racha" com algumas empresas como a Mineração Jacundá Ltda, exigindo prudencia e maturidade na condução do processo.

Em data a ser definida pelos companheiros solicitamos a assistência do CNTI com brevidade para atender comitê da Mineração Jacundá Ltda.

ANTONIO ACÁCIO [illegible] DO AMARAL

PRESIDENTE

TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDONIA-SITERON
Rua João Goulart nº 2172 - São Cristovão Cx Postal 1787 CEP 78900
Porto Velho Rondônia

Compareceram ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS-SITERON, os senhores João Ferraz Leal Filho, borracheiro, residente na Av. Brasil, 845 - Humaitá-AM, Francisco Silva do Nascimento, Av. Dos Estados, 950 - Guajará-Mirim-RO, Pedro Jorge Martins Barreto, Av. Campos Sales, - Porto Velho-RO, na oportunidade, denunciaram fatos que vem ocorrendo na Mineração Oriente Novo S/A - Setor São Lourenço - Município de Porto Velho-RO, a cerca de 230 KM de Porto Velho, estabelecida em Porto Velho, sito à Av. Alexandre Guimarães, 1927 - Bairro Areal - Porto Velho-RO.

a) Exigidos serviços contrários aos bons costumes e alheios ao contrato.
b) Tratamento dos superiores hierarquicos com rigor excessivo.
c) Não cumprimento das obrigações contratuais.
d) Vários casos de demissão por justa causa sem nehuma, digo, vários casos de demissão com atraso de até uma semana para pagamento em Porto Velho-RO no caso Dispensa em cidade Distante, sendo que as despesas de viagem estão correndo por conta do demissionário, quando a lejislação preceitua que é obrigação da empresa.
e) Residências em precário estado de conservação.
f) Abastecimento de água em estado de putrefação.
g) Aliciamento dos empregados para não se filiarem ao Sindicato da classe.
h) Arbitrariedades da segurança da empresa com espancamentos.

Porto Velho-RO, 22 de janeiro de 1988.

João Ferraz Leal Filho
JÃO FERRAZ LEAL FILHO

Francisco Silva do Nascimento
FRANCISCO SILVA DO NASCIMENTO

Pedro Jorge Martins Barreto
Pedro Jorge Martins Barreto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA PARTICULAR

COM OS CUMPRIMENTOS DO PRESIDENTE JOSE SARNEY, A
SECRETARIA PARTICULAR DO PALACIO DO PLANALTO
INFORMA QUE SUA CORRESPONDENCIA DE 09/02/88
FOI ENCAMINHADA, ATRAVES DO OFICIO SEAP N. 345685-0,
PARA EXAME E POSTERIOR ESCLARECIMENTO A V. SA.,
A(O) MINISTERIO DA JUSTICA.
BRASILIA 12/02/88.

ANTONIO ACACIO MORAES DO AMARAL
RUA JOAO GOULART 2172
SAO CRISTOVAO
78900 PORTO VELHO RO

caso Fco Pereira
Encaminhar

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA PARTICULAR

COM OS CUMPRIMENTOS DO PRESIDENTE JOSE SARNEY, A
SECRETARIA PARTICULAR DO PALACIO DO PLANALTO
INFORMA QUE SUA CORRESPONDENCIA DE 10/02/88
FOI ENCAMINHADA, ATRAVES DO OFICIO SEAP N. 345661-7,
PARA EXAME E POSTERIOR ESCLARECIMENTO A V. SA.,
A(O) G.C. - SUBCHEFIA P/ACOMP. ACAO GOVERNAMENTAL.
BRASILIA 12/02/88.

ANTONIO ACACIO MORAES DO AMARAL
RUA JOAO GOULART 2172
SAO CRISTOVAO
78900 PORTO VELHO RO

caso Fco Pereira
Encaminhar

[illegible] 11 de junho de 1988 ALTO MADEIRA Página 3

SITERON QUESTIONA:

Presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, deputado Sidney Guerra, é comprado ou manipulado pelas multinacionais

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SITERON, vem de público repudiar o posicionamento do Deputado Sidney Rodrigues Guerra, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, desnacionalizante e desinformado quanto ao entreguismo do Setor Mineral Rondoniense. Será que o Deputado Sidney Rodrigues Guerra conhece realmente a história do entreguismo do Setor Mineral Nacional e com exclusividade o rondoniense, quando precisamente há 38 anos (segunda metade da década de 50), a BRASCAN penetrou ostensivamente no Setor Mineral, com prioridade assestada sobre o ouro e a cassiterita, esta última o minério de estanho bem raro no mundo desenvolvido. A Companhia Estanífera do Brasil - CESBRA (já desativada) a Companhia Espírito Santo de Mineração a Mineração Rio das Mortes S/A e a Companhia Guanabara de Comércio e Indústria cobriram alvaras para atuar no ramo. [illegible] dos dessa época sonhando em que o Brasil ainda não despertara para a potencialidade do seu subsolo e o valor dos minerais dele extraídos, apressou-se entregar de mão beijada, as poucas [illegible] de minerais descobertas para grupos forâneos ou testas-de-ferro por eles recrutados. Por sinal, a situação não mudou até agora...

O fato é que, ainda nos anos 60 a BRASCAN firmou posição num dos segmentos que lhe interessavam, por intermédio da Dragagem Fluvial S/A, sociedade formada com a HANNA MINING para lavra de ouro às margens do Jequitinhonha.

Daí em diante, a cassiterita despontou, com abundância, nos aluviões de Rondônia. O avanço sobre a cassiterita de Rondônia processou-se lentamente, com as aquisições sucessivas da CESBRA, JACUNDÁ e MIBRASA, esta última colocada como subsidiária da segunda e assim mantida até a sua extinção em 5 de dezembro de 1983, quando foi incorporada à firma controladora.

Nesta altura, merecem ser relembradas as principais lavras da JACUNDÁ, para mostrar como uma legislação extremamente liberal estimula a desnacionalização e favorece a ação da "quinta coluna", para promover sem embaralhação, a transferência de controle das jazidas para mãos estranhas.

Em 7 de abril de 1962, o Presidente do Conselho de Ministros, TANCREDO NEVES, assinou o ato que autorizou a JACUNDÁ a ingressar no setor mineral. Seus sócios fundadores eram todos brasileiros de nascimento a saber: ISAAC BENAYON SABBA, RAIMUNDO FIGUEIREDO CAVALCANTE, ERNESTO SILVA e a pessoa jurídica I. B. SABBA S/A LTDA, mas sob o controle total do primeiro quotista.

Em agosto de 1963 ERNESTO SILVA cede as suas quotas ao [illegible] espanhol [illegible], nada menos que um dos executivos da CIA INDUSTRIAL FLUMINENSE (GRUPO METAL-LURG), empresa alienígena estabelecida no Rio de Janeiro e em São João Del Rey. Esclarece que tal CESSÃO parece ter sido uma mera troca de figurante da empresa em foco, uma vez que o CEDENTE foi representado no ato, por um procurador vinculado à própria FLUMINENSE.

Após ocorreram algumas alterações Contratuais, aumentos de capital e modificações internas na distribuição de quotas e, a empresa já aparece com o seguinte perfil acionário:

FLUMINENSE	35%
Raimundo Cavalcante	15%
Isaac Sabba	20%
I. B. Sabba	10%
Cia. de Dev. da Amazônia	20%

O último quotista listado pertencia, também, ao empresário Isaac Sabba. Pela escritura 8.810 lavrada em 21/09/66 no livro 1.113 folha 33 verso do 24º ofício de notas do Rio de Janeiro, a FLUMINENSE transfere suas quotas à Cia. de Mineração Ferro Union - FERUSA que, na época, apresentou o mesmo endereço - sede e os mesmos representantes da primeira.

O próximo passo foi a transformação da sociedade por quotas de responsabilidade limitada em sociedade anônima, em dezembro de 1967 que mudou a denominação de JACUNDÁ, com o capital social já aumentado, assim discriminado:

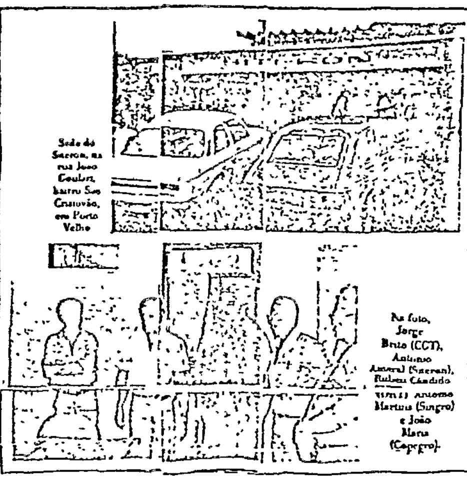
FERUSA	35%
Raimundo Cavalcante	14,7%
Natalia Cavalcante	0,18%
Renato Cavalcante	0,015%
Gilberto Cavalcante	0,015%
Isaac Sabba	20%
I. B. Sabba	10%
Cia. de Dev. da Amazônia	20%

O Sócio Minoritário Raimundo Cavalcante decididamente ficou descontente com a mudança, que prenunciava uma reviravolta no controle acionário. Tanto assim, que exigiu algumas garantias para aceitá-la.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de Outubro de 1970, revelou a tramóia que vinha sendo articulada para liquidar com o aparente controle acionário da empresa.

O "MODUS FACIENDI" foi bem típico para atrair os trabalhos de Lavra, duplicando a produção de minério, a empresa decidiu adquirir da FLUMINENSE uma frente mecanizada no valor de Cr$ 421.989,00 superior ao seu Capital Social. Como não podia pagar os equipamentos, surgiu a brilhante idéia de promover o aumento de capital, com a desistência simultânea dos acionistas de exercerem a preferência na subscrição. Assim, a empresa estrangeira vendedora teria a oportunidade de receber o pagamento em ações com a subscrição coube-lhe a posse de 52,88% do capital social, mais do que suficiente para assumir o controle total da empresa ainda mais porque sua aliada estrangeira, a FERUSA, ficou com 16,49% das ações.

Como resultado da mudança, os antigos Presidente e Tesoureiro respectivamente Isaac Sabba e Renato Cavalcante, viram-se compelidos a renunciar para alegrar vagas para os representantes dos grupos alienígenas majoritários.



Sede do Siteron, na rua João Goulart, bairro São Cristovão, em Porto Velho

Na foto, Jorge Brito (CCT), Antonio Amaral (Siteron), Rubens Cândido [illegible] Antonio Martins (Singro) e João Maria (Capegro).

Ficando a nova Diretoria assim constituída:

RAMON DOMINGUES
PRESIDENTE
GASTÃO NEVES
TESOUREIRO
RAIMUNDO CAVALCANTE
COMERCIAL

O dirigente desconhecido, apresentado pelos novos donos, o Diretor Tesoureiro é um sobrinho do Ex-Presidente do Conselho de Ministros. A permanência de Raimundo Cavalcante na Diretoria, outrossim, deveu-se à garantia formal que lhe concederam, em troca da anuência em relação às mudanças ocorridas.

As ações controladas por Isaac Sabba, um dos participantes da manobra desnacionalizante, foram transferidas para a Mineração São Lourenço, fundada em 1962 mas, na ocasião já dividida entre ele (40% das quotas), a CESBRA do BRASCAN e a BEST METAIS E SOLDAS S/A.

Aberta a porta, fácil o avanço subseqüente da BRASCAN.

Em abril de 1975 detinha 64% das ações e, hoje controla integralmente a mineradora que acumulou, com o passar dos anos, 10 títulos de lavra em Rondônia, incidindo sobre uma reserva igual a 49.097.377 toneladas de cassiterita, equivalente a 14,7% do total nacional.

Na década de 70, com a vigência das medidas anti-trust do código de mineração promulgado em 1967, o envolvimento multiplicou a organograma da BRASCAN aplicado a mineração com o nascimento de mais de 50 subsidiárias, na verdade "EMPRESAS-DE-PAPEL" criadas com a finalidade precípua de ampliar as áreas reservadas para pesquisa exclusiva do grupo.

Para os mais distraídos na matéria especializada, cabe certamente deveria se indicar e lá [illegible] Sidney Guerra, cabe uma ligeira explicação.

A ordem econômica e Social do País baseia-se, desde a Independência, no princípio da liberdade de iniciativa que, dentre outros corolários, pressupõe a "repressão" ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

Como a busca do estanho e, sobretudo do ouro apontava como boas opções as áreas fronteiriças de Rondônia e Mato Grosso, a BRASCAN simplesmente preparou-se para desnudá-las, sem o menor constrangimento.

Convocou para tal incumbência alguns "Colaboracionistas", que figuram como acionistas das empresas do grupo.

Os registros remanescentes das atividades dessas empresas, acionadas para burlar a legislação protetora da faixa de fronteira, informam que:

- em 26 de junho de 1973, Natalia Pessoa requereu a lavra de uma jazida de cassiterita em Rondônia (processo 816.918/68) depois transferida para a JACUNDÁ,
- Nos anos 71 e 72 requereram 32 áreas nos municípios fronteiriços de Cáceres e Vila Bela, reservando 120.000 hectares.

O distanciamento progressivo dessas novas áreas em relação à calha do Rio Mar contudo acrescentou obstáculos lógicos à operação das empresas controladas por estrangeiros ou la se penetrarem na já dormida área de fronteira, ou então coincidiam com regiões habitadas por silvícolas que são defendidas pelo art. 198 Lei Maior como inalienáveis.

A fim de vasculhar as regiões desertas, a BRASCAN deflagrou novo processo de "nacionalização" de empresas, usando seus HOMENS DE PALHA da nova geração. Ao fazê-lo, é bom recordar que já estava consumada a associação parceira com a BRITISH PETROLEUM, a estatal britânica, que resultou na atual composição acionária da controladora do grupo.

Compondo-se todos os lançamentos das mineradoras "abrasileiradas", verifica-se que os grupos estrangeiros, mediante o emprego de expediente torpe e contando a cumplicidade de brasileiros que desconhecem os deveres da cidadania, penetrou em zonas proibidas com 481 requerimentos de pesquisa, que resultaram na reserva de 4.528.197,07 hectares na Amazônia Legal, superfície equivalente à do Estado do Espírito Santo ou, se preferirem, 5.000 quilômetros quadrados maior que o território da Suíça.

A verificação de que tais mineradoras fantasmas só operam em áreas vedadas aos estrangeiros e a prova mais contundente da idéia criminosa que motivou a sua criação. Fica assim demonstrado, cabalmente, o "ANIMUS VIOLANDI", o "ANIMUS INFRINGENDI" e o "ANIMUS ALIENO NOMINE TENENDI" que, afinal, parecem essas "EMPRESAS-DE-PAPEL" perfilhadas por HOMENS-DE-PALHA.

Rogamos, encarecidamente, as autoridades federais que nos ajudem, pois, não recebemos, até o presente momento, nenhum apoio por parte do senhor governador do Estado de Rondônia Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública Assembléia Legislativa do Estado Ministério Público e Tribunal Regional do Trabalho, apesar de termos solicitado. Na oportunidade queremos agradecer os esforços do DR. RUBENS CANDIDO E SILVA - Delegado Regional do Trabalho no Estado de Rondônia DR. ARTHUR CARBONE FILHO - Superintendente da Polícia Federal e DR. HEITOR MAGALHÃES LOPES Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de Rondônia.

O deputado fez o jogo das multinacionais, deliberada ou inocentemente (cabe a ele esclarecer) posto que em absoluto momento de suas declarações publicadas no Jornal Alto Madeira do dia 08/06/88 ao ser o a prática de trabalho escravo e crime contra a organização do trabalho desenvolvida pela administração da Mineração Jacundá Ltda nos setores de Santa Maria e Santa Bárbara já devidamente constatado pela Delegacia Regional do Trabalho deste Estado e, ora sob apuração da Polícia Federal, através do Inquérito Policial nº 113/88 SR/DPF/RO de 10 de maio de 1988.

Como resposta de determinadas autoridades, que levaram a crer comprometidas foram realizados vários coquetéis no Setor Santa Bárbara chegando ao desrespeito de publicarem através deste matutino porém apenas os elogios, desconhecendo totalmente os trabalhos efetuados pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SITERON DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE RONDÔNIA - DRT e a SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL-SR/DPF, que são frutos do nosso trabalho.

Nós trabalhadores do Estado de Rondônia, que elegemos o Deputado Sidney Guerra à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, exigimos irrevogavelmente que se informe melhor dos problemas prioritários de Rondônia e do País e que de hoje em diante, o alertamos para que defenda o mandamento Constitucional, porque a "competição é a MOLA MESTRA da liberdade de mercado", assim como seja o nosso porta-voz e não das multinacionais, para que não venha ter terminado na sua carreira Política, porque nós somos a maioria e unidos venceremos.

Finalizando, comunicamos ao Deputado Sidney Guerra que não aceite o convite da Mineração Jacundá Ltda para se meter na linha C-75. Alertamos que naquela área estão somente brasileiros, responsáveis e muito bem representados pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA SITERON, SINDICATO DOS GARIMPEIROS DE RONDÔNIA SINGRO e a COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE RONDÔNIA-COLEGRO representando 80% dos Trabalhadores no Estado de Rondônia. Queremos também denunciar que por dois dias aventamos uma audiência com o Deputado Sidney Guerra e nos foi negada.

Porto Velho, 8 de junho de 1988

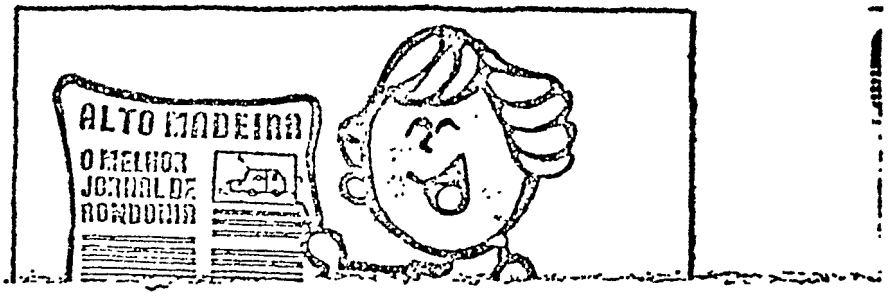
Sindicato dos Trab. nas Ind. Extr. do Estado de Rondônia
Antonio Acácio Matos do Amaral
PRESIDENTE

Página 2

Edição de hoje: 14 págs

Fundado em 15 de abril de 1917

Porto Velho, quinta-feira, 23 de jun



Siteron denuncia CMR e pede investigações

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia, através de seu presidente, Antônio Acácio Moraes do Amaral, repudiou "a atitude tomada pela atual diretoria da Companhia de Mineração de Rondônia atrasando e retendo vencimentos e férias de alguns profissionais, enquanto não dá satisfação sobre o dinheiro conseguido na garimpagem de ouro, através de dez dragas, chegando a mais de 400 milhões de cruzados, e uma produção mínima de seis quilos, cada uma, ao mês".

"PAGAMENTO EM DOBRO".

De acordo com Antônio Moraes do Amaral, "no mês de junho deduziu o pagamento do pessoal pertinente ao primeiro dia útil do mês subsequente, decisão que fere totalmente a legislação trabalhista, podendo ser penalizada por isso com o pagamento em dobro".

Disse ainda o presidente do Siteron que nove funcionários da CMR, conforme uma inspeção normal do Sindicato, estão de férias, a partir de junho e, até agora não receberam. "Nenhuma posição nos foi dada até o momento, o que também acarreta no pagamento dobrado".

Ele pergunta: "Aonde estão as dez dragas que a empresa tem, avaliadas hoje em 400 milhões de cruzados. Se cada draga dessas tem uma produção mínima de seis quilos de ouro ao mês, onde está essa produção? Nenhuma conta foi prestada. Com esses números jamais se pode alegar que não há dinheiro para pagar os direitos de quem trabalha para a CMR. É sabido por todos que a estatal tem menos de 50 funcionários, sendo um absurdo, portanto, que sua folha de pagamento chegue a 9,9 milhões de cruzados, dos quais apenas 20 por cento são repassados pelo Governo do Estado".

AÇÃO POPULAR

Antônio Moraes do Amaral explicou que "caso a Assembléia Legislativa do Estado, que é um órgão fiscalizador, não tome nenhuma providência, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o Siteron se verá obrigado imediatamente a mover uma ação popular contra a CMR, porque achamos vexatória a atual situação, quando somos sabedores de que todo o calcário usado no Estado é oriundo do Sul do País, existindo em Rondônia a maior mina da região".

Ele acha curioso também que a CMR, "na sua área de administração, não vem correspondendo com a legislação pertinente, haja vista nos últimos 60 dias terem sido aplicados pela Delegacia Regional do Trabalho 26 laudos de infração trabalhista, redundando em alguns milhões de cruzados".

PRIVATIZAÇÃO

Entende o dirigente sindical ser hora de o "Poder Legislativo viabilizar uma concorrência pública para que a CMR seja privatizada, porque somente assim os agricultores do Estado serão beneficiados com o calcário de Rondônia. Repudiamos também o fato que aconteceu recentemente com o empregado da CMR, Luiz Roberto Lópes, diretor-secretário do Siteron, que, ontem, em reunião com o diretor Administrativo da empresa, Luiz Mendes, soube que parte de seu salário de junho, ainda em atraso, será parcialmente bloqueado, sem nenhuma justificativa, já que o valor correspondente à folha de pagamento está incluído o salário do Luiz Roberto integralmente".

Edição de hoje: 14 págs

Fundado em 15 de abril de 1917

Alto Madeira

Alto Madeira 1917 - 1988 71 ANOS

Preço do exemplar:
Capital: Cz$ 25,00
Interior: Cz$ 30,00
Brasília, Rio e São Paulo: Cz$ 40,00

Porto Velho, quinta-feira, 23 de junho de 1988

ANO LXXI Nº 19.552

mentar, telefonando em seguida para o secretário de Segurança Pública, dio para a imagem do Congresso, Lucena enviou também prontamente o tinha tóxicos em seu poder. "Eu considero o caso encerrado".

matérias transcritas dos jornais A Folha da Tarde, de São Paulo, e a Crítica, de Manaus, edições de 22 de junho de 1988

A FARSA DA JACUNDÁ

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SITERON, vem mais uma vez, através deste matutino repudiar atitudes criminosas, "CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO", praticadas abertamente pela MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, por intermédio do (GRINGO) IAN GORDON HALL DUN, que, após acordo com o SITERON, rompeu quando no dia 21.06.88, publicou a seguinte CIRCULAR INTERNA.

A VERDADE DOS FATOS

Tendo em vista o movimento de greve que o SITERON vêm deseqando introduzir na Mineração Jacundá, como mais uma manobra que vem tão somente criar cada vez mais maiores dificuldades para nossa mineração, vimos a presença de todos os funcionários a fim de esclarecer alguns pontos importantes

1. DISSÍDIO DE MAIO 88

O AUMENTO CONCEDIDO PELA MJL AOS SEUS FUNCIONÁRIOS NO DISSÍDIO DE MAIO/88 FOI BASTANTE SUPERIOR AQUELE SOLICITADO PELO SITERON E ESTABELECIDO NA CONVENÇÃO COLETIVA REALIZADA EM NOVEMBRO DE 1987.

A MINERAÇÃO JACUNDÁ, ALÉM DOS 24,93% QUE ERAM DEVIDOS, CONCEDEU MAIS 10% E MAIS 4% COM OS QUAIS O SITERON CONCORDOU PUBLICAMENTE, NA PRESENÇA DE TODOS OS NOSSOS FUNCIONÁRIOS.

a) Em Abril/88, o SITERON informou a nossa Administração que desejava tão somente que a Jacundá cumprisse a convenção, isto é, que calculasse o reajuste de Maio/88, na base do IPC acumulado de Out/87 a Abril/88, mais 4%, compensados os aumentos concedidos da URP e adiantamentos, isto transformado em número da o seguinte:

MESES	% IPC	% URP + ADIANT.
OUT/87	9,18	4,69 + 10,00
NOV/87	12,84	-
DEZ/87	14,14	9,19
JAN/88	16,51	9,19 + 10,00
FEV/88	17,96	9,19
MAR/88	16,01	16,19
ABR/88	19,28	16,19
ACUMUL	267,43	222,63

IPC + (URP + ADIANT) + 4% =
Reajuste da Convenção do SITERON.
Portanto: 267,43% + 222,63% =
20,12% + 4% = 24,93%
OBS: Para multiplicar ou dividir números percentuais (%) é necessário primeiro dividi-los por 100 e depois acrescentar o nº 1, por exemplo:
9,18% = 1,0918

b) A Mineração Jacundá concedeu, além dos 24,93%, mais 10%, mais 4%, que se calcula assim 1,2493 X 1,10 X 1,04 = 1,4292 = 42,92% com o que o SITERON concordou publicamente, na presença de todos os nossos funcionários.

c) Houve uma conversa de que outra Empresa Mineradora estaria concedendo 70% de reajuste. O SITERON nos mostrou uma xerox de telex confirmando, mas nunca mostrou para ninguém o que esta Empresa de fato deu aos seus empregados anteriormente, nem quais as datas base. Dependendo disto, o nosso índice de 42,92% pode ate ser maior do que os tais 70%. Portanto, isto pode ser apenas um jogo de números para confundir a todos. Nós não temos nada para esconder, por isto nossos números estão e sempre estiveram a disposição de quem quisesse verificar.

2. HORAS EXTRAS

AS HORAS EXTRAS E O REGIME DE REVEZAMENTO FORAM CORTADOS, ATENDENDO A IMPOSIÇÃO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT, POR PRESSÕES DO SITERON. ESTA MUDANÇA FOI REALIZADA ANTES DO ACORDO PARA O DISSÍDIO DE MAIO/88 (CIRCULAR DE 19.05.88).

a) O SITERON denunciava as horas extras como TRABALHO ESCRAVO, com estardalhaço nos jornais dizendo que assim estavam PROTEGENDO os empregados da Jacundá.

b) Como os empregados estão reclamando do SITERON, por esta tal PROTEÇÃO, resolveu então o Sindicato, reivindicar a integração das horas extras aos salários, o que entretanto foi negado pela Empresa por falta de apoio legal.

3. GREVE

O MOVIMENTO DE GREVE SURGIU SEM MOTIVO DEFINIDO, por tanto:

a) A Jacundá cumpriu integralmente as disposições da convenção coletiva

b) A Jacundá concedeu aumentos superiores ao previsto da convenção e aos solicitados pelo SITERON

c) A Jacundá aboliu as horas extras atendendo às determinações da DRT, por recomendação do SITERON.

d) A Jacundá sempre acolheu e examinou os pleitos de seus empregados, efetuadas diretamente ou por intermédio de Associações de Classe.

e) A Jacundá sempre estimulou o espírito de fortalecimento da classe trabalhadora como instrumento de diálogo para defesa legítima dos interesses de seus empregados.

SE NÃO HOUVE MOTIVO JUSTO PARA A GREVE, ENTÃO ELA É TOTALMENTE ILEGAL.

4 PARA MEDITAR

A MINERAÇÃO JACUNDÁ REITERA SEU EMPENHO E DISPOSIÇÃO EM MANTER UM PERMANENTE E FRANCO DIALOGO COM SEUS EMPREGADOS E COM AS ENTIDADES DE CLASSE QUE, RECONHECIDAMENTE, DEFENDEM OS LEGÍTIMOS INTERESSES DE SEUS ASSOCIADOS

a) A Jacundá repudia ações que tenham o objetivo de tumultuar e criar dificuldades para a empresa, com movimentos à greve sem razões bem fundamentadas.

O ingresso às suas instalações de forma intempestiva, como tem ocorrido recentemente por pessoas que procura promover desordens, é um procedimento incorreto.

b) A MJL entende que as entidades de classe e sindicatos devem ser instrumentos para manter e promover a paz e conquistas sociais, com reivindicações justas e realistas no interesse das classes trabalhadoras, e não como elemento perturbador do trabalho e da paz social que sempre estiveram presentes em seus setores de trabalho.

IAN GORDON HALL DUN
SUPERINTENDENTE GERAL DE MINA MINERAÇÃO JACUNDÁ

CONTESTAÇÃO:

Por ser desconhecedor da legislação pertinente, o senhor IAN, apesar de ter em mãos duas atas de negociação na esfera administrativa do Ministério do Trabalho, ainda teve a desonestidade de tentar incutir na cabeça dos trabalhadores da Mineração Jacundá Ltda, que o direito de greve é ilegal.

1. DISSÍDIO DE MAIO/88

Temos a esclarecer aos trabalhadores da Mineração Jacundá Ltda, que entraremos, amanhã, com novo processo de fiscalização para provar a profundade da irresponsabilidade do senhor IAN. Primeiro que nossa convenção coletiva data de 1987 e não de 1988 como ele discrimina a tal CIRCULAR INTERNA.

2. HORAS EXTRAS

Ratificamos a nossa posição de que realmente o trabalho em turno de 12 (doze) horas por período superior a 60 (sessenta) dias é trabalho escravo. Esclarecemos que não estamos recebendo pressão nenhuma dos trabalhadores da Mineração Jacundá LTDA e, sim total apoio porque nas leis brasileiras se estabelecido que: todo trabalhador tem o direito de 08 horas de trabalho, 08 horas para lazer e 08 horas para descanso. Agora, não sabemos se na Escócia ainda haja trabalho escravo, pois, é o país de origem do senhor IAN.

3. GREVE

O movimento de greve é tão responsável e definido que, para provar ao infeliz escocês, recebemos o Telex nº 0583/88 do SINDICATO NACIONAL DA INDUSTRIA DA EXTRAÇÃO DO ESTANHO, respondendo nossa solicitação, para uma negociação mais responsável por parte dos patrões, tendo em vista somente o GRINGO IAN entender que tudo é ilegal. Como resposta, afirmamos que ilegal é o trabalho escravo praticado até o dia 26 ou 27 de maio de 1988 pela MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, chega de tramóias, queremos é a nossa complementação salarial e mais nada. Para demonstrar responsabilidade suspendemos o movimento grevista, porem a LUTA continua.

4. PARA MEDITAR

Vamos ver se o GRINGO ESCOCÊS - IAN GORDON HALL DUN vai ter coragem de ratificar sua mediação junto as autoridades competentes, quando afirma repúdio à uma entidade classista. Finalizando, talvez o senhor IAN estivesse bêbado, porque confunde conquistas sociais e reivindicações justas, que é o objetivo principal do SITERON, com a continuação do trabalho escravo. Talvez por ser escocês deve entender mesmo é de degustar WHISKY.

ANTÔNIO ACÁCIO MORAES DO AMARAL
PRESIDENTE

Quinta-feira, 4 de fevereiro de 1988

Jacundá forja roubo e demite funcionário

Francisco Pereira, exibe ainda um relógio que ganhou quando foi eleito funcionário padrão. Veste-se humildemente e confessou à O IMPARCIAL ser analfabeto, o que supostamente, segundo ele, é a causa principal de vários problemas que tem enfrentado. De fala mansa e de pouca conversa, Francisco revela que seu cunhado é enteado do presidente da República, José Sarney, de quem sua sogra foi babá espécie de ama. Emocionado e demonstrando sua mágoa, Francisco relatou que no último dia 15 de janeiro quando se dirigia para Porto Velho para visitar seu cunhado por ocasião de uma folga regulamentar, ao chegar na guarita do setor Santa Bárbara, foi interpelado por dois milicianos que exigiam a apresentação de nota fiscal de 66 quilos de carne bovina, 2 quilos de carne suína, meio quilo de queijo, meio quilo de mortadela e meio quilo de calabresa. Francisco informou que não tinha, mas que iria providenciar uma autorização para retirar-se do local com seus pertences junto ao seu chefe, Antônio Pereira.

De imediato os milicianos disseram-lhe que não era mais necessário e que Francisco se dirigisse "ao quatro zero" onde deveria aguardar uma "carona" para Porto Velho. Acrescentaram que a carne que se encontrava em seu poder deveria considerar "perdida". Caso ele continuasse afirmando sua propriedade sobre o produto, seria submetido a espancamento e tortura que culminaria com a extração de todas as suas unhas para que nada relatasse sobre o ocorrido. Francisco tentou argumentar inutilmente e foi trazido a Porto Velho.

Chegando à Capital, os milicianos que o haviam ameaçado, conduziram-no sem qualquer explicação ao 5.º Distrito Policial onde apresentaram uma grande caixa de isopor contendo 21 quilos de carne bovina, 1 barra de queijo, 1 bola de mortadela e 5 quilos de calabresa que segundo os denunciantes havia sido roubada por Francisco, do Frigorífico da Mineração.

Francisco negou veementemente e contou aos policiais o que lhe havia ocorrido e da impossibilidade de ter praticado furto. De nada adiantou. Francisco foi preso e flagranteado por furto e sumariamente demitido, após oito anos de trabalho na Mineração Jacundá.

Amaral declarou que a família de Francisco, preocupada com sua demora, resolveu procurá-lo. A Mineração não soube informar seu paradeiro. A DRT e o Siteron foram acionados.

Francisco foi liberado após oito dias sob fiança, informou o presidente do Siteron, Antonio Amaral para quem o fato de os trabalhadores serem mantidos sob mira de escopeta mina, durante as refeições até no momento em que realizam necessidades fisiológicas demonstra claramente o clima de terror implantado no setor Santa Bárbara. "Trata-se de crime organizado. São várias as denuncias de torturas contra os trabalhadores. "Nossos associados estão sofrendo todo o rigor do Siteron e providências já estão sendo tomadas a respeito das 15 horas trabalhadas, das quais recebem apenas doze", além de outras irregularidades que estão sendo apuradas", sentenciou.

Para Amaral, Francisco é inocente " todos os esforços estão sendo envidados para provar que ele caiu numa armadilha armada pelos milicianos sobre quem pesam inúmeras acusações: Como pode um operário padrão, após oito anos de serviço numa mesma firma, tornar-se ladrão do dia para a noite", indagou garantindo que os culpados não permanecerão impunes.

O diretor administrativo do setor Santa Bárbara da Mineração Jacundá, Ruben Paim Sampaio, é um ex-coronel acusado de envolvimento em crimes e até com a explosão da bomba do Rio Centro.

Vários funcionários da Mineração Jacundá denunciaram a atuação de uma milícia na empresa, que comandadas pelo chefe da segurança, Antonio Neuvo Parisi, que espalham terror entre os trabalhadores. O cozinheiro especializado Benicio Souza Santos afirmou ter sido demitido apenas porque concordou em testemunhar em favor de Francisco Pereira, vítima do chamado "crime organizado" pelos milicianos, que após o submeterem ao "quatro zero" espécie de "delegacia" com cadeia e tudo) o encaminharam ao 5.º Distrito Policial acusando-o de haver furtado gêneros alimentícios da dispensa.

Francisco Pereira, que tem testemunhas de que adquiriu os alimentos em Itapoã do Oeste, explicou que o "quatro zero" é uma espécie de quarto de tortura, pelo qual já passaram vários trabalhadores. Benício Santos, por sua vez, afirmou que foi destratado por um miliciano, cujo "nome de guerra" é Pedro, que disse que "a comida servida não era para cristão e que o cozinheiro deveria cozinhar para a mãe". Benício Santos lastimou que esperar de não ter recebido a oferta foi demitido, após passar pelo "quatro zero".

Outro funcionário da empresa que tem certeza que será demitido é Raimundo Jardim Correia, que também concordou em testemunhar em favor de Francisco Pereira. Ele denunciou que recentemente foram detonadas cargas de dinamite próximo aos alojamentos, sem aviso prévio, causando intoxicação em vários trabalhadores, e que quase todos os dias, às 3h, os milicianos se dirigem aos alojamentos, acordando os trabalhadores para inspeção. Raimundo Correia está temeroso, porque os milicianos ameaçaram aplicar-lhe uma surra.

Os funcionários da empresa denunciaram como principal implicados nesses abusos os milicianos "Ramos", "Itamar" e "Mesquita", ex-policial militar com prisão preventiva decretada em São Paulo, que sempre traz na cintura um revólver Magnun calibre 38. Segundo os trabalhadores, os três milicianos estão constantemente envolvidos em espancamentos.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia — Siteron, Antônio Acácio do Amaral, afirmou que há cerca de um ano a situação na Mineração Jacundá era regular, mas os abusos começaram a ocorrer após assumir a diretoria administrativa da empresa o ex-coronel do Exército Ruben Paim Sampaio.

Vários funcionários da empresa afirmaram, também, que dia 16 de janeiro, após o incidente envolvendo Francisco Pereira, os trabalhadores compareceram ao refeitório, mas, se recusaram a jantar, em protesto à atitude dos milicianos. Na ocasião, em cada porta do refeitório permaneceram dois seguranças da empresa armados com revólveres e espingardas calibre 12, de canos cerrados.

O Siteron já encaminhou o caso à Delegacia Regional do Trabalho — DRT, à Delegacia de Polícia Política e Social — "DOPS" — da Polícia Federal, e à Ordem dos Advogados do Brasil — OAB. "O Siteron não se calará, irá em frente até as últimas consequências", afirmou Antônio Amaral.

Siteron denuncia ao povo e às autoridades de Rondônia campo de concentração nazista na Mineração Jacundá

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia (Siteron) vem, mais uma vez, a público para denunciar a prática de trabalho escravo e a coação permanente que estão submetidos os empregados da MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA no Setor Santa Bárbara, situado no km 196, da BR-364.

O terror e a pressão exercida sobre os trabalhadores são feitos mediante a utilização de uma milícia particular fortemente armada com armas de fogo de grosso calibre que exigem dos trabalhadores uma jornada de 12 (doze) horas ininterrupta, jornada esta proibida pela Legislação Trabalhista (CLT) mas que a Empresa vem impondo a seus empregados, não obstante a Delegacia Regional do Trabalho (DRT/RO) tenha já, por diversas vezes, constatado tal situação, autuando e multando a Mineradora. É também de se denunciar ao governo que as seguranças, a mando da Mineração utilizam para exigir dos empregados uma produção, além das suas possibilidades físicas. Nos últimos dias, o SITERON detectou que a Jacundá reduziu os salários dos empregados de maneira ilegal, o que gerou um clima de insatisfação geral por parte dos empregados, que vem roubando do SITERON, entidade Sindical reconhecida pelo Governo e que os representam legalmente e deve defender seus interesses perante as autoridades, para isto acusa no sentido de que seja reposto a parte dos salários que foi subtraída e arbitrariamente subtraída pela Jacundá.

O SITERON, como sempre de seu dever e de suas obrigações para com seus associados, tem levado ao conhecimento de todas autoridades Estaduais e Federais da Estado de Rondônia toda a barbaridade e opressão a que estão submetidos os empregados da Jacundá, solicitando sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de que sejam coibidos tais abusos. Entretanto, apenas a Delegacia Regional do Trabalho (Dr. Ruben Candido e Silva), tem agido dentro de sua área de competência, tomando as medidas na alçada da DRT/RO, fiscalizando e multando a Jacundá.

Ocorre que a Delegacia Regional do Trabalho não tem conseguido, sozinha, coibir os abusos que ocorrem na Jacundá, pois os grupos que administram a Empresa são ligados entre os empregados que de nada adianta a DRT multar a Empresa, pois, dinheiro é o que não falta a Jacundá para pagar as multas, e continuam destratando e roubando com seus abusos, numa verdadeira afronta às autoridades.

O SITERON entende que são necessárias providências energicas e urgentes da parte do Senhor Governador do Estado, que apesar de já ter tomado conhecimento de toda sua ação, nada fez até agora, em favor dos 900 (novecentos) trabalhadores, que somados a seus familiares totalizam 3 000 (três mil) pessoas que residem no Setor Santa Barbara, situado no km 196 da BR 364 e que têm sido vilmente explorados pelos grupos que administram a Jacundá e que desafiam as autoridades constituídas.

É preciso que a população e as autoridades conheçam a identificação e a ficha dos carrascos nazistas que comandam a Jacundá - Coronel Ruben Pavn Sampaio, gerente administrativo, famoso e até internacionalmente conhecido torturador de presos políticos do Regime Militar de 1964, hoje contratado a serviço dos grupos donos da Jacundá, para aplicar contra os trabalhadores ensinados e suas esposas os mesmos suplícios como torturador durante a ditadura. O Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, em seu livro "Brasil, nunca mais" teve comentários bastante esclarecedores sobre as aqora de tortura do Carrasco Ruben Pavn Sampaio durante a repressão. A Milícia da Jacundá é diretamente subordinada e recebe ordens deste carrasco.

-Tenente Antonio Alves Parsa, chefe da milícia particular da Jacundá, constituída de 80 milicianos, recebe ordens do carrasco Ruben Pavn Sampaio. É o homem encarregado direto pela aplicação dos métodos e das ideias do Coronel Pavn, no dia a dia, sobre os trabalhadores nos diversos setores de trabalho. Temido e odiado por todos os empregados da Jacundá pelo seu fisico e violências com que trata os empregados, espalhando o terror, forjando crimes e amedrontando diariamente os empregados.

- Ian Gordon Hall Dun, Superintendente Geral da Mineração Jacundá em Rondônia. É o homem que recebe as ordens e orientações diretas do exterior sobre como dirigir e proceder na Administração da Jacundá. Também muito temido e odiado por todos os empregados, que lhe atribuem a alcunha de "O Gringo nazista" pela sua crueldade e pela mentalidade medieval como administra aquela mineradora.

-Abeles Moraes Mendes, outro braço dos grupos, também remunerado a peso de ouro para enxugar, explorar e tirar o máximo possível de produção dos empregados. Foi recentemente deslocado da Mutum, no Rio de Janeiro, para reforçar o time em Santa Barbara, com ordens para estudar e implementar maneiras de camuflar e encobrir os desmandos e as atrocidades em Santa Barbara.

Fazem parte ainda do time da Jacundá e que se beneficiam a décadas de anos de maneira estranha em Santa Barbara e cuja ficha de trabalho escravo de humilde e desprotegidos trabalhadores, o Gringo Eric Champeons de La Bolay, francês, gerente do escritório da Jacundá em Porto Velho e o advogado Rodolpho Tocantins, espécie de assessor encarregado de arranjar as coisas perante os órgãos públicos nos momentos em que a Jacundá precisa fazer alguma traquinagem, é o homem encarregado de regularizar as ilegalidades praticadas pela mineradora. É também remunerado a peso de ouro.

O que causa mais espanto, ainda, é que a Jacundá recebe benefícios e incentivos fiscais de toda ordem da parte do governo, que utiliza para massacrar e explorar os trabalhadores, como por exemplo: Da SUDAM, da Secretaria de Saude/RO, etc..

A situação não pode continuar como está. É necessário que as autoridades, principalmente, o Senhor Governador de Rondônia, intervenha para por um fim a este Estado de Coisas, pois os trabalhadores não suportam mais os desmandos e a crueldade que estão submetidos.

Finalmente, cumpre ainda denunciar que o Sindicato está impedido de ingressar no Setor Santa Bárbara, para exercer qualquer contato com seus associados, pois a Administração tem interesse em esvaziar o estado Sindical, que tem procurado denunciar e conter os abusos praticados contra seus associados, procurando desmoralizar as filiações e denegrir, desacreditar e desmoralizar perante os trabalhadores, pois sabe que o Sindicato é o único instrumento de luta que os trabalhadores dispõem para reaver os direitos que estão submetidos. Os carrascos da Jacundá procuram impedir o acesso do Sindicato no Setor Santa Barbara, para evitar isto, impedindo que o Sindicato tome conhecimento das violências e arbitrariedades que cometem contra os trabalhadores, dando a entender que o Sindicato não trabalha pelos seus associados e, portanto, não devem se sindicalizar.

Para que se tenha uma maior clareza do que é da audácia e dos abusos dos carrascos da Jacundá, até mesmo os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho vêm encontrando resistência para exercer a fiscalização, que é assegurada em Lei, pois grande é a barreira imposta ao acesso dos fiscais as dependências da Empresa, tendo o Delegado Regional do Trabalho que recorrer a Polícia Federal para garantir o acesso e a fiscalização do trabalho na Jacundá.

O SITERON chama por providências imediatas por parte das autoridades competentes.

ANTÔNIO ACÁCIO MORAES DO AMARAL
PRESIDENTE

ALTO MADEIRA 05/07/88

"Colônia de escravos" em Mineradora

O delegado Ruben Cândido, da Delegacia do Trabalho em Rondônia, atendendo a várias denúncias do Sindicato dos Empregados em Empresas de mineração do Estado, esteve na localidade de Santa Bárbara, onde está localizada a mina da Mineradora Jacundá, constatando que: "Realmente, as denúncias têm fundamento, pois deparei-me com uma verdadeira milícia particular no local". As denúncias formuladas pelo Sindicato, eram quanto as perseguições, maus tratos, espancamentos, e até assassinatos, ocorridos naquele local, pela "Segurança" da Companhia.

Ruben Cândido disse: "Os operários desta empresa estão trabalhando como escravos, debaixo da mira dos "Seguranças", que possuem armas de grosso calibre, inclusive escopetas e que os elementos da "Milícia particular", chamados de "segurança" não tem a mínima condição de trabalharam na função, e muito menos portarem armas, eles não recebem nenhuma orientação adequada para o serviço, porém, com suas presenca armadas, coagem os operários que ali residem e trabalham, bem como a seus familiares a trabalharem num regime em que mais parece uma colonia de escravos". Em contato com vários funcionários da empresa, esta insiste em manter a sua "Milícia", alegando que é para proteção de seu patrimônio, era verdade, é muito mais um instrumento de coação, do que, uma segurança". "Nós já entramos em contato com o delegado Euripedes Miranda Botelho, Secretário da Segurança Pública, no sentido de averiguar o caso, pois, parece-me que a empresa não é legalizada no aspecto de manter uma guarda de segurança, além de também constatar à Polícia Federal, para a abertura do competente inquérito, para averiguações, e a Delegacia do Trabalho, não abrirá mão da sua prerrogativa, ou seja, estaremos sempre vigilantes, para punir as empresas que desrespeitarem a lei trabalhista, e tudo faremos para acabar com estes verdadeiros "Campos de concentração" em nosso Estado, concluiu Ruben Cândido, delegado do Trabalho do Estado de Rondônia

Mais uma na Jacundá:

Irresponsabilidade e covardia importada

Nós, trabalhadores nas Indústrias Extrativas no Estado de Rondônia, temos repudiar atitudes tomadas pelos Srs YAN GORDON HALL DUN e TIMMOTHY GEORGE HENDERSON, que expulsaram do setor Santa Barbara, no dia 15/06/88, a Comissão de Negociação do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias do Estado de Rondônia - SITERON, a comissão que e composta por mun Presidente do SITERON Antônio Acácio Morais do Amaral, o Diretor-Social Claud Carpina da Silva e Clovis Santana de Carvalho, Edson José Ferreira e Epitácio Raposa Filho, membros da comissão, sendo que os três ultimos foram escoltados pelos Srs Antônio Parise & Cia e agredidos fisicamente pelo Sr. YAN GORDON DALL DUN que chegou a apresentar um Diploma legal de sua melcia. dizendo ter sido expedido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, o que vamos averiguar a veracidade Após séria discussão publica conseguimos sensibilizar o Sr. Alcides de Moraes Mendes com a seguinte proposta que ficariam no setor apenas Claud Carpina. Por volta das 16:00 horas hoin e uma Assembléia Geral dos Trabalhadores que deliberaram pela paralisação parcial da produção (Mina de Extração de Cassiterita). Daí houve então o pior quando fomos convidados também a nos retirar, e conforme informação da própria Segunça, logo após ultrapassarmos a cancela escoltados por uma pic-up do setor da melcia, foi quando todos os participantes da Assembleia dos Trabalhadores, foram obrigados pelo Sr. TIMMOTHY GEORGE HENDERSON a permanecerem no mesmo local, mandou chamar um ônibus e o Sr. YAN GORDON HALL DUN, quando então foram desmoralizados, obrigados a trabalhar a força e os que não aceitaram a imposição então sob ameaça de demissão. Denunciaram os trabalhadores a mim ontem no setor Santa Bárbara, onde fui obrigado a entrar sozinho no Setor, pois uma vez o Sr. YAN GORDON HALL DUN, expulsou os demais componentes da Comissão de Negociação. Estamos reivindicando complementação salarial de 18 94% e 17,68% da URP de Jun/88, totalizando 39 97% Devemos esclarecer que não vamos admitir que gringo nenhum venha desmoralizar trabalhadores humildes sob nossa responsabilidade afirmando em público que brasileiro, é safado, mentiroso e ladrão. Para tanto já sobestamos ao nosso Departamento Juridico "UM PEDIDO DE EXPLICAÇÃO EM JUIZO". Queremos saber porque eles casam, bonzam, e nada assumem. Ja comunicamos a empresa através de telex que se não obtivermos sucesso na DRT/RO hoje as 17:00 horas na esfera administrativa que optamos pela paralisação total a partir do dia 17/06/88.

Antônio Acácio Morais do Amaral
PRESIDENTE - SITERON

DRT multa Jacundá por insegurança

Por não estar cumprindo normas de segurança do trabalho no setor de Santa Bárbara, onde explora uma jazida de cassiterita, a Mineração Jacundá foi multada anteontem pela Delegacia Regional do Trabalho em Cz$ 600 mil. A DRT aplicou a multa à Jacundá, que é associada da Companhia Estanífera Brasileira - Cesbra, depois que seus fiscais constataram, nas diversas vezes que estiveram no setor Santa Bárbara fazendo inspeção de rotina, que dezenas de pessoas estavam trabalhando sem as mínimas condições de segurança. Só este ano, a Jacundá já foi multada diversas vezes pela DRT por infrações trabalhistas.

Por outro lado, a Polícia Federal comunicou a DRT que já está em andamento o inquérito aberto, a pedido da Delegacia Regional do Trabalho. Para apurar uma série de denúncias de empregados da Jacundá sobre excessiva jornada de trabalho a que são submetidos, "sob pressão psicológica" da polícia particular que a mineradora mantém na área. De acordo com as denúncias apuradas pela DRT e que deram origem ao inquérito da Polícia Federal, os empregados do setor Santa Bárbara chegam a trabalhar até 12 horas diariamente, sob ameaças de serem demitidos.

ESTADÃO

Política sindical

Salário-emprego-economia compõe o painel que está sendo debatido, desde ontem no auditório do Palácio Presidente Vargas sobre Política Sindical, promovido pela Secretaria do Trabalho e Promoção Social. O titular da Setraps, Djair Prieto proferiu a primeira palestra abordando a questão trabalhista e a promoção social em Rondônia. Segundo o secretário, *as palestras vêm ao encontro das perspectivas dos trabalhadores e empresários, no que concerne a negociações mais justas e condizentes com a realidade nacional.* O 1º painel sobre Política Sindical será encerrado hoje. (PÁGINA 5)

ação de
o atinge
78 %

Inflação de maio foi de segundo divulgou ontem u a Fundação Instituto n de Geografia e Esta-

Federal investiga a escravidão na Jacundá

A Mineração Jacundá foi multada pela Delegacia Regional do Trabalho em Cz$ 600 mil, porque não está obedecendo normas de segurança de trabalho na sua jazida de cassiterita no setor Santa Bárbara. Depois de várias vezes advertida pelos fiscais da DRT, a empresa acabou sofrendo a multa, até porque é reincidente. Por outro lado, a Polícia Federal comunicou a DRT que já está em andamento o inquérito que abriu contra a Jacundá para apurar denúncias levantadas pela Delegacia do Trabalho, sobre a excessiva jornada de trabalho a que os empregados da mineradora são submetidos no setor Santa Bárbara. *PÁGINA 8.*

ALTO MADEIRA Porto Velho, sexta-feira, 08 de abril de 1988

Siteron solicita à DRT investigação em estatal

O presidente da Companhia de Mineração de Rondônia, Reinaldo Redorate, em reunião marcada para às 16 horas do dia 13, na Delegacia Regional do Trabalho, nesta Capital, prestará declarações perante o delegado Ruben Cândido e Silva sobre possíveis irregularidades denunciadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia, entre elas o pagamento da URP abaixo do valor real.

Em ofício de número 087 de 05 de abril, o Siteron solicita que a Delegacia Regional do Trabalho proceda uma fiscalização, na Companhia de Mineração de Rondônia, situada à BR-364, quilômetro 3, no Bairro da Lagoa.

O Siteron, além da aplicação da URP a menor, vê outras infrações como congelamento da gratificação de férias, congelamento da gratificação contratual, falta de recolhimento de encargos sociais e trabalhistas, aumento da carga horária semanal, subtração de regalias - café, água potável, etc - subtração de material de higiene nos banheiros e sanitários; subtração do pagamento das férias, conforme a legislação pertinente, , pagamento das horas extras com valor inferior ao estabelecido em acordo coletivo e vários empregados com férias em dobro.

O GUAPORÉ

Editor-Chefe: CLÁUDIO JERÔNIMO — Porto Velho (RO), 09 de Março de 1988 N.º 17.258 — Cz$ 20,00

Justiça apura "escravidão" na Jacundá

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça já está apurando as denúncias de "escravidão branca" no setor Santa Bárbara, da Mineração Jacundá. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia continua aguardando um pronunciamento das autoridades competentes. Segundo o secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, José Fernando Cirne Richenberg, acaba de enviar ofício ao presidente da seccional de Rondônia, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Heitor Magalhães Lopes, comunicando que o processo sobre a questão tramita normalmente. A OAB rondoniense espera a conclusão do inquérito instaurado pela Polícia Civil, para desvendar o mistério das "milícias privadas", que continua apavorando os garimpeiros do cassiterita, principalmente. (PÁGINA 3).

Aberto processo para apurar as torturas na Jacundá

O secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, José Fernando Cirne Eichenberg enviou ofício ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB-RO, Heitor Magalhães Lopes, comunicando que já foram transmitidos telex para o secretario de Segurança Pública Euripedes Miranda Botelho, bem como ao diretor geral do Departamento de Polícia Federal Romeu Tuma, solicitando remessa imediata de infomações sobre as denúncias levantadas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas do Estádo de Rondônia a propósito de tortura que vem sendo implantada pelo setor de segurança da Mineração Jacundá, localizado na zona de Mineração de Santa Bárbara.

No documento, José Eichenberg diz que para melhor acompanhamento do caso, foi determinada a abertura de processo no âmbito do Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e que dentro dos próximos dias estara fazendo um levantamento completo da situação em que vive os trabalhadores da zona de Santa Bárbara.

AS TORTURAS

Os trabalhadores da mineradora eram obrigados a exercerem qualquer função sob a mira de armas de grosso calibre empunhadas por funcionários do setor de segurança que chegavam inclusive, a aplicar práticas de torturas para intimidar e coagir os mineiros.

Por outro lado, Heitor Magalhães disse que está aguardando a conclusão do inquérito instaurado pela Polícia Civil, onde serão enquadrados na forma da lei aqueles que vem patrocinando esse tipo de horror contra os trabalhadores da zona mineral de Jacundá.

4 • 1º caderno • segunda-feira, 29/2/88 Nacional

Governador de Rondônia demite irmão de criação do presidente

Benedito pede ajuda a Sarney para ser admitido novamente

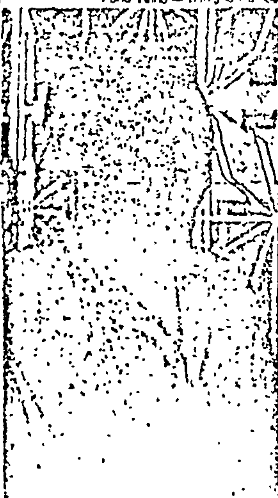
Luís Roberto da Cruz

PORTO VELHO — O [illegible] de Rondônia contemplou, na semana passada, [illegible] irmão de criação e afilhado do presidente José Sarney com sua inclusão numa lista de 873 servidores demitidos por [illegible] concurso [illegible] 17 de maio de 1986 pelo então governador [illegible] Ângelo Angelin (PMDB), por intervenção direta de Sarney, o maranhense Benedito Costa Martins, de 42 anos de idade, se considera [illegible].

[illegible] que a Secretaria de Administração [illegible] do concurso, Benedito [illegible] que era [illegible] da Secretaria do Interior e Justiça, com salário de CZ$ [illegible], recorreu à Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho, em Porto Velho, [illegible] e [illegible] de [illegible] trabalhadores [illegible] telegrama [illegible] para os ajudantes de ordens de seu padrinho, no Palácio do Planalto.

A demissão é [illegible] a licença que Benedito obteve para tratamento de uma infecção [illegible], seguido [illegible] de Recrutamento e Seleção, da Secretaria de Administração, que estranha a [illegible] já que os aprovados do concurso tiveram 24 horas de prazo, após a aplicação das provas, nos dias 15 e 16 de agosto de 1987, para apresentar uma justificativa. E Benedito não se [illegible].

Ex-capataz da Mineração Oriente Novo no setor Jacundá, a cem quilômetros da capital, de onde diz ter saído, em 27 de janeiro de 1986 após sofrer duas ameaças de morte do chefe da milícia particular da empresa, Carlos Alberto Mendes de Mesquita, o afilhado de Sarney está sendo assessorado por [illegible] Morais do Amaral, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia, [illegible] quando trabalhava na mineradora. Em defesa de seu cliente, o [illegible] [illegible] concurso [illegible] porque o governo [illegible]



Porto Velho — [illegible] Ramos

Benedito quer a readmissão

[illegible] em desrespeito aos artigos 9 e 468 da CLT, além da emenda à Constituição de Rondônia, que garanto estabilidade no emprego a todos os servidores admitidos até 31 de dezembro de 1986.

Desquitado e com oito filhos — a mais nova, uma menina de três meses, cuja mãe é sua atual companheira —, Benedito, a cada dia, enxerga menos com o olho esquerdo, sempre [illegible] e lacrimejando. "Sei que é uma infecção. O médico pediu que eu voltasse lá, mas fui demitido e perdi os benefícios da previdência estadual." A cada vez que descreve sua situação de desempregado, revela mágoa com o governador Jerônimo Santana (PMDB): "Distribuí santinhos na campanha dele para prefeito de Porto Velho, em 1985, e fui até punido pela mineradora com dois dias de suspensão, porque meu chefe apoiava o candidato do PFL. O Jerônimo [illegible], disse-me que era para procurá-lo depois da eleição que ele me daria umas telhas. Não o procurei. Sempre votei nele e, agora, recebo como gratificação uma justa causa."

Nas histórias, até uma surra que ele levou do padrinho

Nos tempos da ditadura, José Sarney era senador a serviço do regime. Benedito, que desde os oito anos de idade morava com a família do desembargador Sarney Costa e acompanhara a trajetória do irmão de criação e padrinho desde a época de deputado estadual, profetizou para a madrinha: "Mãe Kiola, padrinho ainda vai ser presidente do Brasil." Ela desconversou: "Ele não pode ser, porque não serviu o exército."

Benedito Costa Martins é sempre atração onde se encontra, pelas histórias que tem para contar sobre a família presidencial, com quem morou até os 20 anos na antiga casa do Largo Santiago, em São Luiz. "Minha mãe foi criada pelo desembargador em São Bento, perto de Pinheiro, onde o presidente nasceu. Quando eu tinha oito anos, mãe Kiola pediu para me criar", conta, fala mansa, relembrando ter ficado órfão de pai ainda muito pequeno.

Chamado de Negrinho por Sarney, Benedito rememora com orgulho que foi o primeiro a tomar conta do hoje deputado constituinte Sarney Filho. "Quando fui morar com mãe Kiola, padrinho era casado fazia pouco tempo e tinha apenas o Fernando." Dos dois irmãos do presidente Evandro e Conceição, a Conci, era com o primeiro que Benedito tinha mais contato: "A gente jogava futebol de prego, tocando a bolinha com o dedo sobre uma tábua e apostando. Ele entrava com dinheiro e eu com nada. Se eu perdesse a partida, não pagava nada, mas se vencesse ganhava a grana. Dona Aglaé, mulher dele, não gostava."

Ainda que sempre bem tratado pelo padrinho, um dia, Benedito não escapou de uma surra: "Mãe Kiola também criava Mazinha, com quem uma vez briguei. Fiz uma instalação elétrica lá no quintal para pegá-la e quando ela foi apanhar a boneca, tomou um choque. Eu estava lavando o carro do padrinho na calçada e ele chegou exatamente na hora e deu-me duas cinturãozadas."

De outra feita, Benedito, embora não tenha apanhado, passou por apuros com a polícia: "Padrinho tinha ido a uma festa no Palácio dos Leões e eu fiquei lá fora, cuidando do carro. Estava com sono e dormi no banco traseiro. A polícia pensou que eu fosse um menino de rua e me levou para a central. Só depois de muito choro e um telefonema para o 1.249 — que ainda me lembro — é que souberam quem eu era e me soltaram".

Emocionado, fala da religiosidade e filantropia da família Sarney: "Mãe Kiola dava comida para os cegos e aleijados na Semana Santa e no Natal. Dava tudo que um pobre tem precisão". Quando criança, o hoje agnóstico Benedito freqüentava a Igreja da Assembléia de Deus e até tentou aliciar dona Kiola para a sua religião. "Ela não arredou pé do catolicismo, sempre foi muito religiosa", recorda-se.

Entre os atuais orgulhos de Benedito estão duas fotos: uma é a miniatura dos retratos institucionais de gabinetes, com breve dedicatória de Sarney, datada de 11 de dezembro de 1965; a outra, tirada no mesmo dia nos corredores do Palácio Alvorada, mostra Benedito entre dona Kiola e o presidente. Foi nessa ocasião que ele pediu a intervenção do padrinho para ingressar no serviço público. "Madrinha ainda perguntou se eu queria no Maranhão, mas preferi aqui, porque já tinha um terreno e estava querendo fazer minha casinha. Padrinho, depois, deu-me CZ$ 10 mil e isso ajudou muito; era tempo do cruzado e as coisas eram todas baratinhas".

O cruzado passou, Benedito vive em sua casa de seis cômodos no Jardim Bela Vista, um bairro da periferia de Porto Velho servido apenas por linha de ônibus e energia elétrica, não tem dinheiro, arrisca-se a ficar cego e sonha com a readmissão: "Padrinho pode conseguir isso, mas Mãe Kiola pode sofrer um abalo sabendo que estou sem emprego".

ESPAÇO [illegible] SÃO LOURENÇO [illegible]

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
VALEC — ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
AVISO DE ADITAMENTO Nº 01
EDITAL Nº 05/88
VALEC — ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. [illegible]

Edição de hoje: 12 págs.
Fundado em 15 de abril de 1917
Porto Velho, terça-feira, 23 de fevereiro de 1988

Benedito é irmão de criação do presidente José Sarney

Funcionário demitido quer ser recontratado

O motorista Benedito Martins, funcionário do Governo Estadual e lotado na Secretaria do Interior e Justiça, está procurando uma justificativa para a demissão comunicada *semana passada* e exige sua readmissão. Ele conta . que em maio do ano passado foi admitido para *trabalhar no* Estado. Sua indicação veio diretamente do presidente da República, José Sarney, com quem *foi criado* no Maranhão. "Somos como irmãos, porque a mãe do presidente, dona Quiola, é *minha mãe de* criação e minha madrinha", diz ele com entusiasmo.

Benedito não fez concurso porque disseram que não era necessário. "Eu *estava liberado*" acrescenta, informando que lhe disseram, na época, que estava com todos os *documentos em dia* e tinha instrução de acordo com a função". Preenchia todos os requisitos e não precisava do concurso". Agora sem qualquer *motivo, foi demitido* por justa causa e diz que não há nada que alguém prove contra ele e pede ao *Governo do Estado* a reintegração imediata.

Benedito Martins procurou apoio jurídico no *Sindicato dos Trabalhadores* nas Indústrias Extrativas, categoria da qual fazia parte antes de ir trabalhar *no Governo* e através do Siteron, encaminhou ofício ao presidente Sarney comunicando a *irregularidade trabalhista*, uma vez que seu contrato com o Governo é legal. Ele aproveitou para criticar *o governador* Jerônimo Santana ao afirmar que na época em que fazia campanha para prefeito - em 1985 - *era seu* cabo eleitoral e deixou de comparecer ao trabalho por dois dias, tendo sido suspenso, e lamenta! "Hoje ele me dá essa gratificação".

O GUAPORÉ

Porto Velho (RO) — Sábado, 13 de Fevereiro de 1988 N. 17.230 15 CRUZADOS

Na Jacundá, gringo cancela assembléia e faz pressões

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, Antônio Acácio Moraes do Amaral, enfrenta mais uma vez as dificuldades impostas pela Mineradora Jacundá Ltda., para a organização dos trabalhadores ligados ao SITERON. Ontem, demonstrou bastante indignação com a autação do Sr. Eric Champeaux de La Boulaie (GRINGO), que cancelou a Assembléia Geral, já previamente convocada nos jornais, inclusive através da Rádio Nacional de Brasília.
No dia 27 de janeiro, em reunião realizada na Mineração Jacundá Ltda., setor Santa Barbara, entre o presidente do SITERON, sub-delegado Regional do Trabalho e dois agentes da Polícia Federal, e o Diretor Administrativo da Mineradora Rubens Paim Sampaio, ficou deliberado que a Assembléia seria realizada em dois turnos para absorver todos trabalhadores, independente do turno. Na ocasião, o diretor que respondia pela empresa, se prontificou inclusive em ceder o auditório do colégio existente no interior da Mineradora para a realização da Assembléia.
Ontem, o SITERON recebeu um ofício assinado, não pelo diretor da empresa, e sim por um gerente, avisando da impossibilidade da realização da Assembléia. Antônio Amaral, ratificou o que já havia denunciado anteriormente, que há um sistemático boicote ao sindicato, e o trabalhador que persistir na idéia de filiar-se ao sindicato, é demitido e em alguns casos presos por uma milícia paramilitar que presta serviços de segurança à empresa.
A empresa já foi vistoriada pela Polícia Federal e DRT, quando segundo Amaral, foi constatado a presença de uma força paramilitar que atua ilegalmente como segurança, fortemente armados, portando armas de grosso calibre, utilizadas rotineiramente para intimidar os trabalhadores e afastar do sindicato, o que a empresa considera "persona non grata". As irregularidades apontadas pela Polícia Federal serão apuradas a partir de Brasília, segundo informações colhidas no SITERON e da parte da DRT, a visita resultou na aplicação de duas multas num total de 226 mil cruzados.

Para finalizar diz Antônio Amaral, que a Mineradora não vem cumprindo com o acordo celebrado no mês de novembro/87 na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, pois se essa tendência continuar, teremos forçadamente que tomar medidas severas em benefício da unicidade do SITERON.

Sexta-feira, 12 de fevereiro de 1988

Siteron protesta contra mineradoras em Rondônia

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia (Siteron) encaminhou esta semana documentos aos ministros Paulo Brossard (Justiça), Almir Pazzianotto (Trabalho) e ao presidente José Sarney denunciando irregularidades e arbitrariedades que a Mineração Jacundá — subsidiária da British Petrolium — vem praticando contra seus cerca de mil empregados da área de exploração de cassiterita do setor Santa Bárbara no km 106 da BR-364 (Porto Velho).

Segundo o presidente do Siteron Antônio Acácio Moraes do Amaral que recentemente esteve nas dependências da Jacundá acompanhado de fiscais da Delegacia Regional do Trabalho e de agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal, "As evidências indicam a exploração do trabalho escravo. Os empregados exercem suas atividades sob mira de escopetas da polícia paramilitar de empresa, e frequentemente são presos, torturados e demitidos sem qualquer direito trabalhista".

Na íntegra o telex:

Exmo. Sr.

Ao Exmo. Senhor Presidente do Sindicato Nacional na Indústria da Extração do Estanho

Este Sindicato, empenhado na defesa dos interesses dos trabalhadores nas indústrias extrativas do Estado de Rondônia, não tem poupado esforços no sentido de obter, dos empresários do setor, o apoio ao pensamento já manifestado pela grande maioria dos nossos filiados, em favor de caminharmos ombro a ombro. Entretanto, são grandes as dificuldades que estamos enfrentando. Diversas denúncias e até mesmo grupo de pessoas sob o comando administrativo da Mineração Jacundá Ltda, desvirtuando tudo aquilo que foi tratado com honestidade na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp no mês de novembro/87, alterando completamente aquele ambiente entre o Siteron e a vossa filiada Mineração Jacundá Ltda. E pelo que podemos observar, é que a Mineração Jacundá Ltda nos levará a tomar medidas que estão fora do nosso acordo de cavalheiros para que possamos chegar aos nossos objetivos. Comunicamos também que estamos realizando um grande esforço junto aos trabalhadores com a finalidade de chegarmos a um denominador comum sem prejuízo para a Mineração Jacundá Ltda. Para tanto, chamamos a atenção do estimado presidente para a necessidade de uma ação conjunta urgentemente junto à Mineração Jacundá Ltda e Mineração Oriente Novo S/A que também misteriosamente após termos acertado as filiações substancialmente foram suspensas. Ratificamos ser imprescindível esses esforços que estamos solicitando ao efusivo presidente, pois se essa tendência não for confirmada, teremos forçadamente que tomar medidas severas em benefício da nossa unicidade, que poderá resultar em prejuízo para as empresas supracitadas. Aprazmos reiterar nossos agradecimentos pela gentileza de V. Exa. e no aguardo de vossa compreensão, estimamos apreço, ao tempo em que desejamos pleno êxito.

Cordialmente,

Antonio Acácio Moraes do Amaral

Presidente

Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia — Siteron.

O GUAPORÉ

...rto Velho (RO) — Sexta-Feira, 5 de Fevereiro de 1988 N.º 17.233 — Cz$ 15,00

OAB exige a investigação das torturas na Jacundá

O cozinheiro Benício Souza Santos disse ontem que foi demitido da Mineração Jacundá, "só porque concordei em testemunhar a favor de Francisco Pereira, vítima do chamado "CRIME ORGANIZADO", praticado rotineiramente pela milícia privada da mineração". Francisco Pereira é um dos funcionários da Jacundá, preso no 5.º Distrito Policial, por roubo forjado pelos jagunços da mineração, como denuncia o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia — Siteron, Antônio Acácio Amaral, que responsabiliza o diretor-administrativo da empresa, ex-coronel do Exército, Ruben Pam Sampaio, pela situação desesperadora dos funcionários. O quarto de tortura mantido no setor de mineração — o "Quatro Zero" —, onde o chefe de segurança, Antonio Neuvo Parisi, também foi denunciado pelo presidente do Siteron.

São acusados como principais organizadores das falsas acusações, para possível extorsão e tortura, os ...lcianos Ramos, Itamar e Mesquita — este último foi denunciado, inclusive, pelo líder clasista e mais quatro funcionários da própria empresa, como sendo ex-policial militar, com prisão preventiva decretada em São Paulo. "Ele, certamente, é o pior dos milicianos, e porta sempre um revólver "Magnum", calibre 38", disse um empregado, que não quis se identificar, dizendo temer represárias.

...rige

...e

...ça

...las denún-
...prensa pelo
...trabalhado-
...as Extrati-
...de Rondô-
...nia, sobre o terror e a tor-
...tura que vem sendo im-

OAB REPUDIA

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional de Rondônia, Heitor Magalhães Lopes, à propósito da questão, que considerou deprimente, enviou ontem telex ao secretário estadual de Segurança Pública, Eurípedes Miranda Botelho, solicitando a abertura imediata de processo criminal para apurar os fatos.

Heitor Lopes remeteu telex da OAB/RO, com o mesmo teor ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao superintendente da Polícia Federal em Rondônia, pedindo a investigação, para elucidação da questão. O presidente da OAB/RO, contesta o regime de escravidão branca, e pede até a apreensão das armas usadas pela mineradora, bem como o indiciamento de todos os envolvidos no assunto. (PÁGINA 3 e 7).

...cebido.

Heitor pede ainda ao Secretário, a apreensão imediata das armas usadas pela mineradora bem como o indiciamento de todos aqueles, que por ventura vierem a ter seus nomes citados, no inquérito policial, pois agindo dessa maneira, a Polícia estará impedindo que casos semelhantes venham a ocorrer em outros setores que praticam a mesma atividade;

Ex-coronel e carrasco da Mineradora Jacundá

As torturas, ameaças e uma espécie de clima de terror entre os funcionários da Mineração Jacundá, que trabalham no setor Santa Bárbara, no quilômetro 106 da BR-364, passaram a ser impigidos com mais intensidade desde que assumiu a direção administrativa da empresa o ex-coronel do exército, Rubens Pain Sampaio. O ex-coronel, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia - Siteron, Antônio Acácio do Amaral, que vem denunciando a empresa, é o principal responsável pelos maus tratos aos seus funcionários, "praticados por um verdadeiro exército de homens armados".

O ex-coronel Ruben Pain Sampaio é acusado também, ainda por Antônio Acácio Amaral, de querer transformar a área de mineração numa "espécie de quartel". Alguns empregados da mineradora tem denunciado ao sindicato da classe, segundo Antônio Amaral, "que são acordados, todos os dias, durante a madrugada para serem submetidos a inspeção. O alojamento de todos os funcionários, todas as madrugadas, passa por revistas. Dia desses, os integrantes da milícia particular chegaram a estourar várias bombas de dinamite perto do alojamento dos trabalhadores, sem aviso prévio, causando intoxicação em vários deles", disse o sindicalista.

Os principais implicados nos abusos cometidos contra os trabalhadores, segundo as denúncias recebidas pelo Siteron, são os homens conhecidos por "Ramos", "Itamar" e "Mesquita", todos integrantes do "exército" particular da mineração. "Mesquita", por sinal, seria um ex-integrante da Polícia Militar de São Paulo, com prisão preventiva decretada pela justiça, por crime de homicídio. "Esse Mesquita e os outros dois estão constantemente envolvidos em espancamentos e sevícias aos trabalhadores", disse Antônio Amaral. O "exército" particular da mineração é dirigido por Antônio Nouvo Parisi, o principal responsável pelos maus tratos aos trabalhadores.

Além das torturas e perseguições, os trabalhadores, principalmente os mais antigos, segundo o presidente do Siteron, passaram a sofrer outro tipo de abuso nos últimos dias: acusações infundadas de crimes que não cometeram para que, depois de execrados, inclusive pela polícia, sejam demitidos sem receber os direitos trabalhistas. Esse foi o caso do cozinheiro Francisco Pereira, de 46 anos, demitido na semana passada, após oito anos de serviço prestado a empresa, onde chegou a ser eleito, em 82, como funcionário padrão, sob a acusação de roubar mercadorias do refeitório.

Outro cozinheiro, Benício Souza dos Santos, afirmou à diretoria do Siteron ter sido demitido única e exclusivamente porque testemunhou em favor de Francisco Pereira, desmentindo que ele fosse ladrão e que o tivesse visto roubando as mercadorias. Benício Souza dos Santos, assim como Francisco Pereira, disse ter sido submetido a sevícias no "quatro zero", uma espécie de quarto de tortura, pelo qual já passaram vários trabalhadores. Benício afirmou também ter sido ofendido moralmente por um integrante do "exército" da mineração, cujo nome de guerra é Pedro. "Ele disse que a comida era ruim, que eu deveria cozinhar para minha mãe", contou o cozinheiro Benício, admitindo que foi demitido, após passar pelo "quatro zero", mesmo sem ter revidado a ofensa. "Eu creio que a demissão e os espancamentos foram porque eu testemunhei em favor de Francisco Pereira" afirmou.

Outro funcionário marcado para ser demitido, por ter testemunhado em favor de Francisco Pereira, é Raimundo Jardim Correa. Ele denunciou as explosões de dinamite próximo ao alojamento dos trabalhadores, sem aviso para que eles saíssem do local. "Além do risco, vários ficaram intoxicados pela pólvora", disse Raimundo.

O presidente do Siteron, Antônio Amaral, informou que encaminhou todas as denúncias à Delegacia Regional do Trabalho de Rondônia - DRT -RO, à Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS - da Polícia Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. "O nosso sindicato não se calará e irá em frente até as últimas consequências", afirmou Antônio Amaral.

Porto Velho, terça-feira, 09 de fevereiro de 1988 ALTO MADEIRA

SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO
ESTADO DE RONDÔNIA - SITERON

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia - SITERON, no uso de suas atribuições legais e estatutárias convoca todos os trabalhadores nas INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO DO ESTANHO, a comparecerem na ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA a ser realizar no dia 13. de fevereiro de 1988, às 20:00 horas nas dependências do auditório do Colégio Pitágoras, sito no setor Santa Bárbara na MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA.

Em 1ª e 2ª convocação, respectivamente na forma da legislação vigente, para deliberar a seguinte ordem do dia.

1 - Amplos esclarecimentos sobre a recente Convenção Coletiva de Trabalho, firmada com o SINDICATO NACIONAL DA INDUSTRIA DA EXTRAÇÃO DO ESTANHO.
2 - Conscientização as filiações ao SITERON.
3 - Assuntos gerais.

Porto Velho (RO). 04 de fevereiro de 1988.

Antonio Acácio Moraes do Amaral
Presidente

Página 8

O Imparcial

PÁGINA 8

Ano II — Sexta-feira, 5 de fevereiro de 1988 — Diretor-Superintendente: Aran Ferreira Santos — Preço: Capital: 15,00 — Interio

apuração das denúncias do Siteron a SSP

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, seccional de Rondônia, Heitor Magalhães Lopes, encaminhou ontem telex ao secretário de Estado de Segurança Publica, Eurípedes Miranda Botelho, «reivindicando imediata apuração e o repasse de informações aos organismos competentes, das denúncias formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Rondônia — SITERON, dando conta «de abusos e ameaças praticadas contra trabalhadores do setor Santa Bárbara da Mineração Jacundá».

Sobre as denúncias encaminhadas à Delegacia Regional do Trabalho — DRT, Delegacia de Ordem Política e Social — DOPS do Departamento de Polícia Federal — DPF em Rondônia, o presidente do Siteron Antônio Amaral declarou que o ex-coronel do Exercito, Ruben Pain Sampaio administrador do setor Santa Bárbara, localizado no quilômetro 106 da BR-364 e o chefe da «segurança» Antônio Nelvo Parisi, ex-tenente do Exercito, implantaram um clima de terror.

De acordo com Amaral, Pain Sampaio é o principal responsável pelos maus tratos impingidos aos trabalhadores da Jacundá coadjuvado por Nelvo que habitualmente ordena aos milicianos sob seu comando que todos os empregados sejam acordados e sob mira de armamento pesado, diariamente submetidos à rigorosa inspeção. «O alojamento é passado em revista todas as madrugadas. Os integrantes da milícia sem aviso prévio detonaram várias cargas de dinamite, o que causou intoxicação em vários trabalhadores, dos quais, alguns além de terem sido submetidos a torturas, além dos mais variados tipos de ameaça, foram até seviciados».

Para Amaral, as pressões exercidas pelos chefes do setor Santa Bárbara sobre os trabalhadores se dá principalmente em razão de não admitirem que seus funcionários tenham pleno conhecimento de seus direitos, filiando-se ao Siteron, «que não arredará o pé do terreno de luta pelo respeito e valorização do operário, defendendo-o, apoiando-o contra inescrupulosos e terroristas, até as últimas consequências», enfatizou.

O presidente do Siteron, Antônio Acácio Moraes do Amaral, informou ontem que o cozinheiro, Benício Souza dos Santos, que havia sido demitido pela Mineração Jacundá porque testemunhou a favor de Francisco Pereira, acusado de furtar gêneros alimentícios e por causa disso também sumariamente demitido) após contato do sindicalista com a Divisão de Recursos Humanos da mineradora, foi imediatamente reintegrado em suas funções.

Este fato demonstra na opinião de Amaral que a mineradora admite ter praticado atos irregulares dos quais posteriormente, em razão da «permanente ação do Siteron e das instituições às quais denúncias foram encaminhadas, tenta redimir-se».

Eis, na íntegra o telex da OAB:

Em vista de denúncias formuladas junto a esta entidade pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia de abusos e ameaças praticadas contra trabalhadores no setor Santa Bárbara da Mineração Jacundá, envolvendo, inclusive, a utilização do corpo de Segurança da Empresa com equipamentos militares, denúncias essas já constatadas pela Delegacia local do Ministério do Trabalho, reivindicamos a apuração imediata e o repasse das informações aos organismos competentes para o processamento dos criminosos com a apreensão das armas e as garantias mínimas do trabalhador no local.

Informamos que idêntico telex foi nesta data enviado ao Superintendente da Polícia Federal de Rondônia e ao Exmo. Sr. ministro da Justiça.

No aguardo das informações quanto às medidas tomadas, renovamos protestos de admiração e apreço.

HEITOR MAGALHAES LOPES
Presidente da OAB-RO

Comitê Olímpico reuniu-se no Rio

PÁGINA 8

O Imparcial

Ano II — Quinta-feira, 4 de fevereiro de 1988 — Diretor-Superintendente: Aran Ferreira Santos — Preço: Capital: 15,00 — Interior: 20,00

Escravidão branca: força para-militar da Jacundá faz novas vítimas, denúncia Sitetron

"Mineração Jacundá, mantém uma força para-militar no setor Santa Bárbara no quilômetro 106 da BR-364 que está aterrorizando centenas de trabalhadores". A denúncia é do presidente do Sindicato Acácio Moraes do Amaral segundo quem a última vítima da milícia que é comandada pelo ex-[illegible] tenente do Exército Antônio Nélvo Parisi, é Francisco Pereira [illegible] balhadores vivem em regime de escravidão. A Delegacia Regional do Trabalho, seu titular Rubens Cândido e da Delegi

OAB exige processo e segurança

Com relação as denúncias feitas à imprensa pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia, sôbre o terror e a tortura que vem sendo implantada pelo setor de segurança da mineração Jacundá aos trabalhadores lotados no setor mineral de Santa Bárbara, que utilizam inclusive, prática e equipamentos militares para amedrontar os operários, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB-RO, Heitor Magalhães Lopes enviou na manhã de ontem ao Secretário da Segurança Pública Eurípedes Miranda Botelho, um telex no qual reivindica a abertura imediata de um processo criminal para apurar tais denúncias.

Para Heitor, não é admissível a coação a esses trabalhadores que são forçados a exercerem qualquer função como se estivessem num "campo de concentração" sem quaisquer garantias e sem condições de sobreviverem dignamente com o péssimo salário recebido.

Heitor pede ainda ao Secretário, a apreensão imediata das armas usadas pela mineradora bem como o indiciamento de todos aqueles, que por ventura vierem a ter seus nomes citados, no inquérito policial, pois agindo dessa maneira, a Polícia estará impedindo que casos semelhantes venham a ocorrer em outros setores que praticam a mesma atividade:

As denúncias de terrorismo praticada por milícia na mineração Jacunda devem ser alvo de rigorosa fiscalização dos órgãos competentes. O trabalhador deve ter seus direitos respeitados e os que transgridem as leis, severamente punidos, ante que surjam denúncias, dando conta de últimas fatais da ação inescrupulosa de alguns.

O mal se corta pela raiz.

[illegible]-feira, 25 de fevereiro de 1986 O GLOBO

Novas denúncias contra a Jacundá esquenta a briga

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia — Siteron Antônio Acácio Amaral, denunciou novamente a Mineração Jacundá, afirmando que a milícia continua a atuar na mineradora. Ele pediu garantias de vida ao titular da Secretaria de Segurança Pública — SSP Eurípedes Miranda, pois [illegible] ser assassinado por um dos cabeças dos milicianos, Carlos Alberto Mendes de Mesquita, demitido dia 19.

Amaral afirmou que [illegible] a demissão de Mesquita [illegible] funcionários da empresa [illegible] livrarem de uma pessoa [illegible], mas para ele [illegible] esse é uma forma da diretoria [illegible] [illegible] as denúncias [illegible] la imprensa. "Além disso, agora que o Mesquita não está oficialmente ligado à empresa, pode promover um atentado contra minha vida, empreendendo fuga em seguida", disse.

Ele acredita que a demissão não passou de um engodo e salienta que se Mesquita se encontrar em endereço incerto e não sabido, a empresa será [illegible]. Amaral possui documentos [illegible] que provam que Mesquita — que, segundo ele, possui cerca de dois metros de altura e aproximadamente 120 Kg de músculos — pediu desligamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes — Cipa dia 19 e no mesmo dia foi demitido sem motivos.

O dirigente sindical enfatizou que Mesquita figurava na Cipa como eleito pelos empregados embora jamais tenha ocorrido eleição de "cipeiros". Ele não acredita que o miliciano tenha assinado de livre e espontânea vontade sua desfiliação da Cipa, abrindo mão de Cz$ 104.229,88, e salienta que, "ele esta de acordo com a diretoria da empresa para acobertar os fatos, pois como cipeiro não poderia ser demitido. Esses elementos devem aguardar na ativa o desenrolar dos fatos. Queremos a verdade, e não mediremos esforços para a dissolução da milícia. Agora corro risco de vida, pois liberaram o monstro da Jacundá", afirmou.

O presidente do Siteron, denunciou ainda, que o membro da Cipa Itamar Aparecido Caetano foi também demitido sem motivo dia 12, após passar 60 dias em regime de prisão domiciliar. Ele tem originais de documentos comprovando que Itamar pediu demissão da Cipa dia 19 portanto seis dias após ser demitido.

"Volto a enfatizar que cipeiro não pode ser demitido portanto a irregularidade está clara. Ele foi obrigado a assinar a cientificação da demissão e mais tarde conduzido ao quatro-zero onde foi forçado a [illegible] afastamento da Cipa", afirmou Amaral ao explicar [illegible] o quatro-zero uma espécie de prisão, que funciona também como câmara de torturas.

José Gilson Pinheiro também foi demitido imotivadamente, apesar de haver sido reidratado em trabalho e estar impossibilitado de procurar emprego. O irmão de criação e afilhado do presidente José Sarney, Benedito Costa Martins afirmou que Mesquita tentou matá-lo duas vezes, não conseguindo devido à interferência por outros funcionários da empresa. Benedito trabalhou na mineradora durante sete anos como [illegible] de minas e acredita que o miliciano procedeu dessa forma apenas para "mostrar serviço", desconhecendo sua ligação com o presidente da República.

Amaral espera respostas dos telexs enviados dia 11 para o superintendente da Polícia Federal Romeu Tuma, para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Estanho, o ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, o governador Jerônimo Santana; o diretor do Departamento de Assuntos do Trabalho e Previdência Social João Wgner o delegado regional do Trabalho Hubert Cândido e Silva; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho Cavalcanti Moura, o Ministério Público; o titular da SSP Eurípedes Miranda a superintendência da Polícia Federal no Estado e para o presidente estadual da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, Heitor Magalhães Lopes.

"Até agora caminhamos como cegos em tiroteio. As autoridades devem tomar medidas urgentes, para elucidar rapidamente os fatos. Há empregados da Mineração Jacundá que até agora estão sendo prejudicados pela milícia. Isso não pode ocorrer há apenas 106 Km de Porto Velho", salientou Amaral.

Empregados de mineradora estão sendo maltratados, diz Siteron

A Mineração Jacundá, com sede em Porto Velho, foi denunciada ontem de estar "aplicando rigor excessivo aos trabalhadores por ela contratados sendo que aquela companhia chegou ao cúmulo de impedir que os seus cerca de 500 empregados não se liliem ao Siteron - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia - sob pena de serem demitidos". A acusação partiu do presidente daquela entidade sindical, Antônio Adicio Moraes do Amaral, que esteve ontem na redação de O ESTADÃO com a finalidade de efetuar a denúncia.

"O Siteron, que congrega aproximadamente 65 mil trabalhadores divididos em 17 categorias, torna hoje uma grande força no movimento para a organização da classe trabalhadora", destaca Amaral, acrescentando que o sindicato, "além disso, presta um completo serviço assistencial aos seus filiados". Após especificar a situação e a posição do Siteron, Amaral acusa ainda a Mineração Jacundá de efetuar demissões de trabalhadores filiados ao sindicato "injustificadas e provocadas pela perseguição aos nossos companheiros simpáticos ao trabalho de nossa entidade sindical". Essas arbitrariedades perpetradas pela Mineração Jacundá contra seus empregados teria ocorrido, segundo a direção do Siteron, em uma área de extração mineral a cerca de 100 quilômetros desta capital.

O líder sindical afirma que, recentemente, "três demissões foram denunciadas ao nosso sindicato, justificadas pela empresa sem a devida comprovação, como foi o caso do funcionário Epitácio Napoleão Filho, com quatro anos de serviços prestados à mineradora, que foi demitido, "segundo argumento da Jacundá, por estar trabalhando em prol da organização sindical". De acordo com Amaral, o trabalhador Manoel Albenor da Cruz, com 10 anos de serviços prestados à companhia, também foi demitido, "taxado de ladrão e, apesar de nada ter sido comprovado contra ele, foi demitido sumariamente". Outro trabalhador acusado de ser ladrão e demitido pela Jacundá, conforme as denúncias do Siteron, "foi José Domingos Cucutti dos Santos, com três anos de serviço na Jacundá, onde foi registrado como encarregado de refeitório mas percebendo a remuneração como servente".

Afora essas denúncias, o Siteron acusa a segurança da mineradora de espalhar "o terror entre os trabalhadores, realizando muitas prisões indevidas e ilegais, além de espancamentos, chegando até mesmo a efetuar ameaças de morte contra seus empregados. Todo esse clima de terror é uma amostra palpável do excesso de rigor aplicado dentro da mineradora, o que, aliás, é ilegal uma empresa qualquer empregar contra seus trabalhadores que, principalmente, buscam ganhar seu pão de cada dia". Para finalizar, Amaral solicitou que o endereço do Siteron fosse divulgado para que outros trabalhadores da categoria pudessem procurá-lo para denunciar as arbitrariedades de empresas como a Jacundá. O Siteron fica à rua João Goulart, 2.172, bairro São Cristovão, em frente à caixa de água da Caerd.

Julho de 1988 DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE Quinta-feira 28 12125

4 - CIDADE I — O ESTADÃO — Porto Velho, quarta-feira, 03 de fevereiro de 1988

Trabalhador denuncia "exército" particular na Mineração Jacundá

"O exército" particular da Mineração Jacundá, em Porto Velho, voltou a ser acusado de prática de tortura, cárcere privado e ameaças contra trabalhadores da empresa, principalmente aqueles que são simpáticos à organização sindical da classe, os quais são acusados de ladrões e contra eles são forjados furtos para incriminá-los junto à polícia. A denúncia foi feita ontem, mais uma vez, pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia - Siteron, Antônio Acácio [illegible] do Amaral, ao declarar que um funcionário da entidade, Francisco Pereira, de 46 anos, passou os últimos dias preso numa cela da 5ª Distrito Policial acusado de furtar mercadorias — sem ter cometido o crime. A prisão do trabalhador, segundo o presidente do sindicato, foi parte de uma manobra da diretoria da Mineração Jacundá para demitir [illegible] e não pagar [illegible] [illegible] [illegible] de [illegible] anos de serviço. Francisco Pereira [illegible] [illegible] da Mineração [illegible] em 1982 foi [illegible] como operário padrão da empresa.

O presidente do Siteron afirma ainda que a [illegible] da direção da Mineração Jacundá [illegible] [illegible] [illegible] de classe [illegible] quando ele Antônio Acácio [illegible] do Amaral denunciou a existência desse exército particular. A denúncia, segundo Amaral, gerou inclusive uma fiscalização rigorosa do Ministério do Trabalho, em conjunto com a Polícia Federal, já que a área trata-se de segurança nacional nas instalações da empresa, a qual sofreu uma série de multas, por transgressões à legislação trabalhista. Essa investida da mineradora é contra, principalmente, aos funcionários mais antigos, "numa última intenção de demitir todos aqueles servidores com mais tempo de serviço sem pagar os direitos trabalhistas por eles adquiridos ao longo de suas atividades. A melhor saída, portanto, é acusá-los de crimes que eles não cometeram, forjando-se inclusive até furtos", denunciou Amaral.

CRIME FORJADO

Esse foi o caso, segundo o presidente do Siteron, de Francisco Pereira. Analfabeto, casado, com a mulher e sete filhos morando no município de Pinheiros, no Maranhão, de onde ele [illegible], Pereira trabalhava como colaborador da mineração no setor Santa Bárbara, no quilômetro 106 da BR-364, há oito anos. Seu salário era de pouco mais de Cz$ 17 mil por mês. Como todos os funcionários da mineração que trabalham na área, em torno de 1 mil pessoas, Francisco Pereira, nos finais de semana, vinha para a cidade. Em Porto Velho ele "parava" na casa de um cunhado, Benedito Martins, que é casado com uma de suas irmãs, residentes no bairro Eldorado.

Na sexta-feira do dia 15 de janeiro, como nos finais de semana anteriores, como tinha um certo dinheiro, Francisco Pereira resolveu trazer para a casa do cunhado alguns gêneros alimentícios, que adquiriu na "venda" instalada dentro da área de mineração, considerando inclusive os preços mais em conta. Ele comprou meio quilo de calabresa, meio quilo de mortadela, dois quilos de carne de porco e seis [illegible] de carne bovina. Como de costume, Francisco Pereira não pediu a nota fiscal das mercadorias compradas. Saindo da "venda", ele foi para a casa onde morava dentro da área de mineração [illegible] as mercadorias em [illegible], pretendendo, no dia seguinte, trazê-las para a cidade. A ação criminosa do exército particular da mineração, porém, interrompeu [illegible].

Quando ele saiu da área de mineração, no final do expediente de mais uma semana de trabalho, para passar a folga com a família do cunhado na cidade, foi barrado no portão principal da área de mineração. O segurança que o barrou, também integrante do chamado exército particular, pediu nota fiscal da mercadoria que ele estava levando. Francisco Pereira não tinha. Imediatamente, ele foi levado para uma sala utilizada para torturas de funcionários que cometem crimes, onde agem os integrantes do corpo de segurança da mineração, o "exército", conhecida como "Quatro Zero" numa alusão aos métodos empregados pelos protagonistas do filme "Havaí 5 Zero".

HUMILHAÇÕES, AMEAÇAS E CADEIA

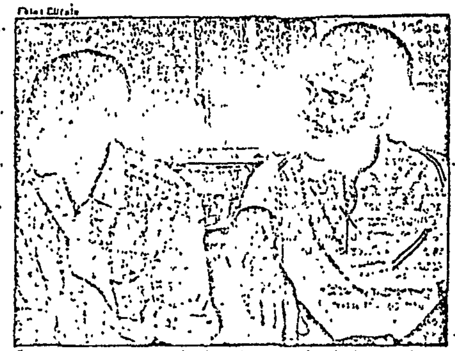
Preso, Francisco Pereira viu-se despojado das mercadorias, que foram levadas e tidas como sendo roubadas do refeitório da mineração. Enquanto isso, Pereira passou a ser pressionado para confessar o roubo. "Um homem, bem forte, chegou a dizer que se eu não confessasse que tinha roubado as mercadorias para levar para minha filha, eles iriam arrancar todas as minhas unhas, uma por uma, dizendo que era assim que eles faziam com ladrão. Eles teimavam em dizer que eu era ladrão", conta Pereira, informando, porém, que o pior viria depois.

Mantido incomunicável na sala do "Quatro Zero", horas mais tarde ele foi procurado por vários seguranças, inclusive o chefe do refeitório, e disseram que nada iria lhe acontecer, que ele seria liberado. "Apenas que ia perder a mercadoria, porque não tinha nota fiscal. Até me conformei, mas antes mostrei até os saquinhos que usei para levar a carne da venda para a minha geladeira. Os seguranças não se convenceram e continuaram me chamando de ladrão. E aí me ofereceram uma carona", contou. Trazido para Porto Velho, Francisco Pereira surpreendeu-se quando o carro em que ele viajou, cuja marca não lembra, estacionou diante da delegacia do 5º Distrito Policial e um dos seguranças gritou a um policial para que prendesse "um ladrão". Imediatamente, Pereira foi recolhido ao xadrez e exposto à presença dos policiais com o que seria a prova de seu crime: um isopor com mais de 21 quilos de carne bovina, vários quilos de queijo e calabresa. "Eu nunca poderia carregar isso. E depois não sou ladrão. Já estou velho demais para isso", disse Pereira [illegible] pelo [illegible] isso, porém, não impediu de ser autuado em flagrante, indiciado criminalmente e recolhido ao xadrez por mais de oito dias, só sendo solto depois que conseguiu contratar o advogado José Messias Oliveira, da Procuradoria Geral da Prefeitura Municipal, em troca de um cordão de ouro avaliado em torno de Cz$ 50 mil.

Em liberdade, cumprindo prisão domiciliar - ele não pode sair da cidade, porque está à espera de julgamento, Francisco Pereira procurou o sindicato para denunciar o que insiste em chamar de "traição da empresa. Eu fiz tudo que podia por essa empresa. Trabalhei oito anos, até meio doente, sem nunca faltar. E o que recebo é isso", disse Pereira, magoado.

O presidente do Sindicato da Classe, Antônio Amaral, disse que irá levar esse caso "até as últimas consequências", por ter consciência de que "Francisco Pereira jamais foi ladrão. Ele é incapaz de roubar alguém. Essa acusação é uma prova da retaliação da empresa contra os funcionários que são simpáticos a uma filiação ao nosso sindicato e visa amedrontar toda a classe. Nós não aceitamos a demissão do nosso filiado por justa causa. Queremos que as autoridades apurem as nossas denúncias", afirmou o sindicalista, que vem denunciando, desde a semana passada, a ação criminosa do exército particular da mineradora".

Foto Curaio



Francisco Pereira (à esquerda) foi vítima de um crime forjado, diz o presidente do Siteron, Antônio Amaral.

Greve pode ser deflagrada hoje pelo funcionalismo

O funcionalismo estadual entrará em greve por tempo indeterminado a partir de hoje caso o governador Jerônimo Santana não envie, até o final do expediente, mensagem à Assembléia Legislativa propondo um reajuste salarial que preencha as reivindicações da classe, que quer um aumento na ordem de 236 por cento, além de perdas e equiparação aos salários do funcionalismo federal. A greve foi decidida ontem de manhã, numa assembléia geral, convocada às 9 horas, diante da sede da Associação dos Servidores de Rondônia - Aspron, na Esplanada das Secretarias. O vice-presidente da Aspron, Hélio Fonseca, disse, no final da tarde, que desconhecia o movimento grevista. O governador Jerônimo Santana não recebeu o comando de mobilização do funcionalismo, ontem de manhã, como seus integrantes queriam. O comando deverá ser recebido dia 9, terça-feira.

A assembléia geral de ontem reuniu centenas de funcionários de todos os órgãos públicos do Estado, de representantes das centrais sindicais Cut e Cgt, de sindicatos de outras categorias, além da Igreja Católica representada pelo padre Joaquim. Até terça-feira, quando o governador irá receber os representantes do funcionalismo, a classe já estará no seu sexto dia de greve, caso persista a indefinição do governo.

Até o final da tarde de ontem, o comando de mobilização do funcionalismo tentou manter uma distância com Jerônimo Santana, em seu gabinete, na sede da Sudeco. Os integrantes do comando não foram recebidos porque o governador, segundo um assessor, "está com a agenda cheia", levando-se em consideração que ele havia retornado na madrugada de ontem, procedente de Minas Gerais. O mesmo assessor informou aos integrantes do comando de mobilização que Jerônimo iria se manifestar, possivelmente hoje de manhã, através de nota oficial. Mesmo assim, os integrantes do comando insistiam numa audiência, que acabou sendo marcada pelo assessor do governador

O ESTADO DE RONDÔNIA

Porto Velho, quarta-feira, 03 de fevereiro de 1988 DIRETOR-PRESIDENTE: MÁRIO CALIXTO FILHO Ano VIII Nº 2030 Capital Cz$ 15,00

"Exército" forja dispensa

O "Exército" particular da Mineração Jacundá, cuja existência foi denunciada ao Ministério do Trabalho pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Rondônia - Siteron, Antônio Acácio Moraes do Amaral, continua fazendo vítimas. Os integrantes da segurança da mineradora usam vários tipos de armas pesadas, mantém cárcere privado e são acusados de torturar trabalhadores da mineração apontados como criminosos. Eles ganham, cada um, segundo o presidente do sindicato, Cz$ 2 mil por cada delação feita à direção da empresa. Funcionário da mineração há oito anos, Francisco Pereira, 46, foi acusado de furtar grande quantidade de carne do refeitório da empresa e passou oito dias preso na delegacia do 5º Distrito Policial, após ser autuado em flagrante, "num crime totalmente forjado para incriminá-lo", segundo denunciou ontem Antônio Amaral. Acusar de furtos os funcionários mais antigos é para demiti-los por justa causa, "é o meio empregado pela direção da mineradora Jacundá para se ver livre dos encargos sociais", afirmou o presidente do Siteron.

(PÁGINA 4)

Foto: Elitole

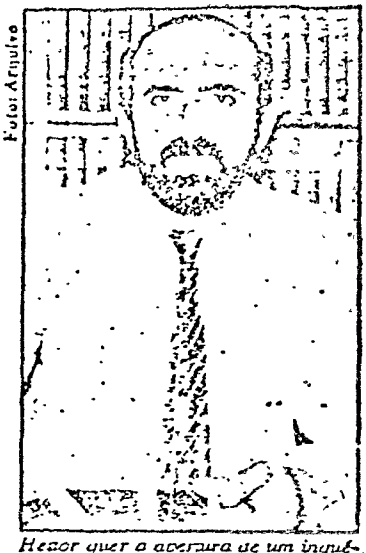
Francisco Pereira, funcionário da Jacundá há oito anos e eleito como trabalhador padrão da empresa em 82, foi preso como ladrão.

O ESTADO DE RONDÔNIA
O ESTADO 8 ANOS
Porto Velho, sexta-feira, 05 de fevereiro de 1988 DIRETOR-PRESIDENTE: MÁRIO CALIXTO FILHO Ano VIII Nº 2082 Capital Cr$ 15,00 Interior Cr$ 20

OAB quer torturadores da Jacundá na cadeia

As denúncias do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas do Estado de Rondônia, sobre o terror e a tortura que vêm sendo implantada pelo setor de segurança da mineração Jacundá aos trabalhadores lotados no setor mineral de Santa Bárbara, que utilizam inclusive, prática e equipamentos militares para amedrontar os operários, serão apuradas. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-RO, Heitor Magalhães Lopes enviou na manhã de ontem ao secretário da Segurança Pública, Eurípedes Miranda Botelho, telex no qual reivindica a abertura imediata de um processo criminal para apurar tais denúncias.

Foto: Arquivo



Heitor quer a abertura de um inquérito policial para apurar as denúncias.

Para Heitor, é inadimissível a coação a trabalhadores, que são forçados a exercerem qualquer função como se estivessem num "campo de concentração" sem quaisquer garantias e sem condições de sobreviverem dignamente com péssimo salário que percebem.

Heitor pede ainda ao secretário, a apreensão imediata das armas usadas pela mineradora bem como o indiciamento de todos aqueles que sejam citados, no inquérito policial. Agindo dessa maneira, a polícia estará impedindo que casos semelhantes venham a ocorrer em outros setores que praticam a mesma atividade, disse o presidente da OAB-RO.

Com o mesmo teor, outro telex foi enviado ao ministro da Justiça, Paulo Brossar, e, ainda ao superintendente local da Polícia Federal, uma vez que compete a esse departamento a liberação de porte de arma de grosso calibre as empresas de segurança.

Mineração alicia 900 empregados, acusa Sindicato

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria extrativistas de Rondônia, Antônio Acácio Moraes do Amaral denunciou ontem a Mineração Jacundá a 100 Km de Porto Velho, de estar "Aplicando rigor excessivo aos 'Trabalhadores" declarou Antônio Amaral, especificando que a "Mineração chegou ao cúmulo" de aliciar os cerca de 900 empregados a não se filiarem ao Siteron, sob pena de serem demitidos.

Siteron que congrega aproximadamente 65 mil trabalhadores divididos em 17 categorias, soma hoje uma grande forca para o serviço de organização dos trabalhadores, além de prestar um completo servico assistencial aos filiados O Presidente do Siteron Amaral, acusa a atual administração da Mineração Jacundá de demissão injustificadas e provocadas pela perseguição aos trabalhadores simpáticos ao Sindicato.

Recentemente, três demissões foram denunciadas ao Siteron, justificadas sem a devida comprovacão, como o caso de Epitácio Raposo Filho, com quatro anos de serviços prestados a Empresa que foi demitido por, segundo argumento da empresa mineradora, "Estar trabalhando em prol da organizacão sindical" Outro demitido foi o trabalhador Manoel Albenor da Cruz, que após Dez anos de servico, foi taxado de ladrão, e apesar de não ter sido nada comprovado foi sumariamente demitido.

Quinta-feira, 14 de janeiro de 1988

O GUARDIÃO — GERAL

ALTO MADEIRA Porto Velho, quinta-feira, 14 de janeiro de 1988

Sindicalista denuncia empresa de mineração

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia, Antônio Acácio Moraes do Amaral, denunciou ontem a *Mineração Jacundá*, a 100 quilômetros de Porto Velho, de estar "aplicando rigor excessivo aos trabalhadores", especificando que "a Mineração chegou ao cúmulo de aliciar os cerca de 900 empregados a não se filiarem ao Siteron, sob pena de serem demitidos".

O Sindicato da Indústria Extrativa, que congrega aproximadamente 65 mil trabalhadores, divididos em 17 categorias, soma hoje uma grande força para o serviço de organização dos trabalhadores, além de prestar um completo serviço assistencial aos filiados. O presidente do Siteron, acusa a atual administração da Mineração Jacundá de demissões injustificadas e provocadas pela perseguição aos trabalhadores simpáticos á entidade.

- Recentemente, três demissões foram denunciadas ao Siteron, justificadas sem a devida comprovação, como o caso de Epitácio Raposo Filho, com quatro anos de serviços prestados à empresa, que foi demitido por, segundo argumento da mineradora, estar trabalhando em prol da organização sindical. Outro demitido foi o trabalhador Manoel Albenor de Cruz, que após dez anos de serviços foi taxado de ladrão e, apesar de não ter sido nada comprovado, foi sumariamente demitido. Outro, acusado de ladrão e, por consequência, demitido, foi o trabalhador José Domingos dos Santos, com três anos de serviço, registrado na função de encarregado de refeitório e percebendo remuneração como servente.

Além dessas denúncias, o Siteron acusa a segurança da mineradora de estar "espalhando o terror entre os trabalhadores, pois muitas prisões e espancamentos já foram anotados chegando até mesmo a ameaças de morte contra funcionários. Esses fatores são amostras palpáveis do excesso de rigor aliás, ilegal, que está sendo aplicado aos trabalhadores que procuram simplesmente defender o dia a dia", reclama Amaral, afirmando ter recorrido ao Poder Judiciário, "procurando, acima de tudo, defender os interesses da classe"

TERROR

Mineradora é acusada de escravizar funcionários

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia (Siteron), Antônio Acácio Moraes do Amaral, denunciou a Mineração Jacundá, localizada a 100 quilômetros de Porto Velho, de espalhar terror entre os trabalhadores. "Já foram registradas várias prisões, espancamentos, demissões injustificados e, até mesmo ameaças de morte contra funcionários", afirmou.

Antônio Acácio denunciou ainda, que os cerca de 900 empregados da empresa foram aliciados a não se filiarem ao Siteron, sob pena de serem demitidos. "O sindicato congrega aproximadamente 65 mil trabalhadores, prestando a eles um completo serviço assistencial", disse Antônio Acácio.

Ele salientou também que recentemente foram denunciadas ao Siteron, três demissões sem uma justificativa consistente, "como o caso de Epitácio Raposo Filho, que segundo a Mineração Jacundá, foi demitido por estar trabalhando em prol da organização sindical". O presidente do Siteron enfatizou que as outras demissões justificadas foram por roubo, sem entretanto, ser apresentada qualquer comprovação.

Julho de 1988 DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE Quinta-feira 28 12131

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB — PI.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o **Jornal do Brasil** de ontem noticiava em manchete: "Inflação passa de 24% em julho." Outros jornais anunciavam também que o Sr. Presidente da República deveria falar à Nação, à noite, através de uma rede nacional de rádio e televisão.

Os altos índices de inflação tornam a vida insuportável para quase todos os brasileiros. Quando supúnhamos que o Presidente anunciasse medidas corajosas, enérgicas e corretas para pôr fim à espiral inflacionária, S. Exª, num discurso infeliz e com uma série de insultos e agravos, criticou a Assembléia Nacional Constituinte, que é livre, soberana e foi eleita pelo povo, através de voto secreto e direto.

Sr. Presidente, disponho de poucos minutos, mas gostaria de dizer que a fala do Sr. Presidente da República foi lamentável sob todos os aspectos. S. Exª cometeu uma série de equívocos. Não me referirei aos números citados, pois estes não têm qualquer fundamento na realidade. S. Exª cometeu equívocos imperdoáveis. Logo em um dos primeiros períodos confundiu carta com constituição. Desde o século passado, sabemos que a Constituição é promulgada pelo povo através de uma Assembléia Nacional Constituinte e que Carta é a outorgada, como o foi a de 1937.

Mais adiante, S. Exª diz que os Brasileiros receiam que a Constituição torne o País ingovernável. Quem receia isso, Sr Presidente, são as multinacionais e aqueles que estão habituados a gozar de privilégios em detrimento do povo, que vegeta mergulhado na pobreza e na miséria.

S. Exª o Sr. Presidente da República diz, ainda, a certa altura, cometendo um erro em que já incidiu em diferentes momentos, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Ora, o Presidente da República, cumprindo o compromisso do povo e de todos os democratas, numa luta de muitos anos, apenas propôs, através de mensagem, fosse convocada a Assembléia Nacional Constituinte e, na forma prevista na Carta vigente, foi votada e promulgada a Emenda Constitucional nº 26. De modo que quem convocou esta Constituição não foi uma pessoa, mas o Congresso Nacional. O Sr. José Sarney, inclusive quando Senador, pronunciou discurso contrário à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, do mesmo modo que votou contra as eleições diretas

Encerro estas palavras expressando minha total solidariedade à Assembléia Nacional Constituinte e ao povo brasileiro e repelindo a fala infeliz do Sr. Presidente da República. Ao mesmo tempo, expresso a certeza de que continuaremos a trabalhar em defesa da soberania nacional e do atendimento às principais reivindicações do povo brasileiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria, brevemente, solicitar a V. Exª que considerasse como lido o relatório a nós enviado pelo Ministro da Previdência Social, Sr. Renato Archer, que, no desempenho de responsabilidades de seu Ministério, acompanhou as discussões e deliberações da Constituinte sobre seguridade social. Sua assessoria técnica elaborou estudos sobre as repercussões financeiras do que foi aqui decidido para a Previdência Social, consubstanciados no relatório anexo.

É uma colaboração que comprova serem todos os encargos aprovados no capítulo sobre Previdência Social passíveis de serem suportados. Estranha, portanto, a manifestação do Presidente da República no dia de ontem.

Para encerrar, eu me referiria ao último tópico do expediente do Ministro Renato Archer, que diz o seguinte:

> "De outra parte, estão previstos novos aportes de receita à Previdência que, sob o gradualismo previsto, se encarregarão de suportar, com óbvias dificuldades, mas sem óbices intransponíveis, os encargos aprovados."

A Previdência pode, assim, pagar todos os benefícios.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Brasília, 22 de julho de 1988

Exmº. Sr.
Deputado Luis Inácio Lula da Silva
DD. Líder do PT na Câmara
Nesta

Excelentíssimo Senhor Constituinte,

No desempenho de responsabilidade que julgo inerentes ao Ministério de que sou titular, acompanhei as discussões e deliberações da Constituinte sobre Seguridade Social. A minha assessoria técnica elaborou estudos, um dos quais sobre as repercurssões da matéria aprovada no campo financeiro da Previdência Social, que estou me permitindo enviar a V. Exª. Trata-se de mera colaboração, especialmente porque imprime ao assunto a objetividade possível sobre temas atualmente estampados, com frequência, na imprensa.

Creio que o legislador constituinte — e certamente V. Exª é um deles — foi prudente em fazer anteceder as medidas de maior impacto de um espaço ou de tempo de preparação antes da vigência da nova situação. Isto permitirá a Previdência a elaboração do plano de benefício e custeio.

De outra parte, estão previstos novos aportes de receita à Previdência que, sob o gradualismo previsto, se encarregarão de suportar, com óbvias dificuldades, mas sem óbices intransponíveis, os encargos aprovados.

Muito Cordialmente, **Renato Archer.**

A SEGURIDADE SOCIAL NA NOVA CONSTITUIÇÃO

I. Introdução

A versão preliminar da nova Constituição aprovada no primeiro turno de votação da Assembléia Nacional Constituinte institui substanciais inovações no que se refere à área previdenciária.

Chama a atenção de imediato a inserção de um capítulo especialmente dedicado à seguridade social, abordada esta em seu conceito mais amplo, que engloba não só aspectos estritamente previdenciários, mas também a assistência social e à saúde. A ampliação da proteção social a cargo do Estado, via incorporação de serviços sociais, é uma tendência relativamente generalizada nos Estados modernos, constituindo-se a adoação do conceito de seguridade social em um avanço marcante na Constituição brasileira.

O destaque que está sendo dado a esse tema levou à definição explícita dos objetivos que devem nortear a concepção, implantação e acompanhamento dos planos de benefícios e serviços.

Citou-se, em primeiro lugar, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, que representa a transformação da seguridade social em um direito decorrente da cidadania e não do exercício de uma atividade remunerada. Este objetivo — aliado aos de seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e de equanimidade na forma de participação no custeio — é fundamental para se imprimir à seguridade social o caráter de contrato coletivo Nesta perspectiva, privilegia-se, na determinação do valor dos benefícios, as necessidades do cidadão, utilizando-se a sua renda como base para definição de sua contribuição para a manutenção do Sistema, sem que isto implique necessariamente na concessão futura de um benefício de magnitude exatamente igual a ela.

A preocupação com o bem-estar do cidadão se revela também na determinação da irredutibilidade do valor dos benefícios. De fato, nada adiantaria conceder um benefício de valor considerado justo e não preservar esse montante em termos reais.

O precário atendimento hoje dispensado aos trabalhadores rurais, por outro lado, levou a que se incluísse o objetivo de uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais Esta é, indubitavelmente, uma das maiores falhas da Previdência Social, cuja superação tem sido considerada extremamente difícil em face da peculiaridades próprias do meio rural, em particular as relações de trabalho ali praticadas.

Para criar o mínimo de condições objetivas para a efetiva implementação dos critérios propugnados, houve-se por bem eleger a diversidade da base de financiamento como um dos alvos a serem atingidos. Esta medida, ressalte-se visa dar menor instabilidade à receita do Sistema frente às crises econômicas, já que as despesas com benefícios e serviços não podem e não devem ser comprimidas ao se vivenciar uma conjuntura adversa.

Por fim, a defesa do caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de trabalhadores, empresários, aposentados e da comunidade é a melhor forma de se manter o Sistema em permanente sintonia com os interesses e prioridades eleitos pela sociedade brasileira.

Além de instituir os objetivos acima mencionados, os constituintes introduziram no texto constitucional algumas disposições, dispersas em vários artigos, que detalham a aplicação desses princípios. Para melhor apreensão dessas colocações, apresentar-se-á, a seguir, uma síntese comentada das principais medidas aprovadas, segundo os princípios básicos aos quais estão vinculadas.

Universalização da Cobertura Previdenciária.

1. Qualquer pessoa poderá contribuir para a Previdência Social, independentemente de estar exercendo ou não atividade profissional remunerada, em substituição às regras atualmente em

vigor, nas quais restringe-se a filiação previdenciária aos trabalhadores que percebem rendimentos como resultado de sua atividade. Tal mudança representa, na prática, a forma imediata de expressão do princípio da universalidade do direito previdenciário. Em decorrência, a proteção securitária transcenderá os limites de sua atual abrangência, deixando de constituir-se direito, quase que exclusivo, do trabalho, para configurar-se em direito inerente à cidadania. Caberá, posteriormente, definir, em legislação específica, quais os segurados obrigatórios e quais os facultativos, bem como compatibilizar as formas de sua participação no financiamento dos respectivos planos previdenciários.

2. Serão garantidos benefícios (na área de assistência social), a todos os idosos e deficientes que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, independentemente de contribuição, no valor de um salário mínimo, em substituição à atual renda mensal vitalícia, cujo valor corresponde a 50% do salário mínimo de referência, destinando-se a pessoas com idade acima de 70 anos e inválidos, desde que tenham efetivamente exercido alguma atividade profissional. Também neste caso o texto constitucional busca ampliar o conceito de proteção securitária a fim de adequá-lo ao de universalidade, mediante a eliminação de restrições vigentes à concessão dessa espécie de benefício. Ademais, o fato de se estabelecer um valor para esse benefício igual ao mínimo a ser pago pelos planos previdenciários contributivos, se por um lado, parece incoerente em face do desestímulo que poderá gerar à filiação e à contribuição nos indivíduos de baixa renda, por outro, sugere estreita correspondência ao objetivo da universalização, o qual exige da seguridade um caráter coletivo em detrimento da natureza de contrato individual hoje prevalecente.

Uniformidade e Equivalência dos Benefícios.

3. Os trabalhadores rurais, mediante contribuição, passarão a fazer jus a um plano de benefícios uniforme (equivalente ao dos segurados urbanos), no lugar de ficarem obrigatoriamente vinculados ao atual Prorural, cujos benefícios são reconhecidamente insatisfatórios, em termos de cobertura de riscos, e insuficientes em termos de valor adequado ao atendimento das suas necessidades mais elementares. Com a unificação dos regimes urbano e rural pretende-se fornecer proteção previdenciária idêntica a todos que dispõem de capacidade de contribuir, independentemente da natureza de suas atividades. No entanto, deve-se reconhecer que a uniformidade de tratamento, per se, não determina maior acessibilidade aos planos previdenciários, caso não sejam reestruturados o sistema de contribuição direta e as atuais bases de financiamento. E nesse último aspecto, em particular, provavelmente ocorrerão profundas modificações, uma vez que o novo texto constitucional também prevê maior equanimidade nas formas de participação no custeio da Previdência Social, inclusive com a diversificação de sua estrutura de financiamento, determinada pela instituição de alíquotas sobre o lucro e faturamento das empresas, entre outras opções.

Seletividade na Concessão de Benefícios e na Prestação dos Serviços.

4. Os segmentos mais carentes da sociedade deverão merecer uma atenção especial não só no âmbito dos programas de assistência social, mas também nos planos tipicamente previdenciários. Para tanto, foi inserida, como um dos itens a serem atendidos pelos planos de previdência social, a ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda. Atualmente essa ajuda, consubstanciada no salário-família, atende a qualquer segurado, independentemente de sua renda, resultando em um gasto global expressivo, apesar do irrisório valor de cada cota do benefício (5% do salário mínimo de referência). Ressalte-se que as características próprias dos auxílios-funeral e natalidade também tornam mais coerente a sua concessão seletiva, o que poderá ser determinada em lei ordinária.

Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.

5. O valor mínimo dos benefícios da Previdência Social não poderá ser inferior ao salário mínimo, deixando, portanto, de corresponder a percentuais deste, a depender do tipo do benefício, como determinam as regras atualmente vigentes

6. As aposentadorias terão seus valores determinados com base na média dos 36 últimos salários-de-contribuição dos segurados, todos corrigidos monetariamente, em substituição aos atuais cálculos diferenciados por espécie de aposentadorias, nos quais não se realiza a atualização dos 12 últimos salários.

7. Será obrigatória a manutenção do poder aquisitivo das rendas mensais dos benefícios, mediante correção permanente de seus valores, o que representa não mais submeter os valores dos benefícios a reajustes definidos pela política salarial

Com este elenco de medidas, a nova Constituição busca salvaguardar valores mais justos aos benefícios previdenciários, através da determinação do mínimo a ser pago e da forma pela qual os demais valores devam ser calculados, bem como da fixação de um preceito geral que deverá ser observado para efeito de seus reajustamentos De modo geral, estas alterações tomam por referência a noção de que, uma vez tendo sido estipuladas regras, consideradas justas e coerentes, para a determinação dos valores dos benefícios, não mais será permitida a influência de outros fatores que provoquem a deterioração desses valores. Tais mudanças, embora expressivas no contexto das atuais disposições previdenciárias, não terão proporcional impacto financeiro sobre a Previdência Social no curto prazo. O piso dos benefícios urbanos já se encontra em valor próximo ao do Piso Nacional de Salários, o que implica a possibilidade da equivalência entre ambos ocorrer sem grandes custos As novas regras para a determinação dos valores das aposentadorias, em que pese significar substancial acréscimo nas rendas mensais da maioria dos beneficiários, favorecerá aos futuros requerentes desses benefícios, o que resultará numa pressão gradativa sobre as despesas da Previdência Social. E, finalmente, a garantia constitucional de manter, em caráter permante, o valor real dos benefícios, parece totalmente incompatível com a atual estrutura de financiamento da Previdência Social, uma vez que quase 90% da receita se originam da massa de salários, a qual tem seu comportamento determinado pelo nível de emprego e pela política salarial. No entanto, como também são previstas modificações nas fontes de financiamento da seguridade social, através da diversificação da base de incidência das alíquotas previdenciárias, espera-se que a conformação de uma estrutura menos vulnerável aos ciclos econômicos permita a viabilização dessa medida.

Diversificação da Base de Financiamento.

8 Serão assegurados recursos da União, dos Estados e Municípios, bem como introduzidas alíquotas de contribuição sobre o lucro e faturamento das empresas, além da folha de salários, e redefinidas as alíquotas de contribuição direta dos segurados, em observação ao princípio de equanimidade, para financiar a seguridade social. A inovação que se faz explícita diz respeito à instituição do lucro e faturamento como bases adicionais de incidência das contribuições previdenciárias. No tocante à reformulação do sistema de contribuição direta dos segurados, deduz-se no texto constitucional, através da disposição que determina maior equanimidade na participação do custeio da Previdência Social, objetivo básico a ser perseguido, inclusive, para viabilizar, dentre outras reformas, a uniformização dos planos de benefícios dos regimes urbano e rural. Com relação à participação da União, há apenas menção quanto a sua obrigatória presença no custeio da seguridade social, não se dispondo sobre um percentual provavelmente compatível com as novas atribuições que a seguridade terá que arcar De modo geral, as mudanças promovidas na estrutura de financiamento, tomando-se por referência os princípios que as nortearam, são coerentes e necessárias para a conformação de um sistema de seguridade adequado à realidade social do país. No entanto, em face das inúmeras alterações promovidas, que, por sua vez, requererão um expressivo volume de recursos, caberá à legislação ordinária definir precisamente qual será a composição mais apropriada para as novas fontes de financiamento da seguridade social.

Caráter Democrático e Descentralizado da Gestão Administrativa.

9. A gestão administrativa da seguridade social contará com a participação de trabalhadores, empresários, aposentados e da comunidade. A dinâmica dos movimentos sociais no país exige ajustes contínuos na estrutura das suas instituições. A democratização administrativa constitui, sem dúvida, um dos mecanismos mais eficientes para indicar as reformas que a cada momento se fazem necessárias para o desenvolvimento social do país. Nesse sentido é que a participação da sociedade na definição dos rumos a serem tomados pela Previdência Social representa a mais importante medida no caminho da sua reestruturação, para que possa atuar como instrumento efetivo de transformação social

II. Considerações e Efeitos Financeiros da Aplicação das Novas Medidas Constitucionais.

Conforme ressaltado anteriormente, as reformas constitucionais redefinem um novo perfil para a Previdência Social, transformada em sistema de seguridade social, assumindo amplas funções nas áreas de assistência social, assistência médica e de seguro social. Em face disso, a concretização das medidas constantes do corpo permanente da nova Carta requererá prévio detalhamento le-

gal e arranjos institucionais necessários à reestruturação da Previdência atual.

No que se refere exclusivamente ao seguro social, as disposições constitucionais deverão ainda submenter-se à regulamentação dos novos planos de custeio e de benefícios, fase em que buscar-se-á compatibilizar os custos decorrentes das novas medidas e os recursos necessários à sua implementação.

No artigo 66 das Disposições Transitórias consta que "Os projetos relativos à organização da seguridade social e aos novos planos de custeio e de benefícios serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los". E o seu *parágrafo* único dispõe "Aprovados pelo Congresso Nacional, os planos serão implantados progressivamente nos *dezoito meses seguintes*". *Ou seja, após a promulgação* da Constituição, haverá um prazo mínimo de 12 e máximo de 30 meses para aplicação das medidas relativas à seguridade social.

Uma exceção admitida para efeito do prazo assim definido, refere-se à atualização dos valores dos benefícios em manutenção, tomando-se por base o número de salários mínimos que correspondiam na época de sua concessão. Nesse caso, em particular, estabeleceu-se que o cumprimento de tal dispositivo deveria ocorrer a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Nova Carta. A possibilidade da efetivação dessa medida em prazo inferior ao das demais (inclusive precedendo à regulamentação dos planos de custeios) encontra respaldo na determinação constitucional de financiá-la mediante recursos provenientes do Finsocial

Essas explicações são imprescindíveis para o entendimento de que avaliações mais precisas acerca da viabilidade financeira da seguridade social somente poderão ser realizadas, tendo-se em perspectiva que a aplicação das novas regras deverá atender a prazos estabelecidos e, principalmente, que o detalhamento dos planos de benefícios deverá sintonizar-se com as possibilidades a serem definidas no plano de custeio.

Em que pesem as considerações acima, buscou-se avaliar os prováveis efeitos das reformas constitucionais sobre as despesas da Previdência Social, adotando-se algumas hipóteses simplificadoras, inclusive a de que o atual plano de benefícios será mantido, sendo-lhe acrescidas as inovações promovidas. As estimativas a seguir apresentadas, embora parciais face à impossibilidade de dimensionar os impactos de todas as mudanças promovidas, procuram servir como referencial do volume adicional de recursos necessários à implementação de alguns dos dispositivos expressos na Carta Magna.

As medidas que atuarão como elemento de pressão sobre as despesas da seguridade social podem ser divididas em dois grupos: as que se referem aos benefícios que serão concedidos e as que se relacionam com os em manutenção ou que dão aos segurados a possibilidade de usufruir de imediato das alterações determinadas Cabe ressaltar, porém, que em ambos os casos os efeitos financeiros sobre o Sistema, observando-se os prazos, anteriormente referidos, para a aplicação dessas medidas, somente serão percebidos a partir de 1990, se a Constituição for promulgada ainda este ano. A única exceção diz respeito à atualização dos benefícios em manutenção, cujas repercussões se farão sentir provavelmente a partir de 1989.

II.1 — Medidas que Afetarão os Benefícios a Serem concedidos.

A proporção dos gastos com benefícios concedidos a cada ano em relação à despesa com os em manutenção corresponde atualmente a 6%, o que significa que as medidas que afetarão somente os novos benefícios a serem concedidos terão um impacto quando de sua aplicação pouco representativo. Nesse contexto situam-se, por exemplo, as seguintes medidas:

(I) a equivalência dos planos de benefícios urbano e rural;

(II)a antecipação de idade limite para concessão de aposentadoria por velhice para os trabalhadores rurais;

(III) a proporcionalidade facultada às mulheres para efeito de aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos de comprovada atividade profissional;

(IV)a concessão de pensão ao marido ou companheiro pela morte da segurada; e

(V) as mudanças na forma de cálculo das aposentadorias.

A quantificação dos impactos dessas medidas, em geral, constitui tarefa extremamente difícil e de resultados pouco confiáveis, uma vez que exigem projeções de longo prazo, as quais referem-se, basicamente, ao comportamento futuro do mercado de trabalho e às características (às vezes até individualizadas) da mão-de-obra ocupada no decorrer do tempo. Em decorrência disso, a avaliação dos efeitos financeiros dessas medidas restringe-se à sua qualificação, não expondo dados acerca da dimensão de seus respectivos impactos.

No que concerne à equivalência dos planos de benefícios, cabe observar que seus efeitos sobre as despesas do Sistema não serão desprezíveis no médio prazo, o que poderá ser atenuado com as novas contribuições diretas a serem estabelecidas para os trabalhadores rurais. O entendimento de que isso venha a ocorrer parte da idéia de que um número expressivo de trabalhadores rurais, num prazo mínimo de cinco anos — caso seja mantido o período atualmente definido para a carência de aposentadoria por velhice — poderá vir e requerer benefícios, usufruindo da antecipação da idade, o que implicará elevação nas despesas da seguridade. A redução da idade para os rurais levou em conta também que o seu acesso à aposentadoria por tempo de serviço só ocorrerá daqui a 30 anos.

As mudanças na forma de cálculo das aposentadorias vêm ao encontro de reivindicações dos segurados há muito reconhecidas como necessárias e pertinentes por todos os que se dedicam ao estudo de temas previdenciários. No caso das aposentadorias por invalidez urbanas, o fato de se estar utilizando, atualmente, apenas os 12 últimos salários-de-contribuição, sem que se proceda a qualquer atualização monetária de seus montantes, resulta em benefícios de valores absolutamente destoantes com as necessidades e as contribuições reais do segurado. A expectativa é que, seguindo as novas disposições constitucionais, os benefícios a serem concedidos apresentem valores bem mais elevados. Para as aposentadorias por velhice e tempo de serviço as mudanças não terão um impacto tão expressivo, posto que o cálculo já é feito com base em até 36 salários-de-contribuição, corrigindo-se os 24 anteriores aos 12 últimos. Ressalte-se que, esta atualização, da forma como vem sendo feita, compensa parcialmente a não correção dos 12 últimos salários-de-contribuição. Cabe mencionar que as aposentadorias por tempo de serviço se constituem no item que absorve a maior parcela dos recursos alocados para pagamento de benefícios (28% em 1986), apesar do seu número não ser tão grande (11,5% dos benefícios de prestação continuada.) A criação da aposentadoria proporcional para as mulheres com 25 anos de serviço deverá resultar em acréscimo de dispêndios ainda mais expressivo com esse benefício.

II.2 — Medidas que Afetarão os benefícios em Manutenção.

No segundo grupo de mudanças figuram as medidas que conjuntamente terão, no momento de sua implantação, impacto financeiro de maior relevância sobre o Sistema, quais sejam:

(I) a determinação de um piso de benefícios equivalente ao salário mínimo;

(II) a concessão de amparo previdenciário a idosos e deficientes carentes de valor igual ao salário mínimo;

(III) a concessão de auxílio à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;

(IV) a reformulação do cálculo do abono anual;

(V) as alterações no seguro-desemprego (montante não inferior ao salário mínimo e preservação do valor real);

(VI) a ampliação do prazo de licença maternidade;

(VII) a criação da licença paternidade; e

(VIII) a atualização dos valores dos benefícios urbanos em manutenção, tomando-se por base suas respectivas paridades em relação ao salário mínimo na época da concessão.

São passíveis de estimação os impactos sobre as despesas do Sinpas de apenas algumas dessas medidas, em particular daquelas cujas definições básicas ficaram, de certo modo, mais explícitas no texto constitucional. É o caso da determinação do novo piso de benefícios e da concessão do amparo previdenciário. Convém reafirmar que as estimativas elaboradas partem da hipótese da manutenção do atual plano de benefícios, sendo-lhe incorporadas as inovações constantes do texto constitucional.

Estima-se que a elevação dos pisos se se aplicar também aos benefícios rurais em manutenção deverá acarretar aumento de despesa de 19,06% nos gastos com benefícios. Caso atinja somente aos urbanos esse acréscimo será de apenas 3,10%.

Já o amparo previdenciário, no que se refere à duplicação do seu valor atual, conduziria a um aumento de 5,3% na despesa com benefícios.

Também são previsíveis, ainda que preliminarmente, os efeitos financeiros decorrentes da mudança no cálculo do abono anual. Este benefício, ao assumir o valor da renda mensal referente ao mês de dezembro, em substituição à média do total do ano, trará como resultado um acréscimo adicional de 3,1% nas despesas com benefícios.

Quanto à licença à gestante de 120 dias e a licença paternidade de 8, fariam com que a despesa com benefícios se elevasse em não mais que 0,5% e 2,3%, respectivamente.

E, por último, convém alertar para o acréscimo de despesa derivado da atualização dos benefícios em manutenção, tomando-se como referência suas paridades em relação ao salário mínimo na época de sua concessão. Neste caso, estimativas realizadas em setembro de 1987 apontavam para uma elevação nos gastos com benefícios da ordem de 18%. Observe-se que nas Disposições Transitórias essa medida deve ser efetivada no sétimo mês a partir da promulgação da Constituição, o que significa que os seus efeitos financeiros deverão ser sentidos ainda em 1989.

Em termos globais, os cálculos acima realizados representariam acréscimos de 18% nas despesas com benefícios em 1989 e de, no máximo, 30,3% quando da aplicação dos demais dispositivos cujos efeitos financeiros puderam ser avaliados, o que poderá concretizar-se a partir de 1990.

O dimensionamento do impacto financeiro que as medidas explicitadas na Constituição provocarão sobre o Sinpas varia substancialmente em *função da interpretação adotada em relação à* cada um dos dispositivos. Possíveis dificuldades financeiras poderão ser satisfatoriamente contornadas com a definição de um plano de custeio adequado e de um plano de benefícios viável e compatível com as diretrizes estabelecidas na nova Carta Magna

Cabe reconhecer, por fim, que se está promovendo, nesse texto constitucional, um avanço notável nas relações entre o Estado e a sociedade. Pautar as ações do Estado sob a égide do respeito à cidadania dos habitantes do país é um passo fundamental para a efetiva democratização e desenvolvimento da Nação.

A Srª Dirce Tutu Quadros — Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB — SP Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, *gostaria de saber se a Mesa está informada de* que o Ministro Leônidas Pires Gonçalves estaria requerendo tempo em cadeia de rádio e televisão *para, amanhã, avaliar a situação do País* e também fazer críticas à Constituinte.

Creio que o povo brasileiro não está interessado *na avaliação do Sr. Ministro, que deve limitar-se* a avaliar seus quartéis e seus soldados.

Gostaria que a Mesa da Assembléia tomasse *providências a este respeito. Muito obrigada.*

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Casa fica inteirada da comunicação de V. Exª

O orador imediatamente inscrito é o nobre Constituinte Cardoso Alves, a quem concedo a palavra

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Nobre Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, esta Casa recebeu democraticamente — como deveria, aliás — todas as influências, desde as mais modestas, partidas de camadas profundas do povo brasileiro, até às mais significativas

Recebemos aqui a Contag, a UDR e o **lobby** dos engenheiros, dos médicos, enfim de todos os profissionais liberais. De maneira muito especial, ouvimos, como se fosse a palavra de um partido, a Ordem dos Advogados de São Paulo Ouvimos também a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Todos falaram como quiseram e sua palavra sempre foi ouvida com respeito e atenção. Falaram todos os sindicatos, federações e confederações empresariais. Todos foram ouvidos por nós.

Pois bem, Sr. Presidente, faltou durante certo tempo e fez-se ouvir ontem o mais importante de todos os **lobbies:** do povo brasileiro política e juridicamente organizado, o **lobby** do Governo,

O Presidente Sarney foi à televisão e por alguns momentos tratou da análise dos nossos trabalhos. Não criticou a Constituinte, de maneira alguma. Manifestou-nos seu alto respeito e consideração. S. Exª criticou, sim, de maneira impessoal e objetiva, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, mostrando a que poderiam conduzir as suas conclusões. Analisou-os, exaustivamente, à luz de dados concretos, de elementos que obteve e de outros que ainda não pôde obter, pois que dependem da reação da sociedade e de dados posteriores.

O Presidente da República tratou os Constituintes, Senadores, Deputados e Deputadas, da maneira mais cavalheiresca e educada, como, aliás, sempre acontece com S. Exª, homem de trato cordial, educado e ameno. Contudo, S. Exª foi veemente no exame dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e dos resultados desses trabalhos.

A meu ver, o Presidente poderia ter ido mais longe do que foi. S. Exª disse em seu pronunciamento o que eu, salvo pequenas exceções, tenho dito da tribuna, no rádio, na televisão, em reuniões com compatriotas.

S. Exª trouxe o **lobby** do povo brasileiro, trouxe a palavra do Governo que preside com honra e dedicação. E qual, Sr. Presidente, a conclusão de S. Exª? A revolta? O ingresso na ilegalidade? A sedição? A subversão? A desordem? Não S. Exª disse que a Constituição não poderia ser a expressão de vencidos sobre vencedores, nem *de um só partido, muito embora este possa ser* o meu partido, o PMDB. S. Exª disse que a Constituição deve ser o resultado do entendimento nesta Casa, *resultante dos diversos vetores sociais,* e deve expressar a vontade da sociedade brasileira como um todo.

A palavra de S. Exª foi sábia e de pacificação. Foi a palavra em favor do entendimento, que já anda a passos largos nessa Casa, sempre sensível a ponderações dessa ordem e que sempre se sujeitou à inteligência e à razão

Portanto, Sr Presidente, não pretendo responder a quem quer que seja, ignoro até as palavras, agora repelidas, dos que foram grosseiros com seus colegas Quero trazer neste instante minha solidariedade ao pronunciamento do Presidente da República, porque S. Exª tem, mais que o direito, o dever — para não ser historicamente cobrado no futuro — de dizer o que pensa o Governo, que é bem informado e dispõe de mais elementos do que qualquer um dos Srs Constituintes a respeito do nosso trabalho

Portanto, minha palavra é de estímulo à participação do Governo e, particularmente, da pessoa do Presidente, sábia e dedicada, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs Constituintes, o Presidente Sarney tenta responsabilizar a Assembléia Nacional Constituinte pelo caos econômico em que se encontra o País. Mas S. Exª se esquece de que disse, em determinado momento, que não iria pagar a dívida externa com o sacrifício do povo brasileiro, e agora faz justamente o contrário. Bilhões de dólares, à custa da contenção de consumo, de uma política determinada pelo Fundo Monetário Internacional, saem mensalmente do País, desmentindo suas declarações oficiais

O Partido Socialista Brasileiro, reunido hoje com sua Executiva, em função do pronunciamento feito ontem pelo Sr. Presidente da República, *resolveu emitir nota oficial, que passo a ler:*

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Nota Oficial

A Comissão Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro torna público seu mais veemente protesto em face das reiteradas tentativas do atual Presidente da República de, valendo-se das regalias nem sempre legais e legítimas do cargo, tentar desestabilizar o processo de reconstitucionalização do País. O Presidente não recua diante do pânico e do conflito institucional que persegue como instrumento preparatório de eventual fratura constitucional.

Nossos problemas derivam da crise do capitalismo agravada pela incompetência larvar do atual governo que optou por uma política anti-povo e anti-Nação, entregando-se de forma subserviente aos interesses dos grupos nacionais e internacionais identificados com a política monetarista do FMI, a desnacionalização de nossa economia, o sucateamento do parque industrial e o arrocho salarial. Os bilhões de dólares desviados do País para o pagamento de uma dívida externa espúria é que são responsáveis pela fome e o desemprego.

Atribuir à Constituinte os males atuais e futuros que afligem à Nação é ato de má fé política que o povo saberá rejeitar.

As críticas à Constituinte decorrem de seus acertos, e o objetivo do Presidente, acolitado pelos interesses de sempre, é pôr por terra as poucas *mas significativas conquistas alcançadas pelos* trabalhadores

O Partido Socialista Brasileiro, no momento em que reitera sua solidariedade à Constituinte e exige de seus membros, especialmente da Mesa Diretora, a reação que reclama a dignidade da vida legislativa e a honra do povo brasileiro, denuncia o Presidente da República como porta-voz do obscurantismo, da reação e do golpe.

O Presidente da República, com o programa de televisão, põe-se, por vontade sua, na contramão da história e da legalidade e é, a partir deste momento, o responsável único pela crise político-institucional que procura alimentar.

O Partido Socialista Brasileiro conclama os demais partidos e o povo brasileiro a cerrarem fileiras em torno da transição, ameaçada pelos que,

representados pelo atual Presidente, lutam contra os interesses do povo e do País.

Brasília, 27 de julho de 1988. — Senador **Jamil Haddad** — Presidente da Comissão Executiva Nacional, **Roberto Amaral** — Secretário-Geral, **Ronaldo Lessa** — Deputado Federal, **Ademir Andrade** — Deputada Federal, **Raquel Capiberibe** — Deputado Federal, **José Carlos Sabóia** — Deputada Federal, **Abigail Feitosa — Valdo Silva.**

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB — BA Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, hoje é um dia importante para a economia do nosso País: está sendo lançada, oficialmente, no Auditório Nereu Ramos desta Casa, a Câmara Brasileira das Empresas de Capital Nacional, que tem o respaldo da Frente Parlamentar Nacionalista.

Deve ser ressaltado, também, o caráter eclético da Câmara, que reúne empresários e tem o apoio de parlamentares de varias tendências ideológicas, num movimento que pretende romper o conservadorismo de entidades como a Fiesp, constituída em sua maioria por representantes de empresas que há séculos passam de pai para filho e por isso não precisam modernizar-se, do ponto de vista sócio-econômico.

A Câmara, Sr Presidente, representa o novo neste País, em contraposição, por exemplo, ao pensamento dominante em entidades como a própria Fiesp, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional da Indústria e a Firjan, que se associaram aos principais grupos multinacionais, na formação de vários **lobbies,** para pressionar a Assembléia Constituinte.

São empresários nacionalistas e progressistas que estão por trás da Câmara, empresários que cansaram de ser espoliados pelo Governo, que não aguentam mais os juros bancários; empresários que não aceitam presenciar a progressiva e crescente desnacionalização da economia brasileira Eles acham que chegou a hora de dar o grito de independência e de partir para a luta do interesse próprio, porque sabem como disse o empresário paulista Ricardo Semler à revista **Veja** de 20 de julho último.

> "É uma delícia herdar indústrias que passam de pai para filho; indústrias que desaparecerão em 10 ou 20 anos se não se modernizarem e não se prepararem para competir. A Fiesp, por exemplo, só quer conservar o que foi acumulado de riqueza e precisa viver um processo de democratização, a fim de que mudem as relações entre o capital e o trabalho no Brasil "

Queremos, por isso, Sr Presidente, saudar com o maior entusiasmo o surgimento da Câmara Brasileira das Empresas de Capital Nacional, por ser mais um movimento que chega para lutar pela democratização do nosso País.

Como integrante do Partido Socialista Brasileiro e estando engajada na luta pela implantação do socialismo no Brasil, vejo particularmente a proteção à indústria e ao capital nacionais como um passo para a luta pela implantação do socialismo.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, o pronunciamento do Presidente da República, ontem, causou ao País e, em particular, a esta Assembléia uma situação de estranheza e perplexidade O discurso de S Exª a uns pareceu ameaça, a outros, advertência, a outros, ainda, uma interferência indevida nos trabalhos desta Casa.

Temos de entender o discurso do Presidente e interpretá-lo dentro das devidas proporções. O pronunciamento do Sr. Presidente da República foi legal. S Exª o fez em função do exercício das suas responsabilidades presidenciais. Se não foi legal, foi lícito ou legítimo E legal não foi, pois não atuou em razão de lei, nem de ofício. Por que não atuou em razão de ofício? Porque esta Casa é soberana. Ninguém pode interferir em seus trabalhos; nenhum outro Poder pode fazê-lo. O Presidente da República promulga as leis ordinárias, mas a Constituição e as emendas constitucionais são promulgadas pelo próprio Congresso e pela Assembléia Nacional Constituinte, em razão da soberania da Constituinte e, por via de consequência, da Constituição.

Não foi legal, mas foi lícito o pronunciamento de S Exª Por que foi lícito e admissível? Porque, promulgada a Constituição no prazo que se espera, S. Exª haverá de governar com ela pelo menos durante um ano. Se houver profundas distorções financeiras, haverá o Presidente de se embaraçar, e alguém haveria de dizer que S Exª se omitiu em não fazer uma advertência. Fora desses parâmetros, não há que se exagerar na importância do pronunciamento do Presidente.

Muitos constituintes não conhecem o Presidente, mas S. Exª é um homem desta Casa, conviveu conosco por longo tempo, na Câmara e no Senado, foi meu vizinho de gabinete durante oito anos. Posso assegurar que talvez haja falhas no seu comportamento, mas ninguém nega ao Presidente uma qualidade: a de ser um democrata, um homem de diálogo.

Uma das causas da crise decorreu, em grande parte, do comportamento do nosso partido. O Presidente procurou governar com o PMDB e, sendo impossível isso, lutou pela divisão. Não sendo S Exª originário desse partido, não tinha compromisso com a sua unidade. Em razão da fragilidade de nossa liderança, o Presidente conseguiu dividir o partido.

Sr. Presidente, peço vênia para ultimar o meu discurso fazendo uma observação. as lideranças estão resistindo a um entendimento. Muitos acham que hoje cairemos no "buraco negro", se este projeto não for votado ou se não obtiver 280 votos. Mas isso é legal? Quero dizer à Casa que a Constituição já está feita e votada. O segundo turno não estuda matéria de mérito nem de substância, apenas omissões, correções e matéria redacional.

Se porventura não chegarmos hoje ao entendimento, a Constituição está pronta e terá de ser homologada. Então, erra quem der mais importância a um dispositivo regimental do que à substância da Constituição

Já cumprimos a nossa meta. Estamos fazendo um trabalho de varredura, de limpeza, mas a matéria doutrinária está completa. Por conseguinte, a melhor doutrina, se esta Casa, por qualquer motivo, não chegar a um entendimento, é ratificar o que foi feito. Nosso trabalho vale e podemos determinar a sua promulgação, feito apenas a tarefa revisional

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, podemos imaginar o que está ocorrendo por trás dessa boataria toda. Ontem S. Exª, o estadista menor José Sarney, deu, mais uma vez, uma demonstração clara da sua incapacidade, da sua incompetência e, sobretudo, do seu inegável apetite pelo poder. Qual seria o resultado de zerar essa Constituição? A primeira consequência seria outorgar mais um ano para Sarney. Essa seria a primeira consequência desse adiamento, de se levar abaixo todo esse esforço feito até agora, um esforço que teve defeitos e limitações, mas que foi muito grande e sério, para dotar o País de uma Carta Magna. E por que Sarney e o "Centrão" querem a Constituição outorgada pelos militares? Obstruir ou tornar letra nula essa Constituição, começar do zero, significará a adoção do mesmo esquema vigente na ditadura, ou seja, a mesma Constituição, com os mesmos homens, com a mesma incompetência e com a mesma corrupção. Está S. Exª no quinto ano do exercício da Presidência e até agora foi incapaz de resolver qualquer problema; mentiu à Nação com o Plano Cruzado, empulhou o País com a questão da corrupção na estrada de Ferro Norte-Sul, denunciada abertamente. Os escândalos se sucedem, e Sarney está certo: para ele o País é realmente ingovernável. Não tem S. Exª capacidade para governar coisa alguma. E o que S. Exª teria de fazer é exatamente, numa atitude patriótica até, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, convocar eleições gerais, agora, em todos os níveis. Mas isso S. Exª jamais terá coragem de fazer, porque quer a continuidade no poder. E S. Exª diz que não pode pagar, que não pode governar, que não pode arcar com o peso das decisões tomadas na Assembléia Nacional Constituinte, mas volta-se, principalmente, contra os pequenos e os tímidos avanços ocorridos na área social. S. Exª não falou, por exemplo, que houve uma tentativa de taxar as grandes fortunas, o que a Assembléia Nacional Constituinte poderia manter e até, de certa forma, aperfeiçoar. S. Exª não falou, por exemplo, dos gastos do programa atômico paralelo, de 2,5 bilhões de dólares, mas falou da miserável aposentadoria daqueles que vêm sofrendo, há muito, as mentiras e a empulhação do poder público.

Sr. Presidente, S. Exª não falou da construção de um artefato atômico na serra do Cachimbo, nem disse que não teve coragem, até agora, de mexer nos orçamentos militares. S. Exª não falou em nada disso; apenas citou os direitos sociais, que seriam praticamente impossíveis de ser atendidos pelo País. Esta Nação é ingovernável, sim, para um medíocre e para um homem que encobre a corrupção. É ingovernável para José Sarney, mas não o é para esta Nação, que colocou aqui os representantes legítimos que estão tentando fazer uma Constituição de acordo com os interesses do povo brasileiro.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de repente, não mais que de repente, como diria o poeta Vinicius de Moraes, eis que toda a Nação ouviu e viu perplexa, na noite de ontem, durante 28 minutos pagos a peso de ouro em cadeia nacional de rádio e televisão (despesa pública que deverá ser paga, mais uma

vez, pelo bolso do povo), as invectivas proferidas pelo Presidente da República, José Sarney, contra a Assembléia Nacional Constituinte, que está respaldada na legitimidade do voto direto do povo brasileiro.

Esquecendo-se ou fingindo esquecer — de que há quase dois anos os Constituintes legitimamente eleitos se empenham em verdadeira batalha congressual para entregar à Nação uma Carta Magna sem os mesmos vícios das anteriores, o Presidente da República armou-se de argumentos equivocados para formular autênticos silogismos à guisa de blefes, para discorrer sobre "as conseqüências negativas" que poderiam provocar os textos da Constituição já aprovados em plenário na votação do primeiro turno, provocando o desemprego, a hiperinflação, o desencorajamento à produção, a indução ao ócio e à improdutividade, além da transformação do Brasil em uma máquina emperrada e ingovernável.

Justificando o aforismo popular de que o pior cego é aquele que não quer ver, o Sr. Presidente da Republica não fez outra coisa senão pintar *a atual realidade brasileira sob a sua administração*, na qual as características mais marcantes são exatamente o desemprego, a hiperinflação *descontrolada, o desencorajamento à produção*, a indução ao ócio e à improdutividade, além tambem de transformar este País numa máquina emperrada e, *por isso mesmo, ingovernável — graças* à falta de comando de um dos governos mais bisonhos da História do Brasil!

Afinal, em *quase quatro anos de mandato indireto*, o que fez de fato o Presidente José Sarney a não ser gastar boa parte de seu tempo tentando interferir de todas as formas, válidas e espúrias, em favor de seus cinco anos de mandato, como se isso fosse assunto prioritário da nova Constituição?

A reposta é óbvia: ficar à margem do caos como se fosse mero espectador, fazendo-se de vítima de uma situação resultante de vários pacotes econômicos frustrantes, entre os quais o mais desastroso foi o tal Plano Cruzado!

Quanto aos ataques proferidos ontem pelo Sr. Presidente da República, as respostas são também mais do que óbvias.

Hoje mesmo, a **Folha de S. Paulo** publica entrevista em que o ex-Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, afirma que os números apresentados pelo Presidente Sarney em relação à Previdência (despesas adicionais de Cz$ 1 trilhão e déficit de Cz$ 630 bilhões para 1989) são "equivocados, precipitados e não saíram da Previdência". Com conhecimento de causa, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães garante que o texto constitucional cria para a massa de benefícios de manutenção compensações que gerou aumento de receita.

O ex-Ministro disse ainda que a Previdência terá seis meses para a apresentar ao Congresso Nacional o plano de benefícios e o plano de custeio, que levarão mais seis meses para serem votados e outros 18 para serem ajustados. Raphael de Almeida Magalhães reafirmou:

> De impacto inicial só mesmo a equiparação do salário do trabalhador rural, que dana despesas de Cz$ 240 milhões, mas em troca a Previdência ganha o Finsocial, que é mais do que isso.

E disse mais: a Previdência fechou o mês de junho com saldo de US$ 1 bilhão (cerca de Cz$ 230 bilhões).

Onde, portanto, há inviabilidade do pagamento dos benefícios aos aposentados apontada pelo Presidente da República?

Independente de superávit ou de déficit da Previdência, o que não é possível continuar é a tabela de pseudobenefícios, na qual um trabalhador de nível técnico que ganha cerca de 70 mil cruzados por mês recebe de aposentadoria cerca de 10 mil cruzados!

Como Deputado eleito por Municípios pobres da Bahia, surpreende-me sobremaneira que o Presidente da República venha falar em contenção de gastos públicos, quando o seu Governo favorece indiscriminadamente vários Municípios baianos "por baixo da mesa", enquanto nega ao honrado Governador baiano Waldir Pires as verbas essenciais a que tem direito. Sobre esse favorecimento, cito apenas um fato que resume o descalabro: o Município de Buritirama, do Vale do São Francisco, emancipado em 1985, recebeu nada menos do que 10 carros do Governo Federal, entre os quais uma Toiota de cabine dupla no valor de mais de seis milhões de cruzados!

E como pode falar de austeridade pública um Presidente da República que autoriza Cz$ 31,6 bilhões, em detrimento de merenda escolar e verba de leite, para a construção do trecho da Ferrovia Norte—Sul entre Açailândia e Imperatriz, ambas no Maranhão, conforme denúncia da Revista **Veja**, nº 27, edição de 6 de julho?

Como se vê, nobres colegas Constituintes, o Sr. José Sarney é um Presidente da República *sem crédito popular para formular críticas* à Assembléia Nacional Constituinte!

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, a maneira como o Excelentíssimo Sr. Presidente da *República se manifestou na noite de ontem* compõe um quadro que é preciso rememorar. No início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, discutimos muito a questão da soberania, e, quanto à soberania, ou se a esquece ou não basta tê-la escrita.

Notamos, na seqüência dos trabalhos desta Casa, que tivemos manifestações e ações buscando atropelar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e não por outra razão. Inclusive cientistas políticos passaram a interpretar a transição brasileira como a mais longa da História, e o Presidente Sarney como obstáculo à transição.

Essas manifestações cresceram quando, mais uma vez, atropelando a soberania, o Presidente anunciou à Nação que ficaria cinco anos no poder. Mais recentemente, vimos o Ministro Antônio Carlos Magalhães pregando a necessidade de se zerarem os trabalhos da Constituinte e, inclusive, na ocasião, foi aplaudido entusiasticamente por diversos líderes empresariais em São Paulo. É uma seqüência de ações atropelando a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Quem não se lembra das ações do Procurador Saulo Ramos, dos prepostos do Palácio do Planalto e de outras forças nesta Casa?

Por isso, acho que neste momento não há necessidade de responder ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, mas é preciso que a Assembléia Nacional Constituinte, por sua Mesa Diretora, dê, perante a Nação, o testemunho dos trabalhos aqui realizados, explicitando o que até agora foi conquistado, numa prestação de contas. Portanto, não entrando no confronto com quem confrontou, não agredindo quem agrediu, mas explicitando, informando. É disso que a Nação carece, porque até o pronunciamento de ontem, mais uma vez, gerou confusão.

Por isso, espero que a Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte preste contas daquilo que gerou tanta discussão no início dos trabalhos, o exercício da soberania, e não apenas a coloque no texto do Regimento Interno como proposta de trabalho.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que infelizmente nós, que esperávamos ver no Presidente José Sarney o grande estadista da transição, a cada episódio vemos somar-se mais a sua postura de estadista do Pericumã. Por tudo isso, o apelo fica para que a Assembléia Nacional Constituinte tenha a defesa correta da sua questão.

O SR. PAULO ZARZUR (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney visitou a República Popular da China dentro de uma ofensiva diplomática que pretende, diante da realidade do concerto das nações, estabelecer vínculos mais estreitos com os principais países.

Não se trata de apenas mais uma viagem do Presidente. Não se pode, pragmaticamente, desconhecer a importância da China no cenário internacional, especialmente agora, quando aquele País reabre as portas para o Ocidente, procura buscar investimentos, realiza importações e possui *inúmeros pontos comuns de interesse com o Brasil*.

Esta visita presidencial é tambem significativa *na exata dimensão em que nosso País busca* o entendimento com todas as lideranças mundiais. Vivemos a era da comunicação e da cibernetica; *não podemos desconhecer as realidades das demais nacionalidades*. Os principais líderes mundiais têm de se conhecer melhor; as diferentes economias necessitam trocar pontos de vista e buscar identificações; e urgente e necessário que o Brasil, oitava potência econômica mundial, não *se acomode e parta em busca de novos mercados*. E a China é, reconhecidamente, um fabuloso mercado para nossos produtos. Basta saber o de que ela tem necessidade, *a fim de que possamos* estudar as condições de atender aos anseios daquela imensa comunidade.

Possuindo um território de dimensão continental, praticamente equivalente ao nosso, todavia lá reside mais de um bilhão de pessoas. Temos muito a aprender com os chineses, com sua história, sua sabedoria multissecular; seus projetos e planos agrícolas. Enfim, essa visita do Presidente José Sarney é marco dos mais importantes para que, não obstante as divergências entre nossas culturas e nossos hábitos, possamos estabelecer relações diplomáticas, afetivas e comerciais mais estreitas. E, graças a isso tudo, fazer com que a convivência pacífica entre as Nações seja uma realidade, em futuro bem próximo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs Constituintes, a violência e o crime organizado atingi-

ram, no Brasil, um nível insurportável. Não há mais segurança nas ruas, nos locais de trabalho e nos lares. O crime tomou conta da vida brasileira, principalmente os crimes violentos e o crime organizado

Cria-se uma verdadeira psicose nacional: é raríssimo encontrar uma família que não tenha um membro que não tenha sido vítima de qualquer forma de violência.

Por esse motivo, o fator insegurança dos cidadãos tem sido o ponto mais abordado em todas as pesquisas feitas auscultando os amedrontados e violentados brasileiros

Como ma consequência dessa insegurança e desse clima de violência, o Brasil já começa a ser visto perante o mundo como um país instável em sua segurança interna e pública, provocando, dentre outros males, o mau conceito de que o nosso País goza perante o mundo, inclusive afugentando os turistas.

Tão mau conceito reflete-se em toda a vida nacional, pela falta de credibilidade de nosso País Não são somente os negócios internos que estão prejudicados, mas principalmente os internacionais, a despeito dos favoráveis saldos da balança de pagamento dos últimos meses. Não se pode desconhecer, contudo, que, embora não divulgado, na raiz da questão, a falta de investimentos, tanto de capital nacional quanto estrangeiro se deve principalmente ao clima de insegurança pública.

O clímax dessa escalada do crime, e, principalmente do crime organizado, denota-se no episódio da Rocinha, no Rio de Janeiro, quando um dos bandidos, ao "tomar posse" do controle daquela favela, afirmou: "a revolução social vai começar nos morros". O que levou o Ministro da Justiça, o jurista Paulo Brossard, a afirmar: "A Rocinha tornou-se uma região onde a polícia, a lei e a ordem não entram".

Se a guerra civil urbana já começou no Brasil, como afirmou o eminente Senador carioca Afonso Arinos de Mello Franco, faz-se mister que o poder constituído combata essa estranha forma de guerrilha Pelo que se depreende dos acontecimentos, tanto o Governador do Estado do Rio quanto o Prefeito carioca acham que o problema está acima de suas alçadas e responsabilidades públicas.

Cabe, portanto, ao Exmº Sr. Presidente da República convocar os Srs Governadores de Estado, os Secretários de Segurança, o Ministro da Justiça e os representantes das Forças Armadas para, conjuntamente, estudarem um meio eficaz de combater e exterminar o crime comum, assim como o crime organizado

No momento não cabe mais discutir filigranas de competência de ação e jurisdição, é necessário que todos os setores envolvidos na área de segurança se unam sob um comando único para pôr cabo a essa guerra suja que a sociedade civil vem sofrendo e da qual é a principal vítima, e que merece e requer o amparo do Estado.

Confiamos na determinação do Presidente Sarney e acreditamos que S Exª não permitirá que esse quadro desolador e desprimoroso continue a atormentar a vida dos brasileiros.

O SR. IVO LECH (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, se observarmos com atenção os últimos tempos da realidade social brasileira, por certo verificaremos que a abastança somente privilegiou aqueles poucos segmentos com a capacidade de obter benefícios especiais na esfera governamental.

Lembro-me de uma frase forte de um ex-Presidente: "A economia vai muito bem, a sociedade é que vai mal".

Sobre tal absurdo firmou-se em nosso País o império tecnocrático.

As intervenções do Governo em quase tudo serviram para gerar uma desumanizada concentração de renda, contrastando com o fato de termos mais de 60% da nossa população ativa percebendo até um salário mínimo, com os valores defasados que sabemos incidentes sobre este tipo de remuneração.

Mesmo no auge do referido processo de marginalização social, que resultou na proletarização da classe média e, via de consequência, transformou proletários em miseráveis e condenou miseráveis à pobreza absoluta, à fome, aos descaminhos do crime, à fatalidade das doenças e tudo o mais que sempre acompanha a degradação humana, mesmo assim, jamais sofremos uma fase tão cruel quanto a presente, com uma inflação que já beira — se não chegou, na verdade, e na verdade ultrapassou — 1% ao dia.

Em recente pesquisa de opinião, o jornal gaúcho "Zero Hora" concluiu ser a derrubada da inflação o maior anseio, a reivindicação mais firme dos rio-grandenses.

Creio que, ao prestar esse serviço, o matutino dos pampas deu-nos mais do que a síntese do pensamento gaúcho: resumiu naqueles números porcentuais todo o reclamo da sociedade brasileira nos quatro cantos da Pátria.

Efetivamente, abisma o País a indiferença com que o Governo vê agravar-se o empobrecimento nacional e se compraz, enquanto isso, na convivência irresponsável com o desabrido galope inflacionário

As providências decantadas pelos atuais gestores da coisa pública constituem uma fraude e uma ilusão

O nosso capital humano está sendo esbanjado pela insensibilidade dos governantes. O potencial brasileiro é, hoje, reduzido à sua expressão mais simples — injusta e desigualmente — conformando nossas autoridades no campo econômico-financeiro a toda sorte de tolices, que destróem, no homem que efetivamente trabalha e produz, os seus melhores valores.

Não fantasio, no terreno das idéias, reclamando igualdade econômica.

Penso num Brasil em que cada cidadão, por si mesmo e pela sociedade que integra, tenha liberdade para expressar seus próprios valores e julgamentos e possa aproveitar ao máximo a capacidade de gerar renda e riqueza

Um dos fundamentos de tal decisão política será que ninguém viva em total desamparo, esmagado por uma condição de pobreza absoluta. Para tanto, não basta o trabalho das pessoas; o Estado precisará prover, em nome da coletividade Deverá conformar-se em ser um mecanismo que a sociedade usará para expressar seus valores.

Este é exatamente o caso em que entrará em jogo a distinção entre mitigar o infortúnio e a redistribuição das rendas, que se processará dentro como fora e além da rede de instituições públicas.

É preciso, urgentemente, que haja poder de compra de parte de toda a população, não apenas da minoria dos privilegiados. Só assim será possível admitirmos a propriedade privada no mercado, pois é o único sistema em que há um mínimo de coerção de um homem sobre outro — o único que pode maximizar a liberdade.

Queremos homens de negócios inovadores, capazes de aumentar as riquezas produtivas da sociedade, tanto quanto repudiamos aqueles que somente pensam em lucros resultantes de suas participações na ciranda financeira institucionalizada pelo Governo e uma das mais ativas geratrizes do descalabro inflacionário

Desejamos homens, em cargos públicos, que possam governar bem, sem se perderem nos desmandos do clientelismo, nem enredados pelo tráfico de influências, apenas beneficiando amigos, companheiros de partido, associados de interesses e outros que tais, sujeitos todos, como presentemente, ao clima de desconfiança persistente no consenso da opinião pública.

A qualidade de vida na sociedade determina-se, no seu todo, pela qualidade de liderança. É um absurdo moral e sociológico a sociedade não dispor dos seus melhores homens à frente de suas principais instituições. Infeliz e lamentavelmente, o absurdo é regra geral no Brasil dos nossos dias.

Não temos, diante da realidade que atropela e esmaga, com a carreta da inflação que perdeu o freio, a maioria populacional, como falar diferente

Há uma importante distinção entre respeito e elogio. Conquanto todos os homens sejam dignos de respeito, nem todos são dignos de elogio.

Respeito o Governo — todos os seus membros — mas não posso elogiá-los, tendo diante de mim o sofrimento do povo, cada dia mais pobre, marginalizado, sem que os governantes demonstrem sensibilidade para preservar seus direitos naturais nem os direitos sociais da cidadania.

Gostaria que esta crítica não se impusesse, e os brasileiros, ao contrário do que hoje em dia ocorre, vivessem livres do estigma da pobreza e da miséria, para cujo despenhadeiro — não sem este protesto veemente — estejam sendo permanente e deslealmente empurrados.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, o Projeto de Constituição consagrou na Ordem Social um capítulo muito especial sobre o meio ambiente, que coloca o nosso País na vanguarda da legislação mundial, com um texto avançado, transparente, para alcançar o equilíbrio da ecologia, como bem de uso comum do povo, essencial e indispensável à sadia qualidade de vida.

Pois bem, a matéria se insere no Capítulo VI, sob o título "Do Meio Ambiente", no art. 228, com o seguinte texto, por si só plenamente explicativo:

> Art 228. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1° Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV — exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V — controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2° Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4° A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5° São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6° As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Este texto resultou de sugestões da comunidade, numa imposição do interesse nacional para proteger a fauna e a flora e criar novos recursos de interesse econômico e social, dentre outros motivos, porque "a natureza não pertence ao homem, o homem pertence à natureza". (Cacique Seathl)

Mas, nesta tarefa de contribuição participativa da sociedade brasileira, quero ressaltar o trabalho desenvolvido pelo co-estaduano Dr. Fernando Rigon, de Concórdia, Santa Catarina, que publicou e divulgou o texto do seguinte teor:

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA NATUREZA:

ARTIGO I: A natureza nasce livre e espontânea e como tal deve ser respeitada pelo homem.

ARTIGO II: A Natureza tem capacidade para gozar dos direitos estabelecidos nesta Declaração, em todas as suas manifestações e sem distinção de qualquer espécie.

ARTIGO III: Toda manifestação da Natureza tem direito à vida, à liberdade e à proteção do homem.

ARTIGO IV: A fauna e a flora não serão submetidas à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

ARTIGO V: Cada floresta é considerada um único ser, não podendo desta forma ser mutilada, à exceção dos casos em que a devastação for fundamental para a vida humana.

ARTIGO VI: Nos casos expressamente permitidos no artigo anterior, os responsáveis ficam obrigados a plantar árvores da mesma espécie ou similar às derrubadas, em áreas de igual extensão àquelas em que houve o desmate.

ARTIGO VII: Nenhuma árvore poderá ser arbitrariamente derrubada.

ARTIGO VIII: Nenhum animal, de qualquer espécie, será mantido em cativeiro, ressalvados os casos em que isso for necessário à preservação da espécie.

ARTIGO IX: A caça aos animais será permitida apenas quando for essencial à alimentação humana.

ARTIGO X: Os mares, rios e lagos devem ser mantidos limpos e livres de qualquer espécie de resíduos poluentes

ARTIGO XI: A pesca predatória não será permitida de nenhuma forma e em nenhum momento.

ARTIGO XII: A poluição do ar jamais poderá atingir índices prejudiciais à saúde dos homens, animais e vegetais.

ARTIGO XIII: A terra utilizada para a lavoura deverá ser tratada rigorosamente de acordo com as normas em vigor, a fim de que seja evitada, a qualquer preço, a erosão

ARTIGO XIV: Os acidentes geográficos, considerados como belezas naturais — quedas d'água, lagos, enseadas e similares —, deverão ser mantidos e conservados pelo homem em seu aspecto original.

ARTIGO XV: A energia nuclear poderá ser utilizada apenas para fins pacíficos, observando-se os mais rigorosos padrões de segurança existentes e desde que não contribua para a destruição da Natureza.

ARTIGO XVI: Todo homem possui um compromisso com o equilíbrio ecológico, o que significa um compromisso com a vida.

ARTIGO XVII: A vida da Natureza deve ser tratada com o mesmo respeito que merece a vida humana.

ARTIGO XVIII: Todo homem deve lutar no sentido da criação de novos parques naturais — municipais, estaduais e federais —, empenhando-se ao mesmo tempo pela conservação e preservação dos já existentes.

ARTIGO XIX: O não cumprimento destes preceitos será punido na forma da legislação vigente.

ARTIGO XX: Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer ação predatória de Estados, grupos ou indivíduos, bem como de atos destinados à destruição dos direitos e liberdades aqui contidos.

Baseada na Declaração dos Direitos do Homem.

Aliás, o Município de Concórdia tem tradição na preservação do meio ambiente, notadamente na administração do atual Prefeito Luiz Susin Marini, que equacionou o aproveitamento do adubo orgânico, evitando a contaminação e a poluição das microbacias hidrográficas e criando condições para reduzir os custos de produção e o aumento da produtividade agrícola.

Ainda na Subcomissão da Ordem Social logrei exito em emenda de minha autoria que determinava à União, aos Estados e aos Municípios estabelecer planos com a iniciativa privada para plantar cem árvores por habitante, a cada quatro anos. Isto representaria para Santa Catarina, inicialmente, cerca de quatrocentos milhões de árvores. Na sequência, a proposta não foi mantida no texto constitucional, mas será renovada através de projeto de lei, oportunamente.

Por outro lado, propus ao Presidente da República que o Ministério dos Transportes cedesse, em comodato, às empresas madeireiras, as reservas técnicas das ferroivias federais para projetos de florestamento. Para se ter uma idéia desta salutar sugestão, na BR-282, entre Florionópolis até São Miguel D'Oeste, há espaço para comportar dez milhões de árvores. Dada a inércia do Minsitério dos Transportes, voltarei, em breve, a este tema, através de proposição legislativa.

Enfim creio que a nova Carta garante as presentes e futuras gerações uma melhor qualidade de vida.

Era o que tinha a dizer!

O SR. ÁTILA LIRA (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Fundação SESP comemorou, neste último 17 de julho, 46 anos de sua instituição. Sua história começa quando o Governo brasileiro e o norte-americano resolveram criar, em 1942, o Serviço Especial de Saúde Pública — SESP, com a finalidade primordial de prestar assistência médica e construir obras de saneamento nas cidades dos vales Amazônico e do Rio Doce. Sua atuação foi tão marcante, Srs. Constituintes, que a hoje Fundação SESP, vinculada ao Ministério da Saúde, juntamente com a Fundação Oswaldo Cruz e a SUCAM, se confunde com a própria história da saúde pública brasileira.

Não necessito dizer os seus grandes feitos, como o isolamento do vírus do dengue, a fluoretação de água nos sistemas de abastecimento, a instalação de redes de esgoto para milhares de brasileiros, a assistência médica prestada a uma população de cerca de 12 milhões de habitantes, a atuação destacada do Instituto Evandro Chagas (hoje um dos Centros de Referência da Organização Mundial da Saúde, no Terceiro Mundo); a Escola de enfermagem de Manaus e tantas outras realizações pioneiras e importantes. O povo brasileiro, principalmente o do interior, das peque-

nas vilas e cidades, bem sabe o que significa a presença de um posto ou de um centro de saúde da F. SESP.

Desde o seu início, em 1942, e pela falta de experiência nacional no tipo de trabalho que iria executar, na época, teve ela de testar, adaptar e desenvolver processos, métodos, estratégias e abordagens para o desenvolvimento de suas atividades de saúde e saneamento. Foram, assim, como exemplo, criadas unidades simplificadas, com pessoal auxiliar exercendo ações médicas delegadas, municipalizados os serviços de saúde e regionalizados através da criação de uma hierarquia de unidades prestadoras de serviço.

Neste momento, em que estamos elaborando a futura Carta política do País, o exemplo da Fundação SESP é da maior valia para que possamos aquilatar aquilo que foi aprovado no primeiro turno de votação, relativamente ao capítulo da Saúde. No momento em que estamos repensando e discutindo a organização institucional do País, cabe aqui registrar o caráter fundamental desse legado: a concepção e a prática de um órgão de saúde pública onde o ensino, a pesquisa e a prestação de serviço são integrados em uma mesma dinâmica.

Sr. Presidente, o povo brasileiro muito deve à Fundação SESP, nesses 46 anos de sua existência. As pequenas povoações e as cidadesdo interior conhecem, bem de perto, sua atuação. Por isso mesmo, quando festejamos essa efeméride, não poderia deixar de registrar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte a pujança de uma instituição que esteve sempre voltada para os interesses maiores da população desvalida deste País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, costuma-se dizer que o País que não cuida dos seus jovens não cuida do próprio futuro.

Não será menos verdadeiro observar que aquele que não zela pela parcela mais idosa de sua população não estará preservando o seu passado nem cultivando as suas tradições.

No instante em que a Assembléia Nacional Constituinte se reúne para apreciar e votar a matéria concernente aos direitos da família, da criança, do adolescente e do idoso, desejo fixar-me, entre tantos outros pontos da maior importância no texto constitucional de 1988, em itens de apoio e defesa de aposentados, pensionistas e idosos.

Em títulos precedentes, já foram estabelecidas algumas decisões referentes aos aposentados e pensionistas, mas não ficou aí esgotado o elenco das medidas possíveis atinentes ao assunto. Deve-se notar que determinadas providências de interesse dos grupos sociais em foco dependem de legislação ordinária complementar e de regulamentação a cargo do Executivo, bem como de adequada condução prática da política geral delineada na Carta Magna.

Ora, ao Poder Legislativo caberá, nessa etapa concreta das ações efetivas de suporte e assistência, tão-somente fiscalizar atentamente a fiel observância dos preceitos constitucionais pertinentes e a cobrança constante de eficiência governamental na sua ação administrativa nessa área.

Evidentemente, não basta conceder aos idosos uma aposentadoria, geralmente insuficiente e até ridícula, como tampouco basta diminuir-lhes um pouco o imposto de renda ou isentá-los do pagamento de passagens de ônibus urbano.

Cabe, sim, à sociedade o dever, que o é igualmente do Estado, de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes a participação e a integração comunitárias, defendendo-lhes o bem-estar e o direito à vida, inclusive quando da ocorrência de doenças graves.

Diga-se, por ser verdade, que é justamente nas situações extremas de carência ou necessidade que menos atuante se mostra o Estado brasileiro.

Impõe-se, pois, uma mudança de atitude, em face dos idosos, dos aposentados, dos pensionistas, dos necessitados, dos carentes de modo geral, amparando aqueles, melhorando os benefícios dos inativos e das viúvas e herdeiros, tudo dentro de uma nova postura, cujo fator determinante e desencadeante será o espírito que nós, constituintes, conseguirmos transubstanciar no texto da novel Constituição.

O restante será consequência.

O SR. GEOVAH AMARANTE (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, frequentemente é a nossa sociedade sobressaltada pelo noticiário a respeito de rebeliões nos presídios, que ocorrem em diversos pontos do território nacional, não dando margem sequer para hipóteses de maior ou menor eficiência dos sistemas carcerários dos Estados ou de abusos de determinadas autoridades.

A insubordinação é generalizada, e tanto costuma explodir no Norte como no Sul, no Sudeste como no Nordeste.

Os meios de comunicação denunciam constantemente a existência de quadrilhas organizadas dentro das penitenciárias e cujos cúmplices atuam desenvoltamente nas grandes cidades, roubando e matando.

Nem guardas ou carcereiros, nem diretores ou policiais militares são capazes de garantir um clima de segurança nos estabelecimentos penais e de darem tranqüilidade às populações ameaçadas por detentos insurretos.

Legislação recente procurou minorar os problemas decorrentes das aplicações das penas privativas de liberdade previstas no Código Penal, na Lei das Contravenções e outras relativas à criminalidade.

A Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que alterou dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40, fixou para a privação da liberdade três regimes: o fechado, o semi-aberto e o aberto, aplicáveis todos à reclusão e os dois últimos à detenção, considerando regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média; regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar; e regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

Este tipo de apenação constitui um significativo avanço, pois, beneficiando os condenados — não reincidentes — a até quatro anos, evita um convívio pouco recomendável com os demais, poupa recursos da administração da justiça e facilita a recuperação, que é o objetivo principal.

A complexidade dos problemas persiste, todavia, em outros níveis.

As penitenciárias e os xadrezes dos distritos policiais continuam superlotados.

A influência dos fatores sócio-econômicos no aumento da incidência dos atos delituosos não pode ser contestada, mas a prevenção através de uma política socialmente mais justa demandará ainda longos anos.

É preciso que se faça com que sejam tomadas providências de caráter urgente, pois os cidadãos nas regiões metropolitanas do País perderam quase totalmente a segurança, não só nas ruas como também dentro de seus próprios lares, tal a audácia e a impunidade de que gozam ladrões, assaltantes, seqüestradores e homicidas.

O que mais estarrece na constatação de tais fatos é o alto grau de marginalização a que as autoridades e a sociedade deixaram cair uma tão vasta camada da população nacional, a ponto de estar-se caracterizando a formação de uma "contracultura" de antivalores que afronta e desrespeita os mais comezinhos princípios de civilidade.

Roubo, assalto, sequestro, estupro, invasão de domicílio, lesões corporais, tortura, homicídio e até chacinas são perpetrados quase diariamente e, não raras vezes, os criminosos integram os quadros ou corporações policiais!

Caminha-se para a mais completa falência moral dos órgãos de prevenção e repressão da delinqüência, revelando-se ainda a inoperância do sistema educacional e a decadência definitiva dos costumes.

Religiões, igrejas, seitas e filosofias demonstram sua importância para fazer regredir a invasão anti-social. Os presídios estão repletos, mas a criminalidade continua a campear.

É lastimável que a solução a curto prazo para tão dramático estado de coisas, acabe sendo, de fato, a construção de novas casas de detenção. A população carcerária vegeta em condições subumanas, causadas pela escassez de espaço, do que decorrem a promiscuidade, as práticas antihigiênicas e doenças graves e epidêmicas como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a qual se afigura como o flagelo do fim do século.

É inegável estar o detento relativamente bem protegido pelas normas do Direito Penitenciário, cujo cumprimento é supervisionado pelos juízes das varas de execução criminal que tenham jurisdição sobre a área respectiva. Os aspectos dramáticos conhecidos levam à conclusão de que suas origens estão, em última análise, no superpovoamento dos presídios, o que torna praticamente impossível às secretarias de Justiça estaduais assegurarem a integridade física e moral dos apenados, por melhor intencionados que estejam os diretores desses estabelecimentos de correição.

Também é evidente que na raiz do problema está a precariedade financeira, com que se debatem talvez todas as unidades federativas, com déficits orçamentários crônicos.

São Paulo parece ser a exceção, pois seu Governo, segundo foi divulgado, está empenhado na edificação de modernos presídios.

Não se insinua, porém, que a União Federal deva tomar a si tal tarefa; mas, na verdade, não deveria omitir-se, pois a crise social abrange o território de todo o País.

Para que se tenha uma idéia precisa e objetiva da gravidade da situação de segurança pública, basta que se examinem os dados apurados e publicados no Anuário Estatístico do IBGE, referente a 1986, onde consta o registro de 258.505 prisões,

das quais 11.121 por homicídios, 27.304 por lesão corporal, 22.704 por roubo e extorsão, 60.880 por furto, 2.420 por estupro e 9.868 por tráfico de entorpecentes.

Havia em 1982, 3.266 estabelecimentos prisionais no País, quase todos n a categoria de presídio, destacando-se o Estado de São Paulo, com 463; a Bahia, com 354; Minas Gerais, com 350; e o Paraná, com 289. Nesse mesmo ano, o número total de presos se elevava a 119.190, recolhidos em caráter provisório, sendo 15.892 condenados por sentença Em São Paulo estavam 24.671; no Rio de Janeiro, 24.613; no Paraná, 12.935; no Pará, 12.262; na Bahia, 9.162; e em Minas Gerais, 5.211.

Entre os motivos determinantes das prisões, destacavam-se o furto, o roubo, o homicídio, a lesão corporal e o tráfico de entorpercentes, com mais de sessenta por cento dos encarcerados.

Esse é o sombrio quadro da realidade social brasileira, que se agrava de ano para ano, atingindo preponderantemente, segundo se verifica dos dados estatísticos levantados, a juventude.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Deputados, está mais do que na hora de tomarmos uma posição séria em relação ao problema da segurança nos presídios, tendo em vista que a população não consegue mais viver com tranquilidade, principalmente nos grandes centros populacionais.

Apelamos para as autoridades no sentido de que tomem as providências necessárias para que esse estado de coisas não prevaleça por mais tempo.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS - RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs Constituintes, acabo de voltar de uma peregrinação pelo interior do Estado do Rio Grande do Sul, onde tive o prazer de estar em contato com dezenas de comunidades Em algumas ocasiões tomei parte em debates onde pude sentir mais de perto aquilo que o nosso povo sente com relação aos problemas que vivemos. Percebi com muita evidência a angústia, a preocupação e a grande intranqüilidade reinante por onde quer que se ande. A demora na conclusão da Constituinte é uma das causas da frustração. A população quer ver concluída a nova Carta, pois tem esperanças nela, embora saibamos que só por si ela não será solução. Todavia, quando estiver em vigor, poderá vir a ser uma ajuda em muitos sentidos, aliviando e melhorando problemas agora existentes, como, por exemplo, a reposição salarial dos aposentados, a aposentadoria para pessoas deficientes e incapazes. Poderíamos citar um grande número de avanços conseguidos. Se, na verdade, em parte, o melhoramento é possível com a promulgação da Constituição, não quer dizer de forma alguma que vamos saciar as grandes esperanças que nasceram em virtude da nova Carta, especialmente os grandes problemas mais em evidência, como a inflação. Este foi um dos assuntos que mais vezes foi levantado nos debates durante as minhas visitas: a grande inflação que está diante de nós, que rói os salários, que inviabiliza investimentos com financiamentos, que é uma incerteza constante do amanhã. Queriam flação, quais as medidas ou providências por parte do Governo e como poderíamos ter uma inflação acima de 20% Mostravam-nos o desequilíbrio existente entre um e outro. produto. Na maioria das vezes o que é produzido não acompanha o ritmo em relação ao que é consumido. A grita é generalizada quanto à inflação, que é o que mais preocupa a população, pelo que senti.

Outro item da mesma proporção, não menos importante e que também preocupa, é o que se refere à corrupção que campeia solta e a fama de desonestidade que se atribui ao Governo e, de modo especial, a cada homem público, que inclui do vereador até o presidente da República

Tenho dito, e continuo dizendo, que não se pode generalizar as coisas. Sempre há exceções. Não concordo com a tese de que todos são iguais. Sei que existem políticos bem intencionados. Sou um deles. Quando aceitei minha candidatura, sabia que era uma missão muito difícil, mas aceitei o desafio com o grande propósito de não vir aqui por interesses, mas, sim, em defesa do bem comum e para o bem de minha Pátria. Caso contrário, não valeria a pena. É preciso ter um coração grande, muita fé e estar possuído de um grande ideal, acima de qualquer interesse pessoal e material.

As perguntas sobre a CPI da Corrupção foram muitas. A população quer saber se houve fraude ou não. Quem são os culpados? Quem vai ser responsabilizado? Por que a CPI recuou? Por que esta Comissão composta de membros do Congresso Nacional, ou melhor, representando o mesmo através do Senado, não termina o inquérito? A população quer saber se tudo isto não passa de boato, ou se existem fundamentos.

Tudo isso deixa, a cada dia, mais desacreditado o homem público. São dúvidas lançadas sem soluções que, por vezes, podem atingir pessoas inocentes. Ou é um processo sério, ou é brincadeira. Acho que com a coisa pública não se pode brincar, muito menos com pessoas Por isso usei hoje desta tribuna para fazer um veemente apelo aos componentes da CPI, meus colegas no sentido de que não abafem aquilo que parecia verdadeiro. Pelo menos a imprensa informou neste sentido a opinião pública. Estão aí reportagens da revista **Veja** mostrando e provando a má aplicação do dinheiro público. Ou o que se publicou é verdade, ou a reportagem é mentirosa. O povo quer saber se houve ou não fraude, corrupção Isto precisa ser esclarecido. A Comissão Parlamentar de Inquérito não pode encerrar seu trabalho sem este esclarecimento, sob pena de fazer grande injustiça a pessoas que não merecem. Esta Comissão deve esclarecer com imparcialidade o que de fato houve, responsabilizando os que devem ser responsabilizados. Se houve desvio de verbas, elas devem retornar aos cofres públicos, pois se trata de dinheiro público. Não pode ficar sem punição; ou se diga para o povo que nada houve, que o que a imprensa publicou foi tudo lorota e mentira, ou se mostrem os culpados. A CPI tem esta responsabilidade, mesmo sendo composta apenas por Senadores. E, por defender isto, na qualidade de constituinte e como representante do povo que sou, desejo saber os resultados, como um dos maiores interessados nessa matéria. Espero que o mais breve possível todos sejam informados, sob pena da desmoralização total desta Comissão. Que sejam convocados todos os que dizem possuir documentação capaz de ajudar a esclarecer, mesmo que sejam documentos contra a própria Comissão, para que então se possa dizer ao públicos que não devem e os que devem também assumir a responsabilidade. É preciso que se reerga a imagem do homem público, tão desgastada.

Esta é a oportunidade, pois, com a conclusão deste inquérito, absolvendo ou punindo, não importa, pois o que realmente importa é que se fale a verdade, que se torne transparente o Poder Público, indo até o fim, doa a quem doer, mesmo que apenas sejam atingidos caluniadores. Estou certo de que esta Comissão composta de ilustres Senadores, irá até o fim. Não silenciarei até que anunciem os resultados.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL — GO Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, faleceu Geraldo de Pina. Seu passamento ocorreu no último sábado, na cidade de Anápolis, onde construiu sólida reputação profissional. Foi sepultado em Pirenópolis, sua terra natal, no domingo.

Membro de antiga e tradicional família goiana, Geraldo de Pina era engenheiro civil, formado no Rio de Janeiro, diretor de empresa construtora e imobiliária e empreiteiro de obras. Foi Secretário de Estado de Viação e Obras em Goiás, Presidente das Centrais Elétricas de Goiás — Celg, e Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado — cargos que honrou com um trabalho eficiente e dedicado e sobretudo pela mais absoluta lisura e honestidade. Militou politicamente no extinto Partido Social Democrático — PSD, facção pela qual se elegeu Deputado Federal, integrando a 6ª Legislatura, de 1963 a 1967

Geraldo de Pina teve, ainda, passagem pela imprensa goiana, como colaborador de diversos jornais, numa época em que seu estilo vibrante fez seguidores.

Retirado da vida pública, ultimamente residia em Brasília, onde foi pioneiro nos tempos heróicos das primeiras edificações, no fim da década de 50 e início da de 60, e onde lecionava matemática, além de dedicar-se a pequenas atividades pastoris em sítio próximo à cidade-satélite do Gama.

O Estado de Goiás perde, assim, uma inteligência rara, um espírito agudo na defesa da causa pública e um político exemplar — o que nos leva a lamentar profundamente a sua morte aos 64 anos de idade apenas.

Esta Casa e o Estado de Goiás estão de luto.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, sabe V. Exª, Sr. Presidente — advogado militante que é — que a advocacia é praticada — como regra geral — sem vínculo empregatício. O profissional é procurado pelo cliente — pessoa física ou jurídica — que apresenta o caso concreto. Em seguida, discutem-se as diretrizes a serem adotadas, objetivando o êxito da pendência e a forma de remuneração do profissional, normalmente feita em três etapas, a primeira, à vista, no instante da contratação do caso; a segunda, na oportunidade da prolação da sentença de primeira instância, e a derradeira quando ocorrer o trânsito em julgado. Esta é a norma nos procedimentos cíveis e comerciais — execuções, ações de despejo etc. — nos de natureza tributária e criminal, variando apenas no setor trabalhista, onde a liquidação da verba honorária é feita — via de regra — na ocasião do pagamento da indenização.

Conforme se vê, o advogado percorre um longo caminho para concluir um processo judicial. E os seus rendimentos são auferidos em cada uma das etapas mencionadas.

Resulta, pois, do quadro acima que o profissional da advocacia não pode ter rendimentos mensais fixos, como ocorre com os assalariados. Assim, é comum o profissional passar dois e até três meses sem auferir renda, bem como obter ótimos rendimentos em dois ou três meses seguidos.

Admita-se, já agora, para argumentar, que certo profissional, nos meses de janeiro a março do ano em curso, obteve uma renda de duzentos mil cruzados e que no período seguinte — abril/junho — recebeu cerca de um milhão e cem mil cruzados Se fossem divididas as quantias acima — duzentos mil cruzados mais um milhão e cem mil cruzados — pelos seis meses de trabalho, o percentual a ser pago ao imposto de renda seria muito inferior àquele que deverá pagar segundo os critérios em vigor — do "Trileão". Assim, somados os rendimentos — Cz$ 1.300.000,00, divididos por seis = Cz$ 216.666,00 — e abatida a parcela mensal recolhida pelo carnê leão, restaria, em cada trimestre, um saldo inferior a quatrocentos mil cruzados, teto de isenção do trileão.

No entanto, segundo a atual sistemática, o contribuinte, em face da renda acumulada nos meses de abril a junho, de Cz$ 1 100 000,00 terá de proceder ao recolhimento de aproximadamente Cz$ 200.000,00, o que é profundamente injusto, revoltante, mesmo, porque estas rendas, como esclarecido no início, resultam de um trabalho realizado no correr de dois, seis, dez ou mais meses.

Urge, pois, corrigir tais distorções, motivo pelo qual se aguarda sejam tomadas as providências cabíveis junto às autoridades fazendárias.

Ressalte claro, portanto, que é imperioso rever a programação do "Trileão" no que se refere aos advogados. Há clamoroso erro enquanto só aplicamos as regras vigentes. Clamo no sentido da revisão, clamo no sentido de sustar-se a sangria desses profissionais liberais, como, no caso, advogados, cujo exercício profissional é árduo; leva anos a sua conclusão e nem sempre se conta com a harmonia do tempo para o fim do recebimento da justa e honrada custa honorária. Ao Ministro da Fazenda o apelo dos Deputados e Senadores em vistas à revisão.

O SR. JUAREZ ANTUNRES (PDT — RJ Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna expressar os sentimentos dos trabalhadores e do povo de Três Rios, Município do Rio de Janeiro, com relação à ameaça do futuro da Companhia Industrial Santa Matilde.

Uma companhia que já chegou a exportar vagões ferroviários e a dar emprego a 20 mil trabalhadores, hoje vive situação difícil, sendo obrigada a reduzir a sua mão-de-obra para 900 operários. E tudo isto não por culpa de sua administração. As causas são bem conhecidas, o Governo Federal recusa-se a pagar o que deve, um montante de Cz$ 2 bilhões por conta de encomendas e descumprimentos de prazos, somando-se a isto a falta de novas encomendas.

É a lei do calote prevalecendo nas práticas governamentais.

Sr. Presidente, não é a primeira vez que assomo a esta tribuna para exigir providências, objetivando resolver o problema da Companhia Industrial Santa Matilde e dos seus trabalhadores. Já encaminhei ao Governo do Estado do Rio de Janeiro documento assinado pela maioria da bancada de Deputados do Rio de Janeiro solicitando interferência junto ao Governo Federal, para que sejam tomadas as providências necessárias. Como resposta e desrespeitando as assinaturas, recebemos o silêncio. Até agora nenhuma atitude foi tomada.

O Governo Federal cruza os braços e tudo indica que interesses de grupos econômicos estão prevalecendo em Três Rios. As forças, obscuras estão fazendo tempestade em copo d'água.

À medida que estas coisas acontecem, o Presidente não se preocupa em gastar milhões e milhões de cruzados para assegurar seus cinco anos na Presidência, mandato que a sociedade não quer. Além disso, várias empresas que pertencem a grupos econômicos poderosos, os chamados cavalheiros que dão golpes de colarinho branco, foram à falência seletiva, e o Governo Federal não mediu esforços para salvá-las, pois, no fundo, estava salvando a "honra" desses mafiosos.

Sr. Presidente, não é essa a solução que podem os trabalhadores nem o colegiado que tenta recuperar a empresa, a Companhia Industrial Santa Matilde. O que eles querem é o direito de trabalhar. Dizem eles:

> "...não queremos que o Governo nos ajude e nem nos salve, como tem feito com os bancos e instituições financeiras, injetando "ríos" de dinheiro... basta dar trabalho, fazendo encomendas, reativar nosso parque industrial."

Diante disso e de todas as dificuldades que os grupos econômicos tentam implementar, solicitamos, em nome do Partido Democrático Trabalhista, PDT, à Assembléia Nacional Constituinte que faça prevalecer a sua soberania e interfira no caso, exigindo do Governo Federal o pagamento de suas obrigações junto à Companhia Industrial Santa Matilde. Com este pagamento será resolvido o problema das famílias dos operários e do comércio local.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ CAMARGO (PFL — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos efeitos mais graves da sociedade industrial contemperânea, corolário do desenvolvimento desordenado e do apetite insaciável da busca ao lucro a qualquer preço, é, inquestionavelmente, a poluição.

Nas grandes cidades, como é o caso de São Paulo, megalópole onde a vida se está tornando insuportável, a poluição do ar, decorrente do monóxido de carbono expelido pelos veículos e dos resíduos industriais, vem provocando graves enfermidades nas pessoas que lá habitam, principalmente problemas respiratórios e circulatórios.

Nesse contexto, só podemos congratular-nos com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente pela simulação realizada no dia 13 deste mês, quando a circulação de veículos particulares na zona central da cidade foi impedida.

Os efeitos da experiência foram alentadores. A população colaborou, e os índices habituais de poluição - da ordem de 3 mil e 800 toneladas de monóxido de carbono diárias - foram reduzidos à metade, a níveis toleráveis pelo organismo humano.

São Paulo, a nosso ver, deu um exemplo de consciência ecológica, pois lá a população sofre na própria carne os efeitos da poluição.

É preciso, dessa forma, que a experiência se repita não apenas em São Paulo, mas em todas as grandes concentrações urbanas do País, promovendo-se a campanha a nível nacional, para que todos, indistintamente, colaborem no combate à poluição, mal típico do tempo em que vivemos e que, a continuar como está, se transformará num autêntico holocausto apocalíptico, destruindo todas as formas de vida.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Seria ausência total de bom senso responsabilizar os grevistas pelos movimentos paredistas, pois a causa da suspensão do trabalho está quase sempre em que ou faltam condições para seu exercício ou o salário não dá para atender às suas necessidades.

Agora mesmo, em Guarulhos, quase metade dos novecentos funcionários da Fundação para o Remédio Popular — Furp, resolveram cruzar os braços, reivindicando cinqüenta por cento de aumento real, vale-transporte, equiparação salarial e cumprimento do acordo coletivo de trabalho.

Como resultado da parede, a produção de medicamentos destinados à população carente caiu setenta por cento, embora a Furp mantenha um estoque capaz de enfrentar a ausência de trezentos empregados.

Com uma área de duzentos e quarenta mil metros quadrados, em Guarulhos, a Furp é o maior laboratório farmacêutico do sistema oficial do País, produzindo cerca de cento e vinte milhões de unidades por mês, de todos os medicamentos essenciais à população carente, dos reidratantes aos antimaláricos, vermífugos e analgésicos, distribuídos gratuitamente por hospitais, postos de saúde, prontos-socorros do Estado e dos Municípios, além de fornecer à Central de Medicamentos, ao INAMPS e a mais de dezesseis Estados.

Não tendo fins lucrativos, comercializa cerca de quinhentos milhões de cruzados remédios, sendo a fundação auto-suficiente, independentemente de qualquer auxílio governamental, embora o coordenador da greve, diretor do Sindicato dos Químicos de Guarulhos, informe que o **Diário Oficial** do Estado publicou o repasse de uma verba de cem milhões de cruzados para a fundação, o que representa dez por cento da sua renda.

É doloroso verificar que uma greve, por mais justa, atinja um setor de fornecimento de remédios gratuitos, prejudicando milhões de doentes, por falta de cumprimento de obrigações laborais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO SILVA (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs Constituintes , está sendo realizado hoje, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, um Encontro dos Empresários Nacionais, promovido pela Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, cujo recente lançamento deve ser saudado como um acontecimentos dos mais

auspiciosos para os superiores e mais legítimos interesses nacionais.

A Câmara chega para contrapor-se aos empresários nacionais utrapassados e aos grupos multinacionais que, no caso dos veículos automotores, segundo informa a revista **Visão**, na publicação "Quem é Quem na Economia", controlam 97% do mercado brasileiro.

A Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, que conta com apoio total da Frente Parlamentar Nacionalista e a adesão maciça dos empresários progressistas, chega também para combater o poderoso **lobby** das multinacionais, tendo de ressaltar que o capital estrangeiro detém, hoje, cerca de trinta por cento da produção industrial do País.

É preciso que se denuncie aqui, Sr. Presidente, que o Palácio do Planalto instruiu o Ministério para atuar junto aos Constituintes em defesa dos interesses das multinacionais. A orientação é no sentido de que se omitam nas voatações do segundo turno.

Tudo isso faz com que renovemos o nosso aplauso ao surgimento da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, cujo surgimento, além de oportuno, é altamente necessário, porque representa importante aliado na luta que progressistas e nacionalistas vêm empreendendo para libertar o Brasil de suas amarras do capital estrangeiro e da opressão ditada pelos grupos multinacionais empedernidos.

O SR. JÚLIO COSTAMILAN (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituinte o pronunciamento do Sr. Presidente da República pela televisão e rádio a todo o País repercutiu intensamente entre os trabalhadores da ativa e aposentados e pensionistas vinculados à Previdência Social brasileira.

Isto porque, entre diversas considerações emitidas pelo Presidente da República, grande parte delas se referiram ao conjunto de conquistas assinaladas no texto da nova Constituição em favor dos trabalhadores da ativa e aposentados, na parte da seguridade social, colocando que a concessão de tais direitos alcança níveis incalculáveis. E apontou que os programas hoje existentes "terão que ser drasticamente reduzidos e cancelados, e será uma grande tragédia, porque atingem os que mais precisam" Dedicou expressivo espaço de sua fala enumerando as conquistas aprovadas pela Constituinte e que já se encontram no texto permanente e nas Disposições Gerais e Transitórias, fazendo-o com estas palavras:

> "A situação da seguridade social é igualmente difícil. Muitos dos seus gastos não podem ser avaliados. Mas a parte calculável permite estimar custos adicionais da Previdência em mais de um trilhão de cruzados por ano (5,6 bilhões de dólares). Já em 1989, com a entrada em vigor dos novos benefícios, a Previdência arcará com o déficit da ordem de 630 bilhões de cruzados, ou 3,5 bilhões de dólares E, ainda mais, nós não podemos quantificar o seguinte: equivalência de benefícios urbanos e rurais, antecipação da idade-limite para aposentadoria dos trabalhadores rurais, aposentadoria proporcional das mulheres aos 25 anos de atividade profissional; pensão ao marido ou companheiro pela morte da segurada; reformulação do cálculo do valor das aposentadorias, tomando-se por base a média dos 36 últimos salários de contribuição; concessão do seguro-desemprego com piso equivalente a um salário mínimo, garantida a preservação do seu valor real; ajuda para a manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda."

É preciso que se diga, desde logo, que estamos há ano e meio trabalhando na eleboração constitucional, que, sustentados pela legitimidade que nos foi outorgada pelo voto direto do povo, temos cuidado para que, antes de aprovar direitos a serem inseridos na nova Carta, buscarmos definir no texto as fontes de recursos para o suprimento dos encargos decorrentes Para isso foram consultadas autoridades especializadas no setor tributário, econômico e financeiro, que, após profundas análises, opinaram pela viabilidade de serem consagrados os direitos contra os quais agora se insurge o Sr. Presidente da República. É estranhável mesmo que o Sr. Presidente tenha dedicado tanto tempo de sua fala a constestar o conteúdo do texto que foi aprovado pela maioria esmagadora do Plenário constituinte e que tem recebido a integral aprovação do próprio Ministro da Previdência, que não aponta como inviável o atendimento das conquistas aprovadas pela Constituinte em sua soberania

Por isso, pensamos que caberá ao Sr Presidente, que respeitamos e prestigiamos pela manutenção do mandato de cinco anos, rever os termos de seu pronunciamento, procurar verificar em profundidade a seriedade dos trabalhos constituintes, buscar as verdadeiras repercussões junto ao povo de suas palavras pelo rádio e televisão, ontem, quando declara que colocar na Constituinte os direitos que apontou, que pelo nosso voto iremos consagrar mais uma vez, "representa mais ainda, o que é mais grave, uma grande frustração nacional daqueles que pensaram que receberam benefícios e que não os vão receber, porque o Estado não terá condições de atendê-los".

Esta revisão se impõe, porque temos agido com o grande objetivo de servir e de corresponder ao anseio popular, e os direitos aqui conquistados serão não apenas respeitados, mas resgatados convenientemente pela compreensão, cooperação mútua e reconhecimento da legitimidade dos mesmos direitos.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, tenho-me preocupado, desde que aqui cheguei, com a situação da agricultura no meu Estado. Essa preocupação tem-se voltado para a cultura do algodão, totalmente abandonada, bem como para outras: a da batata inglesa e a do alho.

Não me esqueci do sisal. Mesmo reconhecendo que sua cotação no meio rural não é muito boa, considero que tenho compromissos com o desenvolvimento da agavicultura, na Paraíba.

Votado expressivamente, nestas últimas quatro eleições, na Região do Curimataú e em Pocinhos, tal circunstância, por si só, me conferia deveres e responsabilidades indeclináveis quanto à luta em favor da cultura do sisal, ponto alto da produção agrícola naquelas áreas.

Como deputado estadual, exercitei todas as ações que poderiam ser agilizadas em benefício do sisal, solicitando da Secretaria da Agricultura do Estado a atuação dos seus quadros no mesmo sentido. Nada foi descurado.

Agora, no encaminhamento dos pedidos na área federal, a cultura do sisal esteve na minha pauta. Encaminhei ofício ao Ministro da Agricultura, solicitando providências em favor da agavicultura, inclusive da fixação de novos preços mínimos Em resposta, aquela autoridade acionou os órgãos competentes do ministério, produzindo-se as informações que seguem: **a)** entre 1980 e 1984, a produção sisaleira, na Paraíba, atingiu cerca de 74% do total das nossas exportações; **b)** nesse período, igualmente, representava a subsistência de 70 mil famílias; **c)** atualmente, todas essas cifras minguaram consideravelmente e não existe qualquer política de pesquisa sobre a agave, na Paraíba; **d)** apenas a Embrapa mantém certa preocupação com o sisal, tendo levantado as necessidades no setor, as quais vão a seguir transcritas:

> "O soerguimento da cultura do sisal, no Estado da Paraíba, depende de ações de três segmentos que estão direta ou indiretamente ligados à cultura, quais seja: ações de ordem política ações do setor privado e ações da pesquisa. Como ações de ordem política, temos: preço mínimo, crédito, cooperativas e redução do imposto. Como ações do setor privado: aproveitamento dos subprodutos celulose e diversificação no uso da fibra do sisal. Enfim, como ações de pesquisa: redução nos custos de produção aumento da produtividade e alternativas de uso dos sub-produtos do desfibramento."

No segmento agrícola, o CNPA, consciente da importância que o sisal representa para a Paraíba e conhecedor dos principais problemas que os agricultores enfrentam no processo agrícola, iniciou pesquisas em 1982 e hoje conta com uma estação experimental, dedicada exclusivamente aos trabalhos experimentais com a cultura do sisal, em Monteiro, Paraíba.

Além da programação instalada na Estação Experimental de Monteiro, o CNPA conta com uma rede de ensaios instalados em propriedades de particulares, com a finalidade de divulgar as tecnologias já geradas como também de ter conhecimento mais detalhado dos principais problemas dos produtores do sisal

Atualmente, as principais ações de pesquisas desenvolvidas pelo CNPA na área do sisal são: 1) banco de germoplasma; 2) introdução de avaliação de cultivares de sisal; 3) sistemas de produção de sisal, envolvendo o milho, algodão e feijão: 4) estudo alternativo de consórcio do sisal com algodão, milho, feijão e gergelim (agave sisalana e híbrido); 5) estudo do espaçamento e densidade de plantio do agave sisalana visando ao consórcio com outras culturas; 6) estudo do espaçamento e densidade de plantio do agave híbrido, visando ao consórcio com outras culturas; 7) influência da frequência e severidade de corte, no rendimento e características de fibra (agave híbrido); 8) influência da severidade de corte no rendimento, ciclo e características de fibra (agave híbrido; 9) influência de mudas provenientes de bulbilhos e de rebentões, no rendimento, ciclo e caractensticas de fibra (agave sisalana); 10) aproveitamento da mucilagem do sisal

para a alimentação animal; 11) apoio técnico no desenvolvimento de máquina desfibradora de sisal; 12) campo de agave híbrido, visando à produção de mudas; 13) viveiro com bulbilho; 14) tratos culturais na cultura do sisal

Como se vê, Sr. Presidente, há necessidade de um grande esforço para reabilitar a cultura da agave, na Paraíba, esforço esse que há de ser conjugado, envolvendo os setores públicos e privado, bem como o respaldo indispensável das conquistas da pesquisa.

Sem esse trabalho, nada se poderá fazer em favor da cultura do sisal, ameaçada de desaparecimento em função da erradicação a que está sendo submetida, progressivamente, por falta de preços compensadores e de melhores condições de plantio.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Assembléia Nacional Constituinte estará, dentro em breve, aprovando o texto definitivo da nova Carta Política brasileira. Dentre seus dispositivos encontra-se um capítulo inteiro que trata da Saúde.

Quando estamos para votar essa matéria, creio ser dos mais oportunos o registro que irei fazer dos 46 anos de existência da Fundação SESP. Criada em 1942, como resultado de um acordo entre o Governo brasileiro e o norte-americano, visando primordialmente a promover obras de saneamento nos vales Amazônico e do Rio Doce, essa instituição representou papel relevante na própria história da saúde pública do País. Dela recebemos um valioso legado de pesquisas nas áreas biomédica, de saneamento e da organização de serviços de assistência médica, sem similar em outras entidades que atuam no Brasil.

A Fundação SESP desenvolve atividades de pesquisa associadas às redes de serviços e já produziu importantes resultados para a saúde pública, como, por exemplo, a criação de técnicas específicas de assistência médico-sanitária, após pesquisa e experimentação de campo, como é o caso da integração do controle da tuberculose e da hanseníase nas atividades básicas de saúde pública; a introdução ambulatorial da profilaxia do câncer cervical uterino; a montagem de bancos de sangue simplificados; o aperfeiçoamento de indicadores de saúde. Essa área de pesquisa cobre atualmente uma ampla variedade de estudos, que vai da pesquisa de arboviroses, na área do Projeto Carajás, à ecologia e epidemiologia da leishmaniose visceral da Região Amazônica Passa, também, pela avaliação preliminar do controle da hipertensão arterial, desenvolvida no Piauí. A propósito, importa ressaltar que os programas de controle de doenças, no Ministério da Saúde, são rotineiramente testados na rede de serviços da Fundação, sob supervisão de seus especialistas.

Em muitos lugares, Sr. Presidente, a Fundação SESP é o único serviço de assistência médica disponível. E, nos últimos anos, fiel às suas origens, ampliou suas ações em áreas de desenvolvimento econômico, a exemplo da hidrelétrica de Tucuruí e dos Projetos Carajás e Jari; em regiões de colonização e penetração, ao longo das rodovias Transamazônica, Cuiabá—Porto Velho e Cuiabá—Santarém. Está presente nos garimpos de Serra Pelada e nas áreas de interesse epidemiológico onde prevalecem doenças transmissíveis, como a malária, a esquistossomose, a hanseníase ou a doença de Chagas.

Lembrar, neste momento, o aniversário da Fundação SESP é, antes de mais nada, resgatar uma parte substancial da história de nossa saúde pública.

A Fundação, Srs. Constituintes, está presente em quase todos os Estados brasileiros; sua rede de hospitais, postos e centros de saúde dispõe de 1.860 leitos; já implantou mais de 1.300 sistemas públicos de abastecimento de água, na maioria em localidades onde a população é inferior a 50.000 habitantes. E, em 200 dessas povoações ou cidades, a população não chega, sequer, a mil habitantes. É um trabalho pioneiro e de idealistas.

Neste momento, quando a Nação brasileira se prepara para enfrentar grandes dificuldades, devemos ter na Fundação SESP um exemplo e um modelo de tenacidade, de bravura, de idealismo e, sobretudo, de confiança em dias melhores que advirão a este grande País, graças ao trabalho ordeiro de seu povo e à obstinação de sua gente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs Constituintes, com a criação do Estado do Tocantins nas votações de 1º turno, foi iniciada a campanha para Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais nos oitenta municípios do novo estado.

Convocado pelas forças populares tocantinenses, aceitei ser candidato ao Governo do Estado do Tocantins, encabeçando uma chapa de união ou não, para implantar a nova administração e construir um estado do qual possamos, os tocantinenses, orgulhar-nos e que sirva de exemplo, pela sua modernidade, aos demais estados brasileiros.

Antes de ser candidato a Governador do Estado do Tocantins, sou Deputado Constituinte consciente de minhas responsabilidades, razão por que não abandonarei esta Casa enquanto não for votada e promulgada a nova Constituição do País.

A candidatura a Governador muito me honra e desvanece, mas a campanha eleitoral, de forma plena, ficará condicionada à conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, até porque, se não tivermos a nova Constituição, não teremos o Estado do Tocantins.

Concluídos os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, com a promulgação da nova Carta Magna, estarei me entregando, de corpo inteiro e em tempo integral, à campanha eleitoral, que haverá de levar as urnas de 15 de novembro a constituírem um Governo inteiramente comprometido com o povo tocantinense e os interesses nacionais.

Ao concluir, Sr. Presidente, fica-me a certeza de que os meus companheiros e o povo tocantinense compreenderão os motivos de minha ausência das praças públicas neste período reservado aos trabalhos da Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, faço uso hoje desta tribuna para abordar assunto que, de uma maneira ou de outra, afeta todo o conjunto da sociedade brasileira.

Trata-se do impasse em que se encontram as negociações entre o Governo e o funcionalismo do Banco do Brasil, o qual vem forçando estes funcionários a se manterem em greve.

Na qualidade de Deputado Constituinte e ex-dirigente sindical bancário, tenho participado de todas as negociações, desde o início do movimento, e cada vez me assusto mais com a intransigência que vem sendo manifestada pelo Governo.

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, a direção do Banco do Brasil já tinha até assinado um protocolo de intenções concordando em firmar acordo nos mesmos moldes do que foi recentemente firmado entre os funcionários e a direção do Banco Meridional, ou seja, o pagamento das URP de abril e maio, na data-base, com correção monetária. É importante observar que um acordo nestes termos não fere qualquer preceito legal, e que o próprio departamento jurídico do Banco do Brasil já se manifestou pela legalidade do mesmo. E é importante que se diga, além de tudo, que esta é a única atitude que o Governo pode tomar, após ter congelado por dois meses os salários dos funcionários públicos, procedimento que, no caso dos funcionários da administração indireta, foi declarado ilegal até mesmo pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Perguntamos, portanto, Srªs e Srs. Constituintes: por que a intransigência? Por que o perigoso impasse nas negociações?

É evidente que a resposta só poderá ser encontrada no terreno das razões políticas inconfessadas.

Estaremos hoje novamente com o Presidente do Banco do Brasil para mais uma reunião de negociação com o comando de greve dos funcionários, composto por dirigentes sindicais bancários de vários pontos do País. Esperamos encontrar, desta vez, uma disposição mais conseqüente e flexível por parte da direção do Banco, em face, inclusive, da inegável força do movimento dos funcionários do Banco do Brasil, cada vez mais dispostos a defender seus salários e sua dignidade.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, o Sr. Sarney, mais uma vez, deu ouvidos a maus conselheiros. A Nação presenciou no seu pronunciamento de ontem, pela televisão, a mais uma demonstração de incompetência, falta de objetividade, vazio de idéias, incoerência. Suas palavras nada disseram de produtivo ou de merecedor de confiança. Mais uma vez o Sr. Sarney procura, deliberadamente, o conflito, o desrespeito, a desetabilização das instituições, a "bordaberreyzação" do Brasil. O triste exemplo da ditadura uruguaia, através da fachada civil de Bordaberrey, não lhe serviu de lição. Nem a lembrança do fracassado golpe de Jânio Quadros lhe traz um alerta sobre os riscos que corre. O Sr. Sarney procura conselhos sobre assuntos civis justamente na área militar. No fundo e na verdade, procura a falência do poder civil.

O problema brasileiro não é a Constituinte. É a incompetência, a incapacidade, os conchavos, o nepotismo de seu Governo. Incompetência porque não encontra soluções, não consegue plane-

jar e agir; incapaz porque é desorganizado; conchavista porque vive de intrigas, mentiras, dissimulações, jogadas políticas; nepótico porque se trata de um clube onde prevalece a norma: para os amigos tudo, para o resto, nem a lei, porque esta pressupõe a justiça.

O País chafurda na miséria maior, que é a descrença em si mesmo, em suas próprias soluções, e o Sr. Sarney brinca de ser Presidente e vai à TV dizer asneiras, bobagens, sem apresentar sequer um dado concreto, uma informação objetiva. Tudo não passa de uma jogada política, porém perigosa. Buscar a confirmação do poder através do Urutu e não da legimitidade do povo é o grande risco. A História não o perdoará.

O Sr. Sarney não sabe o que fazer com mais um ano de mandato e fica inventando coisas, procurando sarna.

Afinal, por que o Governo pagou mais de um bilhão de dólares de juros da dívida externa? Está aí o mais gritante sinal da incompetência do Governo Sarney.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, temos o dever de fazer uma comunicação a este Plenário, a fim de restabelecer a verdade, porque, nesta Casa, sempre nos pautamos por preservá-la.

Referimo-nos ao turno de seis horas e à informação difundida e relatada no parecer do nobre Constituinte Bernardo Cabral, que justifica as rejeições das emendas apresentadas com base na ocorrência de um acordo entre as Lideranças, quando da votação do inciso XIV do art. 7º, do Projeto de Constituição.

Isto não corresponde ao documento estampado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 25-2-88, folha 7623, que registra terem as Lideranças do PMDB, PDT, PTB e PDC votado pela aprovação do inciso apresentado pelo Constituinte João Paulo e o Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, votado pela sua não — aprovação, ficando, assim, configurada a inexistência de um acordo de Lideranças naquele momento.

Registre-se, ainda, que os votos positivos dados por algumas Lideranças vincularam-se ao compromisso de, no segundo turno, ser retirada a palavra "máxima", compromisso não aceito, porém, pela Liderança do PFL.

Reafirmamos, não houve acordo das Lideranças quanto ao inciso referente às seis horas.

Cumpre-nos registrar, ainda, que o ilustre Constituinte Luís Roberto Ponte, um dos representantes do PMDB nesta Assembléia, nesta se manifestou naquela ocasião, propondo que a apreciação da emenda fosse postergada, visando à negociação futura, o que caracterizou também uma discordância sobre o seu teor.

Acabamos de voltar do Pará, nosso Estado natal, onde constatamos os efeitos altamente danosos à economia da região que esse turno de seis horas provocará em atividades como as desenvolvidas pelas indústrias de castanha, madeira, têxtil e atividade pesqueira, que se somam às inúmeras atividades vitais, já devidamente informada aos nobres constituintes.

Por essa razão temos certeza de que a Constituição brasileira não poderá abrigar em seu bojo uma definição que se constituirá em uma exceção no panorama mundial.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. JOSÉ CARLOS GRECCO (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, a instransigência da alta direção da Empresa de Correios e Telégrafos continua impedindo o fim da greve dos trabalhadores em São Paulo, greve que já dura vários dias e que representa um prejuízo diário para a empresa de mais de 60 milhões de cruzados.

Os trabalhadores da ECT, Sr. Presidente, que lutam por uma causa absolutamente justa, que é a imediata reposição da URP dos meses de maio e junho, fizeram várias tentativas de negociar junto aos diretores regionais, mas não obtiveram êxito.

Para que se tenha idéia da gravidade da situação em São Paulo, basta informar que dos 17 mil funcionários dos Correios em nosso Estado, cerca de 14 mil estão de braços cruzados, o que faz com que, a cada dia mais se agravem os prejuízos da indústria, do comércio, dos serviços em geral, dos órgãos públicos e da população paulista, que não agüenta mais a indiferença com que a greve vem sendo tratada pelos dirigentes da ECT.

Desejamos por isso, Sr. Presidente, trazer nossa solidariedade aos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, os quais são sabidamente mal-remunerados e submetidos a condições de trabalho que lembram o tempo do escravismo.

O que consideramos mais grave é que esse regime se constitui em verdadeira exploração da mão-de-obra alheia, por que a ECT é uma empresa que tem faturado alto, já que suas tarifas são reajustadas a intervalos muito curtos, e esse faturamento deveria ser usado pela empresa para melhorar a condição de vida dos seus empregados e de seus familiares.

O SR. MESSIAS SOARES (PTR — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, tendo em vista o pronunciamento do Sr. Presidente José Sarney, em cadeia de rádio e televisão, na noite de ontem, tenho a declarar o seguinte.

Assisti atentamente ao referido pronunciamento e entendi que o Sr. Presidente não pretendeu atacar a Constituinte, mas, sim, alguns pontos da nova Constituição com os quais o seu governo não concorda.

Entretanto, perante a opinião pública, é bem possível que esse pronunciamento seja interpretado como um ataque à Constituinte, o que não seria salutar para o momento de transição que estamos vivendo.

Nos pontos abordados, é compreensível que o Sr. Presidente possa ter razão parcial; jamais total. Pessoalmente, penso que estes pontos deveriam merecer um apreciação mais rigorosa da Constituinte em seu 2º turno, objetivando apurar até onde vai a razão do Governo Federal.

Isto posto, desejo afirmar que é meu propósito votar em favor da aprovação do Projeto, ressalvados, evidentemente, os destaques e preservando as conquistas sociais.

Finalmente, acho que a assessoria do Sr. Presidente falhou; teria sido muito melhor se o gabinete da Presidência da República enviasse um documento contendo todas as preocupações do Governo a cada Constituinte, tornando a matéria muito mais dialogável e propiciando um clima de entendimento entre os Poderes envolvidos, evitando, destarte, qualquer especulação maldosa.

O SR. ROBERTOS D'ÁVILA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, os ataques que o Sr. Presidente da República Sr. José Sarney, perpetrou contra a Assembléia Nacional Constituinte não podem ficar sem resposta.

A fala do Presidente Sarney deixou a Nação perplexa, não apenas pelo seu conteudo, mas também pelo tom excessivamente contundente.

Sr. Presidente, nós, Constituintes, fomos jogados contra a opinião pública como se fôssemos um grupo de irresponsáveis querendo levar o País à ingovernabilidade. Portanto, não podera ficar sem resposta a fala leviana do Presidente da República, que, no alto de sua autoridade, deve ser o último recurso da Nação, e não entrar em confronto aberto contra a Assembléia Nacional Constituinte.

O que na verdade o Chefe da Nação está querendo encobrir é a dificílima situação pela qual está passando nosso País. A inflação disparou, o Governo perdeu o controle da economia nacional e está deixando a população totalmente desesperançada.

Só há um caminho, Sr. Presidente. E todos nós, que temos responsabilidades perante a Nação, precisamos conclamar esta Constituinte para que, num prazo de 90 dias, sejam realizadas eleições gerais no Brasil: de Presidente da Republica a Vereador. A população brasileira deverá ser chamada para escolher os novos caminhos que deverão nortear o País.

Só o voto da população poderá tirar o País desse impasse que ameaça o próprio regime democrático.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 21 e 22 deste mês, a Emater/Mato Grosso, um dos órgãos mais sérios do Estado, foi violentada pela atual diretoria por motivação exclusivamente política.

Nesta empresa, onde a liberdade política sempre foi cultivada pelas administrações anteriores, não interferindo em nenhum momento nas decisões político-partidárias ou ideológicas de qualquer dos seus servidores, vê-se agora indignação com demissões na véspera das convenções municipais dos partidos políticos que fazem oposição ao atual Governador do Estado.

Têm direito a candidatar-se e a não serem demissíveis aqueles que estão filiados a partidos ligados ao Governo estadual. As demissões dos Engenheiros Agrônomos Osmar Froner e Delmonde Reboredo, e do Técnico Agrícola Paulo de Castro, caracterizam a maior agressão à liberdade humana em seus aspectos político e ideológico

Neste País, quando respiramos a plena democracia, no momento em que a Constituinte consagra no texto da futura Constituição a maior liberdade de expressões e atitude, a decisão da diretoria da Emater é indigna relativamente a tudo que está acontecendo na atualidade brasileira.

Como extensionista, um dos fundadores do Sistema no Estado ainda no tempo do ABCAR e Acarmat — comecei como Presidente da Empresa como concorrente político adversário — jamais colocamos o interesse da Emater abaixo das paixões políticas e partidárias.

Outrossim, como único extensionista constituinte, preocupado com a continuidade perma-

nente e efetiva atividade do Sistema, sobretudo na fase difícil que atravessamos, com rumores de extinção ou diminuição das suas tarefas, preocupam-me essas interferências indesejáveis e imorais, de dentro ou de fora da Empresa, prejudicando sobremaneira a solidariedade da classe política e de toda a sociedade à Embrater.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a continuarem as perseguições políticas na Emater/Mato Grosso, a eficácia tão presente na Empresa e a cordialidade tão cultivada entre seus servidores podem desaparecer.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS (PFL — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto a crise econômica atinge proporções alarmantes, com reflexos em todos os setores de produção e segmentos das classes trabalhadoras , permanece a orientação oficial baseada em fórmulas que desconsideram as verdadeiras razões da problemática nacional.

A situação em que se encontra nossa agropecuária exemplifica, com absoluta clareza, quanto a falta de diretrizes consentâneas com os interesses e peculiaridades do setor o conduz ao enfraquecimento, ao lamentável caminho do desestímulo e inevitável paralisação de atividades.

Os pecuaristas e agricultores brasileiros têm demonstrado ao longo do tempo enorme resistência no enfrentamento de duras adversidades e sucessivos reveses, seja com relação a frustrações de safras por problemas climáticos, seja em face de condicionantes financeiras, elevado custo de insumos e crédito, bem assim a própria carência de financiamentos. Mais do que isso, estão permanentemente prontos a atender aos apelos governamentais por aumento da área plantada e da produção de alimentos.

Essa notável força para o trabalho e participação na vida nacional está prestes a exaurir-se. Não que os homens do campo e da lavoura tenham perdido o interesse em produzir e em contribuir para o desenvolvimento do País, como sempre fizeram Pelo contrário, persistem bem nítidos seus sentimentos de patriotismo, sua vocação para continuarem exercendo o nobre papel de proporcionar alimentos essenciais aos brasileiros, assim como parcelas destinadas à pauta de exportação.

O que provoca o desencontro da classe produtora rural, Sr. Presidente, fazendo-a refluir em seus propósitos de mais plantar ou aumentar os rebanhos, é a desconsideração dos atuais governantes para com a agropecuária, os quais, não obstante proferirem discursos conclamatórios e de promessas de apoio, se notabilizam pela adoção de medidas não apenas contraditórias, mas sobremodo prejudiciais aos interesses dessa importante atividade econômica.

O agravamento das dificuldades para os pecuaristas, desde o fracasso do Plano Cruzado, sem que o Governo determinasse providências amenizadoras da situação, revela o atual desamparo desse dedicado segmento, verdadeiramente vítima da desorganização no sistema produtivo processada pela incoerência, estreita visão e caráter populista das ditas diretrizes de política econômica oficial.

Examinemos alguns aspectos ilustrativos do meu relato, Sr. Presidente.

Como se sabe, a pecuária em nosso País deve ser analisada sob dois períodos bem distintos: o da safra, aproximadamente entre janeiro e maio, e o da entressafra, durante os demais meses do ano.

No primeiro, caracterizado por boas pastagens, boi gordo e grande oferta de carne, o preço médio da arroba do boi alcança valores bem diferentes dos praticados na fase seguinte, quando se invertem as condições de mercado, e a menor produtividade implica redução no volume produzido.

De 1980 a 1985, por exemplo, o preço médio de arroba, na entressafra, foi de 22,5 dólares, registrando-se cotações menores em 1982 e 1985, respectivamente, 18,3 e 18,1 dólares, enquanto que, em outubro de 1980, se chegou ao nível de 30 dólares pela arroba do boi.

Todavia, nos períodos da safra, os preços declinam violentamente a patamares de doze e até nove dólares, uma defasagem absurda, pela não-realização de estoques nos momentos certos, como também a não-fixação de um preço mínimo justo e do crédito necessário para investimento e custeio.

Após o Plano Cruzado, tal desequilíbrio tornou-se ainda mais prejudicial aos pecuaristas, uma vez que, acentuadas as deficiências da política governamental, três outros fatores vieram juntar-se à difícil conjuntura: 1) reduz-se sistematicamente o poder aquisitivo da população, fazendo diminuir o consumo de carnes e derivados; 2) os custos de produção, principalmente quanto aos itens industriais, sofrem aumentos escorchantes; 3) aos financiamentos contratados a juros baixos se aplicam reajustes insuportáveis, no momento da liquidação, recebendo o sistema financeiro autorização oficial para acrescentar outras taxas e correção monetária.

A agricultura experimenta idêntica situação de dramaticidade e abandono, Sr. Presidente, em face das mesmas incertezas e decisões insensatas, por exemplo, desastrosas importações de alimentos, como a típica compra de arroz com isenção do imposto que aviltou os preços e inviabilizou a comercialização da safra interna. Um duplo prejuízo à Nação, que teve enfraquecida sua estrutura de produção, ao tempo em que gastava irracionalmente preciosas divisas cambiais.

Pois bem, em 1985, o produtor necessitava vender 68,6 toneladas de soja para adquirir um determinado trator, mas, no ano passado, a mesma máquina equivalia a 77,2 toneladas do produto. No corrente ano, a relação de custos torna simplesmente proibitiva a modernização das lavouras, tamanha a defasagem entre os preços dos bens industriais e as receitas da agricultura, quaisquer que sejam os produtos colhidos.

Do mesmo modo que um pecuarista poderia adquirir, em 1979, uma camionete de serviço por preço correspondente a vinte novilhas de dois anos e meio, enquanto agora referido utilitário compreende o valor de 150 animais do mencionado porte.

Ainda assim, não tivesse a agropecuária alcançado excelente índice de crescimento, graças ao esforço, abnegação e competência dos que nela trabalham, certamente a expansão do PIB no Brasil, em 1987 — de apenas 2,9% — teria sido ainda mais inexpressiva e preocupante.

O Governo precisa repensar profunda e urgentemente o tratamento às atividades do campo e da lavoura.

Antes de tudo, Sr. Presidente, é indispensável formular-se uma verdadeira política que estabeleça objetivos, prioridades e ações, em conjunto com as classes produtoras e representantes de outras áreas, para ter caráter de longo prazo e submeter-se apenas a ajustes, não a alterações geradoras de incerteza como nos dias atuais

Precisamos estabelecer, com clareza, o que, quanto e onde se deve produzir; que parcelas serão destinadas às exportações; como funcionará, e em que volumes, o crédito para custeio e investimento; a formação de estoques reguladores adequados, para a garantia de preços mínimos justos e compatíveis aos custeios reais.

Em outras palavras, é preciso reestruturar todo o complexo de mecanismos institucionais ligados à agropecuária, desde o financiamento ao plantio à etapa da comercialização, sem o que estaremos destruindo capacidade, vocação e potencialidade, que se bem aproveitadas farão o nosso desenvolvimento, como o fizeram em outros países com condições de terra, clima e solo bem inferiores às de nossa Pátria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nova Constituição da República Federativa do Brasil, em fase final de elaboração, por força de diversos acordos, mas em função do constante trabalho de muitos Parlamentares especialmente preocupados com o ensino em nossa Pátria (entre os quais me incluo com orgulho), mas também com a situação específica dos profissionais do magistério, está mantendo — e esperamos que o consiga até sua promulgação — todas as conquistas anteriores do magistério, relativas, principalmente, ao tempo para aposentadoria

Essa conquista específica, que foi introduzida na Constituição de 1967 por iniciativa parlamentar, continuará garantindo ao professor e à professora a merecidíssima aposentadoria aos 30 e aos 25 anos de serviço, respectivamente.

Mais importante do que isto, entretanto, é o fato de que a nova Carta assegurará, na forma que a lei estipular, "valorização dos profissionais do ensino, garantindo-lhes plano de carreira em cada nível, contendo piso salarial profissional e assegurando regime jurídico único para os profissionais em todas as instituições de ensino mantidas pela União".

Com relação à educação, o novo texto constitucional aumentou, significativamente, a soma de recursos a ela destinados, elevando de 13% para 18% da receita da União as aplicações no setor educacional e instituindo novas normas, por sinal de grande alcance social, que merecem ser citadas, a saber:

— extensão do ensino obrigatório e gratuito ao segundo grau (antes só atingia o ensino de primeiro grau), porém de forma progressiva;

— atendimento obrigatório, em creches e em pré-escolas, a todas as crianças de zero a seis anos de idade;

— acesso aos níveis mais elevados do ensino, bem como da pesquisa e da criação

artística, a todos, segundo a capacidade de cada um;

— oferta de ensino noturno regular e adequado às condições do educando; e

— atendimento ao educando no ensino de primeiro grau, através de programas suplementares, para fornecimento de material escolar e didático, de transporte, de alimentação e de assistência à saúde.

Todas essas significativas melhorias, no mesmo instante em que abrem mais oportunidades para os alunos, automaticamente também valorizam de modo significativo a profissão do professor, aumentando a oferta de trabalho e garantindo melhores condições de exercício profissional e melhor remuneração.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NOEL DE CARVALHO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, o Presidente da República vem de desferir contra a Constituinte mais um golpe, de uma série que planejou e iniciou logo após ter arrancado o quinto ano de mandato. E o fez em tom apocalíptico, em nome dos interesses do País, e não do seu governo, diz ele...

Winston Churchill, um dos maiores estadistas deste século, quando os assessores lhe davam a notícia de um discurso proferido contra ele no Parlamento, fazia três perguntas: **quem** disse, o **que** disse e **como** disse. Conforme a resposta à primeira, não passava adiante: se o autor do discurso era pessoa sem crédito ou sem peso político, para que saber **o que** e o modo **por que** dissera?

O Sr José Sarney está ficando de tal modo desacreditado que nós, à semelhança de milhões de brasileiros, nos sentimos tentados a fazer como Churchill: não nos interessam seus pronunciamentos teatrais, que, além do mau gosto, não merecem a menor credibilidade.

A Nação há muito não lhe dá ouvidos, porque se cansou de tantas mentiras, falta de grandeza e provincianismo estreito. Assumindo o Poder, à revelia da vontade do povo, declarou o Sr. José Sarney, solene e textualmente, que o compromisso de Tancredo Neves, de quatro anos de mandato, seria respeitado. Mas, ao mesmo tempo, passou a articular sua permanência no cargo por mais um ano. E hoje, ante a falência de seu governo, espelhada nos desesperados ataques a esta Assembléia, somos levados a pensar que cinco anos já não lhe bastam. Durante mais de dois anos, obcecado até o perjúrio pela idéia de ampliar o seu período, nada o deteve, nenhuma barreira ética, nenhum escrúpulo político. Todo o tempo, intrigou, bajulou, aliciou e corrompeu sem rebuços, num tráfico de influências que passou aos Anais destes tempos de vileza e descrença sob o cínico lema do "é dando que se recebe ..".

Lançando o Plano Cruzado com o propósito único de ganhar as eleições, não hesitou, passado o pleito, em desfazer-se dele do dia para a noite, deixando milhares de empresas na falência e centenas de milhares de trabalhadores desempregados. Só os bancos despediram quase cem mil bancários. Como pode este homem vir agora dizer à Nação que a Constituinte, reprovando seus decretos-leis, em grande parte inconstitucionais, vai provocar o caos jurídico, prejudicando relações de direito constituídas? Depois de ter praticado o maior conto do vigário da história política deste País — talvez só comparável ao de Jânio Quadros —, com que autoridade vem ele falar-nos de respeito a direitos adquiridos? Como pode falar-nos de defesa da economia pública depois de ter elogiado e protegido um Ministro que deu um rombo de bilhões de cruzados ao Tesouro? O que foi apurado? A Comissão de Inquérito do Legislativo foi, ao contrário, sabotada e até ameaçada publicamente pelo condestável do Governo, ao melhor estilo do cangaço político

E os demais escândalos, que provocaram até o veemente protesto da Igreja, porque o Senhor Sarney não dedicou à sua apuração uma parte da ira que despeja sobre esta Assembléia? Como pode ter o desplante de falar agora em prejuízos à Nação quem se omitiu diante do descalabro administrativo e do surto de corrupção que avassala o seu Governo? Onde as medidas de austeridade? Onde os atos de defesa da economia popular que impedissem a desenfreada especulação da alta finança e dos açambarcadores de gêneros alimentícios? Não há administração, hoje, neste País: o que se tem visto, desde os seus primeiros dias, é só politicagem, manobras palacianas e falta de autoridade

Por que não usa o Presidente seu enorme poder de polícia, contido nas leis especiais de repressão dos abusos do poder econômico, ao invés de pretender policiar esta Assembléia? O mesmo homem que a convocou "livre e soberana" pretendeu, desde o início dos trabalhos, recusar-lhe estes atributos, valendo-se dos leguleios palacianos sob a batuta desse "jurista de veraneio" que é o seu Consultor.

Planos de governo e Ministros da Fazenda se sucedem, mas tudo é em vão se a sociedade, se a Nação brasileira não acredita neles, se a inflação continua acelerada, se as medidas para combatê-la sacrificam apenas o funcionalismo público e o contribuinte.

Não há governo quando se aliam no seu titular a falta de legitimidade e de respaldo da opinião pública. Nem pode haver autoridade quando não se dá o exemplo, com atos e não com palavras

Quantos brasileiros terão, hoje, disposição para ouvir essas sensaboronas conversas ao pé do rádio, onde os feitos do Governo e suas mensagens de otimismo soam como moeda falsa aos ouvidos de um povo diariamente espoliado dos frutos do seu trabalho e que se torna cada vez mais inseguro quanto ao dia de amanhã?

Uma Assembléia numerosa e socialmente diversificada, e por isso realmente representativa, não é nem pode ser perfeita; há de cometer seus erros, mas não é o Executivo que irá julgá-los, sobretudo esse Presidente que não foi ungido pelo voto popular.

Só o povo e somente a ele, caberá, no momento das eleições, fazer esse julgamento, razão por que é inadmissível venha o Presidente da República, desvestido de um mínimo de autoridade política e administrativa, pretender arrogar-se o direito de nos dar lições, na tentativa de comprometer-nos com a opinião pública, com o propósito evidente de jogar em cima desta Assembléia a culpa dos erros e desmandos do seu desastrado Governo.

É impressionante verificar o quanto certa grande imprensa e seus poderosos anunciantes, inclusive a alta finança e as multinacionais, fazem coro nessa orquestração comandada pelo Presidente Sarney. Cassandras agourentas, é de pasmar a ousadia com que vêm a público proclamar que o País ficará ingovernável com a nova Constituição, que sequer foi terminada.

Não lhes bastou a intervenção econômica, elegendo uma "bancada invisível", que só veio a Brasília, em duas ou três ocasiões, para votar com o Governo e com o atraso. Querem agora expor-nos ao ridículo universal com a tese de "zerar" tudo e recomeçar de novo.

Só a cogitação de uma tal inconseqüência dá bem a medida do estofo moral e intelectual desses grupos, que ainda nos vêem republiqueta assenhorada por eles, em sociedade com uma elite retrógrada, violenta e egoísta

A uma tal idéia não falta apenas o bom senso; falta dignidade. A dignidade dos que respeitam sua Pátria e a desejam engrandecida e respeitada pelas nações, e não objeto de chacota universal.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi do ilustre advogado Alberto Seguin Dias, colaborador assíduo e competente do jornal **A Província do Pará**, artigo que ele escreveu na página 10 do 1º caderno daquele grande periódico paraense, em suas edições de domingo 28 e segunda-feira 29 de fevereiro próximo passado.

Sob o título "Eletronorte e Celpa Esquecem Baixo Tocantins", tece o articulista considerações da mais alta importância para o meu estado e para toda a Amazônia. Por isso, e para que faça parte integrante dos Anais desta Casa, vou transcrevê-lo em sua íntegra:

"Em 27-7-87, o Presidente da República baixou decreto destinando vultosos recursos para a construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica e da segunda linha de transmissão da Usina de Tucuruí para o Nordeste, visando, com essa medida, suspender o racionamento de energia elétrica na região nordestina, já suprida de energia de Tucuruí através da primeira linha de transmissão construída.

Enquanto isso acontecia, os municípios paraenses mais próximos de Tucuruí, como Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará continuavam precariamente servidos por energia termoelétrica, impossibilitando, assim, o desenvolvimento de uma vasta e rica região do estado que necessita, urgentemente, de energia hídrica para sair do marasmo em que vive mergulhada há longos anos.

Chocado com o esquecimento a que foram relegados os municípios mais próximos de Tucuruí, passamos ao Presidente da República o seguinte telegrama:

"Presidente José Sarney
Palácio do Planalto
Brasília — DF

Momento Vossência destina vultosos recursos construção segunda linha transmissão energia Tucuruí para Nordeste, como filho mocajuba, manifesto estranheza Municípios Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, vizinhos Tucuruí continuem servidos precariamente energia termoelétrica dificultando desenvolvimento Baixo Tocantins. Sentimos orgulho hidroelétrica

paraense contribuir progresso sofrida região nordestina e tristeza não concorrer desenvolvimento comunidades próximas hidroelétrica, quando pequena parcela recursos permitiria Eletronorte estender linhas referidos municípios. Respeitosas saudações Alberto Seguin Dias OAB — PA — 345 — Av. Generalíssimo Deodoro, 1731 — Belém Pará"

Encaminhamos cópias desse telegrama à Associação dos Municípios do Baixo Tocantins — AMBAT, às Câmaras Municipais de Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, sugerindo que todos, prefeitos, câmaras, associações de classe, sindicatos etc., telegrafassem ou oficiassem ao Presidente da República, senadores e deputados, solicitando a inclusão dos referidos municípios no plano de atendimento de energia hidroelétrica que vai beneficiar o Nordeste.

Para surpresa nossa, na última reunião do CONDEL da SUDAM, o presidente da Eletronorte, representando o ministro das Minas e Energia, anunciou o início da construção de um linhão de 800 quilômetros para levar energia de Tucuruí até a região oeste do Pará, beneficiando diretamente os Municípios de Altamira, Santarém e Itaituba, além das localidades intermediárias onde serão implantadas subestações, estando a obra orçada em 800 milhões de dólares e com conclusão prevista para o final de 1989.

"Mais recentemente, a imprensa local vem de publicar que a Celpa vai dar prioridade para o leste e nordeste paraense, fazendo a interligação de Marabá a Rondon do Pará, na Rodovia PA-70, com um total de 240 quilômetros de linhas de transmissão, ligando Ourém a Capanema. Outra ligação importante que a Celpa vai fazer com recursos conseguidos junto ao BNDES, PRONI, Governo do Estado e BIRD, será a de Cametá a Tucuruí, com 203 quilômetros de Extensão.

"Pelo visto, só mesmo os Municípios de Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará não foram lembrados nem pela Celpa nem pela Eletronorte, muito embora as gestões feitas pela AMBAT e lideranças locais junto ao Presidente Sarney, ministro de Minas e Energia, senadores e deputados paraenses.

"O linhão de 800 quilômetros anunciado pelo presidente da Eletronorte vai beneficiar uma região já servida pela Hidrelétrica de Curuá-Una, estando programadas a construção das Hidrelétricas do Xingu, de grande capacidade, e do Baixo Amazonas, para suprir os Municípios da margem esquerda do Amazonas.

"Com o diapêndio de menores recursos a Eletronorte e Celpa fariam a ligação de Tucuruí com Baião, Mocajuba, Limoeiro e Oeiras, principalmente se considerarmos que esses municípios já estão interligados por rodovias, prescindindo, assim, de desmatamentos para passagem das linhas de transmissão, bastando que o posteamento seja feito ao longo das rodovias. Existe, também, a possibilidade de levar a energia de Tucuruí, que já serve Igarapé-Miri, às Vilas, Povoados e Cidades da margem direita do Tocantins, como Curuçambaba, Carapajó, São Benedito, Vila do Carmo, Areião, Mocajuba e Baião através da PA-151, em pleno tráfego.

"Merecem os maiores aplausos os projetos da Eletronorte e Celpa, se suprir com energia de Tucuruí, o oeste, leste e nordeste paraense. Não dá para endender, no entanto, que Municípios vizinhos de Tucuruí continuem a ser atendidos por energia termoelétrica, bastante precária e cara e em períodos curtos, sem atingir 24 horas por dia.

"Esse fato vem impossibilitando o progresso do Baixo tocantins, cujas populações se vêm privadas de desenvolver várias atividades, por carência de energia elétrica confiável. Esse constitui o maior obstáculo à implantação de Centrais Telefônicas em localidades que já comportam uma Central, em substituição aos Postos de Serviço, que funcionam em horários limitados e não permitem ligações domiciliares, que exigem rede urbana e energia elétrica confiável durante 24 horas.

"Fica aqui o nosso apelo para que a Eletronorte e a Celpa, num esforço conjunto, passem a suprir, quanto antes, de energia elétrica de Tucuruí, os Municípios de Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, resgatando, assim, uma dívida que os Governos federal e estadual têm para com a região do Baixo Tocantins."

Era o que tinha a dizer.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs Constituintes, não poderia deixar de manifestar repulsa e tristeza pelo trágico desastre ocorrido com um dos muitos barcos que realizam a navegação nos rios, lagos e baías da Amazônia e particularmente no meu Estado o Pará.

Quero, Sr. Presidente, que conste nos nossos Anais o grave acidente sofrido pelo barco Correio Arari, quando morreram 57 pessoas. Fatos como esse estão se tornando cada vez mais frequentes, sem que sejam tomadas providências sérias por quem de direito, que no caso julgamos ser a Capitania dos Portos.

Segundo relato da imprensa local e de sobreviventes, o barco, que pertencia à Prefeitura do Município de Cachoeira do Arari, mais uma vez deixou o porto com excesso de lotação e de carga, fato presenciado pelo Prefeito do referido Município, Dr. Edir Neves, que tem, assim, uma parcela de responsabilidade naquela tragédia.

A verdade, Sr. Presidente, é que hoje, em meu Estado, dezenas de famílias choram seus mortos, colhidos não apenas pela fatalidade, mas pela imperícia, negligência e irresponsabilidade daqueles que têm obrigação de zelar pela segurança de centenas de pessoas que usam esse tipo de transporte tão comum na Amazônia.

Daqui, Sr. Presidente, não apenas nossas condolências às famílias das vítimas de mais um naufrágio, mas a nossa revolta pelo descaso com que são tratados assuntos tão graves. Tais acidentes, ao longo dos anos, têm ceifado muitas vidas humanas. Pedimos ao Ministério da Marinha, por intermédio da Capitania dos Portos, posições enérgicas, que não devem ficar intramuros, mas devem ser divulgadas ao público paraense, que merece e exige uma satisfação. Gostaríamos ainda de sugerir ao Ministério dos Transportes que seja verificada a possibilidade da construção, em nosso Estado, de um terminal marítimo fluvial, de onde sairiam todas as embarcações que servem a nossa Amazônia, facilitando sobremaneira a fiscalização e a obediência das leis que regem esse tipo de transporte, para que acontecimentos como esse, tão triste e vergonhoso, não mais aconteçam.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil parece falar de um Teatro do Absurdo. Enquanto centenas de funcionários previlegiados viajam ao exterior, mensalmente, sem explicação ao Congresso e à opinião pública, o Presidente anuncia que o país ficará ingovernável. Enquanto o Tesouro socorre os amigos do Rei, o Presidente investe contra alguns pequenos avanços sociais consagrados na Constituinte. Enquanto o Governo Central investe a fundo perdido bilhões e bilhões de cruzados, sob critérios subjetivos e de compadrio, o Presidente ataca a reforma tributária descentralizadora.

Enfim, enquanto subsistem as mordomias e os privilégios, o povo pobre está cada vez mais pobre, e a esperança se transforma na mercadoria mais rarefeita no supermercado da vida.

O poeta-Presidente, ou o Presidente-poeta, precisa despertar de seu sonho acadêmico. O Brasil real — não o Brasil do absurdo — reclama um líder que troque o Parnaso pela planície ressequida dos sem teto, sem escola, sem saúde, sem padrinho e sem sonho.

Afinal, já dizia o grande Cassiano Ricardo, Poeta da Cosmovisão, que o homem não vive, mas sobrevive.

Permita o Presidente da República que os brasileiros sobrevivam. Desprenda-se dos aúlicos, dos maus conselheiros. Retorme às telúricas raízes de sua nordestinidade, exemplo mais cruel da pérfida distribuição da renda nacional.

Permita o Presidente da República, já que viver não é preciso, que naveguemos nas ondas da esperança, ao vento da Democracia, embalados pelo clamor dos gritos — milhões de gritos — dos que têm fome, dos que têm sede e dos que têm fome e sede de justiça.

Ouça o clamor do povo, Sr. Presidente. Não ceda aos sussurros de gabinete.

A Assembléia Constituinte terá seus erros, certamente. Mas não os terá em escala maior do que os do governo de V. Exª Ao invés de tentar fazer naufragar a Nau da Esperança, ajude-a a chegar a porto seguro.

Afinal, navegar é preciso, viver não é preciso.

Era o que tina a dizer.

O SR. ONOFRE CORREA (PMDB — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo registrar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte um fato que, embora à primeira vista possa parecer provinciano, contudo possui profunda significação, pois importa a alteração dos destinos políticos da próspera comunidade maranhense de Barra do Corda. Refiro-me, Sr. Presidente, à sucessão municipal.

A escolha natural recairia na pessoa do Dr. Benedito Terceiro. Todavia, esse ilustre homem pú-

blico foi convocado pelo Governador Epitácio Cafeteira para dirigir a Secretaria de Agricultura, e seu desempenho tem sido de tal monta que o próprio Governador exigiu sua permanência à frente daquela importante Pasta, protelando sua natural candidatura.

A sua projeção política aumentou, dado o arrojo e seriedade com que administra este setor importante E a prova disso é que somos, atualmente, auto-suficientes na produção de grãos, bem como há se de enaltecer a posição de destaque em todo o Nordeste no setor agropecuário. Sua administração moderna e competente, com a ênfase prestada aos pequenos produtores rurais, terá no Maranhão o exemplo de redenção neste setor importante da economia do nosso Estado.

Diante da impossibilidade de contar com essa candidatura natural, mas atenta à projeção alcançada, as lideranças peemedebistas de Barra do Corda escolheram como candidata do Partido à Prefeitura Municipal a esposa do Dr. Terceiro, Drª Darcy. E não se trata de um gesto de subserviência ou de nepotismo. A Drª Darcy é economista e possui larga visão da realidade política da cidade. Mãe de família dedicada, esposa exemplar, cidadã preocupada com os destinos da comunidade, certamente apresenta todos os requisitos para exercer uma boa administração. Possui competência e, aliada à posição do marido, tem todos os requisitos para efetuar uma gestão das mais profícuas.

Com a escolha da Drª Darcy e a permanência do Dr. Terceiro na Pasta da Agricultura, quem acabará sendo beneficiado será o povo de Barra do Corda, que, em pouco tempo, certamente terá um ritmo tal de progresso que se situará entre as maiores cidades do Maranhão.

Barra do Corda, juntamente com Imperatriz, Caxias e Bacabal, possui todas as condições para ser um dos grandes pólos desenvolvimentistas do nosso Estado. Com as forças políticas unidas, o progresso surgirá naturalmente. Com a escolha pacífica da Drª Darcy, toda a comunidade se sentirá estimulada a dar o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento integrado de toda aquela região. Suas potencialidades serão exercidas e, dentro de muito breve tempo, todos sentirão os efeitos positivos de uma administração séria, voltada unicamente para os anseios maiores da comunidade, principalmente dos mais humildes, hoje enfrentando inúmeros problemas de primeira necessidade.

Srs. Constituintes, em breve todo o País conhecerá a vitória esmagadora da Drª Darcy Terceiro como candidata à Prefeitura de Barra do Corda. E estou certo de que aqueles retrógrados ou conservadores que ainda não admitem a participação ativa da mulher na política acabarão por ceder diante da realidade.

Não poderia, contudo, deixar de assinalar um fato: o Dr. Terceiro foi sensível à convocação que lhe fez o Governador do Estado. Sacrificou uma possível vaidade pessoal — a de ser Prefeito em sua terra — para servir, de modo elogiável, a toda a população do Maranhão. E, consciente de suas responsabilidades perante o povo de Barra do Corda, consentiu no lançamento da candidatura de sua esposa. Ela, por sua vez, irá abandonar as comodidades do lar para se empenhar em uma campanha política e, posteriormente, na administração municipal. Está dando um exemplo de civismo ao aceitar sua candidatura.

Desejo, pois, registrar esses gestos de sabedoria política e de desprendimento pessoal, voltados para o bem-estar de toda a comunidade de Barra do Corda. E, ao mesmo tempo, com orgulho de peemedebista, venho saudar a posição sensata dos companheiros daquele Diretório Municipal que, em gesto inteligente, souberam escolher o nome certo, para que o nosso partido, no próximo pleito de 15 de novembro, obtenha uma vitória retumbante.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MANOEL MOREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, a respeito do desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade, afirma o grande pensador McLuhan:

> "Depois de três mil anos de explosão por meio das tecnologias mecânicas e fragmentárias, o mundo ocidental está implodindo. Durante as idades mecânicas, estendemos nosso corpo no espaço. Hoje, após mais de um século de tecnologia elétrica e eletrônica, é o nosso próprio sistema nervoso que estamos estendendo no espaço, num amplexo global, abolindo tanto o tempo quanto o espaço. E rapidamente nos aproximamos das fases finais das extensões do homem, a simulação tecnológica da consciência, quando o processo criador do conhecimento for coletiva e corporativamente estendido a toda a sociedade dos homens, tanto quanto até agora estendemos nossos sentidos e nervos, através dos vários meios de comunicação tecnológicas."

Nesse contexto, sinto-me extremamente feliz e honrado pela oportunidade de poder, desta tribuna, parabenizar o Governador Orestes Quércia e o Secretário de Estado, Deputado Ralph Biasi, em razão das eficientes e profícuas atividades que, inteligentemente, vêm concretizando através da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Na qualidade de responsável pela produção de 50% da pesquisa nacional e pela sua importância no conjunto do desenvolvimento brasileiro, o Estado de São Paulo não poderia ficar privado de uma secretaria específica que promovesse e estimulasse o progresso tecnológico.

O Governador Orestes Quércia, homem determinado, sensível a isso e consciente da grande contribuição que proporcionaria não só a São Paulo, como também ao Brasil, decidiu logo no seu primeiro dia de Governo, através do Decreto nº 26.909, de 15 de março de 1987, desmembrar a Secretaria da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, criando a Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Comungando desse mesmo elevado propósito, o Deputado Ralph Biasi, político competente e de larga visão, assumiu a nova Secretaria, objetivando concretizar sua convicção na continuidade da autonomia universitária, democratizar o acesso às informações científicas e tecnológicas, ampliar a prática do conhecimento para uma melhor qualidade de vida, principalmente no tocante à educação, habitação, saúde, alimentação, transporte, elaborar e executar amplo programa de ação.

O fato extraordinário que realmente me impressiona, Sr. Presidente e Srs Constituintes, o fato que, a bem da justiça e do exemplo, não pode ser silenciado é que o dinâmico Deputado Ralph Biasi já está em plena operacionalização dos objetivos por ele definidos. Para elucidar, desejo oferecer-lhes uma síntese das importantes realizações já consumadas por esse sábio e intrépido Secretário. A Secretaria da Ciência e Tecnologia vem, com absoluto êxito, administrando os seguintes órgãos:

1— Instituto de Pesquisas Tecnológicas — IPT, cuja missão básica é o "desenvolvimento com transferência de recursos", tendo concretizado, só em 1987, 109 projetos, dentre os quais merecem destaque: a. A Industrialização do Interior. A Modernização Tecnológica das Pequenas e Médias Empresas; b. Assistência Tecnológica às Prefeituras Municipais; c. Apoio Tecnológico à Política Habitacional e de Desenvolvimento Urbano; d. Apoio Tecnológico à Política Agrícola; e. Apoio Tecnológico à Política Mineral e de Meio Ambiente; f. Tecnologia de Ponta e outros Programas; g. Tecnologia e Realidade Nacional. Transferência de Tecnologia para outros Estados da Federação; h. Programa de Absorção de Tecnologia Japonesa; i. Programa de Capacitação Laboratorial.

2— Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares — IPEN, cuja finalidade, observando o princípio da aplicação pacífica da energia nuclear, é a realização de pesquisas e desenvolvimentos que permitam ao País o estabelecimento de uma capacitação nuclear autônoma de forma coerente com as necessidades nacionais e com a máxima participação da indústria brasileira, abrangendo quatro áreas principais: a. Materiais e Processos Nucleares; b. Aplicações Nucleares; c. Segurança Nuclear; d. Reatores de Pesquisa.

3— Pró-Minério, cuja função é planejar, executar e articular as atividades inerentes ao setor mineral do Estado, tendo já realizado 62 projetos, cabendo realce para: a. Estudos e Levantamentos Básicos; b. Prospecção e Pesquisa Mineral; c. Tecnologia Mineral; d. Informatização de Bancos de Dados.

4— Departamento da Ciência e Tecnologia — DCET, ao qual compete ordenar o desenvolvimento científico e tecnológico, listando o conjunto de projetos e eventos que merecerá apoio financeiro da Secretaria.

5— Fundação do Desenvolvimento Administrativo — FUNDAP, que concentra seus esforços na elaboração e discussão de propostas e estudos que contemplaram as áreas econômica, financeira e social do Estado, a estrutura formal da administração pública e a administração de seus recursos humanos, incluindo nesse âmbito as atividades ligadas à administração dos programas de bolsas e estágios, valendo destacar: a. Atividades de Pesquisa; b. Atividades de Ensino; c. Atividades de Consultoria Técnica; d. Atividades de Cooperação Técnica Internacional; e. Atividades dos Programas de Bolsas e Estágios; f. Atividades da Área Editorial.

6— Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FUNCET, atuando como instrumento de apoio financeiro ao desenvolvimento tecnológico, tanto no que se refere à pesquisa, ao desenvolvimento de produtos e processos, quanto à implantação e melhoria de sistemas

e controle de qualidade, visando à modernização e aperfeiçoamento da empresa nacional.

7— Serviço Estadual de Assistência aos Investidores — SEDAI, prestando serviços a inventores isolados, pequenas e médias empresas e pesquisadores, nas áreas de propriedade industrial e inovação tecnológica.

8— Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes — CEDIN, concretizando ações de incentivo à criação de empresas de Tecnologia avançada, propiciando a efetivação de pólos tecnológicos regionais, integrando a geração à utilização de tecnologias e facilitando a instalação de novas empresas.

9— Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, elaborando e executando projetos em diferentes setores: a. Ensino; b Prestação de Serviços; c. Pesquisa Científica e Tecnológica; d. Núcleos e Centros de Pesquisa; e. Relações Internacionais; f. Expansão Física; g. Carreiras Funcionais.

10— Universidade de São Paulo — USP, que, além do desenvolvimento do ensino e da pesquisa, atividades-fins da universidade, vem buscando, com pertinácia, o avanço tecnológico, a modernização de recursos e a abertura para a sociedade.

11— Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP, cujo objetivo principal é o apoio à pesquisa básica.

12— Universidade Estadual — UNESP, visando a maior agilidade e racionalidade administrativas, criando, por exemplo, o plano de carreira para os servidores e a Fundação para o desenvolvimento da UNESP-FUNDUNESP.

13— Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, celebrando e administrando importantes convênios e cursos de alto nível.

14— Universidade de Tecnologia de São Paulo, objetivando atender à demanda da população estudantil de baixa renda.

Em suma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, acredito não ser necessário muito esforço para se avaliar o poderio desses dados, bem como a grandeza administrativa deste inolvidável Governador e deste denodado Secretário. São realizações tanto substantivas quanto eloquentes as quais, por si mesmas, já perpetuam os nomes desses dois homens públicos e, sem dúvida alguma, recomendam entusiásticos e merecidos elogios, os quais solicito sejam registrados nos Anais dessa Casa. Parabéns, Governador Orestes Quércia, parabéns Secretário Ralph Biasi.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIOCARLOS MENDES THAME (PFL — SP. *Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a greve dos funcionários dos Correios, deflagrada há 16 dias no Estado de São Paulo, vem causando sérios transtornos ao comércio, à indústria e à população em geral.

O motivo que deu origem ao movimento grevista foi a suspensão do pagamento da URP aos servidores da ECT, referente aos meses de abril e maio. A greve foi o último recurso adotado por aqueles funcionários, depois de terem esgotado todas as tentativas, visando a uma negociação que impediria se caminhasse para essa medida extrema.

A suspensão do pagamento da URP nesses dois meses veio agravar ainda mais a defasagem que já se verificava nos salários dos servidores em geral, pois mesmo com a adoção da escala móvel de salários, como o reajuste salarial é feito **a posteriori**, não consegue proteger adequadamente os salários, ocasionando perdas salariais constantes e consideráveis.

Assim, por considerar a causa dos servidores dos Correios merecedora de um exame mais acurado, haja vista os vencimentos mensais de um carteiro, mensageiro ou executante, que recebem líquidos apenas em torno de Cz$ 21.000,00, para o exercício de uma atividade estafante, formulo desta tribuna um veemente apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, Dr. Antônio Carlos Magalhães, para que receba os representantes dessa laboriosa classe, quando deverá ser examinada pauta contendo as reivindicações que se seguem: reposição salarial de 35,29% de acordo com o índice do Dieese; URP de abril e maio; **ticket**-restaurante equiparado à Telesp, com reajuste trimestral; melhor serviço médico-hospitalar e odontológico; readmissão dos demitidos em movimentos salariais; fim da repressão dentro da ECT; pagamento dos dias parados; não descontar nas férias os dias parados; não descontar os **tickets** referentes aos dias parados e estabilidade de no mínimo 90 dias no emprego, a fim de dar início a negociações visando à busca de uma solução para o problema, já que esses entendimentos, essências do sistema democrático, só contribuirão para que, com firmeza e decisão, seja possível resolver o mais rapidamente possível o impasse oferecido à população de meu Estado, com a pronta regularização dos serviços.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, o Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Agradeceria aos meus companheiros constituintes se ocupassem seus lugares. Há lugares no plenário.

Rogo aos que estiverem nos gabinetes que venham ao plenário. Iniciaremos os trabalhos constantes da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —

A Constituição Cidadã

Quando iniciamos a votação do 2º turno do projeto da futura Constituição, testemunho o trabalho competente e responsável dos constituintes nas subcomissões, comissões temáticas, Comissão de Sistematização e no plenário. Trinta e nove mil emendas estudadas e apresentadas documentam esse extraordinário esforço e o empenho posto pelos constituintes em contribuir conscienciosamente para a qualidade do texto. Foi longa a travessia de 18 meses. Cerca de 5.400.000 pessoas livremente ingressaram no edifício do Congresso Nacional. Quem leva, sem discriminação, contribuição ou crítica a fazer, pôde ou pode tempestivamente fazê-lo. As portas estavam e continuam abertas: é só transpô-las.

Saúdo o Relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome de jurista e sua espartana dedicação (palmas), coadjuvado pelos Relatores-Adjuntos Konder Reis, José Fogaça e Adolfo Oliveira. (Palmas.)

Sem a compreensão e o talento dos líderes partidários não chegaríamos à fase atual de nossos trabalhos. Os funcionários, representados pelo Secretário-Geral da Mesa, Dr. Paulo Affonso, (palmas), e representantes da imprensa merecem nosso reconhecimento.

O projeto submetido a segundo turno é longo — 321 artigos — versando matéria complexa e tantas vezes controvertida.

Inevitavelmente abriga imperfeições, previstas com a instituição de um segundo turno revisionista e pelo número de emendas e destaques apresentados. Existem, reconheço; vamos corrigi-las.

Mas, mesmo na fase atual, o projeto tem muito mais do que nos orgulharmos do que de nos arrependermos dessa Constituição que escrevemos. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

Assinale-se sua coragem em inovar, a começar pela arquitetura original de sua confecção, rompendo padrões valetudinários e enfrentando a rotina e o **status quo**.

Não ouvimos o **establishment,** encarnado no velho do restelo, conclamando, na praia alvoroçada da partida, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Camões para permanecerem em casa, saboreando bacalhau e o caldo verde, ao invés da aventura das Índias, do Brasil e dos Lusíadas e amaldiçoando "o primeiro que, no mundo, nas ondas velas quis em seco lenho". (Muito bem! Palmas.)

Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo. (Muito bem!)

Para não me alongar, reporto-me a alguns aspectos, que reputo inaugurais, do texto ora submetido ao crivo da revisão constituinte.

A soberania popular, sem intermediação, poderá decidir de seus destinos. Os cidadãos apresentarão propostas de lei, portanto nela terão a iniciativa congressual, e também os cidadãos poderão rejeitar projetos aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Portanto, os cidadãos propõem e vetam.

Poucas Constituições no mundo democrático têm essa presença direta e atuante da sociedade na elaboração dos preceitos de império em seu ordenamento jurídico. O Brasil será, assim, uma república representativa e participativa. Teremos a convivência e a fiscalização de mandatos e mandatários a serviço da sociedade.

Após quase 500 anos, o projeto redime a geografia do Brasil.

Nossa geografia é violentada pela concentração nacional de rendas e de competência. (Muito bem!) Nossa geografia é regional, é local e municipal, com municípios maiores do que muitos países.

As urnas dão votos para os governadores e prefeitos adminstrarem. Mas só a autêntica Federação, que estamos organizando, dá o dinheiro para que tais governos dêem respostas às necessidades localizadas. (Muito bem! Palmas.)

Federação é governo junto com o homem, não o homem correndo atrás do Governo estadual ou de Brasília, freqüentemente longínquo e indiferente. (Muito bem!)

Esta alforria, do homem e de seus governantes, foi decretada pela transferência de 47% dos recur-

sos da União para os Estados e Municípios, 21,05% àqueles e 22,05% para estes.

Se não tivéssemos feito mais nada, só com isso teremos feito muito. (Muito bem! Palmas.)

Cooperaremos para reversão da instável e injusta pirâmide social brasileira de 130 milhões de brasileiros carentes na base projetada para o ar e apoiada em seu vértice em Brasília, onde estão os recursos.

Com os hodiernos conceitos de seguridade, estamos entre os sete países que a adotam, instituindo a universalidade dos beneficiários, mesmo aos que comprovadamente não possam contribuir.

Como governar é encurtar distâncias, diminuise pela equivalência a separação entre o trabalhador rural, com oito benefícios, e o urbano, com 32.

Quanto aos 11 milhões de aposentados, foilhes garantido o valor real dos proventos através do tempo, para que não sejam destroçados pela inflação, como hoje ocorre, ocasionando a humilhação, o desespero e a morte.

Srs e Srs. Constituintes, a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis.

A injustiça social é a negação do Governo e a condenação do Governo (Palmas.)

A boca dos Constituintes de 1987-1988 soprou o hálito oxigenado da governabilidade pela transferência e distribuição de recursos viáveis para os munícipes, os securitários, o ensino, os aposentados.

Repito, esta será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. (Palmas.)

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la. Não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada. (Palmas.)

O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.

Viva a Constituição de 1988!

Viva a vida que ela vai defender e semear! (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O Sr. José Lourenço — Sr Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, Srs e Srs. Constituintes, com o respeito que a Nação e a Casa têm por V. Exª, quero, no entanto, discordar de algumas colocações feitas durante um longo período . (Apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Atenção! Vamos ouvir o orador. Peço a atenção da Casa

O SR. JOSÉ LOURENÇO — . por V Exª e por alguns membros do seu partido. Peço, Presidente Ulysses, que Deus lhe dê longa vida, para que, ao nosso lado, assista aos efeitos da Constituição que iremos votar (apupos), texto que ninguém pode dizer que é somente do PMDB. São 559 Constituintes das mais diversas siglas que aqui se encontram sob a Presidência de V. Exª para dar ao País uma nova Carta Magna. (Apupos.) Quantas vezes votei com o partido de V. Exª? Quantas vezes inúmeros peemedebistas votaram juntamente comigo? Quantas vezes votamos todos juntos? O texto muitas vezes indica ser redação de todos e não produto da inteligência de alguns.

Por isso, Sr. Presidente, em nome do meu partido, exijo correções nas comunicações diariamente feitas no **Diário da Constituinte.** Esta não é a Constituinte do PMDB, é a Constituinte do Brasil. (Palmas.) Todos os Constituintes contribuíram para a sua feitura. Todos nós aqui emprestamos o nosso trabalho para o resultado que hoje aí está. Muitos de nós, Sr. Presidente, discordamos de artigos inseridos na Constituição, e V. Exª ainda agora acaba de anunciar que ela necessita de correções — correções que entendo e o País espera que sejam feitas para que a Nação possa, amanhã, qualificar a todos não como peemedebistas, pefelistas, pedetistas ou comunistas, mas como brasileiros dignos da responsabilidade que o povo nos transferiu. (Palmas.)

Presidente Ulysses Guimarães, que Deus nos proteja e inspire para que sejamos dignos da confiança que o povo brasileiro em nós depositou. Que nesta hora maior nos demos as mãos, para que saibamos concluir uma Constituição que esteja à altura do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Muito obrigado pela intervenção, nobre Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vai-se passar à

V — ORDEM DO DIA

Votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição (art. 29, § 4º do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio, Srs. Constituintes, a ordenação da matéria, que é a votação, como sabem, do projeto resultante do primeiro turno, ressalvados os destaques Será feita a votação ressalvados os destaques apresentados, rotina, aliás, adotada na votação da matéria não só nas comissões, mas também no primeiro turno.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V Exª a palavra.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª está anunciando a votação do projeto globalmente ou por títulos?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Estou anunciando, nos termos do art. 29, § 4º do Regimento Interno, a votação em globo do Projeto. Evidentemente, os destaques são ressalvados para votação posterior.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA — Sr. Presidente, quero, então, levantar uma questão de ordem contra a decisão de V. Exª

A meu ver, o fundamento da argumentação do eminente Presidente peca de forma clara e evidente. O art. 29 do Regimento Interno, assim como outros artigos referentes à votação em primeiro e segundo turnos, estão revogados pela Resolução nº 3, de 1988, que é uma peça inteiriça, não uma emenda a artigos do Regimento. Como tal, ela altera toda a matéria regimental, de acordo com as melhores normas da interpretação jurídica.

Essa Resolução, no seu art. 6º e parágrafos seguintes, e no seu art. 9º, estabelece como proceder à votação em primeiro turno — e diz, de maneira expressa por título e, ainda, por capítulo. Quando se refere à votação em segundo turno, ela também disciplina esta fase da tramitação Constituinte. Por quê? Porque no art. 11 e parágrafos dispõe, de forma clara, que a matéria será submetida às normas que indica, revogando assim o art. 29 do Regimento, que trata do mesmo assunto.

A matéria a que se refere o art. 11, constante do Projeto, há de buscar, portanto, na própria Resolução, os seus princípios disciplinadores, e não no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que está, nesta parte, revogado pela aprovação dessa Resolução que globaliza as questões referentes ao segundo turno E tais princípios disciplinadores da Resolução determinam a votação por títulos, como se vê nos arts. 6º e 9º

Direi mais a V. Exª que esta é a tradição brasileira.

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, constante do volume "Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil", publicado pelo Senado Federal, diz no seu art. 42·

> "Impresso e distribuído em avulso, será este parecer dado pela Ordem do Dia da sessão seguinte, para 2ª e última discussão, que será feita por títulos, seções ou capítulos, com as respectivas emendas, a juízo da Assembléia."

Este é o subsídio do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de 1934 Mas se V. Exª ainda quiser, poderá encontrar outro subsídio decorrente do Regimento Interno da Constituinte de 1946, que também, no seu art. 29, determina que o segundo turno há de ser feito através de títulos ou capítulos, e não de forma global, como pretende essa ilustre Presidência.

Sr. Presidente, V. Exª vê que a interpretação do atual texto regimental há de ser aquela em que nos baseamos: é uma peça inteiriça, que altera as normas regimentais como um todo, não só no tocante ao primeiro, mas também ao segundo turno. Não se pode alterar essa peça global, que a Resolução nº 3, querendo feri-la, descumpri-la, desconhecê-la, quando compõe uma sistemática de normas disciplinadoras para a tramitação da matéria.

Além disto, há o subsídio das Constituintes de 1934 e 1946, e estão ainda presentes as decisões anteriores decorrentes do espírito liberal e da flexibilidade de V. Exª, ao resolver questões nas discussões e votações deste Plenário no primeiro turno

Isso é o que se deve esperar agora, no momento em que a Nação está voltada para esta Constituinte, quando se vão comecar debates funda-

mentais sobre questões polêmicas que ainda penderão de decisões deste Plenário

Não é possível que, nesta altura dos trabalhos constituintes, V. Exª venha revogar as normas adequadas, porque liberais, do Presidente Ulysses Guimarães, estabelecidas no primeiro turno de votação, que se impõem juridicamente neste momento magno.

V. Exª provocou os entendimentos e procurou as **démarches,** no primeiro turno, entendendo como fundamental as conversações entre as lideranças. (Manifestações no plenário)

Sr. Presidente, peço a V. Exª que me garanta a palavra, pois o falso espírito democrático de alguns companheiros está-me impedindo de utilizar essa prerrogativa regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Srs Constituintes, ouçam o orador. Peço ao eminente Constituinte que termine sua questão de ordem, para que possamos continuar nossos trabalhos.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA — Será, Sr. Presidente, que querem também revogar o direito regimental de uso da palavra em uma questão de ordem? Creio que não. V Exª, com sua vocação democrática, irá garantir-me a palavra.

Sr. Presidente, como dizia, V. Exª, em várias decisões — é verdade que com o apoio da maioria das lideranças — revelou-se flexível, até de forma excessiva, para conseguir o grande objetivo da Casa: o de votar a Constituição segundo o melhor e maior consenso Agora, se V. Exª colocar globalmente em votação esse Projeto, estará revogando, na essência e na substância, as possibilidades de entendimento e de conversações, assim como as convergências que devem existir entre os líderes, para que esta Casa vote no segundo turno, como o fez no primeiro, um documento constitucional que tenha o respeito, o apreço e nenhuma contestação de qualquer grupo político, dentro ou fora da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, baseado em normas jurídicas e regimentais, que me parecem as prevalecentes e predominantes neste instante, e baseado na tradição liberal de V Exª, revelada, sobretudo, na Presidência do primeiro turno, deixo aqui um grande apelo — ao Presidente Ulysses Guimarães — que há pouco demonstrou, através das suas palavras, grande amor ao trabalho que aqui se faz — no sentido de que reconsidere sua decisão e permita que esta Casa vote o Projeto, em segundo turno, título por título, pois esse tem sido o caminho democrático das articulações, dos entendimentos em busca de um consenso e de uma decisão realmente autêntica, na elaboração da futura Constituição que há de reger o Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim, para contraditar. Depois, decidiremos a questão proposta.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS Sem revisão do orador.) — Sr. Presedente, para a decisão da questão, impõe-se necessariamente a análise objetiva do texto da Resolução nº 3/88. É de se observar que essa resolução, no seu art. 6º, disciplina toda a votação em relação ao primeiro turno e, no **caput** do art 2º, começa a tratar do assunto do segundo turno, dizendo que, "concluídaa votação do projeto, das emendas e dos destaques, o relator redigirá o vencedo, para sua apreciação em segundo turno".

A seguir, nos parágrafos, disciplina o cabimento das emendas e diz, também, como se irá proceder a discussão No § 4º estabelece:

> "Encerrada a discução, o relator emitirá parecer sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco) dias, sendo a matéria, depois de publicada, submetida a votação."

Portanto, o art 2º, que regulamenta o segundo turno, no que diz respeito à votação, foi absolutamente silente. Nada disse. Mas afirmo também, no seu art. 15, que se revogam as disposições em contrário.

Ora, Sr, Presidente, sabemos que a Resolução nº 3/88, que integra o Regimento Interno, só o revoga naquilo em que lhe for contrária.

Diz o Regimento Interno da Constituinte no § 4º do art. 29, referindo-se ao segundo turno:

> "A votação do projeto far-se-á em globo, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos, procedendo-se ao encaminhamento na forma do disposto nos §§ 1º e 2º do art 27 deste Regimento."

Sr. Presidente, a Resolução nº 3 é omissa no que diz respeito ao procedimento do segundo turno Portanto, não revogou o § 4º do art. 29 do Regimento, posto que a Resolução nº 3 não tem disposição em contrário.

Dessa forma, Sr. Presidente, é incabida a questão de ordem suscitada pelo eminente Líder Bonifácio de Andrada. Devemos dizer claramente que essa votação em globo — e o PMDB afirma esta esperança e este desiderato — não impedirá as nossas negociações, que foram sempre abertas no primeiro turno e o serão, totalmente, no segundo turno, porque saberemos produzir, nesta Casa, a Constituição para o futuro deste País. (Palmas)

O Sr. Paes Landim — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, contraditando as palavras do eminente professor.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª quer contraditar a contradição. Dou a palavra a V. Exª para, depois, passarmos à decisão do assunto.

O SR. PAES LANDIM (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o eminente Prof. Nelson Jobim, ilustre constitucionalista, esqueceu que, acima das regras regimentais e das instruções da Presidência, está o texto da Emenda Constitucional nº 26, que, ao convocar esta Constituinte, diz claramente, no art. 3º, que oprimeiro e o segundo turnos serão discutidos e votados. Não criou ela qualquer distinção entre um e o outro, nem qualquer norma Ainda que o Regimento o permitisse, não poderia contrariar a Emenda Constitucional nº 26

Diante disto, Sr. Presidente, o segundo turno, de acordo com a emenda constitucional, deveria ser votado nas mesmas condições do primeiro. Acho que prevalece o espírito e a regra da Emenda Constitucional nº 26.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos decidir a questão de ordem nestes termos: a Resolução nº 3 colocou-se sobre a epígrafe de alterar, não de substituir. Não foi substitutiva do Regimento vigente.

O § 4º do art. 11 estabelece que, ultimada a votação do primeiro turno, a matéria será submetida a votação.

O § 4º do art 29 reza o seguinte:

> "A votação do Projeto far-se-á em globo, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos, procedendo-se ao encaminhamento na forma do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 27 deste Regimento."

Portanto, é inequívoco, claro e cristalino que não há qualquer dúvida sobre **legem habemus**. Temos um texto escrito, que não foi revogado. Verifica-se que as modificações propostas surgiram como parciais, como emendas, como alterações, e não como substituições. Não há como o Presidente da Casa deixar de respeitar um texto claro, categórico, que basta lê-lo — é insuscetível de qualquer interpretação.

Desejo dizer que o texto, a meu ver, é de sabedoria manifesta, porque o projeto tem a manifestação da soberania da Assembléia Nacional Cosntituinte. Não é o projeto do "Centrão", nem o da Comissão de Sistematização; é um projeto já articulado, composto com um sistema, doutrina e filosofia, como um todo. Se votássemos agora, parceladamente, Capítulos ou Títulos, na eventualidade de ser revogado um capítulo, como iríamos proceder? Aí, sim, desrespeitaríamos a convocação, estabelecendo um terceiro turno, o que é imposível. Poderia até configurar-se dentro dessa hipótese, o chamado "buraco negro", ou a impossibilidade da existência de um capítulo ou título da Constituição.

Por todas estas razões, inclusive pela circunstância de que ao Projeto foram apresentadas 1.844 emendas, a votação se fará sem prejuízo das emendas destacadas. Portanto, há plena possibilidade de se fazerem as alterações desejadas.

Por último, a Mesa ressalta que, em 28 de junho portanto há quase um mês, se não há um mês, para que não houvesse surpresa, e até então nenhuma observação havia sido feita, esclareceu que iria cumprir o Regimento no que diz respeito à votação do segundo turno.

Vamos passar à votação.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira. Rogo, no entanto a S. Exª que não se pronuncie sobre a questão de ordem já resolvida pela Mesa.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tenho dois assuntos a abordar. O primeiro é o seguinte: o respeito que V. Exª merece de toda a Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo deste Constituinte, que tem recebido de V. Exª toda deferência.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É verdade. Dou testemunho disso, e a recíproca é verdadeira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA — Gostaria de dizer a V. Exª que a Resolução nº 3, que alterou

o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo o art. 29, que foi substituído nesta Resolução pelo art 11, em nenhum momento, menciona votação em globo. Assim, Sr Presidente, essa é a interpretação de V. Exª. Então, pediria a V. Exª, que tem sido guardião da Constituinte, que submetesse à decisão do plenário a questão, para saber se o Projeto vai ser votado em globo ou por título. Essa era a primeira questão de ordem.

A segunda, Sr. Presidente, é a seguinte: por se tratar de matéria dessa natureza, quando se decidir a todo o projeto de Constituição, ressalvadas as emendas e os destaques, perdiria a V. Exª que esse assunto fosse encaminhado, de acortdo com o art 6º, por todos os Líderes de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem baseada na Emenda Constitucional nº 26, no art 63 do Regimento Interno, e no parágrafo único do art. 8º do Projeto de Resolução nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Emenda Constitucional nº 26 estabelece, no seu art. 3º.

> "A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte."

O Regimento básico — e V. Exª acaba de dizê-lo em vigor — dispõe, no seu art 63, sobre os processos de votação:

> "Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo ou de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo."

O Projeto de Resolução nº 3 apenas desdobrou e explicou o mecanismo da interpretação, ou seja, como deve ser apreciada a votação de destaque de votação em separado. O parágrafo único do art. 8º diz:

> "A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja esse **quorum,** será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto."

Ora, Sr. Presidente, estão em vigor o art. 63 do Regimento básico e o parágrafo único do art. 8º, do Projeto de Resolução nº 3, porém sobrepaira o que dispõe a Emenda Constitucional nº 26, isto é, que os dois turnos são iguais e que o texto básico a ser votado tem de ser aprovado em dois turnos iguais Estranho, portanto — por isso levanto a questão de ordem para que V. Exª a acolha — que V. Exª nos tenha dirigido correspondências na qual diz não caber no segundo turno destaque de votação em separado. Por quê? Em que dispositivo regimental V. Exª se baseou para dizer isso? O art. 63 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e o parágrafo único do art 8º dizem que cabe. Ademais, se esta interpretação de V. Exª prevalecer — creio que isso ocorrerá — haverá uma situação extremamente curiosa: ao aprovar o projeto em globo, temos de dizer "sim" ao que queremos aprovar e também ao que não queremos, uma vez que não podemos fazer o destaque de votação em separado. O destaque simples não compadece no caso da matéria constitucional, por ser aprovada em globo. Porque, ao dizer "sim" à matéria que vou aprovar em globo, estou dizendo "sim" a todas as imperfeições que quero retirar, e o destaque obriga-me, para suprimir, a obter 280 votos, quando o que diz a emenda constitucional é que o texto é que tem de ser aprovado por 280 votos, e não a emenda supressiva

Por todas essas razões, inclusive para marcar posição da mais alta importância, gostaria que V. Exª, que é jurista, sentado ao lado de outro jurista, explicasse a todos nós, não numa decisão solitária e soberana, mas numa decisão jurídica, por que resolveu, mudando a regra do jogo, não colocar os destaques de votação em separado existentes no primeiro turno. O segundo turno é igual ao primeiro quanto aos mecanismos de votação. Então, por que destacar para votar em separado a matéria no primeiro turno, se não poderemos votar em separado a matéria no segundo? É essa a questão de ordem que dirijo a V. Exª, esperando, naturalmente, ou o acolhimento, ou a explicação que satisfaça a todos.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a contradita é uma questão de lógica formal. Foi definido pela Mesa que o projeto será votado em duas votações, como determina a emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Será votado globalmente para, exatamente, tendo 280 votos, se considerá-lo aprovado, salvo os destaques supressivos. Isso não se encontra apenas no Regimento aprovado por nós, mas também na alteração feita pelo "Centrão" Ou seja, no segundo turno só cabem emendas supressivas. Por quê? Para não criarmos a figura do terceiro turno. São supressivas para retirar, porque ressalva de um texto votado no primeiro turno e aprovado por mais de 280 votos. Agora iremos votar em, globo, item aprovado também por 280 votos.

Não cabe, portanto, repito, por questão de lógica, a argumentação de S. Exª Se fosse verdadeira sua argumentação, isso deveria ter sido colocado tempestivamente, na ocasião em que saíram publicadas as normas para a tramitação do segundo turno, quando se convocou a Constituinte, com prazos determinados para a apresentação de destaques. Mas isto não foi discutido. Ao contrário, todos estavam tranqüilos, pois só caberiam emendas para corrigir erros de redação, omissão ou supressivas. E essas tendo de ser apresentadas individualmente e com 280 votos em plenário, para, aí sim, se resguardarem os dois turnos que a própria emenda constitucional resguardou para o texto da nova Constituição.

O Sr. Ricardo Izar — Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. RICARDO IZAR (PFL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me informasse se vai haver encaminhamento de votação. Até agora todas as matérias foram encaminhadas. Entendo que a mais importante também precisa ser.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Haverá encaminhamento de votação, sim O regimento assim o determina.

Quanto a questão formulada pelo eminente Líder Carlos Sant'Anna, devo dizer que no primeiro turno se instituiu a figura do DVS (Destaque para Votação em Separado), que já existe na votação da Câmara e do Senado. O que pressupõe o destaque para votação em separado? Inicialmente, tem aplicação quando se trata de matéria da espécie do que era o Projeto de Sistematização, que foi, como regra, substituído pelo projeto do "Centrão", o chamado Projeto-Base. O pressuposto que informa o DVS é o de que cerca de 187 Constituintes se organizaram — este é o número mínimo; poderá ser mais — e só aceitam votar o texto se não for a sua emenda ou proposta o que deve ser aprovado, mas, sim, o texto a que se faz referência. Então, o texto, artigo, título ou capítulo precisa ter os 280 votos, e não, como normalmente acontece, a proposta ou a emenda apresentada.

Na situação atual da matéria temos um projeto já aprovado pela soberania desta Assembléia Nacional Constituinte. O projeto não é do "Centrão", não é da Comissão de Sistematização, não está sujeito, no particular, à aprovação ou não, porque já foi aprovado. Em termos de primeira discussão e votação, já foi aprovado, teve 280 ou mais votos.

Como aceitar, portanto, que 187 constituintes se superponham e invalidem uma votação já verificada com 280 votos, a propósito da parte referida? Ora, 187 votos não podem anular 280. (Palmas.) Por isso não se aceita o DVS, figura, aliás, singular, que só deve ser adotada em casos excepcionais. E não poderia ter esse efeito — repito — de revogar por 187 votos um texto aprovado pela soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Além disso, com todo o respeito, a proposta de meu eminente amigo e Líder Carlos Sant'Anna, por quem tenho grande admiração, também contraria o art 11, § 3º, que fixou prazos certos para todos, para apresentação de emendas. Não foram apresentadas emendas com DVS. Se fossem, não seriam aceitas. Portanto, a esta altura, para aceitarmos essas emendas teríamos de aceitar todas as outras, não cumprindo assim o dispositivo regimental, não obedecendo o calendário. Praticamente, nesta fase de votação, teríamos de recomeçar. Por esta razão a Presidência reafirma sua hermenêutica, sua inteligência contra a inaplicabilidade na espécie do DVS.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, saben-

do que a decisão de V. Exª é irrecorrível, até por que não temos a quem recorrer, quero, só para constar, lembrar dois fatos: primeiro, os 187 constituintes que encaminham o requerimento de destaque de votação em separado não decidem sobre o mérito. Eles encaminham o requerimento, e este vai a votação. Se aprovado pelo Plenário, o mérito do que contém o requerimento, que é o destaque de votação em separado, é que vai à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Mas já tinha sido aprovado, nobre Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Portanto, a base do raciocínio de V. Exª, que é irrecorrível, mas, se se louva na possibilidade dos 187 resolverem contra 280, evidentemente, peca juridicamente pela base. Perdoe-me V. Exª pelo fato de seu médico estar-lhe fazendo a reprimenda.

De outra parte, não é justa a argumentação de V. Exª de que perdemos tempestivamente a oportunidade de apresentar os requerimentos.

O verso da folha impresa permitiu-nos encaminhar os destaques simples. Está lá escrito, bem claramente, que não podem ser apresentados os destaques de votação em separado, porque V. Exª entende, como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que esses destaques não cabem. Então, como apresentar algo que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte não só vetou, em documento que nos enviou, como vetou também em documento impresso, que foi o texto básico do encaminhamento de todos os destaques? Como apresentar? Evidentemente, a decisão de V. Exª é irrecorrível, mas quero registrar que lamentavelmente ela peca pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lourenço pelo tempo de oito minutos, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs Constituintes, este é um momento de suprema importância para a vida do nosso País. Iremos decidir se queremos um País economicamente viável, com justiça social, em que a liberdade de pensar caminhe paralelamente com a livre iniciativa. Haveremos de decidir aqui, hoje e agora, se o que pretendemos para o Brasil é um Estado verdadeiramente democrático ou um Estado amarrado através de uma Constituição que tira e tolhe a capacidade de investir, que a elimina e a inviabiliza, que não estimula o investidor e, portanto, não será uma Constituição que estimule e dê empregos. Estimulamos, sim, o desemprego, quando reduzimos o turno de trabalho, no horário contínuo, de oito para seis horas. Aumentamos os custos de produção em diversos setores industriais do País sem aumentarmos a produção de um quilo sequer de qualquer produto Mas o PMDB quer que assim seja; o turno tem de ser de seis horas. Seremos o primeiro país do mundo a adotá-lo. Concorrentes nossos no mercado internacional, na área da siderurgia, por exemplo, o Japão e a Coréia do Sul, países bem mais ricos que o nosso e com melhor distribuição de renda, ainda não se deram ao luxo de avançar tanto nessa área, isto é, de reduzir o seu turno de oito para seis horas. Mas nós queremos, reduzindo o turno de trabalho, aumentar a riqueza. É neologismo que não existe em nenhum compêndio econômico do mundo. Mas esta Assembléia Nacional Constituinte se abraçou aos neologismos e quer criar aqui o impossível. Quer fazer-nos engolir, por meio da votação em bloco — e não por intermédio de capítulos ou títulos, como pretendemos — este texto. Quer que engulamos de vez todo o texto, para dizer à Nação que o PMDB, agora, conseguiu elaborar uma Constituição que ninguém mais irá mudar.

Chamo a atenção dos meus ilustres Pares para o seguinte fato: ninguém irá mudar mais nada do que aqui for aprovado hoje, porque não teremos 280 votos de um lado ou do outro; ou ainda ninguém se somará a um ou a outro para fazer alterações no texto constitucional A nova Constituição do Brasil será aquela que aqui hoje for aprovada; ou então poderemos fazer outra, se conseguirmos negociar competentemente e com amor às instituições e à Pátria um texto que possa ser consensual e não resultante da imposição da maioria sobre a minoria. Mas o que se pretende, aqui e agora, é fazer-nos engolir um texto que sabemos antecipadamente está eivado de erros e absurdos insuportáveis para a vida econômica da Nação.

O Ministro da Previdência e Assistência Social, o mesmo que foi à televisão e disse que o texto constitucional não acrescentaria nenhum dispêndio à Previdência Social, hoje, em documento que me enviou e por S. Exª assinado, diz claramente: "Para cumprirmos aquilo que foi aprovado na Constituição necessário ser faz..." e vou ler o texto para não cometer nenhum equívoco:

> "Em termos globais, os cálculos acima realizados representariam acréscimos de 18% nas despesas com benefício em 1989 e, no máximo" — ele diz no máximo, como se fosse algo insignificante — "de mais 30% nos próximos anos. Os dispêndios com a Previdência aqui gerados chegam, portanto, à 48,3%".

Se nós sabemos que a Previdência representa algo igual à metade do Orçamento da Nação, o que aqui está de aumento são 25% do Orçamento da República. (Palmas.) Mas tem de ser assim, porque o PMDB assim o quer. Vamos aposentar mais 7.000.000 de brasileiros. Vamos pagar-lhes com o quê? Vamos pagar-lhes com a irresponsabilidade, vamos pagar-lhes com a próxima eleição, como se fosse um novo Plano Cruzado? Quer-se transformar a Carta Magna do Brasil num novo Plano Cruzado, a serviço da eleição de 15 de novembro.

Mas não será com o meu silêncio, não será sem a minha advertência, não será sem o meu chamamento à razão que iremos votar este texto que aqui está. Nele estão inseridas muitas coisas boas, mas que ali há de ruim fará tanto mal ao País que ele não irá suportá-lo.

Olhemos um pouco a História da América Latina. No Uruguai e no Chile, quantos jubilados existiram? Quantos jubilados quebraram esses dois países?

Queremos transformar o Brasil não nos aposentados com dignidade, se a eles não pagarmos a aposentadoria que os ministros do PMDB lhes tiraram durante esses últimos anos de administração. Soube hoje que o Ministro da Previdência e Assistência Social estava demissionário; mas não se preocupam, ele não vai sair.

Quero dizer a V. Exªs que vamos aumentar em milhões e milhões o número de aposentados. Sabem para quê? Para não podermos pagar a nenhum: nem aos poucos que hoje já temos, nem aos muitos que a irresponsabilidade vai gerar amanhã. Assim querem, assim vai ser.

A Nação, amanhã, cobrará de quem votar "sim" a isso Apelo para os meus companheiros de partido, para as mulheres e homens que pensam responsavelmente sobre os destinos da Nação, para não votarem "não", porque isso seria muito perigoso, mas que se abstenham de votar, a fim de que aqueles que desejam isso assumam, perante a História, a irresponsabilidade maior, para serem amanhã identificados pelo País, e assim, quando a Nação e o Tesouro Nacional quebrarem, podermos dizer: foram esses que quebraram o Brasil e inviabilizaram a Nação brasileira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, por oito minutos, para encaminhar a votação.

Solicito aos Srs. Constituintes que permaneçam na Casa, porque haverá votação.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na condição de Líder do PTB, perfilhei a posição de procrastinar a votação do texto global até que as Lideranças buscassem o consenso, o entendimento, para expurgarmos do projeto algumas anomalias que o eivavam de vícios insanáveis. Sou dos primeiros a proclamar o avanço que o projeto da Constituição significa em termos sociais, em termos políticos, em termos trabalhistas. Nunca se legislou em relação ao meio ambiente como fizemos; nunca se atribuíram ao Legislativo prerrogativas como as que lhe concedemos; nunca se deram ao trabalhador e ao cidadão os direitos e a proteção que constam do texto aprovado em primeiro turno. Mas não é menos verdade que alguns absurdos ali foram inseridos. Não poderia esta Assembléia ficar conivente com a reintrodução, no texto, de uma proteção insólita aos "marajás", voltando até a criar o posto de Marechal nas Forças Armadas, segundo consta deste espúrio art. 23 das Disposições Transitórias, quando todo o resto do texto procura coibir aqueles privilégios e vantagens, os efeitos-cascata da lei. Entretanto, nós os estávamos admitindo por um dispositivo desavisadamente votado e aprovado por todos os constituintes.

Outras anomalias se sucediam. Tínhamos proibido a comercialização dos derivados de sangue, numa afronta incrível à realidade médico-hospitalar do País. Mas tínhamos feito mais. Déramos anistia, indiscriminadamente, a devedores remissos do fisco e de dívidas civis, sem perguntarmos antes o quanto isso representava para o Erário público e se a nossa ordem econômica resistiria a tal perdularismo. Por outro lado, tínhamos cometido erros palmares de interpretação ou de redação. Omitíramos em alguns pontos e deixáramos de dizer a coisa certa em outros. Por isso, eu queria o diálogo, e a providência foi correta. Hoje, pela manhã, em reunião de líderes, diante do oferecimento de cerca de sessenta pontos por parte do PFL, PDS, PTB, a Liderança do PMDB, através do Líder Nelson Jobim, com 21 pontos, dentre esses alguns essenciais, que até tocam de muito perto o nosso comportamento e a visão

humanística desta Assembléia, como aquele de termos dado, no texto, um salário mínimo, indiscriminadamente, a todos os deficientes físicos ou idosos. Gostaria de dar não um, mas dez. Mas a verdade é esta, ou seja, quanto significa um procedimento pródigo como este?

Com a concordância do PMDB em vários desses pontos, como o da anistia, como o deste salário a todos os deficientes, como o da questão dos derivados de sangue, iremos aceitar as emendas em vinte e um pontos. Desde já estamos concertados, nós, os Líderes.

Quero que o Líder do PMDB diga alto e bom som que irá ainda negociar outros tantos pontos, onde possivelmente encontraremos o consenso.

Assim sendo, eu, que fui autor de tantas inovações no direito social e trabalhista, vi consagrada a redução da jornada de trabalho para quarenta e quatro horas semanais, a hora extra em 50%, as férias com 1/3 a mais de remuneração, a equiparação dos avulsos aos demais direitos, não poderia colocar-me contra a aprovação do texto. Queria, sim, que ele fosse escoimado dos vícios. que pudéssemos corrigi-lo e aperfeiçoá-lo.

E o consenso começou a ser encontrado hoje. Já temos vinte e um pontos, que para mim bastam. Mas iremos ainda conquistar outros, para melhorar, para chegar, se não à perfeição, pelo menos ao razoável e ao aceitável. E iremos orgulhar-nos desta Constituição que avança, que nobilita o povo brasileiro, que faz com que este País possa emergir como nação civilizada no concerto das nações adiantadas do mundo.

Assim sendo, encaminhamos a votação a favor do projeto, ressalvados os destaques, para que, com as emendas que possam ser apresentadas, sejam aprovados por todos nós, com consenso unânime, porque esta Constituição, realmente, não haverá de ser do PMDB, do PFL, do PDS, do PDT ou de qualquer outro partido, mas do povo brasileiro, votada pelos representantes desse povo, que são os constituintes aqui presentes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro, para encaminhar a votação.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PDT votará a favor do projeto, em função do que foi feito durante um ano e seis meses de trabalho exaustivo e com a contribuição de todos os constituintes, mesmo com divergências.

Pensamos que a grande resposta que podemos dar aos aventureiros e golpistas é votarmos agora o projeto constitucional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o Líder Roberto Freire, para encaminhar a votação.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.)— Sr. Presidente, considerando que o texto constitucional que iremos votar representa significativos avanços no campo democrático e é, em alguns momentos, avançado do ponto de vista econômico e social, podendo ser qualificado de texto progressista, entendendo que não é de um partido, mas da democracia brasileira que haveremos de construir, o Partido Comunista Brasileiro votará "sim". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Constituinte Haroldo Lima, para encaminhar a votação.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Comunista do Brasil, como já expressou de público, tem algumas divergências fundamentais com o texto ora em votação. Considera, contudo, que ele registra alguns avanços importantes, notadamente no que se relaciona com direitos fundamentais, coletivos e sociais. Testemunha que este projeto foi o resultado de um trabalho coletivo realizado na Assembléia Nacional Constituinte, a despeito de muitas ameaças, críticas e pressões. Finalmente, considera que está existindo no Brasil, hoje, uma ameaça golpista, que passa pela tentativa de não se votar este projeto de Constituição.

Nesse sentido, o PC do B recomenda à sua bancada que vote favoravelmente ao atual Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Constituinte Amaral Netto, para encaminhar a votação.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fiz questão de subir a esta tribuna para dar às minhas palavras — não por serem minhas, mas por serem a representação da minha bancada — o valor que quero que elas tenham. Sr. Presidente, V. Exª, o relator-geral, os relatores-adjuntos, os líderes e todos os constituintes sabem — e não sou hipócrita para negar — que sou um dos mais duros e ferrenhos críticos desta Constituição. Tenho feito muitas críticas de público, nunca atingindo pessoalmente os responsáveis por ela, porque também o sou e todos nós o somos. No entanto, a minha bancada, em duas reuniões consecutivas hoje, apresentou as mais graves restrições ao texto e não ao relator, nem ao Presidente. E esta bancada, por maioria absoluta, incumbiu-me de transmitir a nossa preocupação, que ficou muito diminuída hoje com a declaração do Presidente, em seu discurso, de que reconhece os erros que ela contém, de que vai corrigi-los, vai fazer tudo para que sejam corrigidos, e este é o interesse da Casa.

Portanto, Sr. Presidente, venho à tribuna sem preconceito algum e também sem qualquer constrangimento — repito — dizer que esta não é nem nunca foi a Constituição dos meus sonhos. Fui contra a convocação da Constituinte, inclusive aqui desta tribuna, na noite de 25 de novembro, mas, como Líder do PDS, quero informar a V. Exª que esta bancada, mantendo suas restrições severas, graves, confia na palavra do Presidente, do relator e, no interesse de todos os constituintes, vai votar "sim", porque antes o "sim" para corrigir do que o "não", que não tem solução. Esta é que é a verdade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte e Líder José Inácio Lula da Silva, para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, acredito que todos aqui sabiam que a bancada do Partido dos Trabalhadores tomou a decisão de votar "não" ao texto apresentado pelo Relator Bernardo Cabral. Essa decisão será entregue à Mesa com uma declaração de voto da bancada. Mas, em função dos últimos acontecimentos, mesmo entendendo que o texto, globalmente, não atende àquilo que a classe trabalhadora esperava e que a questão da reforma agrária significa um retrocesso, o Partido dos Trabalhadores votará "sim" ao texto apresentado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade, Líder do PSB, para encaminhar a votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "sim" ao texto de Projeto de Constituição "B"

Evidentemente, esta não é a Constituição que desejamos para o País. É certo que continuaremos lutando, mesmo após o término da Constituinte para proceder às mudanças de que a sociedade e o Brasil precisam. Entretanto, sabemos reconhecer que, diante das forças que existem nesta Assembléia Nacional Constituinte, diante das forças do poder econômico utilizadas no processo eleitoral de 1986, este era o melhor resultado que poderíamos obter. Nós, do PSB, sabemos respeitar o resultado da democracia existente nesta Assembléia Nacional Constituinte, consequentemente, votaremos a favor do projeto e continuaremos lutando para, ainda nas votações dos destaques, suprimir alguns itens, principalmente, no que se refere ao Capítulo da Reforma Agrária.

Portanto, a bancada do Partido Socialista Brasileiro votará "sim" ao texto da nova Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte e Líder Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PJ — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, só pelo que foi votado no Capítulo da Previdência Social, esta Constituição já vale por um todo, com exceção da aposentadoria proporcional para as mulheres aos 25 anos. As outras conquistas são fruto de um acordo de todas as Lideranças. Por isso, votaremos "sim" ao Projeto de Constituição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira, para encaminhar a votação.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal, que ao lado das demais agremiações desde a primeira hora participou deste trabalho gigantesco que agora será coroado com a aprovação em segundo turno, vem dizer que votará "sim" ao Projeto de Constituição, em homenagem ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Artur da Távola, para encaminhar a votação

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, demoramos um ano e meio para elaborar o texto constitucional que V. Exª, hoje, em magnífico pronunciamento, proclamou como a abertura para o futuro. Em nome desse futuro, em nome desse trabalho

e em nome, sobretudo, da profunda forma democrática pela qual foi concebido e elaborado, o Partido da Social Democracia Brasileira, acompanhando, por certo, a maioria desta Casa e, acima dela, as esperanças da Nação, votará "sim". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Messias Soares, para encaminhar a votação.

O SR. MESSIAS SOARES (PTR — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTR votará com a autonomia desta Casa, com a autonomia da Assembléia Nacional Constituinte, dizendo "sim" ao Projeto de Constituição.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, acompanhamos o trabalho de elaboração desta Carta com o trânsito possível de toda a sociedade. Temos certeza e convicção de que este momento do processo constituinte é importante, mas desenvolveremos durante o segundo turno intenso trabalho de negociação para produzir um texto final que nos honre.

Por isso, a Liderança do PMDB lembra a todos os integrantes da sua bancada que é nosso dever votar "sim" a essa Carta, porque representa exatamente a abertura democrática e o cumprimento do dever que assumimos com essa transição.

É por isso que o PMDB votará "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, ouvi os pronunciamentos com o respeito que as Lideranças merecem e entendo que nada há a retirar ou a aduzir. Mas há um ponto que quero lembrar a esta Casa: o discurso de V. Exª representou um verdadeiro aval a esta Constituinte.

Sr. Presidente, a figura do avalista, no Direito, é uma figura de seriedade. Tenho certeza de que V. Exª vai honrar o aval que deu Pela aprovação (Palmas.)

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra só para registrar o voto do PTB, que, conforme meu encaminhamento, é "sim" ao Projeto.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de acordo com o meu encaminhamento, a bancada do PDS deixa a questão em aberto, mas a decisão majoritária é para votar "sim".

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sugiro à minha bancada que se abstenha de votar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos votar. Ocupem os lugares para a votação. Trata-se da votação, como todos sabem, do Projeto vencido, que mereceu aprovação no primeiro turno. É a votação do Projeto.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, permita, enquanto transcorre a votação, que esta Liderança faça um registro. Faleceu, hoje, um membro do PTB, Vice-Presidente do PTB, o ex-Deputado Gilberto Azevedo, que exerceu altos cargos no País. Foi Deputado comigo, com V. Exª e com o digno Relator. Foi cassado e perseguido pela Revolução e depois se incorporou às lides políticas. Ingressando no PTB, chegou a exercer a chefia do gabinete do Ministério da Previdência Social, e agora veio a falecer, jovem ainda. Fará grande falta no cenário político nacional e muito mais para nós, trabalhistas, porque desfrutava não só de justo conceito, como também era um dos alicerces do partido em todo o País.

Assim, a Liderança do PTB manifesta pêsames à sua família e também expressa a nostalgia por sua partida, para que fique indelevelmente gravado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte o voto de pesar pelo falecimento de um homem que nobilitou tanto o Parlamento quanto a vida pública nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa associa-se à manifestação de pesar pelo passamento do antigo parlamentar, que grandes serviços prestou à Casa. Inclusive, S. Sª desenvolveu recentemente, no Ministério da Previdência e Assistência Social, grandes serviços. São justas as manifestações do nobre Constituinte. A Assembléia Nacional Constituinte faz de V. Exª o intérprete da moção da saudade, de cumprimento, de homenagem e de reconhecimento pelos serviços prestados por Gilberto Azevedo. (Palmas.)

O Sr. Octávio Elísio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pediu-me que justificasse sua ausência na sessão de hoje a nobre companheira Cristina Tavares, por motivo de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será feito o registro.

O Sr. Fernando Gomes — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO GOMES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar que o Constituinte Francisco Pinto está internado no Incor, em São Paulo; por isso, não pôde estar presente a esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será feito o registro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 735).

Votaram 471 Srs. Constituintes, registrando-se 403 "sim", 13 "não" e 55 abstenções. O projeto foi aprovado, com a ressalva dos destaques.

Graças a Deus e aos Srs. Constituintes, viva a Constituição! (Palmas. Viva!)

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Abigail Feitosa — Sim
Acival Gomes — Sim
Adauto Pereira — Sim
Ademir Andrade — Sim
Adhemar de Barros Filho — Sim
Adolfo Oliveira — Sim
Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim
Aécio de Borba — Sim
Aécio Neves — Sim
Affonso Camargo — Sim
Afonso Arinos — Sim
Agassiz Almeida — Sim
Agripino de Oliveira Lima — Abstenção
Airton Cordeiro — Sim
Airton Sandoval — Sim
Albano Franco — Sim
Alceni Guerra — Sim
Aldo Arantes — Sim
Alfredo Campos — Sim
Almir Gabriel — Sim
Aloisio Vasconcelos — Sim
Aloysio Chaves — Sim
Aluízio Campos — Sim
Álvaro Pacheco — Abstenção
Álvaro Valle — Sim
Alysson Paulinelli — Abstenção
Amaral Netto — Sim
Amaury Muller — Sim
Amilcar Moreira — Sim
Ângelo Magalhães — Não
Anna Maria Rattes — Sim
Annibal Barcellos — Sim
Antero de Barros — Sim
Antônio Britto — Sim
Antônio Câmara — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim
Antoniocarlos Mendes Thame — Sim
Antonio Gaspar — Sim
Antonio Mariz — Sim
Antonio Perosa — Sim
Antonio Salim Curiati — Sim
Antonio Ueno — Abstenção
Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Sim
Arnaldo Moraes — Sim
Arnaldo Prieto — Abstenção
Arnold Fioravante — Abstenção
Arolde de Oliveira — Abstenção
Artenir Werner — Sim
Artur da Távola — Sim
Asdrubal Bentes — Sim
Assis Canuto — Abstenção
Átila Lira — Sim
Augusto Carvalho — Sim
Áureo Mello — Abstenção
Basílio Villani — Abstenção
Benedicto Monteiro — Sim
Benedita da Silva — Sim
Benito Gama — Abstenção
Bernardo Cabral — Sim
Beth Azize — Sim
Bezerra de Melo — Sim
Bocayuva Cunha — Sim
Bonifácio de Andrada — Sim
Brandão Monteiro — Sim
Caio Pompeu — Sim
Cardoso Alves — Abstenção
Carlos Alberto — Sim
Carlos Alberto Caó — Sim
Carlos Benevides — Sim
Carlos Cardinal — Sim
Carlos Chiarelli — Sim
Carlos Cotta — Sim
Carlos De'Carli — Abstenção
Carlos Mosconi — Sim
Carlos Sant'Anna — Abstenção
Carlos Vinagre — Sim
Carlos Virgílio — Sim
Carrel Benevides — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim
Célio de Castro — Sim
Celso Dourado — Sim
César Cals Neto — Sim
César Maia — Sim
Chagas Neto — Sim
Chagas Rodrigues — Sim
Chico Humberto — Sim
Christóvam Chiaradia — Sim
Cid Carvalho — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim
Cláudio Ávila — Sim
Cleonâncio Fonseca — Sim
Costa Ferreira — Sim
Cunha Bueno — Sim
Dálton Canabrava — Sim
Darcy Deitos — Sim
Darcy Pozza — Sim
Daso Coimbra — Sim
Del Bosco Amaral — Sim
Delfim Netto — Sim
Délio Braz — Sim
Denisar Arneiro — Abstenção
Dionisio Dal Prá — Abstenção
Dionísio Hage — Abstenção
Dirce Tutu Quadros — Sim
Dirceu Carneiro — Sim
Domingos Juvenil — Sim
Domingos Leonelli — Sim
Doreto Campanari — Sim
Edme Tavares — Sim
Edmilson Valentim — Sim
Eduardo Bonfim — Sim
Eduardo Jorge — Sim
Egídio Ferreira Lima — Sim
Elias Murad — Sim
Eliel Rodrigues — Sim
Enoc Vieira — Abstenção
Eraldo Tinoco — Abstenção
Eraldo Trindade — Sim
Erico Pegoraro — Sim
Ervin Bonkoski — Abstenção
Euclides Scalco — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim
Expedito Machado — Sim
Ézio Ferreira — Abstenção
Fábio Feldmann — Sim
Farabulini Júnior — Sim
Fausto Rocha — Abstenção
Felipe Mendes — Sim
Fernando Gasparian — Sim
Fernando Gomes — Sim
Fernando Henrique Cardoso — Sim
Fernando Lyra — Sim
Fernando Santana — Sim
Fernando Velasco — Sim
Firmo de Castro — Sim
Flavio Palmier da Veiga — Sim
Flávio Rocha — Sim
Florestan Fernandes — Sim
Florîceno Paixão — Sim
Francisco Amaral — Sim
Francisco Benjamim — Sim
Francisco Carneiro — Sim
Francisco Dornelles — Sim
Francisco Kuster — Sim
Francisco Pinto — Sim
Francisco Rollemberg — Sim
Francisco Rossi — Sim
Francisco Sales — Sim
Furtado Leite — Abstenção
Gabriel Guerreiro — Sim
Gastone Righi — Sim
Genebaldo Correia — Sim
Genésio Bernardino — Sim
Geovah Amarante — Sim
Geovani Borges — Sim
Geraldo Alckmin Filho — Sim
Geraldo Bulhões — Sim
Geraldo Campos — Sim
Gerson Camata — Abstenção
Gerson Peres — Sim
Gidel Dantas — Sim
Gil César — Sim
Gilson Machado — Não
Gonzaga Patriota — Sim
Gumercindo Milhomem — Sim
Gustavo de Faria — Sim
Harlan Gadelha — Sim
Haroldo Lima — Sim
Haroldo Sabóia — Sim
Hélio Costa — Sim
Hélio Duque — Sim
Hélio Manhães — Sim
Henrique Córdova — Sim
Henrique Eduardo Alves — Sim
Heráclito Fortes — Sim
Hermes Zaneti — Sim
Hilário Braun — Sim
Homero Santos — Abstenção
Humberto Lucena — Sim
Humberto Souto — Sim
Ibsen Pinheiro — Sim
Inocêncio Oliveira — Abstenção
Irajá Rodrigues — Sim
Iram Saraiva — Sim
Irapuan Costa Júnior — Não
Irma Passoni — Sim
Ismael Wanderley — Sim
Israel Pinheiro — Sim
Itamar Franco — Sim
Iturival Nascimento — Sim
Ivo Cersósimo — Sim
Ivo Lech — Sim
Ivo Mainardi — Sim
Ivo Vanderlinde — Sim
Jacy Scanagatta — Abstenção
Jairo Azi — Sim
Jairo Carneiro — Sim
Jalles Fontoura — Sim
Jamil Haddad — Sim
Jarbas Passarinho — Sim
Jayme Paliarin — Sim
Jayme Santana — Sim
Jesualdo Cavalcanti — Sim
Joaci Góes — Sim
João Agripino — Sim
João Calmon — Sim
João Carlos Bacelar — Sim
João Castelo — Sim
João Cunha — Sim
João da Mata — Sim
João de Deus Antunes — Sim
João Herrmann Neto — Sim
João Lobo — Abstenção
João Machado Rollemberg — Sim
João Paulo — Sim
João Rezek — Sim
Joaquim Bevilacqua — Sim
Joaquim Francisco — Sim
Joaquim Hayckel — Sim
Joaquim Sucena — Sim
Jofran Frejat — Sim
Jonas Pinheiro — Sim
Jorge Arbage — Sim
Jorge Bornhausen — Sim
Jorge Medauar — Sim
Jorge Uequed — Sim
José Agripino — Sim
José Camargo — Abstenção
José Carlos Coutinho — Sim
José Carlos Grecco — Sim
José Carlos Sabóia — Sim
José Costa — Sim
José da Conceição — Sim
José Dutra — Sim
José Egreja — Abstenção
José Elias — Sim
José Fernandes — Sim
José Fogaça — Sim
José Genoíno — Sim
José Geraldo — Sim
José Guedes — Sim
José Ignácio Ferreira — Sim
José Jorge — Sim
José Lins — Abstenção
José Lourenço — Não
José Luiz de Sá — Sim
José Luiz Maia — Sim
José Maranhão — Sim
José Maurício — Sim
José Mendonça Bezerra — Abstenção
José Moura — Sim
José Paulo Bisol — Sim
José Queiroz — Sim
José Richa — Sim
José Serra — Sim

José Tavares — Sim
José Thomaz Nonô — Sim
José Tinoco — Sim
José Viana — Sim
José Yunes — Sim
Jovanni Masini — Abstenção
Juarez Antunes — Sim
Júlio Campos — Sim
Júlio Costamilan — Sim
Jutahy Magalhães — Sim
Koyu Iha — Sim
Lael Varella — Abstenção
Lavoisier Maia — Sim
Leite Chaves — Sim
Lélio Souza — Sim
Leopoldo Bessone — Sim
Leopoldo Peres — Sim
Leur Lomanto — Sim
Levy Dias — Não
Lezio Sathler — Sim
Lídice da Mata — Sim
Louremberg Nunes Rocha — Sim
Lourival Baptista — Abstenção
Lúcia Vânia — Sim
Lúcio Alcântara — Sim
Luís Eduardo — Não
Luís Roberto Ponte — Sim
Luiz Alberto Rodrigues — Sim
Luiz Freire — Sim
Luiz Gushiken — Sim
Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
Luiz Marques — Sim
Luiz Salomão — Sim
Luiz Soyer — Sim
Luiz Viana — Sim
Lysâneas Maciel — Sim
Maguito Vilela — Sim
Maluly Neto — Abstenção
Manoel Castro — Sim
Manoel Ribeiro — Sim
Mansueto de Lavor — Sim
Manuel Viana — Sim
Marcelo Cordeiro — Sim
Márcia Kubitschek — Sim
Márcio Lacerda — Sim
Marco Maciel — Sim
Marcondes Gadelha — Sim
Marcos Lima — Sim
Marcos Perez Queiroz — Sim
Maria de Lourdes Abadia — Sim
Mário Assad — Sim
Mário Covas — Sim
Mário Covas — Sim
Mário de Oliveira — Sim
Mário Lima — Sim
Mário Maia — Sim
Marluce Pinto — Sim
Maurício Campos — Abstenção
Maurício Corrêa — Sim
Maurício Fruet — Sim
Maurício Nasser — Abstenção
Maurício Pádua — Sim
Maurílio Ferreira Lima — Sim
Mauro Benevides — Sim
Mauro Borges — Sim
Mauro Campos — Sim
Mauro Miranda — Sim
Mauro Sampaio — Sim
Max Rosenmann — Sim
Meira Filho — Abstenção
Mello Reis — Sim
Melo Freire — Sim
Mendes Botelho — Sim
Mendes Canale — Sim
Mendes Ribeiro — Sim
Messias Góis — Abstenção
Messias Soares — Sim
Michel Temer — Sim
Milton Barbosa — Sim
Milton Lima — Sim
Milton Reis — Sim
Miro Teixeira — Sim
Moema São Thiago — Sim
Moysés Pimentel — Sim
Mozarildo Cavalcanti — Abstenção
Mussa Demes — Abstenção
Myriam Portella — Sim
Naphtali Alves de Souza — Abstenção
Nelson Carneiro — Sim
Nelson Jobim — Sim
Nelson Sabrá — Sim
Nelson Seixas — Sim
Nelson Wedekin — Sim
Nelton Friedrich — Sim
Nestor Duarte — Sim
Ney Maranhão — Sim
Nilso Sguarezi — Sim
Nilson Gibson — Sim
Nion Albernaz — Sim
Noel de Carvalho — Sim
Nyder Barbosa — Abstenção
Octávio Elísio — Sim
Odacir Soares — Sim
Olívio Dutra — Sim
Onofre Corrêa — Sim
Orlando Bezerra — Abstenção
Orlando Pacheco — Sim
Oscar Corrêa — Sim
Osmar Leitão — Sim
Osmundo Rebouças — Sim
Osvaldo Bender — Sim
Osvaldo Coelho — Sim
Osvaldo Macedo — Sim
Oswaldo Almeida — Sim
Oswaldo Trevisan — Sim
Ottomar Pinto — Sim
Paes de Andrade — Sim
Paes Landim — Não
Paulo Delgado — Sim
Paulo Macarini — Sim
Paulo Marques — Sim
Paulo Mincarone — Sim
Paulo Paim — Sim
Paulo Pimentel — Sim
Paulo Ramos — Sim
Paulo Roberto — Sim
Paulo Roberto Cunha — Sim
Paulo Silva — Sim
Paulo Zarzur — Sim
Pedro Canedo — Sim
Pedro Ceolin — Não
Percival Muniz — Sim
Pimenta da Veiga — Sim
Plínio Arruda Sampaio — Sim
Plínio Martins — Sim
Pompeu de Sousa — Sim
Rachid Saldanha Derzi — Abstenção
Raimundo Bezerra — Sim
Raimundo Lira — Sim
Raimundo Rezende — Sim
Raquel Cândido — Sim
Raquel Capiberibe — Sim
Raul Belém — Sim
Raul Ferraz — Sim
Renan Calheiros — Sim
Renato Bernardi — Sim
Renato Johnsson — Sim
Renato Vianna — Sim
Ricardo Fiuza — Não
Ricardo Izar — Abstenção
Rita Camata — Sim
Rita Furtado — Não
Roberto Augusto — Sim
Roberto Balestra — Abstenção
Roberto Brant — Sim
Roberto Campos — Não
Roberto D'Ávila — Sim
Roberto Freire — Sim
Roberto Torres — Sim
Roberto Vital — Sim
Robson Marinho — Sim
Rodrigues Palma — Sim
Ronaldo Carvalho — Sim
Ronaldo Cezar Coelho — Sim
Ronan Tito — Sim
Ronaro Corrêa — Abstenção
Rosa Prata — Sim
Rose de Freitas — Sim
Rospide Netto — Sim
Rubem Medina — Sim
Ruben Figueiró — Sim
Ruberval Pilotto — Sim
Ruy Bacelar — Sim
Ruy Nedel — Sim
Sadie Hauache — Abstenção
Samir Achôa — Sim
Sandra Cavalcanti — Sim
Santinho Furtado — Sim
Sérgio Brito — Abstenção
Sérgio Spada — Sim
Sérgio Werneck — Sim
Severo Gomes — Sim
Sigmaringa Seixas — Sim
Sílvio Abreu — Sim
Simão Sessim — Sim
Siqueira Campos — Sim
Sólon Borges dos Reis — Sim
Sotero Cunha — Sim
Tadeu França — Sim
Telmo Kirst — Sim
Teotonio Vilela Filho — Sim
Theodoro Mendes — Sim
Tito Costa — Sim
Ubiratan Aguiar — Sim
Ubiratan Spinelli — Sim
Valmir Campelo — Sim
Valter Pereira — Sim
Vasco Alves — Sim
Vicente Bogo — Sim
Victor Faccioni — Sim
Victor Fontana — Abstenção
Victor Trovão — Abstenção
Vieira da Silva — Não
Vilson Souza — Sim
Virgildásio de Senna — Sim
Virgílio Galassi — Sim
Virgílio Guimarães — Sim
Vitor Buaiz — Sim
Vivaldo Barbosa — Sim
Vladimir Palmeira — Sim
Waldeck Ornélas — Abstenção
Waldyr Pugliesi — Sim
Walmor de Luca — Sim

Wilma Maia — Sim
Wilson Campos — Sim
Wilson Martins — Sim

O Projeto de Constituição será publicado em suplemento a este diário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vêm à Mesa e vão à publicação as seguintes comunicações:

Sr Presidente Ulysses Guimarães, o meu nome não sendo registrado no painel, solicito registrar que o meu voto é SIM, no Projeto B de Constituição.

Brasília, 27-7-88. — Deputado **Eduardo Moreira.**

Senhor Presidente:

Para justificar o meu voto que não saiu por falha eletrônica no painel, consigno o voto SIM.

Atenciosamente, — **Alexandre Puzina**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vêm à Mesa e vão à publicação as seguintes declarações de voto·

BANCADA DO PARTIDO
DOS TRABALHADORES
DECLARAÇÃO DE VOTO DO PT

Embora discorde profundamente do projeto de Constituição aprovado no primeiro turno -- por ser na sua globalidade um projeto conservador, que não atende a contento às reivindicações e anseios populares — a bancada do Partido dos Trabalhadores decidiu votar SIM ao projeto, após cuidadosa análise da conjuntura política, feita com a Comissão Executiva Nacional do Partido. Nosso voto é a nossa resposta às tentativas das forças reacionárias de tumultuar os trabalhos da Constituinte, e assim inviabilizar a aprovação dos modestos avanços contidos no projeto. Essas forças adotaram o voto NÃO com o objetivo de paralisar os trabalhos da Constituinte, o que é reconhecidamente danoso para o País.

A bancada do PT mantém, entretanto, nossa avaliação crítica ao projeto em pauta. Constatamos que, no seu conjunto geral, é extremamente conservador e em grande parte neutraliza os avanços conquistados. Se aprovado no segundo turno, a nova Carta manterá em vigor quase todas as principais injustiças, desigualdades e misérias sofridas pelo povo brasileiro há tanto tempo.

O projeto não resolve a questão da reforma agrária. O texto chega a ser pior do que o Estatuto da Terra, dificulta a desapropriação de latifúndios e, na prática, continua não permitindo que milhões de brasileiros possam ter terras para trabalhar, comer e viver.

O projeto não mexe na estrutura da propriedade. Com isso, o Brasil vai continuar dividido entre uma minúscula minoria altamente privilegiada e uma imensa maioria de despossuídos, de trabalhadores mal-remunerados, de desempregados e de marginais

O projeto não altera substancialmente o papel das Forças Armadas, que ainda conserva seus injustificáveis privilégios, mantém seu poder real de se sobrepor ao poder civil e de intervir, quando e como quiser, nas instituições, e continua submetendo o Brasil a uma tutela militar indesejável e maldisfarçada.

O projeto não modifica, em sua essência, a estrutura de poder; não ampliando, como deveria, os canais de participação democrática da sociedade civil no Estado.

O projeto, embora tenha aliviado a vinculação dos sindicatos ao Estado, é dado certa liberdade de organização sindical, mantém a unicidade definida e imposta de cima e a contribuição obrigatória, fonte de atrelamento e de corrupção, com que o patronato e o governo tentam controlar a classe trabalhadora.

Ao iniciarmos a votação em segundo e definitivo turno, o PT reafirma sua disposição de lutar para que a classe trabalhadora e o povo possam ver aprovados os poucos avanços conquistados no primeiro turno, e para suprimirmos dispositivos conservadores do texto em votação. Se há no projeto alguns progressos que agora o poder econômico, o governo e o "Centrão" desejam suprimir, eles são fruto da luta do movimento popular e sindical que, através da pressão organizada, respaldou a ação coordenada do Partido dos Trabalhadores e de outras forças progressistas representadas na Constituinte.

Brasília, 27 de julho de 1988. — Deputado **Luiz Inácio Lula da Silva,** Líder da bancada do PT.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Brasília 27-7-88

Durante um ano e meio o PT participou diuturnamente no Congresso, no Plenário, nas comissões e subcomissões, como nas ruas, no movimento popular e sindical, da luta por uma Constituição que abrisse espaço para a batalha dos trabalhadores contra a miséria, contra a exploração, contra as instituições antidemocráticas que lhes impõem o capitalismo no Brasil.

Sabíamos que as regras do jogo eram adversas: as leis eleitorais da ditadura militar, a influência deslavada do poder econômico do capital, a corrupção, o clientelismo etc.

Mesmo assim, procurando combinar corretamente a luta institucional com a luta de massas direta, o PT travou um combate sem tréguas. Em conjunto com outras forças de esquerda e progressistas conseguimos vitórias importantes na área dos direitos trabalhistas, dos direitos individuais e coletivos, do direito de greve, do ordenamento da seguridade social, meio ambiente, educação etc.

No entanto o conjunto da Constituição, o seu sentido global, é a nosso ver conservador, muito conservador, para os anseios e o nível de luta e reivindicações do povo brasileiro. Veja-se a manutenção da tutela militar, a sacralização da propriedade privada, o bloqueio da reforma agrária, a manutenção das fórmulas eleitorais que garantem o controle oligárquico sobre o Congresso, o atrelamento da estrutura sindical, os 5 anos para o biônico José Sarney etc.

Queremos registrar nosso posicionamento que o correto seria o PT votar "não". Ele refletiria nossa avaliação do mérito para o global da Constituição. Ele é o sinalizador claro que não nos coformamos com esta Constituição. Que vamos denunciar o seu caráter conservador. Que vamos lutar para alterá-la o mais rápido possível no sentido das aspirações dos trabalhadores.

A maioria da bancada do PT decidiu hoje votar "sim". Um equívoco a nosso ver. Vamos acompanhar o conjunto da bancada neste voto por uma posição de respeito às decisões tomadas pelas instâncias do partido. — **Eduardo Jorge — Vladimir Palmeira — Florestan Fernandes — Virgílio Guimarães.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos Sim no Projeto de Constituição. Somos de opinião que este projeto consagra, no essencial, um perfil conservador nas relações de propriedade, autoritária na organização política do Estado, principalmente nas definições sobre o papel das FFAA e dos instrumentos coercitivos do Estado. Nos direitos individuais são inaceitáveis: a possibilidade da pena de morte, absolutização do "direito de propriedade", a confusão e desqualificação do **crime de tortura**, ao incluir no mesmo dispositivo "tráfico de drogas", "terrorismo e crimes hediondos", dispositivos conservado no Capítulo da Família, etc., e com base nas emendas supressivas da bancada do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, defendemos a posição de crítica e de denúncia do projeto aprovado no primeiro turno. Votamos Sim em função da posição do governo Sarney de tentar impedir a aprovação do projeto, buscando um compromisso prévio de aprovação de emendas supressivas que pioram o projeto. Também, devido o risco de interromper o processo constituinte e para que a nossa posição não se confunda com a ultradireita. — **José Genoíno Neto.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — As lideranças devem reunir-se amanhã, como de hábito têm feito, devendo a Mesa ordenar os trabalhos de votação que se encontravam na expectativa dessa votação global.

Convoco sessão para amanhã, às 13h30min, com início das votações às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — No decorrer da Ordem do Dia, compareceram mais os Srs.: Auréo Mello — PMDB; Carlos Alberto — PTB; Carlos D'Carli — PTB; Itamar Franco — Joaquim Sucena — PTB; Mendes Canale — PMDB.

VI — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afif Domingos — PL; Afonso Sancho — PDS; Alarico Abid — PMDB; Aloysio Teixeira — PMDB; Aluisio Bezerra — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Bosco França — PMDB; Chagas Duarte — PFL; Cristina Tavares — PSDB; Davi Alves Silva — PDS; Divaldo Suruagy — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edivaldo Holanda — PL; Etevaldo Nogueira — PFL; Felipe Cheide — PMDB; França Teixeira — PMDB; Francisco Coelho — PFL; Francisco Diógenes — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Geraldo Melo — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Jessé Freire — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Leite — PMDB; José Carlos Martinez — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Freire — PMDB; José Maria Eymael — PDC; José Melo — PMDB; Lúcia Braga — PFL; Luiz Viana

Neto — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Mário Bouchardet — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Miraldo Gomes — PDC; Nabor Júnior — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Olavo Pires — PTB; Osmir Lima — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Aragão — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB; Salatiel Carvalho — PFL; Stélio Dias — PFL; Uldorico Pinto — PMDB; Vingt Rosado — PMDB; Wagner Lago — PMDB; Ziza Valadares — PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Encerro a sessão, designando para a de amanhã, dia 28, quinta-feira, às 13 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

"Votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição, em segundo turno (art. 29, § 4º do Regimento Interno)."

Encerra-se a votação às 17 horas e 30 minutos.

DISCURSO DO SR. PAES LANDIM PUBLICADO NO DANC DE 18-3-88, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.

O SR. PAES LANDIM (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs Constituintes todos sabemos que a primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, determinava em seu texto que não era possível qualquer emenda que tendesse a abolir a Federação e a República. De certa maneira, esse texto foi repetido na Carta em 1934, omitido na Constituição autoritária de 1937, de Getúlio Vargas, mas reintroduzido na Constituição de 1946 e na de 1967. Agora, na elaboração do novo texto constitucional, a Comissão de Sistematização manteve a proibição de emenda tendente a abolir a Federação, mas omitiu a República.

Sr. Presidente, parece-me que não seria justo, no texto constitucional, dizer-se que não é possível emenda que possa abolir a Federação e omitir a República, porque a Federação e a República nasceram juntas.

Sr. Presidente, é bem verdade que na própria denominação da Nação brasileira está dito no texto constitucional "República Federativa do Brasil".

Portanto, explícita e implicitamente já está subentendido, que nosso compromisso com a queda da Monarquia foi com a República e com a Federação.

Esse foi o compromisso da geração que proclamou a República.

Ao nascer a República contra a Monarquia e ao mesmo tempo contra o regime unitário do Império, o compromisso da geração que proclamou a República era com a República e com a Federação, para simbolizar o alto alcance história daquele fato.

Ora, não é justo que no texto constitucional não se permita emenda tendente a abolir a Federação e omita a República. No atual texto foram incluídos outros dispositivos, como o voto direto, secreto, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais, já inseridos nos Princípios Fundamentais do texto constitucional.

Então, Sr. Presidente, o Relator teria duas alternativas: ou S. Exª poderia aceitar o texto sintético, consagrado ao longo dos cem anos, que dispõe que nenhuma emenda é possível quando tende a abolir a Federação e a República, ou então incluir a República entre os demais itens do seu projeto. O nosso País é uma República Federativa, o que já está consagrado, porque foi o compromisso da geração brasileira que completará um século no próximo ano.

Faço um apelo para que o Relator e os Srs. Constituintes incluam a República entre a proibição de emendas tendentes a destruí-la, até porque o ilustre convizinho de V. Exª, Prudente de Morais, ficaria perplexo se quase cem anos depois fosse possível abolir a República, já que é nosso compromisso mantê-la para sempre, perene, no texto constitucional.

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º-Vice-Presidente:
MAURO BENEVIDES

2º-Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º-Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º-Secretário:
MÁRIO MAIA

3º-Secretário:
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º-Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º-Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º-Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB
Líder:
Nelson Jobim,
Vice-Líder no exercício da Liderança

Vice-Líderes:
Paulo Macarini
Antônio Britto
Gonzaga Patriota
Osmir Lima
Gidel Dantas
Henrique Eduardo Alves
Ubiratan Aguiar
Rose de Freitas
Joaci Góes
Nestor Duarte
Antonio Mariz
Walmor de Luca
Raul Belém
Roberto Brant
Mauro Campos
Hélio Manhães
Teotonio Vilela Filho
Aluizio Bezerra
Nion Albernaz
Osvaldo Macedo
Jovanni Masini
Nelson Jobim
Miro Teixeira
Ronaldo César Coelho

PFL
Líder:
José Lourenço

Vice-Líderes:
Inocêncio de Oliveira
Fausto Rocha
Ricardo Fiuza
Geovani Borges
Mozarildo Cavalcanti
Valmir Campelo
Messias Góis
Arolde de Oliveira
Evaldo Gonçalves
Simão Sessim
Divaldo Suruagy
José Agripino Maia
Maurício Campos
Paulo Pimentel
José Lins
Paes Landim

PDS
Líder:
Amaral Netto

Vice-Líderes:
Victor Faccioni
Carlos Virgílio

PDT
Líder:
Brandão Monteiro

Vice-Líderes:
Amaury Müller
Adhemar de Barros Filho
Vivaldo Barbosa
José Fernandes

PTB
Líder:
Gastone Righi

Vice-Líderes:
Sólon Borges dos Reis
Roberto Jefferson
Elias Murad

PT
Líder:
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes:
Plínio Arruda Sampaio
José Genoíno

PL
Líder:
Adolfo Oliveira

PDC
Líder:
Mauro Borges

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Siqueira Campos

PC do B
Líder:
Haroldo Lima

Vice-Líder:
Aldo Arantes

PCB
Líder:
Roberto Freire

Vice-Líder:
Fernando Santana

PSB
Líder:
Ademir Andrade

PMB
Líder:
Ney Maranhão

PTR
Líder:
Messias Soares

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente:
Afonso Arinos — PFL — RJ

1º-Vice-Presidente:
Aluízio Campos — PMDB — PB

2º-Vice-Presidente:
Brandão Monteiro — PDT — RJ

Relator:
Bernardo Cabral — PMDB — AM

Titulares

PMDB

Abigail Feitosa
Ademir Andrade
Alfredo Campos
Almir Gabriel
Aluizio Campos
Antonio Britto
Artur da Távola
Bernardo Cabral
Carlos Mosconi
Carlos Sant'Anna
Celso Dourado
Cid Carvalho
Cristina Tavares
Egídio Ferreira Lima
Fernando Bezerra Coelho
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso
Fernando Lyra
Francisco Pinto
Haroldo Sabóia
João Calmon
João Hermann Neto
José Fogaça
José Freire
José Geraldo
José Ignácio Ferreira
José Paulo Bisol
José Richa
José Serra
José Ulisses de Oliveira
Manoel Moreira
Mário Lima
Milton Reis
Nelson Carneiro
Nelson Jobim
Nelton Friedrich
Nilson Gibson
Oswaldo Lima Filho
Paulo Ramos
Pimenta da Veiga
Prisco Viana
Raimundo Bezerra
Renato Vianna
Rodrigues Palma
Sigmaringa Seixas
Severo Gomes
Theodoro Mendes
Virgildásio de Senna
Wilson Martins

PFL

Afonso Arinos
Alceni Guerra
Aloysio Chaves
Antonio Carlos Mendes Thame
Arnaldo Prieto
Carlos Chiarelli
Christóvam Chiaradia
Edme Tavares
Eraldo Tinoco
Francisco Dornelles
Francisco Benjamim
Inocêncio Oliveira
José Jorge
José Lins
José Lourenço
José Santana de Vasconcellos
José Thomaz Nonô
Luís Eduardo
Marcondes Gadelha
Mário Assad
Osvaldo Coelho
Paulo Pimentel
Ricardo Fiuza
Sandra Cavalcanti

PDS

Antoniocarlos Konder Reis
Darcy Pozza
Gerson Peres
Jarbas Passarinho
José Luiz Maia
Virgílio Távora

PDT

Brandão Monteiro
José Maurício
Lysâneas Maciel

PTB

Francisco Rossi
Gastone Righi
Joaquim Bevilácqua

PT

Luiz Inácio Lula da Silva
Plínio Arruda Sampaio

PL

Adolfo Oliveira

PDC

Siqueira Campos

PC do B

Haroldo Lima

PCB

Roberto Freire

PSB

Jamil Haddad

PMDB

Antonio Farias

Suplentes

PMDB

Aécio Neves
Albano Franco
Antonio Mariz
Chagas Rodrigues
Daso Coimbra
Délio Braz
Euclides Scalco
Israel Pinheiro
João Agripino
João Natal
José Carlos Grecco
José Costa
José Maranhão
José Tavares
Luiz Henrique
Manoel Viana
Márcio Braga
Marcos Lima
Michel Temer
Miro Teixeira
Nelson Wedekin
Octávio Elísio
Roberto Brant
Rose de Freitas
Ubiratan Spinelli
Vicente Bogo
Vilson de Souza
Ziza Valadares

PFL

Enoc Vieira
Furtado Leite
Gilson Machado
Hugo Napoleão
Jesualdo Cavalcante
João Menezes
Jofran Frejat
Jonas Pinheiro
José Lourenço
José Tinoco
Mozarildo Cavalcanti
Valmir Campelo
Paes Landim
Ricardo Izar
Oscar Corrêa

PDS

Adylson Motta
Bonifácio de Andrada
Victor Faccioni

PDT

Bocayuva Cunha
Luiz Salomão

PTB

Ottomar Pinto

PT

José Genoíno

PL

Afif Domingos

PDC

José Maria Eymael
Roberto Ballestra

PC do B

Aldo Arantes

PCB

Fernando Santana

PSB

Beth Azize

PMB

Israel Pinheiro Filho

Reuniões: terças, quartas e quintas-feiras.

Secretária: Maria Laura Coutinho

Telefones: 224-2848 — 213-6875 — 213-6878.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Preço de Assinatura

(Inclusa as despesas de correio via terrestre)

Semestral	Cz$ 950,00
Exemplar Avulso	6.00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70.160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — *DF*

EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz$ 16,00